

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

PRISCILA MARIA WEBER

“ANGOLA” COMO CONCEITO:
UMA ANÁLISE DA OBRA HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS DE
OLIVEIRA DE CADORNEGA (SÉCULO XVII)

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES

PRISCILA MARIA WEBER

“ANGOLA” COMO CONCEITO:
UMA ANÁLISE DA OBRA HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS
DE OLIVEIRA DE CADORNEGA (SÉCULO XVII)

Porto Alegre

2018

PRISCILA MARIA WEBER

“ANGOLA” COMO CONCEITO:
UMA ANÁLISE DA OBRA HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS
DE OLIVEIRA DE CADORNEGA (SÉCULO XVII)

Trabalho de pesquisa de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

W375a Weber, Priscila Maria

"Angola como conceito" : uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (século XVII) / Priscila Maria Weber .
– 2018.

366 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. História de Angola. 2. António de Oliveira de Cadornega. 3. História Geral das Guerras Angolanas. 4. Século XVII. 5. História da África. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Teixeira CRB-10/1974

PRISCILA MARIA WEBER

“ANGOLA” COMO CONCEITO:

UMA ANÁLISE DA OBRA HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS
DE OLIVEIRA DE CADORNEGA (SÉCULO XVII)

Trabalho de pesquisa de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em História.

Aprovada em: _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Augusto Nascimento – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa – UFSC

Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira – UNISINOS

Prof. Dr. José Rivair Macedo – UFRGS

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes - PUCRS – Orientador

Porto Alegre
2018

Para Léo Weber, in memoriam.

Esta tese é para um menino que eu desconheço, mas que sentei ao lado em um ônibus na cidade de Porto Alegre. Ele trazia nas roupas pingos de tinta e de cimento, usava um sapato preto grosseiro nos moldes daqueles usados pelos trabalhadores da construção civil. Deveria ter entre 18 e 20 anos e portava uma mochila que estava entreaberta. Na mochila eu pude notar um pote, que deveria ser do lanche, um agasalho surrado e alguns livros tão desgastados quanto, e mais uma carteira. O menino dormia escorado na janela do ônibus quando em um solavanco a mochila caiu e ele acordou. Ajudei-o a juntar os pertences que estavam no chão e, dentre eles, pude ver um livro do Machado de Assis e o tomo V das obras completas de Sigmund Freud. Da carteira pularam moedas, uma nota de 10 e outra de 5 reais, o crachá da obra em que ele trabalhava e um cartão de identificação da universidade em que estudava.

Nessa altura o ponto em que eu deveria descer já se aproximava. O menino se recostou novamente no banco e antes de retomar o sono disse-me: obrigado, moça! Eu retribuí inclinando a cabeça e desci do ônibus.

Essa tese é para todos os trabalhadores que lutam diariamente para sobreviver em um país governado por quadrilhas, por bandidos, por gente corrupta e da pior espécie. Essa tese é para todos os trabalhadores que precisam se submeter, diariamente, a uma corja de empresários cuja ignorância é brutal.

Essa tese, menino, é para ti.

AGRADECIMENTOS

As linhas que seguem são a forma que eu encontrei para dizer obrigada a toda a gente que me deu, muitas vezes sem saber, um abraço.

Ao meu avô, Léo Weber (*In memoriam*), que com o pouco que tinha, soube me dar muito. Cada vez que me desesperava por não conseguir ler os manuscritos da obra de Cadornega lembrava das vezes que o vi trabalhando em alguma construção. Após um dia inteiro de trabalho, ele comumente ficava observando o que tinha feito e, ao passar a mão por entre paredes e azulejos como se os acariciasse, dizia: “quero ver se tudo ficou bem feito”. Lembrando disso, aos poucos eu me acalmava e imaginava que cada folha manuscrita era uma parede de tijolos. As palavras estavam ali todas encaixadas, e bastava eu ficar observando, que através dos seus encaixes, encontraria também suas fissuras.

Muitas paredes de tijolos foram cansativamente construídas durante a escrita dessa tese. Algumas aqui, outras no além-mar português. Todas elas eram hipóteses que com o ajuda valiosa do meu orientador, professor Doutor Marçal de Menezes Paredes, algumas se sustentaram, outras eram frágeis e desabaram. Tudo isso graças a instrumentalização teórica que pude ter. Hoje posso dizer que para além de uma tese construída com muito trabalho, aprendi sobre a vida, ética e, principalmente, sobre trazer humanidade para as relações acadêmicas. Marçal, obrigada por toda a generosidade na complexa tarefa que é edificar um estudante.

Ao professor Doutor Sílvio Marcus de Souza Correa eu devo a construção do alicerce dessa pesquisa que foi feito ainda durante a graduação. Lembro de toda a bibliografia trabalhada e de como as aulas de História da África eram incríveis: foi como se um outro mundo me estivesse sendo apresentado e, dentro dele, cabia espaço para construir uma pesquisa. Após feito esse alicerce, recorri ao professor Doutor José Rivair Macedo que me ajudou a construir as minhas primeiras paredes. Professor Rivair, agradeço por toda a ajuda, pelas participações em bancas desde a qualificação no mestrado e, sobretudo, por ter me apresentado a obra de Oliveira de Cadornega que mudaria por completo minhas perspectivas de pesquisa, e me incentivaria a cruzar o oceano em busca do traslado definitivo da obra de Cadornega.

Ao professor Doutor Rui Cunha Martins agradeço a acolhida na Universidade de Coimbra, oportunizando o tão almejado doutorado-sanduíche no exterior, bem como os momentos de reuniões e as valiosas (des)construções para com a escrita dessa tese. Ao professor Doutor Augusto Nascimento agradeço a acolhida nas suas aulas, e também em outras reuniões onde pude ter acesso a uma diversidade de *insights* que contribuíram para meu trabalho. Por entre as construções de Lisboa e de Coimbra eu tantas vezes me perdi, e de me perder encontrei pelo caminho um monte de mim. Juntei tudo e me (re)construí. Hoje o que eu sinto é saudade.

Agradeço a querida Mariana Boscarol por ter dividido comigo a sua morada, ou o “*Solar das Gaivotas*” em Lisboa. Ao Bruno Ribeiro Oliveira, Thiago Mota e Cássia Silveira também agradeço a companhia pelas tantas e extasiantes Lisboas. Aos amigos do coração Louisiana Meireles, José Augusto Mirada, Rafael Trapp, Ialê Menezes (*In memoriam*), Diego Dal Bosco Almeida, Renata Dariva, Lucas Gasparotto, Henrique Perin, Sandra La Porta, Geandra Munareto, Mateus Skolaude, Tanara Iser, Bethiele Salvi, Adália Pinheiro, Tássia Meinhardt e Melina Perussatto agradeço pelos anos de convivência, pelas conversas e trocas de experiências e, sobretudo, por me proporcionarem amadurecer junto com vocês. Fomos todos, cada um a seu tempo, se (re)construindo, tijolo após tijolo, tantas vezes e em tantas circunstâncias.

Aos imprescindíveis locais de pesquisa como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional de Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Pública de Évora, Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica – RS, Bibliothèque Nationale de France-Richelieu Louvois e British Library agradeço pelo préstimo dos seus funcionários que também contribuíram para edificar essa tese.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul por ter acolhido o meu trabalho. Igualmente sou grata a coordenação do programa na pessoa do professor doutor Luciano Arrone de Abreu e da secretária Henriet Ilges Shinohara por todo o excelente trabalho desempenhado. A agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, meu reconhecimento pelo financiamento dessa pesquisa no Brasil e no exterior.

Os nomes que seguem me acompanharam durante toda a vida, ajudaram a

empilhar tijolo por tijolo dos sonhos que eu teimava em construir. A graduação era algo distante e difícil para uma família pobre, todos os investimentos que um mestrado e doutorado acarretam também. Como o meu avô, todos com pouco fizeram muito, me incentivando a cada disputa de bolsa que desde a graduação foi fundamental para os meus estudos. Essas pessoas são a minha família, minha mãe Eliane Weber, minha irmã Pâmela Weber, minha avó Elandi Weber, os tios Luciano Weber, Danilo Franco, Mari Franco e Terezinha Franco. Compreendo que muitas vezes se sacrificaram por acreditar que construir uma historiadora era possível. A todos, o meu amor!

“Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do tremó ao avião, mesclam-se, superpõe-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. Por fim, que contemple a sucessão de gerações dentro da própria família, assim como no mundo do trabalho, lugares nos quais se dá a justaposição nos diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado dos conflitos ainda em germe. Esse olhar em volta já é suficiente para que se perceba a impossibilidade de traduzir, de forma imediata, a universalidade de um tempo mensurável e natural – mesmo que esse tempo tenha uma história própria – para um conceito de tempo histórico”.

*Reinhart Koselleck – Futuro Passado:
contribuição à semântica dos tempos históricos.*

" A biblioteca que me habita é fruto de um negociado armistício. Guardo relação direta com os livros. Gosto das palavras em fluxo migratório. Sou uma espécie de leitor que não separa o livro do mundo e o mundo dos livros, a parte de fora e a parte de dentro. Os dois lados me interessam, se tivesse de apostar na dualidade, na qual decididamente não acredito. O livro e o mundo são como transfinitos. Não sabem e não podem limitar sua capacidade de expansão. Vivo entre essas duas vertentes. Bebo haustros de silêncio. E golfadas de rumores."

Marco Lucchesi - Ficções de um gabinete ocidental.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa analisa o sentido da escrita dos manuscritos da obra *História Geral das Guerras Angolanas* cuja autoria é do português, cristão-novo e degredado António de Oliveira de Cadornega. Para tanto, consideramos a obra de Oliveira de Cadornega entre texto e contexto, e problematizamos “Angola” enquanto um conceito, com todas as pluralidades e ambiguidades que isso acarreta. Na primeira parte desse trabalho priorizamos as experiências de escrita do autor, ou os contextos desde o embarque de Cadornega em Lisboa, até sua chegada em Angola, bem como seu estabelecimento e inserção no mercadejo de escravaria e elite local. A segunda parte desse trabalho observa as diversas versões dos manuscritos da HGGA que se tem notícia e cuja autoria é ou foi atrelada a Cadornega, e compõem atualmente o acervo de instituições como a Bibliothèque Nationale de France, a British Library, a Academia das Ciências de Lisboa, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Pública de Évora. Na terceira e última parte desse trabalho debruçamo-nos em analisar o texto de Oliveira de Cadornega e o visibilizamos como um historiador, compreendendo as suas ambiguidades, palavras-chave, repetições, tons e estilos. As três partes desse trabalho estão divididas em dezessete capítulos, e consideramos que a obra de Oliveira de Cadornega foi escrita e dedicada a D. Pedro II em função das relações que o autor possuía com a Casa dinástica dos Braganças, mas principalmente por Cadornega ser um cristão-novo que necessitava manter-se apartado da inquisição em um momento de substituição do oficialato nas colônias. Para Cadornega permanecer em “Angola” era uma questão de sobrevivência.

Palavras-Chave: História de Angola; António de Oliveira de Cadornega; História Geral das Guerras Angolanas; Século XVII; História da África.

ABSTRACT

This PhD thesis analyse the writing of the manuscripts *Historia Geral das Guerras Angolanas (HGGA)* by the exiled Portuguese, new-Christian Antonio Oliveira de Cadornega. Thus, we assay Cadornega's work between text and context, exploring his many and ambiguous "Angolas", that are at the same time Portuguese, Bragantine, Flemish, exiled, enslaved and *sobas*. In the first part of the thesis we highlight the author's experience as a writer since his departure from Lisbon until his arrival in Angola, his participation in the slave markets and the building of his networks with the local elites. The second part assesses the many different manuscripts of the HGGA in which the authorship was attributed to Cadornega and that form the current collection of some Institutions such as the National Library of France, the British Library, the Lisbon Science Academy, National Library of Portugal and the Public Library of Évora. In the last part we analyse the writing itself of Cadornega's work: its ambiguities, keywords, concepts, repetitions, and style. The three parts of the thesis are composed by seventeen chapters and as a general perception considers that the Cadornega's work was dedicated to the king Pedro II of Portugal given the author's links with the dynastic house of Braganza, but mainly given the fact the Cadornega, being a new-Christian, was constantly in need to keep himself away from the Portuguese Inquisition in a time of political and administrative changes in the Portuguese African colonies. For him, staying in "Angola" was a matter of survival.

Keywords: History of Angola; António de Oliveira de Cadornega; História Geral das Guerras Angolanas; XVII century; History of África.

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES

- Imagem 01:** Belgicum Foederatum editado por Nicolass Visscher. Mapa detalhado da República das Sete Províncias Unidas. Procedente da coleção de mapas do Arquivo Nacional em Haia (NA-VEL- 4-156). Publicado no volume I da Série Maurítiana. In.: BUVE, Raymond. *Mapas neerlandeses do Brasil conquistado 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden*. Paraty, Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, p. 1-34.....74
- Imagem 02:** A reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá Benevides em 1648. Azulejaria que compõe acervo da Fortaleza de São Miguel em Luanda (1634).....75
- Imagem 03:** Dongo e Congo no século XVII. Adaptado de GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 16. In. VANSINA. Jan. *Kingdoms of the Savana*. Madison, Milwaukee and London: The University of Wisconsin Press, 1966.....118
- Imagem 04:** Espaços que constituíam as “Angolas”. Adaptado de: SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.....119
- Imagem 05:** Mapa com os principais rios e portos do Congo e Dongo nos XVII. Adaptado de SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p 1062.....120
- Imagem 06:** Mostrando e vendendo pano feito de alguma fibra vegetal (ráfia/palmas?) para um nobre. In.: MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. “Araldi Manuscript”, in *Un Cappuccino nell’Africa nera del seicento: I disegni dei Manoscritti Araldi del Padre Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo*. Ed. Ezio Bassani (Milan: Quaderni Poro, no. 4, 1987), plate 17. Manuscritos acessados através da University of Virginia.....121
- Imagem 07:** O “primeiro rei do Dongo” dominando a arte de fabricar armas e utensílios. No fundo e a esquerda há o uso de foles também para a forja de metais. À direita expectadores oferecem presentes e legitimam a autoridade do Angola. In.: MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. “Araldi Manuscript”, in *Un Cappuccino nell’Africa nera del seicento: I disegni dei Manoscritti Araldi del Padre Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo*. Ed. Ezio Bassani (Milan: Quaderni Poro, no. 4, 1987), plate 17. Manuscritos acessados através da University of Virginia.....122
- Imagem 08:** As várias fases do trabalho com metais. In.: MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.....123
- Imagem 09:** Mapa que localiza Luanda. Azulejaria que compõe acervo da Fortaleza de São Miguel em Luanda (1634).....124

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Obras manuscritas, documentos avulsos e obras impressas

- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78.....44-45; 72; 73; 82-83; 97-98; 102; 110-112; 185-186; 190-191; 212-214; 236-241; 244; 252; 257; 260; 265-266; 268-269; 272; 276-277; 281-282; 285; 290-293; 307-308; 301; 312; 314; 316-317; 319; 325-330; 334-335; 337-349; 342
- CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2.....174-176; 178-180; 182-183; 187
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Biblioteca Municipal de Évora. Cota CXV 2-4..... 207-209
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183..... 224-229
- CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Cota: Portugais 2-4.....139-141; 146; 159-160; 162-163; 165-167
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo I.....157-158; 159-160; 168
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo II.....161-163;168
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo III..... 164-168
- Certidão de baptismo de António de Oliveira de Cadornega. Livro de assentos de baptismo, n 3, da freguesia matriz de Vila Viçosa, fol. 52-v. Arquivo Distrital de Évora.....53
- Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólhos 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.....192-193
- DUBEUX, Louis. *La Perse*. L'Univers: histoire et description de tous les peuples. Paris: Firmin Didot frères,1841.....128-130
- ERICEIRA, Luiz de Menezes, Conde da. *Historia de Portugal restaurado, ofrecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*. Lisboa: Na Officina de João Galraõ, 1776..... 200-201
- FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728, 1729.....142-143

Processo inquisitorial de Antónia Simões Correia. Disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nº 9.939, imagem 1, 66 e 67 de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301963 Acesso 06.10.2012.....	50-52
SANTARÉM. Manuel Franciso de Barros e Souza. <i>Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territorios situados na costa occidental d'Africa: entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios Molembo, Cabinda e Ambriz</i> . Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.....	134-136
SOUZA, Antonio Caetano de. <i>Historia Genealogica da Casa real Portuguesa desde a sua origem até o presente</i> . Lisboa, Officina de Joseph Antonio de Sylva, 1735-1749.....	144-145
SOUZA, Antonio Caetano de. <i>Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal</i> . Lisboa: Regia Officina Syiviana. MDCCLV.....	194-196
Representações dos moradores da Vila Vitória de Massangano ao rei D. Afonso VI solicitando hospital e casa da Irmandade da Santa Misericórdia - Ultramarino, fundo Angola, 12 de junho 1661, cx. 7, doc. 33.....	245-247
Representações dos moradores da Vila Vitória de Massangano ao rei D. Afonso VI solicitando hospital e casa da Irmandade da Santa Misericórdia - Arquivo Histórico Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Angola, 12 de julho 1661, cx. 7, doc. 37.....	248-249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BNF – Bibliothèque Nationale de France

HGGA – História Geral das Guerras Angolanas

ONU – Organização das Nações Unidas

VOC – Vereenigde Oost-Indische Compagnie

WIC – West Indische Compagnie

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
PARTE I	
EXPERIÊNCIAS (CON)TEXTUAIS E DE ESCRITA	
Capítulo 1 - O embarque e a permanência de Cadornega nas “Angolas”	36
Capítulo 2 - Relações de disputas luso-afro-holandesas.....	60
Capítulo 3 - O estabelecimento do Dongo e do comerciar.....	76
Capítulo 4 - A população branca em Luanda.....	86
Capítulo 5 - Cristianismos e o tráfico de gentes.....	90
Capítulo 6 - Heterogenia imbangala.....	107
PARTE II	
O PLURAL DOS MANUSCRITOS	
Capítulo 7 - Manuscrits pour le roi de France.....	126
Capítulo 8 - Manuscritos anotados para Oliveira de Salazar.....	149
Capítulo 9 - Manuscritos copiados para o Conde de Alegrete.....	169
Capítulo 10 - Manuscritos copiados para o Conde de Ericeira.....	197
Capítulo 11 - O tomo II dos manuscritos de Oliveira de Cadornega é também dos jesuítas.....	215
Capítulo 12 - Manuscritos escritos por Oliveira de Cadornega.....	230
PARTE III	
A CONSTITUIÇÃO DE “ANGOLA”	
Capítulo 13 - Aos Braganças, “Angola”	254
Capítulo 14 - Os insucessos portugueses.....	263
Capítulo 15 - Ambiguidades semânticas.....	278
Capítulo 16 - Dialogias na língua quimbundo e portuguesa.....	295
Capítulo 17 - António de Oliveira de Cadornega como historiador.....	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	343

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS MANUSCRITAS.....	350
DOCUMENTOS AVULSOS	
Bulas papais.....	350
Chancelarias.....	351
Correspondências.....	351
Processos.....	351
Outros.....	352
OBRAS IMPRESSAS	
Catálogos e estatutos.....	352
Dicionários e gramáticas.....	353
Obras literárias e históricas.....	353
BIBLIOGRAFIA.....	355

INTRODUÇÃO

“De même que, sur la mer aux souffles violents venus de la Thrace, les eaux, lorsqu’elles s’enfoncent dans l’Erèbe sous-marin, remuent le noir limon que soulève la tempête, de même aussi qu’on entend les clameurs gémissantes des roches contre lesquelles elles se brisent, ainsi je vois les traditions antiques de la maison des Labacides se modifier comme une succession des malheurs de ceux qui ne sont plus. La génération qui monte n’en délivre point la race, mais je ne sais quelle divinité en consomme la perte; et cela n’a pas de cesse. Certes une lueur d’espoir dans la maison d’Edipe avait éclairé ses derniers descendants, mais voilà qu’une poussière ensablantée accordée à ceux d’en bas la dissipe cette fois encore dans la folie des mots et en une frénésie vengeresse”.¹

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* escrita por António de Oliveira de Cadornega foi concluída na Luanda de 1681. No mesmo ano de sua chegada em Lisboa, ou em 1683, foi aprovada pelo Santo Ofício que autorizou a cópia dos tomos. Esse manuscrito que hoje compõe o acervo da Academia das Ciências de Lisboa é o que consideramos a versão ou o traslado definitivo da obra, escrita por Cadornega a próprio punho.² Serão esses os tomos que utilizaremos no decorrer desse trabalho para nossas análises, visto que nos aproximam dos conteúdos, das descrições, do texto e conseqüentemente do contexto de escrita.

Isso não ocorre porque conjecturamos noções relacionadas a “originalidade” dos tomos, muito antes pelo contrário, pois pode haver outras cópias também manuscritas por Cadornega e que não se tem notícia. Tampouco se pretende valorar este ou aquele manuscrito, visto que várias outras cópias foram feitas por diferentes autores e estão espalhadas por bibliotecas europeias, merecendo cada uma análise aprofundada dos seus contextos e textualidades. Logo, o que se quer aqui é cotejar

¹ *Édipo Rei* de Sófocles apud MUDIMBE, Valentin Yves. *L’odeur du Père. Essai sur des limites de la Science et de la vie em Afrique Noire*. Paris: Présence Africaine, 1982, p. 09.

² CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I e III.

os conteúdos que foram escritos por Cadornega para entender “Angola” a partir da HGGA.

Os tomos que hoje estão na Academia das Ciências de Lisboa são os de número um e três. O segundo está atualmente na British Library e, consideramos, que já não mais é a obra escrita por Oliveira de Cadornega. Apesar de guardar páginas que carregam as características dos tomos escritos pelo autor, sofreu muitas interferências de outros autores, que inseriram textos e conteúdos.³ Por esse fator, utilizaremos na quase totalidade das nossas análises o tomo I e III. Nas pouquíssimas vezes que o tomo dois é citado, estamos nos referindo as edições contemporâneas ao século XX, ou as edições impressas que datam de 1972.

Os manuscritos que utilizaremos aqui possuem as seguintes características: o volume um possui 474 páginas divididas em cinco partes, sendo que a primeira parte possui treze capítulos, a segunda nove capítulos, a terceira parte possui oito capítulos, e a quarta e quinta parte possuem quatro capítulos cada. Não há gravuras para além do frontispício. Há na primeira folha o autógrafo do autor e na última a aprovação do Santo Ofício pelo qualificador Fr. Chistovão de Foyos. No terceiro tomo há 326 páginas divididas em quatro partes. Não há capítulos, mas sim subtítulos que organizam as descrições. Esse tomo possui treze estampas que auxiliam o autor a elucidar conteúdos provenientes destes subtítulos.

Os conteúdos dos tomos I e III se diferem amplamente. No tomo primeiro há descrito os sucessos bélicos lusitanos desde a chegada de Paulo Dias de Novaes, passando pelo que Cadornega chama de *saco dos holandeses* ou a administração holandesa em “Angola”, a retirada dos mesmos e as empreitadas de Salvador Correa de Sá e Benevides, passando pela restauração da casa dinástica dos Braganças em Portugal e as comemorações que ocorreram em “Angola”, até o governo de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha.

O tomo de número três possui um outro sotaque que podemos interpretar como etnográfico. Há para além de descrições físicas dos rios como, por exemplo, a costa do Zaire, ou o porto de Luanda, descrições da fauna e da flora, como a *palmeira do azeite*, os coqueiros, as tamareiras, frutos silvestres e os remédios que com eles se fazem, bem como peixes e animais ferozes que os *mundeles*, ou brancos, deveriam

³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183.

ter cuidado. Há também descrições de alguns costumes, especialmente dos imbangalas, e do Jaga do Cassangi.

Em virtude das riquezas nas descrições de Cadornega referentes ao tomo terceiro, precisamos dizer que esse tomo mereceria um trabalho inteiro de pesquisa que contemple suas particularidades, como em parte já foi feito com a dissertação de mestrado do professor Doutor Mário Maestri, defendida no ano de 1977, na Université Catholique de Louvain, Bélgica, e publicada um ano depois com o título “*A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*”, que utiliza amplamente como fonte, mas não só, a obra de Oliveira de Cadornega.⁴

Nesse trabalho de pesquisa utilizaremos o tomo terceiro, mas é no primeiro tomo que reside substancialmente nossas análises. Cientes de que todo o trabalho de pesquisa possui lacunas, inteiramos o leitor de que talvez essa seja a principal desse trabalho, e se ela foi mantida, é porque não acreditamos que uma pesquisa na envergadura de um doutoramento tenha um ponto final, o que nos garante segurança para afirmarmos que ainda há muito por fazer, ainda há muito que se debruçar sobre a obra de Oliveira de Cadornega, visto que ela é um infinito de possibilidades de pesquisa.

A hipótese que norteou e está da primeira até a última página desse trabalho conjectura que o sentido da escrita dos manuscritos da *História Geral das Guerras Angolanas* cuja autoria é do português, cristão-novo e degredado António de Oliveira de Cadornega é forjar os sucessos das atividades lusas em “Angola” com o intuito de persuadir a Coroa, na altura representada pelos Braganças, para que o mesmo se mantivesse entre o oficialato nas colônias em um período de substituição desses quadros e de fortes perseguições inquisitoriais.

Para consolidar tal hipótese, consideramos a obra de Oliveira de Cadornega entre texto e contexto, e problematizamos as “Angolas” retratadas por ele ao longo das páginas da HGGA como um conceito. Da análise dessas “Angolas” que são múltiplas e ambíguas em função de serem ao mesmo tempo lusas, bragantinas, flamengas, degredadas, escravas e sobas, resultou esse trabalho de pesquisa que dividimos em três partes: a primeira e a segunda parte possuem seis capítulos cada,

⁴ MAESTRI, Mário. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1978.

e a terceira e última parte possui cinco capítulos, totalizando dezessete capítulos que, em seguida, exporemos de modo sucinto seus conteúdos.

A primeira parte desse trabalho de pesquisa foi intitulada como *Experiências (con)textuais e de escrita*. No primeiro capítulo ou *O embarque e a permanência de Cadornega nas “Angolas”*, observamos o modo como Cadornega embarca em Lisboa, no ano de 1639, rumo a “Angola” com um ofício de soldado adquirido junto aos Braganças, bem como o fato de lá permanecer por quarenta anos. Conjecturamos que seu embarque deu-se em torno de Cadornega ser um cristão-novo e necessitar livrar-se dos jugos inquisitoriais, ao passo que a Coroa carecia de reforços em “Angola” devido as ofensivas flamengas. Sua permanência carrega a soma de driblar os jugos inquisitoriais com as perseguições que sua família sofrera, desestimulando completamente seu regresso para Portugal.

Os conflitos entre flamengos e lusos, seja na Europa ou África são abordados no capítulo de número dois que chamamos de *Relações de disputas luso-afro-holandesas*. Com o intuito de problematizar que, apesar do período de estada holandesa em “Angola”, os portugueses, luso-angolanos e também os próprios angolanos, estes últimos representados fortemente nas figuras dos sobas que com seus exércitos preavam as gentes nos sertões, nunca deixaram de mercadejar entre si ou com quem por lá aportasse. Com isso queremos dizer que há uma complexidade necessária a ser considerada nessas relações, que refletem a estada de Cadornega em “Angola” durante esse período, com ascensão a cargos e a elite local especialmente através do tráfico de escravos.

Constituindo uma série de complementos para que se compreenda ainda mais os contextos de escrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, do capítulo terceiro até o capítulo sexto, esforçamo-nos em expor as realidades que após o embarque, Cadornega participava, e com a permanência em “Angola”, pertencia. No capítulo terceiro intitulado como *“O estabelecimento do Dongo e do comerciar”* enfocamos a criação da Capitania e Governança de Angola, que com territórios instáveis e indefinidos, aliançava-se com o Dongo para a independização do mesmo em relação ao reino de Congo, fomentando o comércio local, especialmente o das gentes.

O capítulo quarto ou *A população branca em Luanda* apresenta aspectos sobre o estabelecimento dos primeiros europeus nas “Angolas”. Eles eram franceses,

ingleses, holandeses e portugueses, esses últimos na maioria degredados. Quando não finavam por alguma doença, se mestiçavam e se inseriam na sociedade local através, principalmente, do mercadejo de escravos. No capítulo quinto ou o *Cristianismo e o tráfico de gentes*, apontamos os escravos como a principal riqueza de “Angola”. Todos traficavam, dos mais pobres que almejavam enriquecer rapidamente, aos missionários que precisavam sobreviver. Muitos eram os modos de escravizar, mas o principal deles eram as razias e guerras, que justificadas pela “boa obra” da catequização adentravam aos “sertões angolanos” preando os que precisavam de conversão.

No sexto e último capítulo desta primeira parte enfocaremos o que chamamos por *Heterogenia Imbangala*. Com grupos advindos de diversas linhagens, os guerreiros imbangalas passavam por rituais que garantiam força para lutar em uma batalha. Eram os principais fornecedores de escravos e mercadejavam as peças com quem as quisesse comprar, ou seja, apesar de conjeturarmos a importância dos imbangalas enquanto preadores de escravos nos sertões angolanos e, vale também observar a importância política dos mesmos nas relações entre europeus e africanos, pois garantindo a instabilidade e desbaratando territórios, os imbangalas se fortaleciam.

A segunda parte desse trabalho foi intitulada como *O plural dos manuscritos*. A obra de António de Oliveira de Cadornega possui cópias manuscritas que compõem o acervo de algumas bibliotecas europeias. Nessa parte apresentaremos esses manuscritos, copiados em virtude de diferentes ocasiões, bem como o manuscrito que consideramos o traslado definitivo da obra, acabado de escrever por Cadornega na Luanda de 1681. Essas obras estão localizadas na Bibliothèque Nationale de France – Richelieu Louvois em Paris, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Academia das Ciências, ambas em Lisboa, na Biblioteca Pública de Évora, em Évora, e na British Library em Londres. Há também duas edições impressas nos anos de 1940 e 1972. Ambas também serão apresentadas nesse capítulo.

Os *Manuscrits pour le roi de France*, ou como intitulamos o capítulo sétimo, trazem os manuscritos que atualmente estão na Bibliothèque Nationale de France – Richelieu Louvois mas, principalmente, seus desdobramentos enquanto um documento que possui, pelo menos, cinco versões. Houve uma versão copiada que mesclava as línguas francesa e portuguesa, há a versão que tivemos acesso e que

originou edições impressas em Portugal no ano de 1902, 1942 e 1972. A história dos manuscritos de Oliveira de Cadornega na França se funde com a história da Bibliothèqure Nationale, que na altura era Royale, bem como da intelectualidade francesa da época.

Houve três edições impressas da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” no século XX: em 1902, 1940 e 1972. A edição de 1902, copiada e publicada sob fomento do padre Maria Antunes não será aqui abordada, visto que não a acessamos devido ao seu mau estado de conservação. As edições que aqui abordaremos e que inspiram o título ao capítulo oitavo, são os *Manuscritos anotados para Oliveira de Salazar*. Essa cópia anotada pelo professor da Escola Superior Colonial, José Matias Delgado carrega *ipsis litteris* o texto dos manuscritos da Bibliothèqure Nationale de France e embasam a maior parte dos trabalhos que abordam a África Central seiscentista.

Seguimos com o capítulo nono ou os *Manuscritos copiados para o Conde de Alegrete* que estão na Biblioteca Nacional de Portugal, catalogados não com o título, mas com a dedicatória que Cadornega faz a D. Pedro II. Os tantos condes de Alegrete, alguns inclusive homônimos, fizeram parte de um sistema de corte onde circulava intelectuais e diplomatas a serviço do rei. Fundadores da Academia Portuguesa de História, e possuindo cargos como Conselheiro do Monarca e Deputado da Junta dos Três Estados. Logo, ostentar em sua biblioteca a cópia de uma obra cujo autor se diz súdito de D. Pedro II e da casa Bragantina, nascido na mesma região de onde provinha o ramo dos marqueses, e que também assenhoreou os Braganças durante a governança dos Filipes, faz todo o sentido.

No décimo capítulo os *Manuscritos copiados para o Conde de Ericeira* que hoje estão na Biblioteca Municipal de Évora serão enfocados. São cópias que possuem o texto e a estrutura mais modificada em comparação aos outros manuscritos observados. Os conteúdos são amplamente resumidos e, apesar da coleção possuir três tomos, o último não passa do governo de Aires de Saldanha de Menezes e Souza, ou pouco mais da metade do segundo tomo. Sabe-se que o Conde de Ericeira estava negociando com o então bibliotecário do rei da França, Jean-Paul Bignon, para adquirir cópia de 23 estampas escolhidas por Luís XIV. Na altura, Bignon contava com Ericeira para acessar os manuscritos que estavam na Academia das Ciências de Lisboa e então copiá-los para a Bibliothèqure Royale.

Esse movimento foi feito e, conjecturamos, que foi a partir desse acontecimento que Ericeira interessou-se pelos manuscritos de Oliveira de Cadornega.

O penúltimo capítulo ou *O tomo II dos manuscritos de Oliveira de Cadornega é também dos jesuítas* faz alusão às modificações presentes no volume que encontra-se na British Library em Londres e que acreditamos ser o segundo tomo da obra de Oliveira de Cadornega que fez parte da coleção da Academia das Ciências de Lisboa. Não conseguimos averiguar o que ocasionou a transferência do tomo de Lisboa para Londres, observamos apenas que há excertos que carregam a caligrafia de Oliveira de Cadornega, e que há amplas modificações no texto, suprimindo conteúdos que teriam sido escritos pelo autor, e inseridos outros tantos, escritos posteriormente e que aludem de modo recorrente as campanhas jesuítas em Angola. A impressão que temos é que houve a tentativa de edificar uma espécie de compilação que compreendesse os conteúdos dos demais tomos.

Na Academia das Ciências de Lisboa há o tomo I e III da obra *História Geral das Guerras Angolanas*. Observando a estrutura da obra, o padrão caligráfico, a encadernação e a própria constituição da Academia enquanto instituição, quer isso dizer que as doações significativas de sacerdotes como Manuel Ferreira, o Prior de Oliveira de Azeméis, e de D. Frei Manuel do Cenáculo, sem esquecer de José Mayne, que deixou como herança o Museu Maynense e todo o acervo da biblioteca do Convento de Jesus à Academia, propiciou que considerássemos que os tomos lá existentes são os *Manuscritos escritos por Oliveira de Cadornega*, hipótese que empresta título ao décimo segundo ou último capítulo desta parte, e que esforçamos em edificá-la não apenas por meio de uma breve história da Academia das Ciências ou características dos tomos, mas sobretudo através de amparo documental que buscamos junto aos arquivos da Torre do Tombo e Histórico Ultramarino que permitiu que constatássemos que o manuscrito em questão é o traslado definitivo da obra de Oliveira de Cadornega.

Na terceira e última parte desse trabalho que intitulamos como *A constituição de “Angola”*, o décimo terceiro capítulo ou *Aos Braganças “Angola”* analisa o texto da obra *História Geral das Guerras Angolanas* considerando o autor dentro dele. Ou seja, é quando observamos as palavras-chave, as repetições, tons e estilos, os desdobramentos contextuais que agora pululam no texto de Cadornega e exprimem, dentre outros caracteres, a sua obra como uma moeda de troca, calcada em um

sistema de signos que sopesam valorações intrínsecas ao objeto que intenciona ser “trocado”, ou o merecer do autor em permanecer em “Angola” devido os serviços prestados a Casa dos Braganças.

No capítulo décimo quarto ou os *Insucessos portugueses*, abordamos a rainha Ginga como uma personagem que movimenta as guerras angolanas. Isso quer dizer que a rainha está atrelada diretamente ao sentido que o autor confere a obra. O seu permanecer em “Angola” está diretamente ligado em descrever as atividades lusas com êxito e, na falta deles, há a inserção de uma personagem que serve para driblar algumas relações, como as dezenas de governadores que foram finando por alguma doença ou guerras, bem como as frustradas tentativas de entradas nos sertões “angolanos”.

O décimo quinto capítulo denominado como *Ambiguidades semânticas*, traz adjetivações que o autor, António de Oliveira de Cadornega, utiliza em diferentes momentos do seu texto para caracterizar a rainha Ginga. Ora ele a deprecia, ora a enaltece usando literalmente as mesmas palavras, mas com sentidos diversos, o que permite afirmarmos que as descrições à rainha obedecem uma flutuação política manifestada na obra através do fazer e desfazer de alianças entre europeus e africanos, mais especificamente entre portugueses e os sobas.

Com *Dialogias na língua quimbundo e portuguesa* o capítulo décimo sexto aborda os modos como António Cadornega empregou palavras originárias da língua quimbundo de modo aportuguesado na sua obra. Observamos que esse fato deu-se em virtude da necessidade de expressar-se à coroa portuguesa, mas também dos anos que o autor vivera nas “Angolas”, ou a latência do *mundo* que o circundava. Esse mundo é igualmente manifesto nas considerações sobre o reino de Portugal e o reino de Angola. Ambos os reinos manifestam-se de forma não menos ambígua, expressando na maior parte dos excertos conceitos que referem uma “Angola” descolada de Portugal.

O décimo sétimo e último capítulo da terceira parte desse trabalho foi intitulado por António de Oliviera de Cadornega como *Historiador*. Nele observamos que a obra *História Geral das Guerras Angolanas* é o retrato do século XVII, ou seja, ao passo que possui um método, ou uma *operação historiográfica*, com Cadornega acessando documentação administrativa e também obras escritas por outros

conquistadores, bem como preocupando-se em narrar os fatos imbuídos de verossimilhança, cita rimas de Os Lusíadas, de Luís de Camões, trazendo poética ao cenário agreste das guerras. Essa e outras características textuais do autor são apontadas para que se visibilize os escritos de Cadornega como uma obra de História.

Bem vistos os conteúdos abrangidos nos capítulos desse trabalho de pesquisa, é importante salientar, se é que já não ficou especificado, que consideramos António de Oliveira de Cadornega um historiador, um autor. No entanto, só conseguimos fazê-lo porque o consideramos dentro do seu texto, ou seja, são as pegadas linguísticas deixadas pelo próprio Cadornega que proporcionou que o visibilizássemos. Como ressalta Michel Foucault no *Bulletin de la Société Française de Philosophie* em julho de 1969, e um ano após em conferência na Universidade de Búfalo em Nova Iorque, um autor não pode ser tratado de uma forma indiscreta, mas também não de forma comum.⁵ Com isso Foucault quer dizer que há complexidades quando se menciona o nome de um autor. Ao passo que ele só existe enquanto escritor dentro de uma obra, há um sem número de ações que fazem parte de um contexto e que estão, a todo momento, no próprio texto do autor.

*O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas. Ele é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição. Quando se diz "Aristóteles", emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou a uma série de descrições definidas, do gênero de: "o autor das Analíticas" ou: "o fundador da ontologia" etc. Mas não se pode ficar nisso; um nome próprio não tem pura e simplesmente uma significação; quando se descobre que Rimbaud não escreveu *La chasse spirituelle*, não se pode pretender que esse nome próprio ou esse nome do autor tenha mudado de sentido. O nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois pólos da descrição e da designação; eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. Entretanto - e é aí que aparecem as dificuldades particulares do nome do autor -, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira.⁶*

Com essa citação podemos problematizar sobre o nome do autor, e conseqüentemente sobre a sua obra. Quando nos referimos a António de Oliveira de Cadornega, comumente projetamos a ideia de descrições de fontes que servem

⁵ Essa conferência foi publicada sob o título de FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Nova Vega, 2006.

⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Nova veja, 2006, p. 42.

para a escrita da história de “Angola” no século XVII. Ressaltamos que a HGGA é tudo isso e também mais, é uma obra que foi escrita em um contexto, por um autor que era cristão-novo, que foi degradado, que teve sua família desmantelada pela inquisição. A todo momento Cadornega interage e absorve realidades do seu *mundo circundante*, como quer Gadamer.⁷ Isso quer dizer que é apenas considerando a contextualidade que a textualidade ganha sentido. Somente após esse esforço analítico deveria ser possível encarar a obra de Oliveira de Cadornega enquanto uma importante fonte para os estudos sobre História da África ou de “Angola”.

O escopo metodológico que auxiliou boa parte das nossas análises faz parte de um encontro intelectual entre duas escolas: a Collingwoodiana,⁸ anteriormente designada como Escola de Cambridge, e a história conceitual alemã, ou *Begriffsgeschichte*.⁹ A abordagem Collingwoodiana é tradicional na academia

⁷ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 571.

⁸ Robin George Collingwood foi um historiador inglês e uma de suas principais obras é “*A ideia de História*”. O autor argumenta, em meio a outras coisas, a impossibilidade de se pensar a história como as ciências naturais, por exemplo. Os processos históricos não podem ser observados diretamente, há de se reconstruir a história utilizando o que ele chama por “imaginação histórica”, ou uma reedição com base em informações e evidências produzidas no contexto que se quer trabalhar. A obra *A ideia de História* é antes “uma investigação filosófica acerca da natureza da história, considerada como um tipo ou uma forma específica de conhecimento”. In.: COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 17.

Sobre a imaginação histórica em Collingwood: “*O conceito de imaginação histórica está associado ao que Collingwood intitula “critério da verdade histórica”, ou seja a ideia de que a história, sendo um tipo de conhecimento dedutivo daquilo que é transitório, não pode extrair certezas das fontes porque é a veracidade das afirmações da própria fonte que está em questão: “para o historiador não pode haver nunca fontes autorizadas, porque estas proferem um veredicto que só ele pode lançar”. Por isso o historiador deve transcender aquilo que as fontes lhe dizem através de um modo construtivo, procedendo a uma interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas. Essa interpolação é apriorística, ou seja, é uma construção a partir daquilo que é exigido pela evidência. Ela se constitui através de um processo imaginativo utilizado para reconstituir a relação entre dois processos. Esses dois elementos caracterizam a imaginação a priori, da qual a imaginação histórica constitui um de seus desdobramentos especializados. É ela que produz a continuidade própria da narrativa histórica, que se caracteriza por ter um papel “que não é propriamente ornamental, mas estrutural (...) é ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica”*. ARRAIS, Cristiano Alencar. *Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. P. 3. As citações feitas por Arrais nesse excerto são, respectivamente, COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 294, 298.

⁹ “*Begriffsgeschichte is based on a particular theory, even na ontology, of history. It was especially Reinhart Koselleck who developed this theory, which became the structural principle of the Geschichtliche Grundbegriffe. A superior philosopher of historical theory and someone who has at his intellectual disposal the entire Western tradition, Koselleck attempted to apply the discussion on “historicity”—as defined to a large extent by Heidegger and Gadamer—to a theory of empirical historical scholarship. According to Koselleck, the study of history must not become lost in a sea of equally valid questions and in the postmodern interchangeability of all things. Out of contemporaries’ changing experiences of time in history, it is necessary and possible to reconstruct differential “temporal structures” of the past, and, at the same time, to convert these into the basic principles and*

inglesa e também em outros cenários, inclusive o brasileiro. A *Begriffsgeschichte* vem ampliando significativamente sua recepção para além da academia germânica, sendo difundida, embora de forma mais modesta, no Brasil.¹⁰

Dentre os autores de expressão Collingwoodiana, John Greville Agard Pocock com *Linguagens do ideário político* argumenta que para se compreender um texto é necessário que se leve em consideração o significado que ele tinha em seu contexto de escrita. Segundo Pocock, “o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas”.¹¹

Com isso, o autor alimentou uma “virada historicista” que é parte de um movimento mais amplo, ou a “virada linguística”, pois os objetos de estudo de Pocock basicamente circundam entre texto e contexto, com abordagens centrais eminentemente linguísticas. Assim como Quentin Skinner, outro expoente da Escola de Cambridge, Pocock parte de uma insatisfação pelo modo que a teoria política era ensinada nas universidades britânicas nos idos de 1960. Segundo os autores, tratava-se basicamente de abordagens cronológicas sem qualquer preocupação metodológica, concebendo a história do pensamento político de forma acessória. Para ambos, uma revisão historicista se fazia urgente.¹²

Dessa insatisfação surgem contribuições importantes, como o principal labor meta-teórico de Pocock, que se centra na linguagem, e não na intencionalidade autoral. Ou seja, em uma obra escrita podemos observar o sentido que o autor confere ao texto, o que se difere amplamente do reconhecimento da intenção que um autor confere a uma obra. Isso quer dizer que só é possível nos inteirmos de uma ação indireta do autor, uma ação mediada por uma cadeia de atos subsequentes, ou entre contexto e ação.¹³

A parte terceira desse trabalho de pesquisa explora veementemente através do texto de Cadornega, das repetições, das palavras-chave, das ambiguidades, dos

methods of historical inquiry.” In.: RICHTER, Melvin. *The meaning of historical terms and concepts new studies on begriffsgeschichte*. Washington: German Historical Institute, 1996, p. 5.

¹⁰ JASMIN, Marcelo; JÚNIOR FERES, João. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUCRio, Ed. Loyola, 2006, p. 9.

¹¹ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 27.

¹² JASMIN, Marcelo; JÚNIOR FERES, João. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUCRio, Ed. Loyola, 2006, p. 20.

¹³ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 29.

conceitos utilizados o sentido que o autor corrobora à sua obra, ou a necessidade do autor em mostrar os sucessos lusos para tentar permanecer em Angola. Isso só foi possível de ser visibilizado, pois remontamos o contexto de escrita da HGGA, auxiliados também por outras documentações conjuntamente ao texto de Cadornega.¹⁴

A tarefa do historiador, nesse caso, é reconstruir essas linguagens e o estudo de sua mutação no tempo, de modo que um determinado autor sempre deve ser estudado em relação às linguagens de sua época e de seu contexto.¹⁵ Por esse motivo não passou despercebido alguns caracteres da obra HGGA, desde a composição do seu título, onde Cadornega se refere a “Angola” no plural, ou “Guerras Angolanas”. Apenas com essa pequena pegada linguística podemos observar o que circunscreve todo o texto do autor, ou uma multiplicidade de “Angolas”, que eram instáveis, e ao mesmo tempo necessitavam ser descritas de modo que condissessem com as determinações régias, ou as conquistas de territórios.

Por estarmos atentos a essas singularidades não tivemos outra opção a não ser trazer “Angola” sempre com aspas quando nos referimos aos territórios que os portugueses desejavam anexar, ou ainda aqueles que estavam sob sua governança e que muitas vezes são descritos por Cadornega como já lusos. A “Angola” aqui grafada com aspas quer carregar toda essa multiplicidade e ambiguidade presentes na obra de um soldado que também era escritor.

Quando Angola aparecer sem aspas refere-se ao “Ngola”, soberano do Dongo. A opção de aporuguesar os termos em quimbundo também foi inspirado na obra de Cadornega, visto que o autor aporuguesa a maioria deles e inclusive os utiliza amplamente em seu texto, o que também será aqui analisado e, é nesse momento, ou com o intuito de perceber as particularidades que o termo “Angola” carrega na obra HGGA que acontece, nesse trabalho, o encontro da Escola Collingwoodiana de Pocock com a *Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck.

¹⁴ Principalmente documentos oriundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ultramar, Biblioteca Nacional de Lisboa e BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. V, VII, IX e XI.

¹⁵ POCOCK, John Greville Agard. *Virtue, commerce, and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 12.

A história dos conceitos surgiu de um impulso crítico à “*transferência descuidada para o passado de expressões modernas, contextualmente determinadas*” e das generalizações da História das Ideias que determinava como constante o pensamento de épocas inteiras, mesmo relacionando autores diferentes.¹⁶ Koselleck reivindicava que os conflitos políticos e sociais do passado deveriam ser interpretados através dos conceitos que lhes são contemporâneos, dentro de uma estrutura das suas linguagens.¹⁷

O trabalho de uma análise histórica que contemple uma explicação conceitual anseia por tornar as posições passadas mais inteligíveis em seus termos próprios, deixando mais claras as circunstâncias, ou os contextos em que foram formuladas. Logo, as “*relações recíprocas entre continuidades, mudanças, inovações nos significados e nas aplicações dos conceitos políticos e sociais de um lado, e as transformações estruturais de larga escala no governo, na sociedade e na economia por outro*”,¹⁸ são o cerne teórico de Koselleck.

Ao considerar os muitos significados que um conceito possui, não caímos na generalidade de utilizar a palavra “Angola” de modo arbitrário. Ela está presente em toda a tese, no entanto, é mais que uma palavra: carrega um contexto e seus significados estão atrelados diretamente às experiências de escrita de Cadornega. Por isso, “*conceitos são o concentrado de inúmeros significados substanciais*”, o que lhes confere uma necessária ambiguidade.¹⁹

Essas “Angolas” ambíguas permeiam o contexto, tratado na primeira parte da tese, e também o texto, abordado na terceira parte. Na segunda parte da tese optou-se por trazer um pouco sobre os manuscritos da HGGA que se tem notícia e estão espalhados por bibliotecas europeias. Os capítulos que compõe a segunda parte funcionam com uma ponte entre as partes um e dois e pretendem proporcionar ao leitor a sensação de desvendar, de chegar até o texto escrito por Cadornega a próprio punho, junto conosco.

¹⁶ *Begriffsgeschichte* and social history. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1985, p. 80.

¹⁷ *Begriffsgeschichte* and social history. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1985, p. 79.

¹⁸ RICHTER, M. *Begriffsgeschichte and the history of ideas*. *Journal of the History of ideas*, n. 48, 1986, p. 620.

¹⁹ *Begriffsgeschichte* and social history. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1985, p. 84.

Todos os manuscritos aqui analisados, tão plurais como as “Angolas” que carregam, necessitariam do trabalho de uma tese inteira, ou de uma pesquisa que exclusivamente se debruce sobre eles. No entanto, esse fato não invalida nossas leituras em relação a essas obras. Ao contrário, elas foram essenciais para que, finalmente, tivéssemos acesso ao texto de Oliveira de Cadornega e, nenhuma análise supracitada teria ocorrido sem esse processo.

Em função disso fizemos recortes e tal como nos contextos aqui trabalhados, bem como no estudo do texto de Cadornega, precisou-se determinar os elementos que seriam observados em detrimento de outros, principalmente, em função dos limites que uma pesquisa objetiva acarreta. Por entre todos os capítulos os manuscritos aparecerão com sinalizações em vermelho que marcam as transcrições e servem para instrumentalizar o leitor a identificar na página citada o excerto correspondente as nossas análises.

“Confiado em Vossa Benevolencia, começarei esta historia, que sem principio não ha fim”.²⁰

²⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. s/n.

PARTE I
EXPERIÊNCIAS (CON)TEXTUAIS E DE ESCRITA

Capítulo 1

O embarque e a permanência de Cadornega nas “Angolas”

“Aqui [em Roma] se diz publicamente que em Portugal é melhor ser inquisidor que rei”. Padre Antônio Vieira, 1673.²¹

A casa²² da Áustria administrara Portugal durante três épocas, correspondentes a três Filipes. As atividades desenvolvidas por Filipe II em Portugal, III em Espanha,²³ como a recopilação e refundição da legislação pátria com as “*Ordenações Filipinas*”,²⁴ as melhorias em itens básicos na navegação, especialmente no Tejo, considerado artéria fundamental para comunicação entre Madri e Lisboa, além do crescimento nas rendas do tesouro através de uma administração tida por aqueles que o apoiavam como mais elaborada, eram mote para aclamação.²⁵

Contudo, a dinastia dos Filipes que reinava em Portugal e Espanha não dispunha de meios para impor-se sobre grandes porções da costa de “Angola”. Os

²¹ Carta a Duarte Ribeiro Macedo, in.: VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Coordenadas e anotadas por João Lucio de Azevedo, vol. II. Lisboa: Imprensa nacional, 1971, p. 78.

²² Inferiremos apenas de forma sintética em relação ao termo “Casa”. Ou seja, era utilizado para distinguir um indivíduo ou família em relação ao seu pertencimento dinástico. Segundo Pedro Cardim, a acepção em relação a esse termo é “reforçada em um manuscrito anônimo de meados do século XVII, intitulado “Tratado em que se declara que couza seja Plebeu, Escudeyro, Caualeyro, Fidalfo e chefe de huma Caza ou família”. Nesse documento, pode ler-se que a fidalguia provinha de linhagem, acrescentando-se que também eram fidalgos “aquelles que el Rei cria e filha por fidalgos.” In. CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 13-57, jul. 2002, p. 14.

²³ No caso dos Filipes, a casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581. Para informações mais detalhadas sugerimos a leitura de BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 144.

²⁴ Os textos das Ordenações enumeravam competências tidas como naturais ou essenciais da realeza e proclamavam a origem real de toda jurisdição. In.: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 62. A primeira edição data de 1604. A que ora temos acesso é a seguinte: *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

²⁵ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimaraes, 2007, p. 301-306.

reis africanos recebiam presentes dos estrangeiros, mas não se consideravam obrigados a comerciar com este ou aquele rei.²⁶ Para arrecadar fundos a coroa necessitava fazer alguns malabarismos. A inquisição, fortalecida nesse período, seguramente foi um modo, basta dizer que o sobrinho de Felipe II de Espanha, o cardeal-arquiduque Alberto da Áustria foi quase ao mesmo tempo inquisidor e vice-rei de Portugal entre 1583 e 1593.²⁷

A reforma administrativa em vários domínios, incluindo a Fazenda real, também fazia parte desta estratégia. Reflexo do último quartel dos quinhentos, os bens confiscados dos cristãos-novos²⁸ considerados hereges, ou ainda de outros crimes previstos pela justiça, continuavam a ser destinados à Fazenda real²⁹ que saldava dívidas como o pagamento dos salários dos oficiais, alimentação dos presos, ou ainda dividendos mais complexos, como as irregularidades referentes ao desempenho dos tesoureiros da inquisição, com a omissão no registro de receitas e despesas.³⁰

Nascida em 1536 pela bula “*Cum ad nil magis*”³¹ e alterada em 1547 pela bula “*Meditatio Cordis nostri*”³² a Inquisição em Portugal censurava e julgava os crimes de heresias e blasfêmias, desacatos a imagens de santos e lugares sagrados, bem como o acesso e leitura de livros proibidos e os casos de sodomia e libertinagem. Já

²⁶ SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 454.

²⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira. Coleção perfis brasileiros*. São Paulo, Cia das letras, 2011, p. 120.

²⁸ No século XVII as expressões “*cristãos-novos*”, “*gente de nação*” e “*homens de negócio*”, eram sinônimos. Conforme António José Saraiva, na correspondência do Padre António Vieira, em que apresenta propostas a Dom João IV para a criação da Companhia do Comércio do Brasil, e igualmente pelos decretos apresentados para criação dessa Companhia, observa-se essas expressões aplicadas a indivíduos que eram agrupados conforme sua atividade monetária, tornando-se facilmente isoláveis e discrimináveis. In.: SARAIVA, António José. “Inquisição”. In. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984-2000, v. II, p. 747.

²⁹ CRUZ, Maria Leonor García da. *A governação de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001, p. 105-112.

³⁰ MOURÃO, José Augusto. *Inquisição Portuguesa: tempo, razão e circunstância*. Lisboa – São Paulo: Prefácio, 2007, p. 116.

³¹ Bula “*Cum ad nil magis*” do papa Paulo III dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta pela qual os constitui seus comissários e inquisidores do reino de Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: pt/tt/bul/0009/15 Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908041> Acesso 09/03/2013

³² Bula “*Meditatio Cordis nostri*” publicada em *The apostolic see and the jews: History*. Pontifical Institute of Mediaeval Studies, v.6, 1991, doc. 2687.

nas colônias os ímpetos foram um tanto mais moderados.³³ Ou seja, limitava-se a impedir o embarque dos suspeitos ou a expulsá-los quando se encontrassem já aquém-mar, contudo, “*para aqueles cujas mãos se encontravam o comércio local*”, raramente se executava sentenças de morte em alguma colônia.³⁴

Podemos considerar a Europa ou as penínsulas Ibérica e Itálica como o centro das atividades inquisitoriais devido à intensa rede de tribunais e volume de processos contra heresias instruídos entre os séculos XVI e XVIII. Em territórios que não o Europeu, como por exemplo, na África, os tribunais, mas não só, haja vista a

³³ *Sobre a Inquisição europeia sugere-se ver: BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994; SARAIVA, António José. A inquisição e cristãos-novos. Lisboa: Estampa, 1969; SIQUEIRA, Sonia. Inquisição portuguesa e sociedade colonial. São Paulo: Ática, 1978.*

“*A Inquisição Ibérica, embora calcada no modus operandi da Inquisição medieval, possui origens distintas. Surgiu no Século XV, primeiramente na Espanha dos reis católicos. O tribunal do Santo Ofício foi então criado em 1478 no contexto específico da unificação espanhola, funcionando como poderoso instrumento de centralização política, sendo tribunal subordinado a realeza e não ao papado. O alvo principal dos inquisidores espanhóis foi, até o início do século XVI, os chamados conversos ou marranos, judeus que haviam adotado o catolicismo desde a segunda metade do século XIV para fugir às perseguições. Foi no contexto de pânico e fome causado pela peste negra que começaram os progrons na Península Ibérica, região que mais abrigava judeus de origem sefardita, do que resultaram milhares de conversões ao cristianismo. Mais tarde, quando da criação da Inquisição, esses conversos passaram a sofrer perseguição implacável, suspeitos de conservar o judaísmo na clandestinidade embora boa parte deles tenha adotado o cristianismo com fervor e até ingressado no clero. O passo seguinte ocorreu em 1492, quando os Reis Católicos declararam a expulsão de todos os judeus da Espanha, exceto os que se convertessem. Milhares de Judeus foram expulsos da Espanha, a maior parte deles se refugiaram em Portugal, então sob o reinado de D. Manuel (1495-1521). A imigração em massa de judeus para o solo lusitano mudaria drasticamente o destino da comunidade judaica ali residente. O clima de tolerância que desfrutavam os judeus em Portugal cedeu lugar a estigmas e políticas de conversão. Pressionado pela vizinha Espanha, monarquia da qual buscava se aproximar por meio de alianças matrimoniais, D. Manuel decretou a conversão forçada de todos os judeus do reino, sob pena de expulsão, em 1496-97. No entanto, fez tudo para impedir a emigração do que costumava chamar de “os seus judeus”, promovendo conversões em massa, inclusive nos portos donde os judeus tencionavam partir. Muitas famílias se foram, notadamente para Amsterdã, porém a maioria ficou ou foi a isso obrigada. Setores do clero e da nobreza portuguesa não cessariam de pressionar o rei para instalar no reino uma Inquisição similar à espanhola, mas D. Manuel não apenas resistiu como puniu os que hostilizavam os cristãos novos – nome pelo qual ficaram conhecidos os conversos de Portugal. Foi no reinado de D. João III (1521-57) que o Santo Ofício seria instalado em Portugal. Autorizada a criação do Santo Ofício pela bula Cum ad nihil magis, de 1536, a Inquisição portuguesa organizar-se-ia à semelhança da espanhola e teria como principal alvo de perseguição os cristãos-novos, suspeitos de judaizar em segredo. A partir de 1540, foram erigidos três tribunais da Inquisição no reino – Lisboa, Évora e Coimbra – e apenas um no ultramar, o tribunal de Goa, na Índia, fundado em 1560, com jurisdição sobre as conquistas orientais portuguesas e a costa oriental da África. O Brasil permaneceria sob a alçada do tribunal de Lisboa, bem como todo o Atlântico português, até o fim da Inquisição, em 1821. In.: VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 308-310.*

³⁴ DELGADO, Ralph. *História de Angola - Continuação do segundo período 1607 a 1648. V. 2.* Lisboa: Edição do Banco de Angola, s/d., p. 131.

instalação de paróquias e dioceses, seguiram suas expedições de fé através de missões franciscanas, dominicanas, jesuítas, agostinhas, capuchinhas e carmelitas.³⁵

A falta de braços abria aos cristãos-novos portugueses em territórios coloniais um vasto campo de atividade. Deve-se a esse período o início de uma lenta ocupação dos territórios ultramarinos.³⁶ Por haver um número diminuto de brancos nas possessões portuguesas até fins dos oitocentos,³⁷ nos tribunais inquisitoriais onde não havia representantes físicos, bastava algum relatório de um padre ou pároco, ou ainda de algum leigo, para manter informado os comissários ou superiores do Santo Ofício. Ou seja, as rotinas dos judaizados não convinhm tanto. O contrário ocorria nas metrópoles que eram possuidoras de tribunais físicos com cargos inúmeros. Citaremos apenas alguns, como por exemplo, inquisidores, deputados, promotores, notários, procuradores, etc.³⁸

O envolvimento da Coroa na venda de cargos e ofícios também são informações importantes, pois possibilitam compreender o modo como Oliveira de Cadornega embarca para a colônia portuguesa de “Angola”, que nesse período recebia de forma crescente ameaças de apoderamento holandês. A análise da expedição de ofícios possibilita que compreendamos o anseio do militar em não regressar a Portugal após a restauração portuguesa, articulando com a escrita da *História Geral das Guerras Angolanas* o permanecer em “Angola” para driblar a inquisição e não abdicar dos cargos e ofícios angariados durante o período que ali vivera.

Através de literaturas da restauração obtivemos algum panorama sobre as concessões de ofícios a mando dos Filipes. Escritores como António Pais Viegas, Vicente de Guzmam Soarez, João Pinto Ribeiro e António Carvalho de Parada, com o objetivo de auxiliar na consolidação da casa dos Bragança,³⁹ denunciavam

³⁵ BETHENCOURT, Francisco. *A África e a inquisição portuguesa: novas perspectivas*. Revista Lusófona de Ciência das religiões. Ano III, 2004, n. 5/6 – p. 21-27

³⁶ DELGADO, Ralph. *História de Angola - Continuação do segundo período 1607 a 1648*. V. 2. Lisboa: Edição do Banco de Angola, s/d., p. 131.

³⁷ HEINTZE, Beatrix. *A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade*, Cadernos de Estudos Africanos, 7/8 2005.

³⁸ SANTOS, Tahinan. *Inquisição portuguesa na África: denúncias do Reino do Congo e Angola no séc. XVII*. Cadernos de Clio, Curitiba, n.2, 2011, p. 235-236.

³⁹ Sobre a fundação da Casa dinástica dos Bragança o texto de Mafalda Soares da Cunha considera que “o processo de senhoriação de Bragança por parte da casa ducal inscreve-se numa lógica de afirmação de poder que apresenta algumas semelhanças com outras grandes casas senhoriais portuguesas. Como ocorre com a maior parte das terras outorgadas nos séculos XV e XVI pela Coroa, a tomada de posse foi acompanhada pela imposição por parte dos novos titulares de marcas

negativamente a venalidade dos ofícios e honras, argumentando que essa prática ampliava a capacidade do rei que estivera em exercício.⁴⁰ Entretanto, vale lembrar, que durante todo o século XVII, era “*uma temática que tendia a emergir no discurso político associado a conjunturas de afirmação de mudanças ou nos jogos de luta pela conquista de legitimidade*”.⁴¹

A compra e venda de cargos era uma manobra política de fácil execução e pouco alardeada fora dos limites régios. Em Portugal foi amplamente utilizada pela Casa da Áustria e pela Casa dos Bragança, ou seja, antes e após a restauração, e também, por particulares que ambicionavam barganhar alguns réis com a venda de mercês.⁴² Conforme Antonio Domínguez Ortiz, em relação às ordens castelhanas, esse tipo de expediente era tratado de forma simplificada, visto que não precisava da autorização de Roma.⁴³

A necessidade de preencher os déficits de mão de obra nas colônias possibilitou em 1638 e 1639 que muitos titulares alcançassem o direito de nomear esse tipo de mercê e distribuí-las a pessoas de ascendência judaica, que pagavam para tal, dinamizando os setores mais abastados da sociedade que pretendiam ascender

das suas casas e linhagens sobre o território. A forma podia variar, mas concretizava-se, na maioria das vezes, através da obtenção de privilégios específicos para as terras ou no enobrecimento das vilas e lugares por obras municipais e patrocínio a instituições locais”. In.: CUNHA, Mafalda Soares. *Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII*. Revista Monumentos 32: Lisboa, dez 2011.

Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=0ca6cf3d-2b89-41ea-b312-3ffade038703 Acesso 16.08.2012

⁴⁰ VIEGAS, António Pais. *Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, e o modo que teve para eximirse da obediência del Rey de Castella, e tomar a voz do sereníssimo Dom João IV, e XVIII entre os reys verdadeyros deste reyno*. Lisboa, 1641, p. 22.

SOAREZ, Vicente de Guzmam. *Lvsitania Restavrada dirigida a sev Restavrador El Rey Dom João o Quarto Nosso Senhor*, Lisboa, 1641, canto 1º, estrofes 11 e 12.

RIBEIRO, João Pinto. *Usvrpação, retenção, restavração de Portugal*, Lisboa, na Off. de Louenço de Anveres, 1642, p. 55.

PARADA, António Carvalho de. *Ivstificaçam dos portvgueses sobre a aççam de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella*. Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1643, vol. II, p. 263.

⁴¹ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 745.

⁴² MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 307-323.

⁴³ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. In: *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000, p. 1159.

socialmente ou viver longe das agruras da inquisição,⁴⁴ como o caso de António de Oliveira de Cadornega.

*“Y lo próprio puede decirse de outra facultad mas claramente indiciaria de venalidade, como era aquella que confería al titular de um puesto la possibilidade de transmitirlo a outra persona, tanto en el ámbito familiar como fuera del mismo. De hecho, esa facultad, permitió que durante la enorme almoneda que tuvo lugar em último tercio del siglo XVII de cargo de gobierno político, hacienda y justiça [...], muchos individuos pudieran comprar em um mismo día vários correjimientos com facultade de “transferirlos”, o lo que es lo mismo, de revenderlos”.*⁴⁵

Tratada com descrição e cautela, as venalidades ocasionaram um número diminuto de códices com os despachos reais que inventariavam esse propósito. Apesar de algumas mercês estarem disponíveis para acesso junto aos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, não possuímos a informação se há menção a António de Oliveira de Cadornega nos quarenta livros que abrangem doações, ofícios e mercês, de 1621 a 1640, ou ainda nos quatro livros que arrolam os privilégios, também datados da mesma época e correspondentes a movimentação desses ofícios junto aos Filipes. Nesse sentido, vale observar a contribuição de Olival sobre a dinâmica dos registros dessas vendas.

*“A mera alusão a donativos era um dos meios utilizados pela Coroa para escamotear essas transações onerosas; noutros àquele somava-se um montante maior ou menor a título de empréstimo; às vezes, as atribuições não eram feitas só por dinheiro, podiam também envolver uma parcela de serviços. Nesta ordem de ideias, economia da mercê e venalidade eram amiúde e indissociáveis no contexto das práticas portuguesas”.*⁴⁶

Assim, ao longo dos séculos XVII e XVIII forjaram-se na sociedade lusa estratégias que satisfizessem a procura por parte de quem não conseguia ofícios

⁴⁴ Sinteticamente, inferimos que a inquisição era um instrumento que servia ao grupo senhorial em crise, para espoliar a burguesia mercantil e financeira, *significativamente* identificada com os cristãos-novos. O intuito era contrabalançar a bancarrota de uma política guerreira e também manter as funções diretivas do estado na economia e na Igreja, evitando a ascensão dessa burguesia. In.: SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. 3. ed. Porto: Inova, 1969, p. 47-73.

⁴⁵ CASTILLO, Francisco de Andújar. Venalidade de ofícios y honores. Metodologia de Investigacion. p 187. In. STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini. (orgs.) *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.

⁴⁶ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 746.

pelas vias tidas como normais. Quem não reunia características para alcançar a mercê de um hábito, recorria à compra, pois havia indivíduos dispostos a venderem os afazeres que angariaram, ou o direito de uma insígnia, acompanhada ou não de tença.⁴⁷ Em Portugal, a Coroa Ibérica também poderia obter contrapartidas financeiras pela renúncia de um ofício, mesmo que fosse de ordens militares. Pela renúncia de um hábito, não há registros documentais que comprovem esse fato.⁴⁸

Todas essas abdições, segundo recomendações expostas junto as *Ordenações Filipinas*, tinham de ser bem justificadas, pois se procurava garantir a qualidade do desempenho do ofício, sempre evitando transações entre particulares, ou seja, que esses títulos fossem parar nas mãos de cristãos-novos.⁴⁹ Ou seja, no centro da Coroa a inquisição punia hereges, já nas margens usava-se deles, tanto como braço para ocupação, quanto como fonte de compra de mêrces.

A compra do ofício de soldado por António de Oliveira de Cadornega foi obtida no ano de 1639, junto ao ainda Duque de Bragança, Dom João II. Embora o predomínio administrativo no reino português estivesse em posse da casa da Áustria, os alvares ao período próximo que avivavam a restauração eram constantes. Além disso, como exemplificamos no decorrer deste capítulo, a compra dos ofícios e mercês driblava tanto as Ordenações Filipinas quanto os atentos olhos inquisitoriais.

A “*Carta de favor*” passada em Almada e dirigida a Pedro César de Meneses, com a qual foi possível Cadornega acompanhar esse governador e embarcar para “Angola” como soldado, proporcionava a possibilidade de adquirir, sob o caro preço de abdicar da família e dos estudos, tão desejosos pelo pai de Oliveira de Cadornega,

⁴⁷ A política de expansão ultramarina, além de alargar o espaço político e econômico desencadeava processos de falta de controle nas atividades burocratas e administrativas, além de uma contração forçada nas finanças públicas, que era sanada através das inúmeras isenções adquiridas pela compra de privilégios, ofícios, cargos ou hábitos religiosos. Esse pagamento era nominado como tença, uma forma de cobrança periférica que ajudava a romper as hierarquias sociais. Com todo esse alargamento, também cresce o número daqueles que viviam com as rendas das tenças, ou parafraseando Antonio Domínguez Ortiz, desse “estado em gestação”. In.: DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, *Ventas y exenciones de lugares durante el reinado de Felipe IV*, Anuario de Historia del Derecho Español, XXXIV, 1964, p. 34.

⁴⁸ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 750.

⁴⁹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, liv. I, título XCVI.

uma relativa estabilização, pois o ofício de soldado corresponderia a um cargo administrativo.⁵⁰

Em palavras de Cadornega no manuscrito da *História Geral das Guerras Angolanas* que compõe o acervo da Academia das Ciências de Lisboa:

“Com estas fatias de pão daquela sempre esclarecida Casa de Bragança foi eu sustentado e mais meus irmãos; e porque eu não ficasse de fora de seus favores vindo de Lisboa com hum irmão meu por nome Manoel Correa de Cadornega que hoje vive, e he morador de Villa da Vitória de Masangano tendo assentado praça de Soldado nos Almazens daquela Corte contra vontade de nosso Pay que queria seguissemos os estudos vendonos sem nenhum amparo estando o nosso Exellentissimo Senhor, na Era de 639 da banda dalem onde tinha vindo a instancia do rei Rey Dom Phelippe o quarto sendo Governador de Portugal a Infanta Dona Margarida Duqueza de Mantua, Tia do dito Rey, a respeito de dizerem vinha huma poderosa Armada do Christianismo Rey de França contra Portugal, viesse a preparar ou mandar preparar as Fortalezas e gente de guerra como Contestable que era daquelles Reinos; outros ajuizarão fora outro o fim de que Deos o livrou para nelle começar a renascer a Monarquia Luzitana”.⁵¹ (grifos nossos)

“Lhe pedimos nos quizesse favorecer com huma carta de favor para o governador Pedro Cezar de Meneses com que vínhamos embarcados para Angola a servir nas guerras da Conquista destes reinos e nos fez mercê de nola mandar passar, dizendo a Manoel Caldeira de Castro Moço da Guardaroupa levasse recado ao Secretario Antonio Paes Veigas para a fazer, favor singular de Suas Reaes mãos que os Serenissimos Duques de Bragança sempre souberão dar muito e pedir pouco; a qual Carta teve sempre em tanta estima, o governador que sendo aprisionado do Flamengo onde lhe tomarão quando possuia teve industria para a haver das mãos inimigas, e a levou consigo quando foi destes Reinos para Portugal fazendo lhe tanta veneração como o poderá fazer a mais devota Relíquia”.⁵² (grifos nossos)

⁵⁰ Utilizamos para averiguar essa informação outro texto de Oliveira de Cadornega, que não a obra *História Geral das Guerras Angolanas*. Desta vez a obra “Descrição de Vila Viçosa”, dedicada ao Conde de Ericeira, traz informações complementares sobre a aquisição de cargos pelo autor. CADORNEGA, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, p. 09.

⁵¹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 03.

⁵² CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, fólho 04.

Essas descrições servem para atentarmos à instabilidade e complexidade da relação política entre cristãos-novos e a Coroa administrada pelos Filipes, logo, aproximada da Espanha. Se por um lado havia requisitos políticos, sociais e de mérito impostos pela Coroa para o exercício de um ofício, com exigências como a naturalidade obrigatória dos beneficiados, ou ainda laudos que comprovassem aptidão a função, geralmente outorgados pela instituição que concedia o cargo, com a finalidade de evitar transferências entre particulares,⁵³ exigindo que as mesmas fossem feitas na mão do rei, por outro lado o rendimento desses ofícios representava cerca de 20% dos recursos dos Braganças, quando em 1626 a casa da Áustria ainda estava no poder.⁵⁴

Queremos com isso dizer que a força motriz para a negociação da disponibilização do ofício de soldado para Cadornega atuar na África deu-se em virtude de um cristão-novo, assim como muitos, necessitar oportunidade de sobrevivência apartada dos encaixes da inquisição e, por parte não apenas dos Bragança que lucraram com a transação, mas da casa da Áustria que permitia o afrouxamento de alguns ofícios quando necessitava de mão de obra em alguma colônia. No caso, com os avanços flamengos a situação em “Angola” se fazia emergencial.

Os primeiros sinais de alertas recebidos por Filipe III de Espanha em relação à ameaça holandesa em tomar Luanda datam de 1636, quando o Conselho de Estado de Portugal preocupa-se com uma carta recebida da princesa Margarida de Parma sobre o socorro urgente que deveria ser enviado a “Angola”.⁵⁵ Este mesmo conselho apresentava seu parecer sobre essa situação limite no mesmo ano, autorizando o

⁵³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, sec. XVII e XVIII*. In.: Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 200.

⁵⁴ CUNHA, Mafalda Soares da. “O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII”. In STUMPF, R.; CHATURVEDULA, N. (org.) *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, CHAM, 2012, p. 26.

⁵⁵ Excerto da correspondência da Princesa de Parma intercedida pelo então Conselho de Estado de Portugal. “*Se recibieron del gouernador de aquel reino y Cámara de Loanda las cartas que enviaua a V. Magestad, representado la Cámara la necesidad en que aquella placa esta de V. Magestad la mandar socorrer por los ausos que se tienen en ella de que el inimigo la quiere intentar... y como alli hai mucha falta de gente, artillería, poluora y municiones, pidiendo el y la Cámara que V. Magestad le mande acudir con la breuedad que se requiere*”. In: Archivo General de Simancas, Secretarías Provinciales. Leg. 1469. Fols. 311 y 622.

embarque de soldados e munição.⁵⁶ Contudo, os auxílios enviados, poucos e tardios, não puderam impedir a tomada de Luanda pelos holandeses em 1641, dois anos após a chegada de Oliveira de Cadornega.⁵⁷

Não há na obra HGGA menção alguma da concessão do ofício de soldado seguida do seu embarque com as ameaças holandesas que já se faziam presentes na Ibéria e, por isso, enviar reforços era uma preocupação. Logo, o evento possibilita que observemos que há uma tentativa de seleção na obra HGGA, visto que as informações tidas como úteis para a compreensão de como ele embarca para a África estão diretamente relacionadas com os conteúdos que o autor confere à obra.⁵⁸

Ou seja, o forjar de uma boa relação com os Bragança está sempre em primeiro plano e o suprimir de um dos motes para a concessão do ofício constitui um apelo para que o soldado permaneça na África, expressando uma performatividade das palavras⁵⁹ que antepassa e ultrapassa o ano de 1639, caracterizada por uma exposição que ruma para além de descrições literais da tradição de compra e venda de ofícios, cargos, honras ou mercês.

A fidelidade da família de Oliveira de Cadornega pelos Braganças é justificada através das menções às gerações que foram agraciadas com cargos, secundarizando o fato de estes serem uma negociata que visava ganhos. Assim, os feitos bélicos de Portugal e a ascensão do soldado em Angola que ora possui, para parafrasear o padre Antônio Vieira,⁶⁰ um “*grossíssimo cabedal*”,⁶¹ são expostos na

⁵⁶ LÓPEZ, José Luis Cortés. *Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del reino del Congo (1580-1640)*. In. *Studia histórica. Historia moderna*, IX (1991), p. 234.

⁵⁷ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 174.

Charles Boxer, em “Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)”, menciona que os esforços enviados pelos portugueses garantiram apenas uma temporária segurança, sendo em seguida desbaratados. In.: BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973, p. 255.

⁵⁸ LACAPRA, Dominick. *História em trânsito. Experiência, identidade, teoria crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 51.

⁵⁹ POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p. 53.

⁶⁰ Antônio Vieira nasceu em Lisboa no ano de 1608. Oriundo de família humilde, sua vó era uma mulata que servira como empregada doméstica aos condes de Unhão. Em 1614 seu pai obtivera um lugar no tribunal superior da Bahia, para onde levou toda a família. Como outros filhos de colonos, Vieira foi educado pelos jesuítas, ingressando na Companhia em 1623 com quinze anos de idade. Dotado de dotes oratórios, em pouco tempo ficou conhecido como exime pregador.

obra como que para elucidar a dedicação do soldado aos Braganças, que mesmo recém estabilizando-se na administração de Portugal, tiveram contadas “*a seus reais pés esta história das guerras angolanas*”.⁶²

Para além disso, as mortes e degredos de seus familiares também são suprimidos, visto que seu pai morreria pobre, pois perdeu tudo na ocasião de um saque pelos flamengos na costa de Angola, quando de sua viagem de regresso a Portugal, após uma longa estada de trabalhos como oficial maior da fazenda real em Buenos Aires.⁶³ Sobre seu irmão, Manuel de Cadornega, sabe-se que embarcara juntamente com António de Cadornega para Angola, assentando praça de soldado e vivido, pelo menos até 1680, em Vila da Vitória de Massangano.

Das irmãs de Cadornega não se tem maiores detalhes, apenas que uma delas foi julgada e condenada ao degredo da comarca em que vivia, ou seja, Vila Viçosa, e que a outra faleceu. A mãe, Antónia Simões Correia, foi cruelmente torturada e morta, conforme se pode observar em processo disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde ela menciona, possivelmente como um ato de proteção, que tem “*filhos que morreram meninos*”.

*“Ella declara, Antónia Simões Correia, que tinha parte de cristã-nova[...].
Que é viúva de António de Cadornega, cristão-velho, de quem teve filhos*

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 178.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira. Coleção perfis brasileiros*. São Paulo, Cia das letras, 2011.

AZEVEDO, J. Lúcio. *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas. 1608-1697*. Coimbra: Imprensa Univ. Coimbra, 1925, tomo I.

⁶¹ VIEIRA, Padre Antônio - *Obras escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. VI, p. 174.

“Por todos os reinos e províncias da Europa está espalhado grade número de mercadores portugueses, homens de grossíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio do mundo”. [...] “E porque são duas as causas que desnaturalizaram deste reino os homens de negócio – ou as culpas de que estão sendo acusados na Inquisição ou o receio do estilo com que as cousas da fé se tratam em Portugal”

⁶² CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 01.

⁶³ DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011, p. 109.

que morreram meninos, e Violante de Azevedo, solteira, de mais de 25 anos; e Francisca de Azevedo que faleceu a quatro anos, sendo solteira".⁶⁴

É também inserta a informação com a data em que Oliveira de Cadornega nasceu. Beatrix Heintze afirma que Cadornega pode ter nascido em 1610 e embarcado com 29 anos, ao invés de 15 anos de idade. Heintze concentra-se no fato de o autor ter mencionado algumas vezes em seu texto que é o português mais antigo de Angola.⁶⁵ Observando as amarras textuais percebemos que ele utiliza essa expressão para dizer que está há 40 anos vivendo em Angola, pois isso se fazia considerável, visto não ter finado por alguma guerra ou doença.

O fato é que encontramos o registro de batismo de Oliveira de Cadornega no Arquivo Distrital de Évora. O batismo teria acontecido em Vila Viçosa no ano de 1624, no dia 02 de março.⁶⁶ Se observarmos os contextos de perseguições inquisitoriais na altura vividos pela Ibéria, é possível que Cadornega tenha sido batizado quando recém do seu nascimento e embarcado ainda jovem. Relevante também é considerar que Cadornega menciona embarcar contra a vontade do pai, que queria que o mesmo ficasse a completar os estudos, o que torna ainda mais provável uma saída precoce de Lisboa.⁶⁷

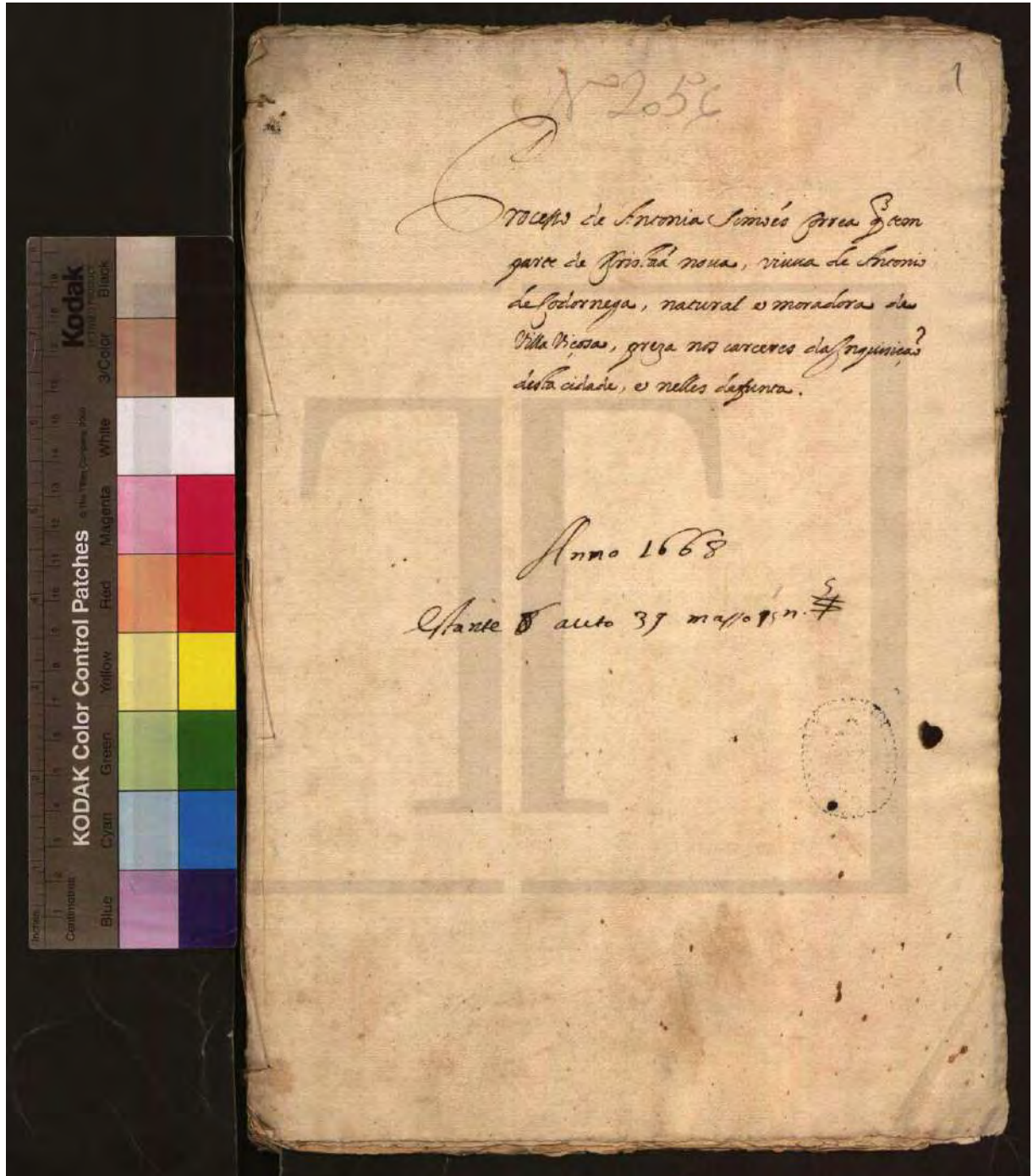
⁶⁴ Processo inquisitorial de Antónia Simões Correia. Disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nº 9.939, imagens 66 e 67 de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301963> Acesso 06.10.2012

⁶⁵ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 135.

⁶⁶ Certidão de batismo de António de Oliveira de Cadornega. Livro de assentos de batismo, n 3, da freguesia matriz de Vila Viçosa, fol. 52-v. Arquivo Distrital de Évora.

⁶⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 03.

Processo inquisitorial de Antónia Simões Correia. Disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nº 9.939, imagem 1, 66 e 67 de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301963> Acesso 06.10.2012



Bagdad

folios in quatuor annos subditura.
Equi de mitta bantada castri de Agria
de mitta fura de mitta de villa biffa
magdale pinguis, nem que fii. mitta in Er.

Erismada

Equi de Erismada, castri de mitta villa de mitta
pinguis, nem que Agria, nem que Agria
go. — Equi tanti que Erizon a annos de

obras de
Erismada

de mitta villa de mitta, mitta de mitta
castri de mitta villa de mitta, mitta de mitta

doctrina

Orantada per de mitta, de mitta, de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta

sabe de e
doctrina

Agria. — Equi de mitta, de mitta, equi de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta

de mitta de mitta

de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta

de mitta de mitta
mad presao

de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta

de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta

de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta
de mitta de mitta de mitta, de mitta de mitta de mitta

Segundo quantificação de António Borges Coelho, em Évora, local onde Antónia e Violante foram presas, há cerca de 8.644 processos arrolados entre os anos de 1533 e 1668. Destes réus, 7.269 são acusados de judaísmo, compondo um índice percentual de 84%. A percentagem aumenta para 89% caso considerarmos as acusações de heresia.⁶⁸ Conjeturamos o quão desinteressante seria para um cristão-novo estabelecido em outras terras regressar a Portugal, visto que esses dados fomentam a argumentação de ainda haver no terceiro quartel do século XVII, perseguições advindas dos autos de fé, com execuções aos cristãos-novos e pilhagens de seus bens, como podemos observar com a execução da mãe de Cadornega, que data de 1662.

As agrestes perdas familiares advindas da inquisição e o temor em abdicar das posições adquiridas em África, são relatados por meio da exposição dos anos que vivera apenas com os rendimentos proporcionados pelos Bragança, que concederam um cargo de escrivão a seu pai, modo como ele e seus irmãos sobreviveram.⁶⁹ Tudo indica que o pai de Cadornega tenha permanecido nesse cargo até a sua morte e, após, a vulnerabilidade das relações com a atual casa dinástica leva sua mãe a execução.

O *corpus* documental que ora dispomos para essa averiguação, para além do processo inquisitorial de Antónia Simões Correia, constitui-se nos próprios manuscritos de Oliveira de Cadornega. Ambos não abarcam com maiores detalhes os bens em posse de sua família a época da execução de Antónia Cadornega. Contudo, como observamos, há sinais nesses documentos de decadência, se não em Angola e por parte de Cadornega, em Portugal, com sua família aos poucos sendo desmantelada.

Em virtude desses fatos, regressar a Portugal se fazia desinteressante. A escrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas* inicia-se em torno de 1670-71, concomitante com o findar das guerras pós-restauração, que condiziam com a estabilização da nova casa dinástica. Apesar de instalada a nova monarquia, segundo o historiador Luis Reis Torgal “o rei procurou não conceder aos ‘restauradores’ um

⁶⁸ COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa, Caminho, 1987, p. 72.

⁶⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 03.

*papel de exceção na política portuguesa e aproveitou muitos dos altos dignitários existentes no tempo de seu antecessor espanhol”.*⁷⁰

Embora o rigor e formalidade descritos junto à documentação das ordens dos Filipes, estas não são condizentes com o afrouxamento nas concessões conforme as finanças da Coroa, ou como já explicitamos, da necessidade de mão de obra em alguma colônia. Elucidamos esses eventos, com a tributação do sal por Filipe II em 1601, devido à pobreza do tesouro. No mesmo ano, o rei recebe a proposta para revogação das leis que impediam os cristãos-novos de comerciar, bem como comprar e vender propriedades através do pagamento de cento e sessenta mil cruzados. Em anos seguintes o dobro foi oferecido pela absolvição geral dos judeus. Assim, era autorizado aos cristãos-novos movimentar livremente seus bens, podendo transitar com suas famílias por todos os reinos e senhorios de Portugal.⁷¹

A igreja a par dessa movimentação trabalha para conseguir a revogação das leis de 1601, que ocorre em 1605, com o veto de saída e confisco de bens das famílias de descendência judaica. Em 1610, não havendo mais o que pilhar, as leis protetoras são terminantemente revogadas e apenas em 1627 os judeus conseguem novamente comprar o indulto por um milhão e meio de cruzados, gozando de uma relativa segurança, mas sempre com a sombra dos jugos da inquisição.⁷²

*“Como não havia o problema mouro em Portugal, a Inquisição em Lisboa, com tribunais em Évora e Coimbra, concentrou-se em imediatamente descobrir cristãos-novos, verdadeiros ou declarados como tal [...] ambos os tribunais, o espanhol e o português tinham competência para julgar o protestantismo e outras heresias, feitiçaria, magia, bigamia, sodomia e aberrações sexuais”.*⁷³

Apesar de ser vetado aos cristãos-novos o exercício de profissões como médico, boticário, piloto, entre outras, além de entrada em ordens militares e religiosas,⁷⁴ desempenhavam livremente essas profissões. Regozijo de alguns, pois no início da inquisição eram condenados apenas aqueles pertencentes a instâncias

⁷⁰ TORGAL, L. R. Restauração e razão de estado. In. Penélope: fazer e desfazer da história. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 163-164.

⁷¹ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 303.

⁷² MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 304.

⁷³ BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 107.

⁷⁴ COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa, Caminho, 1987, p. 88.

mais humildes da sociedade. Esse panorama, conforme Pires de Lima informa, sofreu mudanças, visto que no século XVII não faltavam doutores, cônegos, frades e freiras a serem incriminados.⁷⁵

Após a restauração da casa dinástica dos Bragança em 1640, segundo Oliveira Martins, principiaram disputas já em 1641 que terminavam apenas em 1668 entre o reino de Portugal e Espanha, e dividiam-se em quatro períodos. O primeiro que vai até 1641 inclui a vitória de Montijo e demonstra aos portugueses a inutilidade de operações ofensivas. O segundo são dez anos perpassados pelo dispersar de guerrilhas sem importância. No terceiro, em 1660, os espanhóis tentam uma ofensiva mais profícua, mas são detidos nas linhas de Elvas. Por fim, a paz é marcada com a recuperação do Alentejo através das batalhas do Canal e Montes Claros.⁷⁶

A governança após esse período inaugura uma longa estabilidade política, que se concluiria apenas com as Invasões Francesas em começos do século XIX. Três reinados extensos abonaram essa continuidade: Dom Pedro II (1667 a 1706, como regente e como rei), o governo de Dom João V (1706-1750) e Dom José (1750-1777). O período relativamente curto do governo de Dona Maria I (1777-1792) foi seguido por outro demorado governo, o de seu filho Dom João VI como regente e como rei (1792 a 1826). *“A essa continuidade régia correspondeu também uma continuidade secretarial: os cargos mais importantes na governação conservaram-se nas mesmas mãos durante longo período de tempo”*.⁷⁷

A estabilidade política possui vantagens, mas igualmente inconvenientes: se permitiu o conservantismo e a rotina, favoreceu também reformas. *“Uma e outra dependiam muito do caráter do soberano, da personalidade do ministro e, acima de tudo, das circunstâncias da época”*.⁷⁸ Em 1671 é publicado um novo regimento para as mercês e ofícios, visto que as vendas continuavam a ser por demais frequentes. O texto, segundo Olival, insiste especialmente nos aspectos que condiziam com a remuneração dos serviços prestados, que deveriam ser requeridas pelo próprio

⁷⁵ LIMA, J. A. Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Civilização, 1940, p. 46.

⁷⁶ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 311.

⁷⁷ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 361.

⁷⁸ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 361.

servente ou por parentes. As únicas exceções consistiam em pais poderem usufruir das tenças dos filhos mortos em empreitadas bélicas.⁷⁹

Todos esses cuidados eram tomados para que as remunerações dispostas pela Coroa não fossem parar em mãos de estrangeiros, e também porque esses cargos necessitavam sofrer alterações, visto que a maior parte das concessões que estavam gerenciando os serviços administrativos, não só em Portugal, mas principalmente nas colônias, tinham sido ofícios agenciados ainda junto aos Filipes. Devido os cargos que alcançara, Oliveira de Cadornega acessava documentações administrativas com facilidade, observando esse movimento de substituição do oficialato e produzindo com a escrita da obra HGGA um modo de articular sua permanência em Luanda, pois o regresso caracterizaria o desfazer de cargos angariados e o desprotegeria dos jugos inquisitoriais.

Outro fato que denuncia a sede de Cadornega em ascender a cargos e se beneficiar com títulos é a construção da Misericórdia de Massangano.⁸⁰ Segundo documentação reunida por Antônio Brásio, a Misericórdia em questão teria sido criada no antigo presídio daquela vila sem a autorização régia.⁸¹ Essa petição solicitando a licença foi escrita quando do início das obras do hospital e, segundo José Matias Delgado, em notas escritas junto à obra de António de Oliveira de Cadornega, essa petição foi indeferida por despacho do Príncipe D. Pedro II em 03 de setembro de 1675.⁸²

No entanto, em 15 de março de 1676, Massangano teve aprovada uma provisão concedendo-lhe a Misericórdia com os mesmos privilégios de outra obra

⁷⁹ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In: Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 753.

Regimento de 19 de janeiro de 1671. Forma de expediente dos requerimentos de mercês em satisfação ao serviço. Coleção cronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1657-1674, Lisboa, p. 186-189, 1856. Disponível em: Fontes Históricas de Direito Português. <http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/consulta.php> Acesso 23.09.14

Em 1671, um regimento regulando os requerimentos de mercês em satisfação de serviço foi publicado, instruindo os procedimentos que deveriam ser realizados no processo de petição dos rendimentos dos cargos. Essas medidas intuam evitar as fraudes nas certidões que comprovassem a execução dos serviços. In: CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 13-57, jul. 2002.

⁸⁰ Para mais informações sugerimos ver: OLIVEIRA, Ingrid. *Misericórdias africanas no século XVII: a misericórdia de Massangano*. Revista África e Africanidades, ano 2, n. 7, novembro 2009.

⁸¹ BRÁSIO, Antônio. *“As misericórdias de Angola”*. In: Studia, n 4, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1959, p. 106-149.

⁸² DELGADO, José Matias. Nota 58. In.: CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, p. 524.

que já estava pronta e ficava em Luanda. Segundo Ingrid Oliveira, a fundação de uma Misericórdia era uma estratégia utilizada para galgar uma posição de prestígio, além de Cadornega demonstrar publicamente ser um cristão exemplar e súdito fiel da Coroa portuguesa. Por ser um cristão-novo ele não poderia integrar nenhuma Misericórdia em Portugal. O fato de articular para ser provedor em uma colônia do ultramar denuncia a autonomia que estas instituições possuíam em relação à Coroa.⁸³

Tal hipótese se comprova não apenas com o interesse de Cadornega em se tornar provedor, mas também na preocupação que o governador de “Angola”, João Fernandes Vieira tinha em dificultar que seus desafetos fossem membros fundadores daquela instituição, uma vez que “o grupo que integra as Misericórdias coincide regra geral com os indivíduos que detêm o poder no espaço político considerado”.⁸⁴ Ou seja, pertencer a uma Misericórdia africana era marcar uma posição de importância frente a “elite Ultramarina”. Ser provedor de uma misericórdia além de oportunizar mostrar ao rei de Portugal sua dedicação era fundamental para continuar inserido nessa “economia de privilégios” existente entre o monarca e seus súditos.

Os fatos supracitados visibilizam elementos chaves para que se historicize os contextos de escrita da *História Geral das Guerras Angolanas*. O embarque de Oliveira de Cadornega em Lisboa rumo a “Angola”, e também os quarenta anos lá vividos possibilitam considerar que o ofício de soldado adquirido junto aos Braganças, em plena governança filipina que acirrava perseguições inquisitoriais, fazem parte do esforço em driblar esses tribunais e, ainda mais, reconstituem uma vida regada por estratégias para manter-se omisso frente aos Áustrias. Como exemplo, citamos o seu estabelecimento em Massangano, ponto acessado pelos portugueses nos seiscentos com alguma dificuldade.⁸⁵

⁸³ OLIVEIRA, Ingrid. *Misericórdias africanas no século XVII: a misericórdia de Massangano*. Revista África e Africanidades, ano 2, n. 7, novembro, 2009.

⁸⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa, CNCDP, 1997, p. 100.

⁸⁵ Se para a coroa os bens provinham do regime inquisitorial e do comércio principalmente de escravos no Atlântico, no século XVI e ainda após, no XVII, as chefias em campanhas militares, o contato diplomático e as atividades missionárias dos portugueses e outros europeus raramente foram atores principais dos avanços ao interior de “Angola”. Se na costa, assegurar as possessões portuguesas ainda se fazia incerta, no interior, os poucos soldados aderiam ao tráfico de escravos e aliançavam-se com os sobas para sua permanência e sobrevivência.

Os conflitos com os flamengos, que ocorriam principalmente em regiões costeiras de “Angola” talvez tenham possibilitado essa ida a Massangano, no entanto, ela não deixa de ser estratégica, visto que mesmo após cessar os conflitos com holandeses, Cadornega lá permanece por décadas, aproximadamente trinta anos, mudando para Luanda apenas em 1669, ou após o findar das disputas entre Braganças e Áustrias decorridas da restauração de 1640. O depoimento de sua mãe, Antónia Simões Correia, que menciona a morte de seus filhos ainda quando meninos, possivelmente também possibilitou essa sobrevivência apartada dos encaços inquisitoriais. Obviamente o fato da Coroa necessitar de mão de obra para fins administrativos e bélicos, bem como o povoar das “Angolas”, também são fatores que confluíram para esse longo período longe dos olhos inquisidores.

O próximo capítulo deste trabalho intitula-se “*Relações luso-holandesas no Portugal dos Filipes e nas “Angolas” de Oliveira de Cadornega: disputas comerciais e territoriais*”. Nele trataremos um pouco mais desse mundo Atlântico judaizado e degredado, que mesmo com as relações entre lusos e flamengos prejudicadas pelas pazes com a Holanda, desgastadas desde a Ibéria e sucumbidas formalmente com os conflitos entre 1640 e 1648, não foi anulado o negociar das gentes entre lusos, “angolanos” e holandeses, pois as escravarias ainda era o principal sustento de todos. Ou seja, se conflitos ocorriam, também havia alianças que driblavam a administração lusa tanto em Lisboa como em Luanda, configurando uma dinâmica interna independente das gerências régias.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 370.

HEINTZE, Beatrix. *A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade*, Cadernos de Estudos Africanos, 7/8 2005.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e Traficantes no Império Português. O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: A esfera livros, 2016, 211-17.

Capítulo 2

Relações de disputas luso-afro-holandesas

“A verdadeira fidalguia é a ação; o que fazeis, isso sois, nada mais”.⁸⁶

Portugal e os Países Baixos possuíam uma longa trajetória de relações comerciais quando em 1580 o reino luso uniu-se à monarquia dos Habsburgos⁸⁷ madrilenos. Tal ato decorre da crise dinástica desencadeada pela morte de Dom Sebastião no norte da África.⁸⁸ Em função desse acontecimento, as consequências dos conflitos hispano-neerlandês começaram com os embargos sofridos pelos navios batavos em portos da península.⁸⁹

Essas medidas afetavam o suprimento de produtos essenciais, como o sal português, indispensável à indústria da pesca, na altura, basilar para a manutenção da prosperidade holandesa.⁹⁰ Comprometia também Portugal, visto que as relações comerciais com as Províncias Unidas envolviam um esquema de cumplicidade de autoridades e homens de negócios lusitanos no mercadejo e/ou contrabando em Lisboa, Porto ou Luanda.

A guerra do Corso⁹¹ e o sal do Caribe foram o ponto de largada das navegações holandesas no Novo Mundo, ao passo que o açúcar brasileiro passara a representar

⁸⁶ Sermão da Terceira Domingo do Advento. In.: VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira. Coleção perfis brasileiros*. São Paulo, Cia das letras, 2011, p. 47.

⁸⁷ Também conhecida como casa da Áustria.

⁸⁸ Sobre a jornada de Dom Sebastião em África e sobre o Sebastianismo sugerimos os capítulos III e IV da obra MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007.

⁸⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010, p. 11.

⁹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010, p.12.

⁹¹ Para o professor Fábio Pestana Ramos, o acirramento do assédio de holandeses para com as embarcações lusas teve início junto com o reinar dos Filipes em Portugal. Com o findar da oficial trégua entre Espanha e Holanda, muitos foram os naufrágios e saques de embarcações. Só na década de 1620 foram 169 embarcações tombadas, exemplifica Ramos.

O autor segue apontando que ao todo, na guerra do Corso empreendida contra Portugal na colônia do Brasil, a Holanda foi responsável por 616 naufrágios, sem contar os ataques Franceses, Ingleses,

uma atividade não propriamente holandesa, mas uma atividade controlada pela comunidade sefardita de origem portuguesa estabelecida em Amsterdã em função das agruras inquisitoriais e da reconquista pela Espanha do porto de Antuérpia, que era até 1585 um importante entreposto português na Europa.⁹²

Já em 1598 os ataques de barcos holandeses às ilhas de São Tomé e Príncipe, iniciavam uma duradoura disputa. À medida que a luta prosperava os holandeses direcionavam seus alvos para as colônias portuguesas na Ásia, África e Brasil. Quase todas as colônias portuguesas situavam-se em costas marítimas expostas e eram muito mais vulneráveis do que, por exemplo, as colônias do México ou Peru, com forte influência hispânica. Segundo Boxer, a expansão holandesa no século XVII foi tão notável quanto a expansão marítima portuguesa e espanhola, ocorrida cem anos antes.⁹³

Houve oficialmente uma trégua hispano-neerlandesa de doze anos (1609-1621) que possibilitou que as relações fossem repensadas. Assim, no decurso desse período, cerca de 50 mil caixas de açúcar ou um milhão de arrobas desembarcaram nos portos holandeses suprindo 29 refinarias. Com a regularidade desses contatos as Províncias Unidas conheciam bem as condições econômicas e sociais do nordeste, no que se refere aos portos e ao traçado de Olinda, informações que foram indispensáveis para os ataques em Pernambuco e na Bahia quando do fim dessa trégua.⁹⁴

etc. O intuito era desarticular de todas as formas as ligações marítimas entre a coroa e as colônias, por isso os avultados ataques por terra e mar que pressionavam as comunidades civis com grandes armadas de guerra, que só atacavam quando em vantagem.

“Mais do que construir um império açucareiro no Brasil, a ocupação de Pernambuco pelos holandeses tinha como objetivo formar uma base avançada para corsários dispostos a servirem aos propósitos da Holanda, bloqueando o acesso luso e facilitando a expansão e fixação dos holandeses no novo continente”. A união das Coroas na Ibéria propiciou que *“na guerra da independência travada pela Holanda contra a Espanha, mercadores batavos que aplicaram nos engenhos de açúcar implantados no Brasil iniciassem uma guerra de Corso, intensificada com o fluxo de capitais decorrentes do açúcar brasileiro, utilizados para ampliar e equipar navios de guerras holandeses”.* In.: PESTANA RAMOS, Fábio. *No tempo das especiarias. O império da pimenta e do açúcar.* São Paulo, Contexto, 2013, p. 150-153.

⁹² Os judeus da Antuérpia e depois de Amsterdã haviam se envolvido profundamente desde o início da colonização do nordeste com o financiamento e a operação da agroindústria açucareira e com a comercialização de produtos nos mercados europeus. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654).* São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010, p.13.

⁹³ BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654).* São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010, p, 13.

Com a retomada das hostilidades hispano-neerlandesas é vedado o acesso dos Estados Gerais às mercadorias coloniais ibéricas. Como a irmã mais velha, a Companhia Unida da Índia Oriental (Vereenidge Oost-Indische Compagnie - VOC) foi estabelecida em 1602 para explorar os mercados asiáticos e a West Indische Compagnie (WIC) foi fundada em 1621 com uma dupla função: comerciar e guerrear. No entanto, mesmo que ambas as companhias se assemelhem em alguns aspectos, a WIC nunca teve os recursos de que dispunha a VOC. A WIC atraiu poucos investidores estrangeiros e o grosso do seu capital provinha de fundos públicos.⁹⁵

*“Quando, no decênio final do século XVI, os Países Baixos consolidaram militarmente na Europa sua independência da Espanha, a ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina visando a destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos. Nos primeiros anos do século XVII, a Companhia das Índias Orientais (VOC), sociedade de ações operando mediante monopólio outorgado pelo governo neerlandês, promoveu o comércio e a colonização na Ásia em detrimento da presença espanhola e portuguesa naquela parte do mundo. A partir da fundação em 1621 da Companhia das Índias Ocidentais (doravante referida também pelas suas iniciais holandesas. WIC, ou West Indische Compaigne), idêntico modelo institucional foi adotado para as Américas e para a costa ocidental da África”.*⁹⁶

Na estratégia holandesa os portos portugueses do Atlântico seriam alvos conjugados. Ou seja, açúcar e escravos poderiam advir desses locais. Não tardou para que em 1624 a Bahia fosse tomada e Benguela e Luanda fossem bloqueadas. No decorrer de 1625, nas praias de São Jorge da Mina, desesperados e enfraquecidos pelo calor, 450 soldados da WIC são degolados por cinquenta portugueses e novecentos “angolanos”.⁹⁷

Ainda em 1625 a Compaigne levanta feitorias em Pinda, Sonho, Congo e Loango. Mais do que marfim e cobre a empreitada agora concentra a maior parte das energias no trato negreiro. Em cada expedição holandesa iam dois intérpretes, que nos idiomas quimbundo ou quicongo, ambos meio aportuguesados, ou um português

⁹⁵ DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Luanda: Edição do Banco de Angola, s/d, v. 2. p.180.

⁹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras 2010, p 12.

⁹⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 209.

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. VII, p. 389-93.

meio quimbundizado estabeleciam contatos com os africanos. O mesmo sucedia na Índia onde o português incorporava palavras do tâmil, malaio e árabe.⁹⁸

No ano seguinte, em 1626, a WIC embarca sua primeira partida de escravos comprada de intermediários africanos. Do Daomé, Benim, delta do Níger, Calabar e Camarões, 2.400 africanos foram traficados para Pernambuco. Com um entreposto fortalecido por um intermediário de escravos no Benim, as atividades da WIC ganhavam maior estabilidade e poderiam se expandir, como pressupõe o Tratado de Tréguas⁹⁹ luso-holandês, que possibilitou a WIC um novo bote no Atlântico português.

A Nova Holanda, ou o Brasil Holandês precisava de mais escravos, pois Pinda e Mina não estavam dando conta. Sem negros o comércio do açúcar fica comprometido, pois em terras Brasileiras, sem negros nada se faz.¹⁰⁰ Nassau ruma as velas e os planos para Luanda, o principal e mais lucrativo porto de escravos. Luanda, Benguela, São Tomé e Ano Bom caem nas mãos dos holandeses em 1641. Com uma trapalhada da diplomacia da Restauração, no mesmo ano o Maranhão é invadido.¹⁰¹

Essas rotas atlânticas incentivadas por Maurício de Nassau, um norte-europeu dirigente de uma companhia semiprivada, endossavam o postulado já elaborado há um século pelos portugueses, ou seja, “*trazer o Brasil até o Brasil*” era necessário. Corria esse adágio, que em boa medida pode ser traduzido como trazer “Angola”, ou os angolanos, até os senhores de engenho do Brasil.¹⁰² Nassau, por vezes aclamado

⁹⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 213.

⁹⁹ O tratado de tréguas luso-holandês, assinado em 1641 por dez anos, congelava as frentes de batalha. De quebra, trazia armamentos dos Países Baixos para escoar o combate bragantino contra a Espanha. Na sequência, uma esquadra flamenga aporta no Tejo com armas e homens para ajudar os portugueses a segurar a barra de Lisboa. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. Cit.*, 2000, p. 220.

¹⁰⁰ “*Pois conquistando Angola, tirar-se-lhe-ia o seu melhor mercado abastecedor de negros. E sem trabalhador negro, como era óbvio, não poderiam os plantadores da América espanhola, do sul central, lavrar as suas terras, nem explorar as minas peruanas*”. In. DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Luanda: Edição do Banco de Angola, s/d, v. 2. p. 218.

¹⁰¹ Sobre as trapalhadas da diplomacia da restauração o conde de Ericeira argumenta: “*Naquele tempo era tão pouco o exercício que havia em Portugal dos negócios políticos e militares, que não se podem condenar justamente os que não ajustaram com todas as circunstâncias que convinha as diligências a que foram mandados*”. MENESES, Luís de. Conde de Ericeira. *História de Portugal restaurado*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1751, v. IV, p. 155.

¹⁰² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. 2000, p. 211.

como humanista, ignorava o escrúpulo de seus patrícios e teses aos moldes das de Espinoza, se assenhoreando de uma base colonial portuguesa.¹⁰³

O padre António Vieira, um século mais tarde escrevia ao conde de Ericeira resumindo as relações entre a Ibéria, os Países Baixos e o Brasil, ou o caráter internacional das mesmas, que desconstroem dualidades. Quer isso dizer que para além de guerras e conflitos advindos de entraves entre capitais privados dos países baixos, aqui exemplificados com Nassau, e interesses públicos de foro real luso ou madrileno, havia ainda a associação entre comerciantes que possuíam o Atlântico como pátria. Assim, o padre resume que “*eles (os holandeses) nunca tiveram indústria para tratar negros, nem lavouras ou engenhos de açúcar, e sem os lavradores portugueses nenhuma utilidade podiam tirar daquela terra (Pernambuco)*”.¹⁰⁴

A essa altura Olinda e Recife já estavam apropriados desde 1630. Em 1635 a Zona da Mata pernambucana também estava sob a administração da WIC. Como se observa, não se pode tratar de conflitos entre lusos e holandeses em Angola, tampouco das disputas pelo comércio de escravaria sem mencionar o Brasil. Para ressaltar qualquer fato relativo a essa temática se esbarra no vai e vem do Atlântico sul.

No entanto, a cultura da cana-de-açúcar possui instabilidades. Quedas nos preços fazem com que os proprietários se endividem e os escravos comecem a ser comprados a crédito, ou em troca do açúcar fabricado. Arcando com gastos oriundos das conquistas a WIC começava a tornar-se vulnerável ao mercado açucareiro: não só as hostilidades anti-holandesas em Pernambuco e em Luanda davam trabalho. A posse de Luanda estava longe de garantir o controle das atividades na África Central.¹⁰⁵

¹⁰³ Alencastro critica a omissão de uma modernidade nassoviana calcada em uma militância negreira. Por vezes, em livros como o editado em Haia por ocasião do tricentenário da morte de Nassau, essa omissão facilitou a criação de um personagem aos moldes das biografias dos grandes homens. Ver HOETINK, H. R. *Some remarks on the modernity of Johan Maurits*. In: Ernest van den Boogaart et al. (eds.), *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679: A humanista Prince in Europe and Brazil* (The Hague: Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979). *Apud* ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 212.

¹⁰⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 28. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 139.

¹⁰⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. Cit.*, 2000, p. 216.

“Baque mais sério abala a Compagnie a partir de 1640 quando da queda dos preços do açúcar em Amsterdam provoca um refluxo dos capitais investidos em Pernambuco. Sem conseguir neutralizar as manobras especulativas dos capitalistas da Holanda, a diretoria da WIC também não dava conta da gestão dos dois polos escravistas no Atlântico Sul”.¹⁰⁶

Em 1640 quando Portugal e Espanha findam sessenta anos de união dinástica, o duque de Bragança, novo monarca aclamado D. João IV, tinha três desafios pela frente. O primeiro era na Europa, pois Portugal precisava obter reconhecimento de sua soberania.¹⁰⁷ O segundo na península Ibérica, as fronteiras precisavam ser fortalecidas para evitar um conflito com os vizinhos. O terceiro no ultramar ou reintegrar as colônias que haviam sido perdidas para a Holanda no decorrer da prolongada guerra contra Castela.¹⁰⁸

Os Braganças necessitavam ainda examinar o avanço da Guerra de Restauração na Espanha e negociar o apoio do Papa Urbano VIII (que não reconhecia D. João IV como rei português e tampouco o governo dos holandeses tomados como hereges). Havia igualmente que ser observada a guerra civil na Inglaterra, que mais tarde seria uma importante fiadora da independência portuguesa.¹⁰⁹

Tudo ocorria mal para os portugueses no início da Restauração. Felipe IV se armava para esmagar a rebelião portuguesa, embora também estivesse preocupado com a revolta catalã. Portugal estava derrotado no ultramar, com o império em farrapos. No Brasil, perdera o Maranhão e, na África, “Angola”. Até os mais fiéis súditos da casa dos Braganças consideravam difícil manter uma soberania sem recursos ultramarinos.¹¹⁰

Enquanto negociava com a Holanda, Portugal multiplicou missões secretas a vários estados, incluindo Roma. A prioridade máxima dos diplomatas portugueses era

¹⁰⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. 2000, p. 217.

¹⁰⁷ Apenas após vinte e oito anos, depois de Madri havê-la feito o Vaticano reconhece Portugal. Mesmo a França, que se interessava em reconhecer a restauração portuguesa, recusava-se a um passo mais conclusivo, ou uma aliança militar com os Braganças, mesmo que Richelieu estivesse estimulando. In.: MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil – Portugal, os países baixos e o nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, p. 30.

¹⁰⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Op. Cit.*, 1998, p. 21.

¹⁰⁹ BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1790)*, Luanda: Arquivo Histórico de Angola/Ministério da cultura, 1998, p. 19.

¹¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida. In Revista Tempo, n. 27, dez 2009, p. 103*

garantir a soberania dos Braganças, o que implicava guerra na península e diplomacia na Europa. “*O melhor do oriente estava perdido. E talvez fosse preciso ceder boa parte do Brasil e da África, tudo pela independência recém-proclamada*”.¹¹¹

Antes de 1580, em virtude do seu alheamento às questões europeias, Portugal possuía uma modesta representação diplomática com embaixadas em Madri, Paris e Roma. A união das Coroas fez com que a Espanha concentrasse a representação externa do país. Ao voltar a uma existência autônoma, os lusitanos não dispunham de uma gerência internacional, improvisando um corpo diplomático recrutado entre a alta aristocracia, o judiciário e funcionários da casa dos Bragança.¹¹²

No final de 1641, além da Restauração contestada Portugal estava desgastado com a chamada “pazes com a Holanda”.¹¹³ Os portugueses nunca haviam perdido tanto, nem na época da “União Ibérica”, apesar dela. Precisavam de uma ajuda súbita e que fosse de fôlego. A ideia foi substituir Tristão de Mendonça Furtado, que havia morrido sem nenhuma glória, pelo diplomata de carreira e desembargador da Casa de Suplicação, que servira na Suécia e na França de Richelieu. Tinha fama de intransigente, e talvez fosse isso que Portugal precisava.¹¹⁴

Francisco de Andrade Leitão chegou em Haia, cidade localizada a oeste Holandês em 1642. Fez jogo duro, exigências e denunciou violações em acordos e tratados, solicitando a pronta devolução de Angola e do Maranhão, últimas conquistas flamengas. Nada conseguiu. Os holandeses investiram fortuna nessas conquistas e não estavam dispostos a negociar. Qualquer devolução sairia muito caro aos portugueses, a citar o sal de Setúbal, indenizações elevadas e privilégios comerciais aos holandeses nos negócios com o açúcar.¹¹⁵

¹¹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida*. In *Revista Tempo*, n. 27, dez 2009, p. 106.

¹¹² MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil – Portugal, os países baixos e o nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, p. 30.

¹¹³ A chamada “pazes com a Holanda” refere-se a um processo que envolvia acordos entre Portugal e os Países Baixos como uma tentativa de evitar conflitos. Um exemplo é o tratado de 1669 que, “em lugar dos produtos brasileiros, Portugal comprava o Nordeste com Cochim e Cananor e com sal de Setúbal. A mudança tinha razão de ser na entrada do açúcar do Caribe no mercado internacional. Com o fim do seu monopólio do produto, o Brasil perdera boa parte do seu interesse para o comércio holandês [...]” in.: MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil – Portugal, os países baixos e o nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, p.248.

¹¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida*. In *Revista Tempo*, n. 27, dez 2009, p. 105.

¹¹⁵ Para informações mais aprofundadas sugere-se o penúltimo capítulo da obra “O negócio do Brasil” de Evaldo Cabral de Mello, onde o autor traça aspectos das negociações entre Holanda e Portugal em Haia. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil – Portugal, os países baixos e o nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

Pelo seu insucesso foi deslocado e substituído por Francisco de Souza Coutinho, que era o contrário de seu antecessor, ou seja, o embaixador era conhecido pela prudência. Coutinho optou por esperar o desfecho da Guerra dos Trinta Anos, aguardando o parecer da Espanha sobre a soberania dos Países Baixos calvinistas.

Ao passo que a guerra entre Portugal e Holanda continuava, as batalhas fronteiriças com Castela também não esmoreciam, ao contrário, as relações com o restante da Europa preocupavam Portugal. Navios de guerra de Cromwell haviam perseguido monarquistas ingleses até Lisboa e bloqueado o Tejo em 1650. Sentindo o perigo o conselho Ultramarino alerta D. João IV: “*Não convém dar motivo algum ao parlamento [inglês] de se descontentar de Vossa Majestade.*”¹¹⁶

Outra relação que preocupava os portugueses era a que mantinham com a rainha Ginga, expoente traficante de escravos, que agora se aliara aos holandeses. No decorrer dos conflitos muitas alianças foram modificadas junto com os territórios perdidos. Os missionários, angolanos e autoridades estavam expostos a novas relações de poder onde o comando principal vinha de quem detinha o tráfico negreiro, ou os principais portos, que no caso específico era Luanda, nessa altura tomada pela Holanda.

Assim, apesar da tomada de Luanda pelos holandeses em 1641,¹¹⁷ a presença flamenga na região não pode ser observada somente do ponto de vista da concorrência entre duas potências europeias. Foi principalmente com esse evento que a cooperação entre os portugueses e a *West-Indische Compagnie* se maximizou. Essa colaboração comercial que não era apadrinhada pela administração lusa em Luanda, tampouco pela lisboeta, que não poupava esforços para promover medidas administrativas que vedassem o comércio dos portugueses com os Países Baixos.¹¹⁸

Enquanto Portugal lamentava a quebra dos rendimentos comerciais advindos de Luanda, principalmente no que condizia com os déficits nas aquisições relacionadas a escravaria, os comerciantes lusos não se inibiam em contrariar as sanções

¹¹⁶ Alencastro cita o seguinte documento: Ofício de 09/12/1650, Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 7627. D. Francisco Manuel de Mello.

¹¹⁷ “A expansão holandesa pelos sete mares durante a primeira metade do século XVII foi, à sua maneira, tão notável como a expansão marítima portuguesa e espanhola ocorrida cem anos antes [...]” In. BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 123.

¹¹⁸ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 187.

regulamentarias e estabelecer mercadejo com os flamengos, mesmo que estivessem à revelia das leis, como foi o caso documentado por Adriano Parreira, onde a venda direta de escravos no presídio de Benguela era feita à WIC.¹¹⁹ Os interesses entre ambos (portugueses e holandeses) se faziam mútuos, ou seja, partilhavam o interesse de alimentar o tráfico de escravos.¹²⁰

*“À medida que o tempo foi passando, e Judeus e Mouros tiveram de abandonar a Península Ibérica, a intolerância aumentou. Acabara a era de coexistência pacífica, e um conflito bem mais acerbo opunha os partidários de Cristo aos partidários de Maomé. Estes últimos, para mais, revelam-se os guardiões do comércio internacional asiático, sendo portanto os inimigos naturais dos portugueses. Diga-se de passagem que esse tal facto nunca impediu a existência contínua de comércio pacífico entre mercadores islâmicos e judeus com mercadores portugueses, particularmente na África, onde ninguém punha em causa a supremacia marítima de Portugal”.*¹²¹

Contudo, no período de administração holandesa em Luanda os combates entre portugueses, e sobas adversários não deixaram de ocorrer. Nessas guerras os portugueses contavam com aliados advindos da região do rio Bengo e Lucala, e com ajuda de missionários católicos bem relacionados com os sobas do interior angolano.¹²² Apesar da geografia dessa união, a comunicação de Matamba com os holandeses era contínua, em virtude de a rainha Ginga coordenar a área que condizia com parte do rio Cuanza. Essa via fluvial, navegável desde Massangano, constituía o único modo além-terra de comunicação com o interior da costa.

¹¹⁹ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

¹²⁰ HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 53.

¹²¹ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 353.

¹²² Especialmente os missionários capuchinhos que participavam da Propaganda Fide.

“A Sagrada Congregação da Propaganda Fide foi fundada pelo Papa Gregório XV em 1622, no contexto das navegações marítimas europeias. Teve como objetivos oficiais a expansão do cristianismo e a garantia do estabelecimento da fé cristã, a partir do combate à permanência de práticas heréticas. Embora os fundamentos de evangelização tenham sofrido grandes alterações ao longo dos séculos, a Propaganda Fide persistiu com essa nomenclatura até o ano de 1988, quando o Papa João Paulo II passou a denominá-la “Congregação para Evangelização dos Povos”. Disponível em: <http://www.fides.org/ita/index.html> Acesso 13/04/2013

Informações mais detalhadas sobre a ordenação dos Capuchinhos podem ser encontradas no seguinte trabalho: GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008 (Dissertação de Mestrado).

Assim, isolados do sertão de onde vinham os escravos, a WIC negociava a compra dos mesmos ora com os portugueses, ora com Ginga, revendendo-os em um amplo comércio estabelecido na Europa e Américas, sem necessitar investir maciçamente em artilharia pesada.¹²³ Queremos com isso dizer que se conflitos bélicos haviam entre portugueses e holandeses, também havia o mercadejar e relações a revel das ordenações régias.

Escritores como Charles Boxer e Ralph Delgado trazem informações que até 1º de dezembro de 1640, portugueses e espanhóis eram aliados contra os holandeses, após a restauração, nos 23 anos seguintes, os lusos tiveram de lutar contra hispanos e flamengos pelas posições na África.¹²⁴ Apesar das arguições expostas em escritos significativos que conglomeram as relações entre essas três regiões nos seiscentos, e de considerarmos os confrontos bélicos que ocorreram, as relações principalmente entre lusos e flamengos estavam longe de serem homogeneamente hostis. Para citar David Birgmingan, os holandeses sabiam que os portugueses envolvidos no comércio, especialmente os isolados da costa angolana e do tráfico, ou seja, remanescentes no interior, eram importantes intermediários nas tratativas com os africanos.¹²⁵

Vale observar que o tráfico de peças, além de um negócio rentável, introduzia muitos estrangeiros nas colônias, no que tange a economia e a vida social local.¹²⁶ Essa atividade proporcionou a Oliveira de Cadornega ascender socialmente e angariar diversos cargos militares e administrativos. Atingiu a patente de capitão em 1649, antes de assumir funções na administração pública que correspondiam melhor com suas inclinações. Viveu em Massangano por 28 anos e ali chegou em 1660 a juiz ordinário.¹²⁷

Conforme Mathieu Demaret, o escritor participou ativamente do comércio de escravos durante os quase trinta anos que vivera em Massangano, sendo que nos

¹²³ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Ginga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 196.

¹²⁴ BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 124.

¹²⁵ BIRGMINGAN, David. *The portuguese conquest of Angola*. London: Oxford Univ. Press., 1965, p. 34.

¹²⁶ CARVALHO, Flávia Maria. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental, In. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV - Nº 07, Julho/2011, p. 15.

¹²⁷ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 136.

primeiros oito anos de sua estada em África houve a ocupação holandesa. Com isso, o principal porto angolano, situado em Luanda, estava sob administração liderada pelos flamengos.¹²⁸

Com esses dados, talvez se pressuponha alguma dificuldade dos cristãos-novos portugueses sobreviverem em meio à perda administrativa de Angola por Portugal. No entanto, lembramos que no início do século XVII o principal destino dos judeus emigrados de Portugal era Amsterdã e Hamburgo.¹²⁹ As rotas de fuga acompanhavam o crescimento mercantil que, em contraponto com a diluição dos judeus na Península Ibérica, nos domínios coloniais e comerciais, estes aumentavam consideravelmente, inserindo-se nessas organizações comerciais pelo degredo ou concessão de ofícios, além dos arranjos familiares, como os matrimônios de judias com cristãos-novos.¹³⁰

Observamos que Oliveira de Cadornega serviu-se de ambas as estratégias, pois desposou da filha de Fernão Rodrigues, também cristão-novo e um dos primeiros povoadores de Angola, várias vezes nomeado capitão de navegação do Cuanza, onde possuía uma ilha que levava seu nome.¹³¹ Em suma, os portugueses em “Angola” se compunham basicamente por degredados. Também os comerciantes holandeses eram em parte significativa pertencentes a comunidades sefarditas. Com essa conjuntura, por vezes pouco considerada nas relações comerciais entre holandeses, ibéricos e angolanos, observamos uma espécie de solidariedade entre os grupos judaizantes que, como mencionamos, agiam à revelia das ações régias.

Talvez a “dominação holandesa” só tenha existido enquanto um termo em uma historiografia que tende por reconstruir feitos e espaços conquistados pelos portugueses. Se havia necessidade em imitar o modelo português, enviando diligentes e construindo fortalezas de pedra em Luanda,¹³² também havia a necessidade de se

¹²⁸ DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011, p. 110.

¹²⁹ MENDES dos REMÉDIOS. *Os judeus portugueses em Amsterdão*, Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 25.

¹³⁰ VAINFAS, Ronaldo. Tipologia do desengano: cristãos-novos portugueses entre Amsterdão e o Brasil holandês. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 7, 2007, pp. 9-29.

¹³¹ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 137.

¹³² CURTO, Diogo Ramada. Do reino à África: Formas dos projetos coloniais para Angola em Inícios do século XVII. In.: FURTADO, Junia, *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica – Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 216

manter relações entre os comerciantes locais portugueses, angolanos ou luso-angolanos e também os holandeses. Estes últimos entram no cenário para militarizar, comerciar e disputar os instáveis territórios, como já faziam os portugueses.¹³³

Nesse contexto Cadornega vive em Massangano, onde era um intermediário de escravaria, ou seja, negociava com os sobas que com seus exércitos preavam as gentes nos sertões das “Angolas” e repassava a quem se propunha comprar. Com isso, inferimos que os cargos angariados e o acesso de documentação administrativa, as notícias detalhadas que remonta em sua obra, bem como as relações com missionários católicos, fazem parte de uma realidade privilegiada, de quem estava inserido entre uma “elite angolana”, composta por aqueles que eram bem sucedidos no traficar das gentes.

Todos esses elementos nos levam a crer que seu regresso se fazia desinteressante e, como afirma Beatrix Heintze,¹³⁴ o sucesso de Cadornega em “Angola” somado com as perseguições sofridas pela sua família, ensejaram a escrita da obra *“História Geral das Guerras Angolanas”* e o seu dedicar a D. Pedro II como uma forma de permanecer na África. É como se a obra fosse uma espécie de moeda de troca, onde o autor tenta laudar os anos de serviços prestados a casa dos Braganças, bem como os “trunfos” das administrações lusas em “Angola”, justificando sua permanência, e o livrando dos jugos inquisitorias.

Vale a pena acompanhar o excerto extraído do tomo primeiro da HGGA, e em seguida um frontispício que está no tomo terceiro. Em ambos os exemplos o autor dedica a sua obra a Dom Pedro II de Portugal:

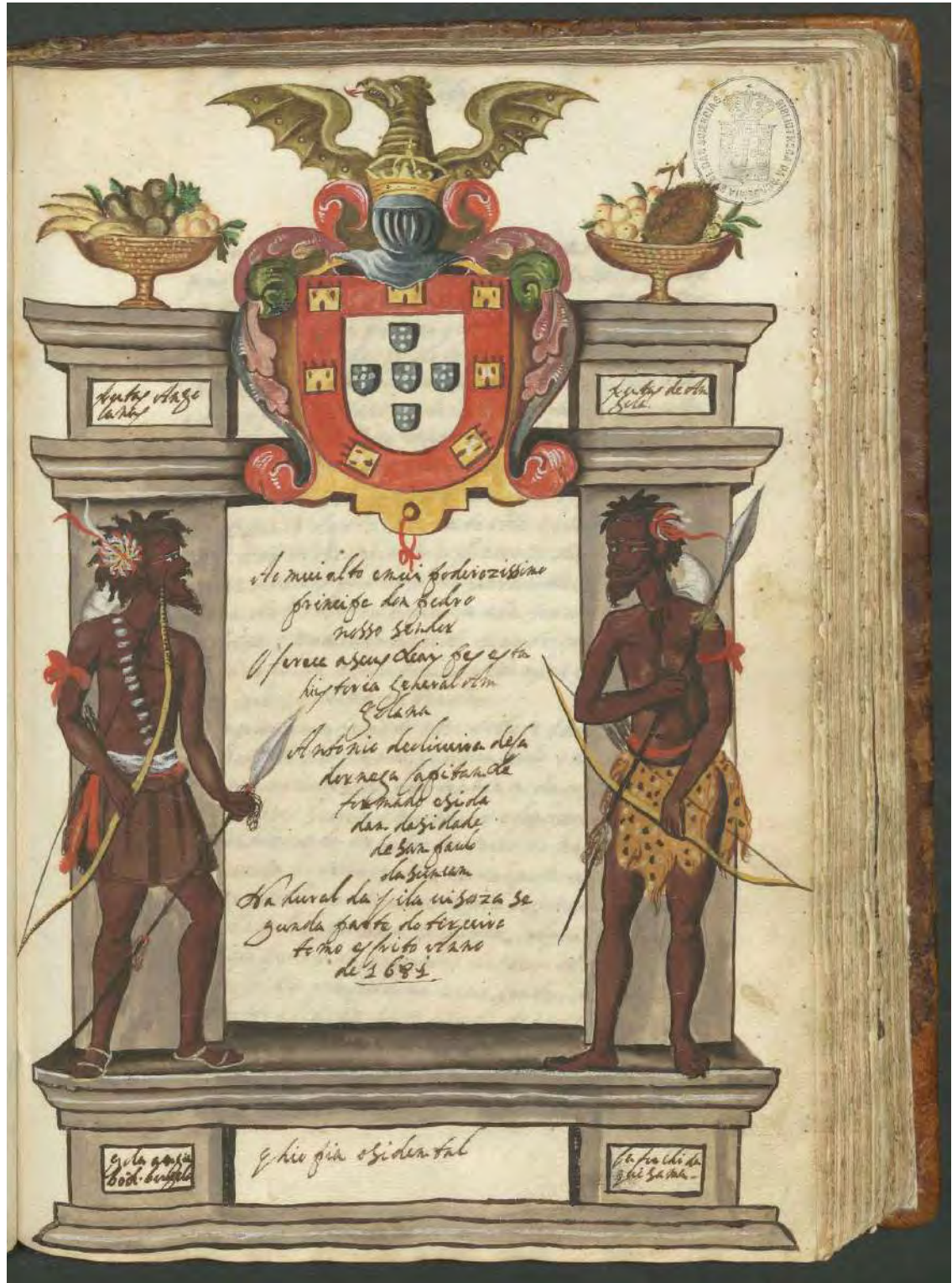
*“Estas são as obrigações que me acompanhão, para tomar confiança da fazer a dedicatória desta historia das guerras Angolanas ao Principe Nosso Senhor Dom Pedro Governador Regente dos Reinos de Portugal e de suas conquistas, que muitos annos nos viva e o guarde Deos”.*¹³⁵

¹³³ A disputa pelo comércio transatlântico. In.: SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

¹³⁴ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 138.

¹³⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 04.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, frontispício tomo III.



Transcrição: “Ao mui alto e mui poderozissimo príncipe D. Pedro nosso Senhor, ofereço aos seus reais pés esta Historia das Guerras Angolanas. António de oliveira de Cadornega, Capitam reformado e sidadão da sidade de São Paulo dassunçam, natural de Vila Visoza, segunda parte do terceiro tomo escrito anno de 1681”.

Imagem 01: Belgicum Foederatum editado por Nicolass Visscher. Mapa detalhado da República das Sete Províncias Unidas. Procedente da coleção de mapas do Arquivo Nacional em Haia (NA-VEL- 4-156). Publicado no volume I da Série Maurítiana. In.: BUVE, Raymond. *Mapas neerlandeses do Brasil conquistado 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden*. Paraty, Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, p. 1-34.



Imagem 02: A reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá Benevides em 1648. Azulejaria que compõe acervo da Fortaleza de São Miguel em Luanda (1634). Disponível em: <https://sites.google.com/site/azulejosdafortalezadeluanda/> Acesso 30/09/2016



Capítulo 3

O estabelecimento do Dongo e do comerciar

*“Nesta turbulenta terra
armazém de pena e dor,
confusa mãe de temor,
Inferno em vida”.*¹³⁶

Em 1571 a “*Capitania e Governança de Angola*” foi criada aos moldes do sistema de capitanias hereditárias adotado também no Brasil. Fez-se donatário dessas capitanias Paulo Dias de Novaes¹³⁷ que era neto de Bartolomeu Dias, navegador que já havia navegado pelo Atlântico e chegado no Cabo da Boa Esperança. Na altura, D. Sebastião, então rei de Portugal, “deu-lhe o que não era dele”, ou transferiu o governo e a posse de terras que pertenciam a africanos a Novaes.¹³⁸ A região que viria a ser denominada como “Angola” no século XVII compreendia, pelo menos em mapas e cartas oficiais, o reino do Dongo e ainda espaços adjacentes, como Benguela.

Contudo, como argumenta Heintze, “Angola” possuía fronteiras que só existiam na documentação oficial e em mapas europeus.¹³⁹ No período de máxima extensão, o

¹³⁶ “*Descrição da Cidade de Loanda e reyno de Angola*”. É assim que Oliveira de Cadornega intitula trecho do que se conhece como primeiro poema escrito em Angola, cuja autoria é de Luís Félix da Cruz e foi citado no final do tomo III da obra *História Geral das Guerras Angolanas*. A transcrição na HGGA é baseada em manuscritos desconhecidos, mas que Cadornega menciona ter tido acesso através de “huma obra de satyra, que fez hum poeta curiozo das calamidades destes reinos”. CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo III, p. 235.

¹³⁷ Paulo Dias de Novais era neto do navegador Bartolomeu Dias. Birmingham escreve que “no ano de 1488, Bartolomeu Dias tornou-se o primeiro marinheiro europeu a navegar por toda a extensão do Atlântico e a chegar ao Cabo da Boa Esperança. Um século mais tarde, o neto de Bartolomeu, Paulo, seguiu no seu encaço e desembarcou na costa de Angola, determinado a conquistar um império em África”. In.: BIRMINGHAM, David. *Portugal e a África*. Nova Veja: Lisboa, 2010, p. 25.

¹³⁸ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 408.

¹³⁹ CUVÉLIER, J.; JADIN L. *L'ancien royaume de Congo*. Bruges e Paris, 1946. p. 237.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 277.

Dongo, por exemplo, ia do rio Bengo, a norte, até a região imediatamente a sul do rio Cuanza. A zona litorânea que hoje tem-se como Angola, pelo menos até a ilha de Luanda se manteve sempre entre os Congos. Essa região era prezada pela produção do zimbo, ou um molusco univalve cuja casca funcionava como moeda.¹⁴⁰

Os usos do conceito de “Angola” em papéis de ordem administrativa dos portugueses, arrolados junto aos tomos organizados por António Brásio, são muito confusos, podendo designar territórios próximos à Luanda ou ainda mais ao interior, nos sertões, mesmo que estivessem sob a liderança de africanos.¹⁴¹ Já as fontes francesas comumente citam como “Costa de Angola” a região entre o Cabo Lopez e Benguela.¹⁴²

Já em 1520 o Angola Quiluanje solicitava ao rei D. Manuel de Portugal uma expedição com missionários para que outros soberanos das “Angolas” tomassem o batismo. A solicitação foi de pronto atendida, haja vista que a possibilidade de obter prata naqueles territórios começava a ser inserida nos interesses lusos, fomentando as relações entre a corte portuguesa e o Angola.¹⁴³

Esse vínculo intensificado desagradava o Mani Congo,¹⁴⁴ que sentia a sua soberania ameaçada em virtude do comércio clandestino que saía da órbita

¹⁴⁰ CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e Traficantes no Império Português. O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: A esfera livros, 2016, p. 91.

¹⁴¹ Essa imprecisão pode ser observada em inúmeros documentos nos tomos de BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. Citamos apenas alguns: “*Missão dos Jesuítas em Angola (1602-1603)*”, tomo IV, p. 50.

“*Relacion del governador d’Angola sobre el estado en que tem aquella conquista y el descubrimiento de las minas de la platta a 28 de septiembre de 1603*”, tomo IV, p. 60.

“*Inquirição sobre o comércio de S. Tomé com Angola ordenada por D. João III, 1548*”, tomo II, p. 197.

¹⁴² M’BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008, p. 298.

¹⁴³ FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p.54 (Dissertação de Mestrado).

¹⁴⁴ Caso considerarmos os sons da palavra mwene em quicongo, podemos inferir na possibilidade de mani ser uma corruptela que aparece nas fontes documentais de modo aportuguesado.

Segundo Marina de Mello e Souza “os observadores portugueses identificaram o rei como mani Congo e os chefes locais como mani, seguido do nome da localidade que governavam, mani Sonho, por exemplo. Com a conversão do rei do Congo ao cristianismo, a decretação deste como religião oficial do reino, e a europeização dos hábitos da corte, os títulos europeus passaram a vigorar também entre os congolezes convertidos”. A autora expressa ainda que na linguagem corrente da época o chefe era o mwene, sendo o rei o mwene Kongo. In.: SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 335.

costumeira, ou seja, o controle de São Salvador ou Banza Congo¹⁴⁵ esmorecia e o Angola adquiria cada vez mais protagonismo.

A batalha de Dande, segundo descrições contidas em cartas do padre Inácio de Azevedo marcava a autonomia do Angola, que pegou em armas e rebelou-se contra o Mani Congo.¹⁴⁶ Atento as cobiças portuguesas implementadas pelas “políticas das minas” durante o reinado de D. Sebastião, o Angola tratou de promover sua independização em relação ao reino do Congo.

Objetivando deixar de pagar tributos ao comerciar e obter maiores lucros com a exploração das minas de Matamba e Cambambe, e também com a escravaria, a batalha de Dande, que ganhou esse nome em virtude do rio que fazia fronteira entre o reino do Congo e o reino do Dongo, é quando o mani Congo tenta desbaratar, sem sucesso, o exército rebelado do Angola, marcando o processo de autonomia (em relação ao Congo) deste último.¹⁴⁷

Vale acrescentar, que nas narrativas da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de Oliveira de Cadornega, é possível observar que alianças e vitórias bélicas facilmente se dissolviam. Por exemplo, os sobas¹⁴⁸ frequentemente se rebelavam ou se aliavam aos inimigos da coroa. Precisou ser efetuado por parte dos

¹⁴⁵ Na época São Salvador estava em território Congoles. Após a expansão do Dongo esses domínios serão liderados pelos Angolas.

¹⁴⁶ Carta do padre Inácio de Azevedo para o padre Diogo Lainez. 19 de maio de 1558. In.: BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, V. II, p. 411.

Carta do padre Francisco de Bórgia para o general da Companhia, 20 de maio de 1558. In.: BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, V. II, p. 415.

¹⁴⁷ GARCIA, Carlos Alberto. *Paulo Dias de Novais e sua época*. Agência Geral do Ultramar, 1964, p.119, 135.

¹⁴⁸ Charles Boxer considera os sobas fundamentais nas dinâmicas que preavam escravos, salientando a autonomia política dos mesmos, o que possibilitou uma maior aproximação com os funcionários portugueses. “*Era muito grande a autoridade dos chefes das tribos (chamados sobas, ou sobas, em Angola), chegando a ser, em certos casos, absoluta.*” In.: BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 239.

Elias Alexandre ao descrever a presença portuguesa em Angola conceitua os sobas como “*título que equivale ao de governador*”. Entre as atividades dos sobas o autor destaca que decretavam penas de morte e vendiam culpados como escravos, mas principalmente forneciam apoio militar ao Angola em caso de ameaças a soberania ou a falta de pagamento de tributos. In.: CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E. Vol. 1, 1937, p. 37.

CARVALHO, Flávia Maria. *Os homens do rei em Angola. Sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Maceió: EDUFAL - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2015.

lusos um investimento com abastadas somas, para conter e reprimir as seguidas rebeliões dos vassallos, num jogo de alianças sempre flutuantes.¹⁴⁹

O reino do Congo forneceu os primeiros africanos aos portugueses desde a primeira viagem de Diogo Cão, em 1483.¹⁵⁰ Os escravos eram provenientes de Banza Congo, capital do reino, ou São Salvador do Congo, como os portugueses chamavam. Foram exportados a partir de Pinda, na foz do rio Zaire e não demorou para que também fossem de Ambriz, ao norte de Luanda. Aliás, é a criação de Luanda que vai permitir organizar as rotas escravistas de um outro modo, agora sendo alimentada de escravos oriundos principalmente do reino do Dongo.¹⁵¹

Com o crescimento das importações transatlânticas ficou cada vez mais difícil de saldá-las com peles ou cobre. Nessa altura os portugueses já manifestavam o desejo de receber em escravos. Os Congos, com o intuito de produzir mais cativos começaram a poupar nas guerras as mulheres e os homens sadios e a reduzi-los a servidão. Essa prática estimulou a resolução de conflitos através das armas. Alberto da Costa e Silva cita uma dessas guerras, ao narrar um assalto comandado por Afonso I, rei do Congo, em 1513 ou 1514, contra Munza, então rei do ambundos. Deste conflito o mani Congo trouxe 410 prisioneiros e um total 320 embarcaram para Portugal.¹⁵²

Afonso I começava a preocupar-se com sua autoridade que estava sendo desafiada e o seu monopólio comprometido. Apesar de estar alerta, Afonso I não tinha como conter a compra de armas efetuadas pelos nobres do seu ou de reinos adjacentes, ou ainda a falta cometida com o não repasse de tributos, práticas que o desobedeciam com audácia e promoviam nos cativos congueses, livres ou libertos, e até filhos de nobres um certo desdém, que os mobilizava possibilitando que vendessem a escravaria aos brancos ou a quem quisessem.

¹⁴⁹ Principalmente na leitura do volume I, por exemplo, o governo de Manoel Cerveira Pereira, p. 57-67. In. CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 36-37.

¹⁵⁰ DIOGO JUNIOR. Alfredo. *Angola perante a escravatura*. Luanda: Editorial Quissange, 1965.

¹⁵¹ HENRIQUES, Isabel Castro. *A rota dos escravos – Angola e a rede do comércio negreiro*. Lisboa: CEGIA; Luanda: Ministério da Cultura – Angola, 1996, p. 127.

¹⁵² SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 373. Baseado na seguinte documentação: Carta de D. Afonso, rei do Congo, a el-rei D. Manuel, 5 de outubro de 1514. In.: Paiva Manso, *História do Congo*. Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877.

Sobre as autoridades que se instituíaam nas Áfricas Central, importa observar que elas se compunham em um sistema de persuasão, onde determinado líder que almejava governar, não apenas precisava se sobressair em questões sobrenaturais, como o manipular das chuvas ou do clima, por exemplo, mas sobretudo as questões políticas propiciariam aos súditos responder ou não com lealdade.¹⁵³ D. Afonso I, por estar perdendo apoio e monopólio manifestou, em 1526 por meio de carta enviada ao rei de Portugal, o desejo de que o Congo não mais exportasse escravos e que cessassem as compras de mercadorias estrangeiras.¹⁵⁴

[...] um componente essencial da autoridade política de cada detentor de um título era a sua capacidade de convencer as pessoas de que ele não só tinha o direito de governar como também possui métodos sobrenaturais de implementar os poderes que reivindicava. Neste tipo de ambiente, a ascensão e queda dos reinos dependia, de um modo muito real, da elaboração de ideias as quais as pessoas correspondessem com lealdade.¹⁵⁵

Em 1556, o monopólio comercial do reino do Congo foi desfeito através de uma empreitada bélica que consagrava a independência de um novo estado, ou o Dongo. Paulo Dias de Novaes, jovem aristocrata e ambicioso, estava aliançado com os sobas do Dongo para garantir o sucesso bélico e inaugurar uma tradição que seria seguida até fins do século XIX, ou o envolvimento pessoal dos responsáveis do reino no comércio negreiro e em qualquer tráfico rentável.¹⁵⁶

O comércio já existia no reino do Dongo e era bem desenvolvido antes da chegada lusa. O que os donatários não conseguiam era fazer valer sua “autoridade”, pois os brancos e mulatos que mercadejavam no litoral, “*muitos dos quais nascidos em São Tomé, Cabo Verde e no continente africano, reinóis degredados ou cristãos-novos de volta ao judaísmo, não se sentiam obrigados a obedecer-lhe nem o rei de Portugal*”.¹⁵⁷ As feiras, ou como quer Oliveira de Cadornega “*quitandas*”, assim ditas

¹⁵³ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 269.

¹⁵⁴ PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão *História do Congo*. Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877, p. 57.

¹⁵⁵ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 269.

¹⁵⁶ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008, p. 424.

¹⁵⁷ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 410.

na língua quimbundo, faziam parte de uma rede ampla e que conectava diferentes povos e mercadorias das Áfricas tidas como Centro-Occidentais. Vale observar os excertos que seguem extraídos da obra *História Geral das Guerras Angolanas*.¹⁵⁸

*“Andava também naquelle Rio Coanza hum Negro nosso alevantado feito grão Corsário por nome Lourenço Anzoanzi, o qual metido com a gente da Quisama fazia em sua Companhia como pratico no nosso Paiz muitas pilhagens e assaltos, sem o Capitão e Cabo do Rio Coanza, com ser tão intelligente e pratico e vigilante, lhe poder dar alcance, até que soube por Espias que elle trazia, tinha entrado pella Lagoa de Angolomem a assaltar huma **Quitanda que na terra daquele Sova nosso Vassallo havia:** e por não espantar aquelles Ladroens que trazião aquelle Cabo Vigia á vista, avizou ao Governador mandasse por terra dar sobre elles **em dita feira, e na sua lingoa Quitanda,** o que o vigilante Governador dispoz logo mandando a um Capitão experto por nome Diogo Gomes Moralles”.*¹⁵⁹

*“Hindo governando a guerra a fez aos rebeldes alevantados tendo com elles muitos tranzes de batalhas havendo-se em tudo com valor e disposição, e tendo noticia que a fortaleza de nossa Senhora da Àsumção que nesta Conquista de Dongo havião fundado a que chamão da Embaça por se haver mudádo para aquella parte a fortaleza chamada de Ango e não ser ali onde estava muito necessária por a Conquista do Reino de Angola se ir continuando para o Sertão e estar esta de Ango mui próxima a **Masangano e Cambambe onde havia mais abundantes feiras de escravos a respeito da conquista que se hia prossequindo”.***¹⁶⁰

¹⁵⁸ A África Centro-Occidental compreende a região do Congo e “Angola”, assim nomeada pelos portugueses do século XVI ao XIX. In.: SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 20.

¹⁵⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 216.

¹⁶⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 57.

Nessas feiras os pombeiros traziam vinhos portugueses e artigos de ferro, latão, mantas do Alentejo, lãs e linhos de Flandres, contaria de Veneza e algodões, chitas, musselinas e morins da Índia. Do Brasil vinha a farinha de mandioca, que por sua durabilidade enchia os farnéis dos guerreiros nas guerras e os depósitos dos navios negreiros.¹⁶¹

Para Jan Vansina, antes da chegada dos portugueses coexistiam dois tipos de comércio nas Áfricas Centro-Occidental. O de “curta distância” que era essencialmente regional, conduzido nos mercados locais e ligando as comunidades vizinhas, ou o “comércio distanciado” que ocorria entre povos culturalmente distintos, conectando os espaços correspondentes a diversas regiões. Esses modos de comerciar se intercalavam e supriam as necessidades locais.¹⁶²

Com o século XV, Vancina argumenta que o envolvimento dos europeus, especialmente os portugueses, modificaram essas trocas. Outros produtos foram inseridos, como vinhos, armas de fogo, pólvora, panaria e missangas, mas não apenas isso se caracteriza como uma mudança significativa, para o autor o que mais importa considerar é que agora os africanos e europeus estavam conectados a longas rotas comerciais.¹⁶³

Em “*Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*”, Adriano Parreira sugere que as interpretações de Vancina são um pouco genéricas, e que não servem para elucidar o caso da África central. As densas redes de comunicação, para Parreira, foram estabelecidas antes da chegada lusa. Eram vias terrestres, fluviais e marítimas que enlaçavam a base comercial dos rios Zaire, Cuango e Cuvu.

Ainda segundo Parreira os comerciantes europeus já encontraram um sistema de trocas organizado e usavam as rotas comerciais pré-existentes para inserirem seus produtos nos mercados africanos.¹⁶⁴ No entanto, apesar dos africanos que constituíam as sociedades centrais, como por exemplo “Angola”, já mercadejarem

¹⁶¹ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 424; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 251-6.

¹⁶² VANCINA, Jan. *Long distance trade-routes in central Africa*. The Journal of African History. vol. III, n.3, 1962, p. 375.

¹⁶³ VANCINA, Jan. *Long distance trade-routes in central Africa*. The Journal of African History. vol. III, n.3, 1962, p. 376.

¹⁶⁴ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p.77.

com europeus antes do estabelecimento dos lusos, o que Vancina sublinha é que essa prática, ou o comércio, com feiras e periodicidade, só se consolidara com o interesse dos lusos pelo local, ou pelas “Angolas”.¹⁶⁵

Os rios eram fundamentais para o transporte das cargas e pessoas, principalmente o rio Cuanza, que desaguava próximo de Luanda, conectando o interior ao litoral. A navegação pela costa contava com os portos de Luanda, Benguela, Ambriz e Sonho (Soyo, Santo António do Zaire). Nas principais passagens e fronteiras cobravam-se taxas alfandegárias para se atravessar rios e terras. Estes direitos movimentavam a economia da região, sobrecarregando os comerciantes, que precisavam pagar tributos pelas mercadorias transportadas.¹⁶⁶

Concomitante ao alargar do comércio e objetivando auxiliar nas redes de contatos, sejam ou não comerciais, foram construídas fortalezas. A primeira fortaleza fora do eixo litorâneo foi a de Muxima, localizada na província de Quissama, onde o sal rivalizava com os escravos nas feiras do Dongo. Os Sobas daquele território consideravam o poderio do Angola e pagavam tributos que sinalizam o reconhecimento daquela soberania. O padre Pero Rodrigues, visitador da Companhia de Jesus, registrou que “*as minas de sal são seu tizouro por ser moeda corrente com que comprão peças e todo gênero de mantimentos*”.¹⁶⁷

A expansão militar e comercial permitiu que o Angola Quiluangi influenciassem também outras linhagens. Para reforçar ainda mais essa dependência, o Angola casava com mulheres de variadas estirpes e seus filhos recebiam o comando da linhagem na qual pertenciam. O filho do Quiluangi voltava como senhor à terra de seus tios e família formando diversos novos ramos linhageiros,¹⁶⁸ todos dispostos a se aliançar, comerciar e adquirir vantagens com o comércio das gentes.

¹⁶⁵ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p.75-6.

¹⁶⁶ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 52-59.

¹⁶⁷ História da resistência dos padres da Companhia de Jesus. In.: BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, V. VII, p. 571.

¹⁶⁸ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 176.

Capítulo 4

A população branca em Luanda

Com tamanho mercadejo, outros europeus, que não apenas lusos, aportaram nas “Angolas” durante os XVI e XVII. Antes dos flamengos chegaram os franceses que, ao modo dos portugueses, articulavam com agentes que lhes entregavam escravos. Também constituíram famílias e viviam à moda africana com mulheres da terra. Esses franceses não rivalizavam em quantidade com os que se diziam portugueses, muitos dos últimos, mais para a cor negra do que para mulatos.¹⁶⁹ Nos conta Elikia Mbokolo que:

*“As mulheres europeias revelaram-se particularmente frágeis face às condições climáticas, pelo que os viúvos não hesitaram em se casar com as filhas dos proprietários africanos ricos, educadas de acordo com as regras portuguesas e europeias”.*¹⁷⁰

Esses franceses, holandeses e também ingleses traficavam uns à vista dos outros e também competiam entre si. Comerciam largamente com luso-africanos, gente ligada por laços de parentesco aos reis, régulos e nobres *da terra*, porém que se diziam fiéis a Coroa portuguesa, de crucifixo ou medalhinhas de santos no pescoço, usavam roupas que na Europa já haviam passado da moda, falavam entre si o crioulo e davam aos filhos nomes como Damião, Maria ou Domingos.¹⁷¹

Logo, havia entre o litoral e o sertão de “Angola” uma “elite” que se mestiçou. Composta por laços entre as sociedades locais e os europeus, recém-chegados ou não, participavam da vida luandense e agiam na maior parte das vezes como agentes intermediários desse comércio internacional. O surgimento das “famílias luandenses”

¹⁶⁹ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 459.

¹⁷⁰ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008, p. 266.

¹⁷¹ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008, p. 414.

significou a construção de um *modus vivendi* próprio que perdurou ao longo de quase três séculos.¹⁷²

Durante o século XVII, o número de “moradores” em Luanda, segundo Arlindo Manuel Caldeira era relativamente baixo.¹⁷³ Uma relação de 1620 diz que havia em “*cousa de 400 vizinhos*”, mas provavelmente não se refere apenas aos moradores, que nunca devem ter ultrapassado uma centena de famílias, conforme afirma Oliveira de Cadornega.¹⁷⁴ Ilídio do Amaral aponta que havia apenas 300 homens compondo os destacamentos portugueses.¹⁷⁵

Já Ralph Delgado nos conta sobre outro cenário ou a composição eclesiástica dos jesuítas em Luanda. Em 1615 chegaram da corte dois padres: Jeronimo Vogado e Miguel Afonso. Cinco anos mais tarde os sacerdotes eram seis. Em 1623 eram nove apóstolos, quatro italianos e cinco portugueses. Apesar da crescente soma de padres e de observarmos a gradativa ocupação portuguesa, cremos na estimativa censitária menos entusiasmada, pois consideramos as condições agrestes que se impunham ao estabelecimento em “Angola”, não apenas pelo clima ou doenças dele derivadas, mas sobretudo pelas intensas atividades bélicas.

Esse contingente diminuto de europeus obrigou o município a alargar os critérios que definiam o que era um “morador”. Estes poderiam ser advindos de variadas regiões africanas, europeias ou americanas, incluindo os lusos-africanos. Estavam envolvidos no comércio de escravos nos mais diversos seguimentos da sociedade: militares, funcionários, religiosos, lojistas, pequenos comerciantes e degredados.¹⁷⁶ A

¹⁷² PANTOJA, Selma. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos. Set/Dez 2010, p. 237.

FERRON, António Luis. *Angola – A revolta de Luanda em 1667 e a expulsão do governador geral Tristão da Cunha*. In.: Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 256.

¹⁷³ CALDEIRA, Arlindo Manoel. *Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII*. *Revista tempo, espaço e linguagem*, v.5, n. 3, set-dez 2014.

¹⁷⁴ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo III, p. 28.

¹⁷⁵ AMARAL, Ilídio. *Subsídios para o estudo da evolução da população em Luanda*. Lisboa: 1959, p. 212.

¹⁷⁶ O termo “degredado” vem do latim *decretum*. Designa quem estava sujeito a restrições legais com uma pena que geralmente comportava o exílio. A expedição de alvarás, ordenações, decretos, mandatos reais ou cartas régias era oficialmente o modo que se fazia cumprir essa pena. In.: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Figueirinhas, 1984, p. 278.

variável era a proporção da propriedade, visto que dependendo do setor dos negócios que estivessem integrados poderiam ser mais ou menos ricos.¹⁷⁷

A Coroa tudo fez para promover a ida de novos povoadores brancos. A concessão de privilégios foi uma das vias, com a criação de um concelho e da elevação da povoação de Luanda à categoria de cidade. Mesmo assim, se fazia contida a imigração de europeus brancos. Recorreu-se, então, aos degradados, que passaram a constituir o grosso dos efetivos, sobretudo militares.¹⁷⁸ Estes acompanhavam os governadores destacados por Portugal em sua primeira viagem, como foi o caso de Oliveira de Cadornega.

O Conselho Ultramarino em 17 de maio de 1675 recebeu um despacho régio onde propunha que todas as pessoas condenadas por crimes que não fossem “capitais” poderiam obter perdão se aceitassem ir para “Angola”. Nem todos os degradados ficavam na capital, muitos se embrenhavam para o interior, junto às conquistas dos sertões.¹⁷⁹ No entanto, o propósito da imigração acabava sendo sempre o mesmo: aumentar a população branca nas colônias do Império Português.

Não apenas desta maneira se pode observar a dificuldade dos portugueses de manterem-se no território do Angola. John Thornton se contrapôs à ideia da existência de uma superioridade militar europeia sobre os africanos. Para o autor, antes da revolução industrial os exércitos europeus não eram superiores ao dos africanos. Por exemplo, havia dificuldade em conquistar apoio dos grupos políticos do Dongo, ou ainda a necessidade de combinar táticas, estratégias e armas africanas com as europeias que eram adotadas em ambos os lados do conflito, se apostarmos nessa dualidade, na qual decididamente não acreditamos.¹⁸⁰

Assim, afirmamos que as lutas em “Angola” foram executadas por africanos contra africanos. Os portugueses eram poucos e inexperientes nos negócios da guerra no sertão angolano. Os brancos ou mudenles, como quer Cadornega, chegavam e não resistiam às intempéries do clima, morriam rapidamente ou, se

¹⁷⁷ PANTOJA, Selma. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos. Set/Dez 2010, p. 237.

¹⁷⁸ CALDEIRA, Arlindo Manoel. *Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII*. *Revista tempo, espaço e linguagem*, v.5, n. 3, set-dez, 2014, p. 18.

¹⁷⁹ Carta do padre Manuel de Matos ao padre Diogo de Alfaia, 15 de fevereiro de 1655. In.: BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. XI, p.456-457.

¹⁸⁰ THORNTON, John. The art of war in Angola, 1575-1680. In.: *Comparative studies in society and history*, v. 30, n. 2, april 1998, Cambridge University Press, p. 360-378.

enviados para o campo de batalha, desertavam ou fugiam. Os exércitos portugueses em “Angola” eram largamente uma força nativa que negociavam com as estruturas de comando dos diferentes grupos linhageiros que compunham aquele território.¹⁸¹

Os portugueses começaram a construir igrejas, casas e fortificações. Parecia que tinham vindo para ficar e não apenas para adquirir escravos que o Angola estava disposto a vender-lhes, como já vendia aos navios que ali ancoravam. O Angola não tinha como nem porque hostilizá-los, de longe ficava a espera que adoecessem e fosse finando, como era de praxe. O mosquito, nesse caso, era seu melhor aliado.¹⁸²

¹⁸¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 269-273.

¹⁸² MENDES, Luis Antonio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793.

“Oliveira Mendes fala dos “curadeiros e curadeiras” pretos, que “observam as moléstias, e que pela força do uso, e costume, aplicam a cada uma delas diversos remédios”, sobretudo compostos por ervas”. In.: ODA, Ana Maria. *O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes*. Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, ano X, n. 2, p. 346-361.

Capítulo 5

Cristianismos e o tráfico de gentes

"Angola permaneceu durante vários séculos a frente da Costa do Ouro e do Benin como paraíso dos negreiros".¹⁸³

Apesar das tentativas de povoar as "Angolas", as contínuas instabilidades das alianças entre portugueses e africanos nunca cessaram e permite que sopesemos que não havia interesse em um amplo aproveitamento agrícola do solo, que sugere uma maior fixação de fronteiras. Os escravos eram a principal razão de riqueza e os conflitos que anulavam alianças não diminuem a capacidade do contrato de colonização¹⁸⁴ se resumir em um instrumento de comércio e enriquecimento pessoal.

Podemos exemplificar essas relações com a rainha Ginga, provedora de escravaria que competia fortemente com os portugueses. Fornecedora de escravaria aos flamengos, houve anos que ela chegava a entregar treze mil cativos. Desses, apenas uma parte era exportada, visto que os holandeses necessitavam, no período

¹⁸³ KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Mem Martins: Europa-América, 2009, p. 273.

¹⁸⁴ "Derivados da mesma matriz latina, os termos *colono* (*colonus*, *cultivador*, *membro de uma colônia*, *povoador*) e *colônia* (*colonia*, *lugar onde vivem os colonos*, *agrupamento de indivíduos/trabalhadores que deixam a sua terra para se instalar e trabalhar noutra, no mesmo país*), aparecem nas línguas latinas europeias, como o francês e o português, no século XIV. Os seus conteúdos/significados vão evoluindo de acordo com as conjunturas dos séculos seguintes, que exigem uma adaptação semântica capaz de "dizer" as novas realidades. *Colônia*, por exemplo, adquire a partir de meados do século XVII uma outra dimensão, estruturante e classificatória, que lhe confere uma densidade teórica e histórica, que anuncia o colonialismo do século XX. *Colônia* define-se como um estabelecimento fundado por uma nação num território estrangeiro, mais longínquo que próximo, quase sempre habitado por populações culturalmente diferentes, "menos evoluídas", que fica na dependência do país ocupante, mais tarde designado de *metrópole*. Os termos *colonização* (o fato de povoar com colonos, de transformar em colônia, de explorar as colônias), *colonizar* (estabelecer colônia, habitar como colono), e *colonial* (adjetivo relativo às colônias — *expansão colonial*, *regime colonial*, *produtos coloniais*, *chapéu colonial*) banalizam-se na segunda metade do século XVIII, dando conta sobretudo das situações coloniais americanas."

HENRIQUES, Isabel Castro. *Colônia, colonização, colonial e colonialismo*. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 45-6.

da administração de “Angola” (1641-1648), para atividades domésticas e braços para a lavoura, ou ainda como soldados e carregadores.¹⁸⁵

Quando os holandeses se retiraram de Luanda, Ginga se recolheu em Matamba e não demorou em voltar a ser Dona Ana de Souza, endereçando palavras de paz por meio de embaixadores ao então governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Pregando o bom entendimento, solicitava que os portugueses devolvessem sua irmã, Dona Bárbara, que havia sido aprisionada e tida como refém.¹⁸⁶

O enredo das guerras e mais guerras movimentava a região, denunciando a instabilidade política e fazendo com que os portugueses aprendessem que naquelas terras seria difícil uma vitória conclusiva.¹⁸⁷ As expedições, sejam elas religiosas ou não, demoraram em adentrar ao interior da África, concentrando-se nas regiões costeiras. Com exceção do vale do Cuanza em território que hoje é parte de “Angola”, ou ainda no vale do rio Zambeze, hoje Moçambique, em lugares mais distantes foi possível adentrar apenas em finais do século XIX com a descoberta e difusão do quinino, conforme informa Beatrix Heintze.¹⁸⁸

O cristianismo, atento em adentrar sempre que podia em direção aos sertões “angolanos”, não conseguiu superar a poligamia e as crenças ancestrais, os costumes tradicionais continuavam a vigorar. Logo, não apenas as fronteiras territoriais eram difíceis de serem demarcadas. Selma Pantoja argumenta que os sincretismos eram

¹⁸⁵ MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of Afrincan History, 16, n 2, 1975, p. 211.

¹⁸⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 481.

¹⁸⁷ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 408.

¹⁸⁸ O quinino possui funções antitérmicas, antimaláricas e analgésicas, essenciais ao combate das “doenças tropicais” ou das febres que acometiam os europeus. In.: HEINTZE, Beatrix. *A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade*, Cadernos de Estudos Africanos, 7/8 2005, p. 188-190.

A descoberta pelo ocidente da *Cinchona officinalis*, a quinina ou quinino, data do século XVI na região do Peru, durante a conquista do Império Inca pelos espanhóis. No entanto, demorou a ser desvendada por botânicos, visto que crescia unicamente em florestas tropicais de difícil acesso. Apenas nos oitocentos essa planta começou a ser estudada principalmente por botânicos franceses e holandeses, que conseguiram reproduzi-la na Europa. Para ainda mais detalhes sobre essa curiosa planta sugerimos ver BOLZANI, Mariana; BOLZANI, Venderian. *Do Peru à Java. A trajetória do quinino ao longo dos séculos*. Instituto de Química UNESP, São Paulo, Projeto I-flora, s/d. Disponível em: http://www.i-flora.iq.ufrj.br/hist_interessantes/quinina.pdf Acesso 03/04/2016

praticados “por africanos e brancos. Desde o século XVII, em Luanda, as procissões e demais cultos cristãos tinham a participação de danças e cantos africanos”.¹⁸⁹

A poligamia, condenada na documentação missionária, fazia parte da organização social e econômica de “Angola”. Ter mulheres significava ter plantações, alimentos e mais riquezas, pois se conseguia sustentar e capturar cada vez mais escravos, a chave do comércio local. Outro exemplo são os modos de curar, muito embora existisse com frequência um discurso contra as medicinas africanas, o recurso aos seus préstimos era sempre recorrente.

*Trilhando caminhos reservados aos brancos, os negros ‘cristianizavam-se’ e transformavam as imagens e crenças europeias segundo a sua visão de mundo. Introduziam em suas cosmologias os objetos sagrados para os cristãos. Vendidas, nas feiras e mercados, as imagens e objetos dos cristãos viraram matéria de cultos africanos.*¹⁹⁰

Havia entre os africanos um cristianismo que passava por mestiçagens toleradas por missionários jesuítas, capuchinhos e demais religiosos. Era como se o catolicismo acomodasse outros credos. Em todos os espaços urbanos criados por portugueses na África Central Ocidental esses tipos de misturas aconteciam. “*Em Luanda, no século XVII, os rituais dedicados aos antepassados eram feitos nos mesmos dias santos da igreja católica*”.¹⁹¹

A década de 1680 concebeu um momento de viragem, ou a recente mudança da sede do bispado de São Salvador no Congo para Luanda em “Angola”, evidenciou uma reorientação da atuação do episcopado, que se dedicou ainda mais ao empreendimento colonial escravista em detrimento do empreendimento missionário. Ao passo que as rotas do comércio de escravos no interior do continente africano se diversificavam, a estrutura e a escala do empreendimento mercantil se ampliava, propondo novos desafios à ação doutrinária.¹⁹²

¹⁸⁹ PANTOJA, Selma. *Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII*. Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 117-136.

¹⁹⁰ PANTOJA, Selma. *Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII*. Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 117-136, 2004, p. 132.

¹⁹¹ PANTOJA, Selma. *Encontro nas terras de Além-Mar: os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração*. Tese doutoramento, USP, São Paulo, 1994, p. 163; THORNTON, John. *The Kingdom of Kongo. Civil war and transition 1641-1718*. Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1983, p. 254-255.

¹⁹² MARCUSI, Alexandre. *O dever catequético. A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Revista 7 mares. Universidade Federal Fluminense. n. 2 abril de 2013, p 79.

Observamos nos sermões do padre António Vieira o vínculo, que não era novo, estabelecido entre escravidão e a salvação espiritual. Seus antecedentes diretos datam pelo menos do século XV, pois já em 1455, a bula *Romanus Pontifex*, concedida pelo papa Nicolau V ao rei Afonso V de Portugal, tolerava a escravidão sob o pretexto de que ela facilitaria a cristianização dos cativos infiéis e pagãos.¹⁹³

Em meados do século XVII essa doutrina estava sendo desenvolvida pelos jesuítas atuantes nas “possessões” portuguesas. Ela encontrava uma ampla aceitação, visto que a escravidão dos africanos e o comércio de escravos para a América eram tidos como legítimos, permitindo o rompimento dos africanos com os pecados ligados a idolatria de suas sociedades natais, submetendo-os ao domínio de senhores cristãos que poderiam instruí-los e mostrar-lhes o caminho para a “verdadeira salvação”.¹⁹⁴

*Oh! se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceu bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que, perecendo todos eles, e sendo sepultados no inferno como Coré, vós, que sois seus filhos, vos salveis, e vades ao céu? Vede se é grande milagre da providência e misericórdia divina: Factum est grande miraculum, ut Core pereunte filii illius non perirent. - Os filhos de Datã e Abiron pereceram com seus pais, porque seguiram com eles a mesma rebelião e cegueira; e outro tanto vos poderá suceder a vós. Pelo contrário, os filhos de Coré, perecendo ele, salvaram-se, porque reconheceram, veneraram e obedeceram a Deus; e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso.*¹⁹⁵

¹⁹³ “With any Saracens and infidels, in the said regions; and also may enter into any contracts, transact business, bargain, buy and negotiate, and carry any commodities whatsoever to the places of those Saracens and infidels [...]” The Bull *Romanus Pontifex* (Nicholas V), January 8, 1455. Disponível em Papal Encyclicals Disponível em: <http://www.nativeweb.org/pages/legal/indig-romanus-pontifex.html> Acesso 30/06/2015

¹⁹⁴ MARCUSI, Alexandre. *O dever catequético. A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Revista 7 mares. Universidade Federal Fluminense. n. 2 abril de 2013, p. 67.

¹⁹⁵ Citamos apenas um dos inúmeros sermões do padre Antônio Vieira que advogam a favor da escravização. Mais sermões podem ser lidos em VIEIRA, Antônio, “Sermão décimo-quarto” (1633) Sermões, Porto: Lello & Irmão, 1959, vol XI, p. 301.

Isso quer dizer que entre os séculos XV e XVIII cristalizou-se a associação entre escravidão e catequese, dois princípios solidários que sustentaram a construção de um “Império Português”. Tão decisivo quanto bulas papais ou elucubrações de António Vieira foram as ações dos dignitários eclesiásticos e dos clérigos anônimos que colocaram em movimento o projeto catequético-escravista, batizando e instruindo africanos, desde as Áfricas até as cidades, fazendas, minas e engenhos.¹⁹⁶

Segundo Alberto da Costa e Silva na obra *A manilha e o Libambo*, “os missionários aderiam, quase todos, ao tráfico de gente, pois padres e frades, por cobiça ou até mesmo para sobreviver, uma vez de que não tinham como sustentar-se, nele também se envolviam”.¹⁹⁷ O escravo era, em uma sociedade quase sem bens materiais uma das maiores riquezas, se não a maior que se podia ter.

Tentativas de exploração de outros produtos, especialmente minérios foram feitas. Felipe III de Espanha e II de Portugal mandou expedições que revelaram apenas chumbo nos solos tidos como “angolanos”, fazendo com que o rei suspendesse a conquista rumo ao interior. “*Que se ficasse onde estava, a traficar escravos*”, afinal, “*guerra por aquelas partes têm maior perigo e despesa que proveito*”.¹⁹⁸

O escravo era a mercadoria que mais alimentava o porto de Luanda. Comerciava-se ali alguma cera, marfim ou cobre. No entanto, não havia produto que rivalizasse com o escravo.¹⁹⁹ Em relação a falta de metais como ouro e prata nas “Angolas”, Cardonega cita que o sertão era a mais valiosa mina. Ou seja, onde se preava a maior parte da escravaria.²⁰⁰

¹⁹⁶ Clérigos: membros do Clero. Grupo de religiosos composta por sacerdotes diocesanos ou seculares e de sacerdotes religiosos ou regulares.

Dignatários: sacerdotes que exercem uma dignidade ou um alto cargo, no sentido civil ou eclesiástico.

Para informações mais completas e detalhadas sugerimos a seguinte obra: SCHLESINGER, Hugo. *Dicionário Enciclopédico das religiões*. V. I, Petrópolis, Vozes, 1995.

¹⁹⁷ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 368.

¹⁹⁸ Carta de Fernão de Souza para Felipe III, 29 de março de 1629, In.: DELGADO, Ralph. *História de Angola – Continuação do segundo período 1607 a 1648*. V. 2. Lisboa: Edição do Banco de Angola, s/d., p. 127.

¹⁹⁹ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 415.

²⁰⁰ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 36-40.

O escravo transformou-se em uma mola comercial. “Cresceu o número de mercadores portugueses, se é que cada português, fosse padre, frade ou leigo, funcionário da Coroa ou degredado, não se tornou traficante de seres humanos”.²⁰¹ Comerciam com quem possuísse escravos a oferecer, ignorando o monopólio real de modo velado ou abertamente, fosse num mercado ou em algum pátio da casa de um governador.

Para o mercadejar da escravaria e o salvamento das almas, os missionários necessitavam compreender as línguas da terra. Havia dificuldade em encontrar ou formar padres proficientes nas línguas nativas, barreira essa que se agravava devido à diversidade dos idiomas falados pelos escravos.

As Áfricas Centro-Occidental, nesse sentido, ofereciam ao clero uma venturosa circunstância: praticamente todos os povos lançados pelas rotas escravistas no Congo e “Angola” “eram compostos de falantes de línguas bantas, as quais possuíam um notável parentesco linguístico, facilitando o aprendizado”.²⁰²

Apesar desses elementos, a proximidade das línguas bantas estava bem longe de significar uma homogeneidade.²⁰³ As línguas mais representadas até então entre os cativos centro-africanos eram o quicongo, idioma falado no reino do Congo e em área de cultura bacongá, e também o quimbundo, falado na maior parte do Dongo e entre os povos abundos do interior.

Embora em Luanda a língua oficial fosse o português, a comunicação era feita em quimbundo, tanto entre nativos, quanto europeus ou ainda afro-lusos, denunciando uma africanização dos europeus, mas também uma europeização dos africanos, se considerarmos as trocas culturais de costumes diários, como vestuário e alimentação, religiosidade, etc.²⁰⁴

²⁰¹ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 374.

²⁰² MARCUSI, Alexandre. *O dever catequético. A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Revista 7 mares. Universidade Federal Fluminense. n. 2, abril de 2013, p 66.

²⁰³ “Ao cruzar registros que enfatizam informações sobre população e cotidiano há uma forte tendência em se falar de mistura de população, de um espaço africano majoritário e de uma língua comum, o kimbundo”. In.: PANTOJA, Selma. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos. Set/Dez 2010, p. 236-241.

²⁰⁴ CALDEIRA, Arlindo M. *Luanda in the 17th Century: Diversity and Cultural Interaction in the Process of Forming an Afro-Atlantic City*, *Nordic Journal of African Studies*, nº 22, 1-2, p. 72-104. 2013.

O aportuguesar de um termo em quimbundo pode ser elucidado pelo vocábulo “Angola”, que segundo Ralph Delgado e Selma Pantoja, possui experiências que o atravessam em diferentes momentos.²⁰⁵ Ao encontro dessa argumentação, vale observar as citações que seguem:

*“Dizem os naturais que este foi um tal Ngola-Mussuri, o que quer dizer ‘reisserralheiro’, a quem um ídolo tinha ensinado a arte fabril. Pode ser que este homem, mais perspicaz que os outros, achasse a maneira de preparar o ferro, para machados, machadinhas, facas e setas, coisas que ajudavam os Pretos na caça e na guerra e foram para ao artista grande fonte de riqueza. Como usava delas com sagacidade e socorria a todos nas necessidades públicas, ganhou amor e aplauso dos povos, de tal maneira que, por conhecerem nele grande capacidade e tino singular, muitos régulos o proclamaram chefe do país, que se chamava Ndongo ou Ngola”.*²⁰⁶

*“E para inteligência desta historia diremos primeiro o que compreendia este reino, seu domínio, terras, e vassalos e tocaremos alguma couza de seus costumes e do trato de seu estado, este Rey de Angola chamado pelo antigo Ngola aquilumgi, dizem algumas antigoalhas ou negros noticiosos procedera hum ferreiro que este gentio chama na lingoa gangolhas, e he couza que se não pode muito duvidar porque este gentio he officio muito estimado, e com ele se adquire muitos escravos”.*²⁰⁷

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português, uma história sociolinguística. In.: TORRAL, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 120.

²⁰⁵ DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Luanda: Edição do Banco de Angola, s/d, v. 2. p. 337.

PANTOJA, Selma. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos. Set/Dez 2010, p. 239.

²⁰⁶ MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, v. I p. 253.

²⁰⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 9-10.

Em resumo, o vocábulo grafado como “Angola” é um aportuguesar do termo “Ngola”, que era algo de ferro, como por exemplo um sino, uma lâmina, uma faca ou ponta de lança, ou ainda apenas um pedaço informe de metal. Este objeto era transformado em um traço de união entre os vivos e os mortos,²⁰⁸ passava a ter toda a força do mundo e, assim, cada aldeia queria ter a sua “Ngola”.

Já Quiluangi quer dizer conquistador,²⁰⁹ e conquistadores, como quer Costa e Silva, “*devem ter sido esses chefes que se faziam reis*”.²¹⁰ Ao cederem pedaços de “Ngola”, ou pedaços de ferro, novas linhagens se estabeleciam formando vínculos de subordinação e parentesco. Essas formações compreendiam especialmente os territórios entre os rios Bengo, Cuango e Cuvo.

Com o tempo, o guardião deste objeto de ferro se transformou no próprio líder da comunidade, o Ngola ou o Angola.²¹¹ Os detentores desse título começaram a ter influência política e militar que crescia e se desenvolvia *pari passu* à metalurgia. Ou seja, o Angola foi se tornando um soberano que liderava com hierarquização e exército, mediando conflitos e conduzindo os rituais ligados à fertilidade.

Especialmente nos primeiros dois séculos do tráfico de escravos, o aumento da capacidade de produção de cativos na África central dependeu basicamente das guerras. No século XVI e XVII a utilização de tropas formadas por escravos africanos era uma prática comum a muitas organizações político militares dos portugueses.²¹²

Motivados pela oportunidade de potencializar-se politicamente, guerras fúteis começaram a ser feitas para capturar os vencidos. Nobres desentendiam-se entre si e o recurso era pegar em armas e capturar os vassallos uns dos outros. Vale observar o excerto extraído da obra *Reis negros no Brasil escravista*, onde Marina de Mello e Souza sintetiza essas relações.

²⁰⁸ VANCINA, Jan. *O reino do Congo e seus vizinhos*. In.: OGOT, Bethwell Allan. *A África no século XVI ao XVIII. História Geral da África*, Brasília, UNESCO, 2010, p. 651.

²⁰⁹ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 64.

²¹⁰ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a Lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 534.

²¹¹ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 63.

²¹² MATTOS, Hebe. *Henrique Dias e a Guerra Preta: algumas considerações sobre a polissemia das categorias de cor no mundo Atlântico português dos seiscentos*. In.: RIBEIRO, Fernando Rosa. *África – Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014, p. 71.

“Altamente lucrativo, o comércio de escravos trouxe enormes benefícios pecuniários e políticos não só para os europeus que a ele se dedicaram, mas também aos chefes africanos que, fortalecidos pelo controle que exerciam sobre o tráfico, puderam aumentar seu poder político”.²¹³

Segundo Oliveira de Cadornega, pode-se observar que os portugueses eram generais que recebiam patentes da coroa, mas tinham seus exércitos compostos por homens dados pelos sobas vassallos, chamados de “guerra preta”.²¹⁴ Os portugueses compreenderam que marchar com o exército formado a moda europeia era um alvo fácil para as flechas e adargas²¹⁵ e passaram a adotar os modelos africanos.

O abandono português de organização que caracterizava as guerras europeias é aqui ilustrado pela decisão tomada por Luiz Mendes de Vasconcelos em 1622, seja pelo conhecimento da geografia local, seja pela utilização de táticas bem diferentes

²¹³ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p.115.

²¹⁴ “[...]Os portugueses empregaram diversos grupos de “jagas” em suas forças de combate auxiliares na luta contra os exércitos do Ndongo e do Congo, naquilo que aparece descrito nas fontes como a “guerra preta”.” In.: MACEDO, José Rivair. *Jagas, canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*. História (São Paulo), v. 32, n. 1, p. 53-78, jan-jun, 2013, p. 62.

“Estabeleceu-se então outra tradição: a organização dos exércitos de mercenários ou auxiliares que combatiam pelos portugueses – a “guerra preta”. No início do século XVII, esses exércitos tinham-se tornado uma instituição bem estabelecida, arregimentando as forças africanas sob o comando de um chefe ou subchefe e juntando estas unidades às tropas europeias em campanha. A princípio, a guerra preta funcionou de modo rudimentar, sem qualquer regulamentação regular para além do saque e com estruturas e lideranças débeis, mas não tardou a ser investida da panóplia de símbolos de um exército irregular africano.” In.: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 71.

²¹⁵ Segundo dicionário da Real Academia Española, “Adarga” é uma espécie de escudo feito em couro e em formato de coração, usado pela cavalaria muçulmana do Al-Andalus com nome de adargha. Foi trazido do norte da África, sendo o principal centro de produção. Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=0hkuY6u> Acesso 16/09/2016

Em relação a inserção desse armamento entre os africanos, muitas poderiam ser as hipóteses. Contudo, sabe-se que a costa de Loango era habitada por diferentes etnias, inclusive alguns desses povos eram islamizados devido ao antigo e intenso contato com os árabes. SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 342 (nota de número 15, onde cita o trabalho de Susan Herlin Broadhead, *Trade and politics on the Congo coast: 1770-1870*. Boston University Graduate School, ph.D, 1971. UMI, Dissertation Services).

Sobre a utilização de Adargas em batalhas há várias passagens em “Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de portugal Dom João o III deste nome, dirigida a C.R.M. del rey Dom Filippe o III composta por Francisco de Andrada do seu confelho e do seu chronifita mór”. Coimbra, na Real Officina da Univerfidade, 1613. Disponível em: <http://purl.pt/13803> Acesso 18/09/2016

das descritas por Vasconcelos quando do seu tratado oriundo das experiências no exército Espanhol de Flandres.²¹⁶

Os soldados se escondiam nos matos e ali podiam atacar os inimigos sem serem vistos. Cadornega narrou que o gentio usava aqueles matos como sua fortaleza, assim como usavam as pedras para se esconderem, como a pedra chamada “Bamba Pango”, que foi usada pelos ambundos como fortificação durante o governo de D. Francisco de Almeida.

“Alguns antigos conquistadores do tempo de Dom Francisco de Almeida davão noticia por mayor de empresas suas, que havião vindo em sua companhia e contavão de huma em que o mesmo governador assistio em hum cerco de huma pedra chamada Bamba Ampango, onde depois de haver muitas batalhas ao gentio recolheram-se nella como sua fortaleza, que disso lhe servem as taes pedras que occupavão muito circuito”.²¹⁷

²¹⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 52-59.

²¹⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 46.

Miller afirmou que as “conquistas” portuguesas só ocorreram parcialmente e devido ao apoio dos imbangalas ou jagas. Neste aspecto compactua com Thornton e assegura que as alianças foram a chave para o “*rápido e dramático sucesso das tropas portuguesas*”.²¹⁸

Os governadores lusos souberam explorar as rivalidades entre as povoações do norte e do sul das “Angolas”, capturando escravos ao longo do rio Lucala e Cuanza. Com essa afirmação reforçamos que a tecnologia militar europeia não representava superioridade, ao contrário, os imbangalas e a organização em quilombos que eram decisivos para os portugueses obter alguma vitória.²¹⁹

Em todas as regiões onde o tráfico de escravos era vigente houve reorganizações de grande amplitude: no plano político e social, no domínio das crenças²²⁰ ou ainda territorial. “*A escravidão estava enraizada em estruturas legais e institucionais arraigadas das sociedades africanas, e sua operacionalização diferia muito da forma como era empregada nas sociedades europeias*”.²²¹

Em uma ofensiva simples, onde o objetivo fosse apenas a conquista de um território, caso houvesse a captura de escravos, haveria uma vantagem política ao captor. Em suma, os escravos poderiam ser utilizados para gerar rendimentos privados, como criados pessoais, soldados, administradores, e ainda serem sublevados contra os rivais em luta pelo poder.²²²

É preciso ter cuidado ao denominarmos o que poderia constituir a escravidão na África. Muitas vezes alguns rótulos, principalmente os relacionados com submissão e propriedade descaracterizam as complexidades existentes ao se pensar a escravidão. Quer isso dizer que não podemos englobar todas as submissões como escravidão,

²¹⁸ HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. *Central africans, atlantic creoles, and the foundation of the Americas. 1586-1660 Cambridge University press, 2007, p. 114.*

²¹⁹ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola.* Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 197.

²²⁰ A professora Maria de Mello e Souza problematiza o desenvolver do poder e do catolicismo no reino do Congo. Sugerimos ver: SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII.* Anos 90: Revista do PPGH/UFRGS, v. 21, n 40, Porto Alegre: dez 2014; SOUZA, Marina de Mello e. *Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII.* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, 2011.

²²¹ THORNTON. John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800).* Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsevier, 2004, p. 125.

²²² THORNTON. John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800).* Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsevier, 2004, p. 157.

pois em algumas sociedades africanas as pessoas poderiam ser vendidas e compradas, e logo em seguida integradas de alguma forma às comunidades.²²³

Estudando os canais pelos quais fluíam esses direitos, podemos averiguar que havia direitos negociáveis, sendo inclusive transferíveis, acrescentando ainda mais complexidade em caracteres correspondentes ao interior dessas sociedades. Grupos de parentesco poderiam dispor dos seus membros com possibilidades de transferência entre as mulheres, por exemplo. Esses direitos de parentesco poderiam ser adquiridos por “compra”, não somente em função das esposas, mas também em relação a adoção de crianças e incorporação dos estrangeiros como escravos.²²⁴

Para Isabel Castro Henriques em *O pássaro de mel - estudos sobre a história africana*, havia motes que confluíam para tornar alguém um escravo. O princípio da hereditariedade nestas sociedades matrilineares, ou os filhos de pai ou mãe escravos nasciam como tal, o que possibilita interpretarmos que não era incomum casamentos entre escravos e homens livres.²²⁵

A categoria de estrangeiro é definida por Lovejoy como sinônimo de escravo. As guerras, sequestros e razias constituíam a forma mais comum de escravização, não esquecendo também do religioso e do judiciário. Os escravos não estavam desenvolvendo apenas tarefas que exigisse preparação física para um trabalho pesado. Havia escravos desempenhando cargos políticos em diferentes setores da sociedade. A escravidão era uma das formas de trabalho dependente que coexistia com outros modos de desenvolver tarefas, como o trabalho assalariado, o penhor, o trabalho comunal e a servidão.²²⁶

“O tipo mais comum de violência era a guerra, na qual prisioneiros eram escravizados. Variações na organização de tal violência – incluindo ataques cujo objetivo era adquirir escravos, banditismo e sequestro – indicam que a escravização violenta pode ser vista como inserida em uma sucessão contínua da ação política em larga escala, na qual a escravização pode ser apenas um subproduto da guerra e não a sua causa, ou como uma

²²³ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 28.

²²⁴ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 29.

²²⁵ HENRIQUES, Isabel Castro. *A rota dos escravos – Angola e a rede do comércio negroiro*. Lisboa: CEGIA; Luanda: Ministério da Cultura – Angola, 1996, p. 96.

²²⁶ LOVEJOY, Paul. *The ideology of slavery in Africa*. Beverly Hills, Sage, 1981.

*atividade criminal em pequena escala, na qual escravizar é o único objetivo da ação”.*²²⁷

As situações de escravatura por dívida eram sempre provisórias, podendo tornar-se definitiva caso o débito não fosse quitado. Essa dívida poderia resultar do não pagamento de bens, indenizações ou multas provocadas por infrações cometidas.²²⁸ Havia também a escravização voluntária, principalmente quando a ameaça de morrer de fome não deixava nenhum outro recurso.²²⁹

Um homem, mulher ou criança poderiam ser vendidos em períodos de fome ou trocados por mercadorias, como por exemplo, o sal. No entanto, a guerra é de todas as situações citadas a mais favorável para assegurar a produção de escravos, pois era patrimônio vitalício daqueles que haviam vencido o conflito. A feitiçaria também poderia reduzir um indivíduo ou uma família inteira à escravização caso houvesse acusações de utilização de poderes nefastos. Os acusados poderiam ser condenados à morte, ou vendidos para o tráfico europeu.²³⁰

*“Ao que parece, os lançados e seus descendentes souberam desde cedo que o escravo era, depois do ouro, a grande mercadoria. Todos, até os mais pobres, jogavam-se no interior, com esperança de ganhar o bastante para comprar e vender o primeiro escravo. Era ao entrar no tráfico de corpos (ou de almas) que ganhavam respeitabilidade como comerciantes. Subiam de patamar. Dos que primeiro desembarcaram na África, a maioria tinha consciência do valor do escravo, fosse para com ele comprar ouro na Mina, fosse como mão-de-obra nas ilhas do Atlântico. Não podia deixar de ser assim, pois os portugueses desceram a Costa comprando e vendendo gente”.*²³¹

Em suma, “Angola” era no contexto Atlântico fornecedora de mão-de-obra à agricultura e minas do continente americano. Luanda e Benguela possuíam os mais importantes portos de embarque de escravos situados no centro e no sul do litoral angolano. Já Massangano situada na confluência dos rios Cuanza e Lucala era o

²²⁷ LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 32.

²²⁸ LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 33.

²²⁹ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 185.

²³⁰ HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro de mel – Estudos de História Africana*. Lisboa: Colibri, 2003, p. 42.

²³¹ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008, p. 406.

ponto mais avançado dos portugueses no sertão africano.²³² A citação abaixo também sintetiza como encontrava-se a colônia de “Angola” contemporânea a Oliveira de Cadornega:

*“A galeria de retratos desses administradores é de provocar repulsa e tristeza. Aspiravam todos às riquezas de Goa, mas eram mandados, quase sem meios e com vencimentos insuficientes, para um porto calorento, sujo, insalubre, cheio de poeira e de mosquitos, onde se contavam as casas de telha e nada havia que alegrasse os olhos, exceto o mar. Desde a chegada, tinham de conviver com intrigas e perfídias. Uma politicalha vil enodava tudo, conduzida por colonos velhacos, que escondiam passados criminais ou vergonhosos, por padres traficantes ou polígamos, por pés-rapados enriquecidos no roubo, por fidalgos amargurados, ressentidos, frustrados, neuróticos, e transtornados pela solidão ou ilusões perdidas. Os governadores enroupavam com pretensões e grandeza o desencanto humilhante – não era aquele cargo que lhes haviam prometido ou com que tinham sonhado. Não demorava muito, e se revelavam agressivos, mesquinhos, mandões, soberbos, irascíveis, vingativos e tirânicos. Tratavam a colônia como se fosse coisa deles, porém mais atentos aos ganhos do comércio de escravos, a que quase todos se dedicaram, do que ao bem comum”.*²³³

É preciso ressaltar que a obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” foi escrita nesse contexto agreste e que só mesmo alguém com um motivo muito forte, como os jugos inquisitoriais, queria lá permanecer.

²³² CALDEIRA, Arlindo Manoel. *Dimensão Sociopolítica do Município de Luanda durante o século XVII*. Cadernos de Estudos Africanos. Instituto Universitário de Lisboa. julho-dezembro de 2015, p. 53.

²³³ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 419.

Capítulo 6

Heterogenia imbangala

Foi em meados do início do século XVII que os portugueses se aliançaram com os imbangalas ou jagas. Imbangala é uma palavra de raiz ambunda que significa “valente”, ou aquele eu “vagueia” por um território. Distinguiu grupos de numerosos guerreiros que comandados por chefias que se faziam enérgicas e centralizadoras “se derramavam”, para usar um termo empregado por Costa e Silva, em “*microestados deambulantes*”.²³⁴

Há um debate interessante que observa e discute a possibilidade de considerarmos ou não o termo “jaga”. Para Joseph Miller, os “jaga” provavelmente nunca existiram, são um termo criado por oficiais, religiosos e traficantes de escravos com a cumplicidade de autoridades africanas para designar atividades na qual reprovavam. Miller afirma ainda que “jaga” não deveria ser confundido com “imbangala”, que seriam inicialmente fragmentações de grupos ambundos.²³⁵

Os grupos ambundos são formados pela interação de três complexos culturais adjacentes, como os Congo, Ovimbundo e Luena/Coque. Estes se compunham de linhagens que apresentam características distintas em elementos como os linguísticos e econômicos,²³⁶ o que talvez fosse um facilitador para os guerreiros se distanciarem das práticas ritualísticas e políticas de onde provinham.

Em resposta a Miller, John Thornton indica que houve uma precipitação e, retirar os “jagas” enquanto nomenclatura pode não ser algo plausível, visto que as principais fontes documentais que abordam a África central contemporânea aos séculos XVI e XVII os trazem especificados.²³⁷ No entanto, ambos concordam que tanto “jaga” quanto “imbangala” sugerem muito mais um estilo de vida do que um grupo étnico em

²³⁴ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 420.

²³⁵ MILLER, Joseph. *Requiem for the "Jaga"*. In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 13, nº49, 1973, p. 121-149.

²³⁶ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 275.

²³⁷ THORNTON, John. *A Resurrection for the Jaga*. In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 18, nº69-70, 1978.

particular, que em determinados contextos se organizaram em quilombos, porém nunca deixando de deter traços extremamente heterogêneos.

Isso quer dizer que não havia um grupo coeso de imbangalas, mas sim vários bandos que se movimentavam e agiam separadamente em diversos locais e liderados pelo chefe de cada quilombo, uma organização que enquanto sociedade nômade e guerreira foi essencial para a atuação destes povos.²³⁸ Quilombo designava entre os ambundos uma instituição que se destinava ao treinamento de jovens em rituais e batalhas, como a circuncisão e o aprendizado de táticas de guerra. Miller define Quilombo como “*máquina de guerra*”.²³⁹

Antônio de Oliveira de Cadornega usa a palavra quilombo para nomear um exército ou ainda um reino. Com isso, inferimos que é importante observar os contextos em que a palavra está inserida. Quando diz respeito aos jagas ou imbangalas, a palavra quilombo remete sempre a ideia de um exército, guerrilha, destacamento de guerra. Quando ligado a rainha Ginga, é como se fora um reino/exército itinerante.

*“Chegaos que forão os Mucunzes ou Embaixadores ao Quilombo da dita Rainha Ginga, sito nas Sengas de Cavanga, lhe manifestarão o aperto em que estava seu Senhor, e os Vassalos Cercados em seus Empures de guerra dos Portuguezes que lhe pedia como sua Senhora que ela os amparasse e socorresse com brevidade, porque estavam postos em miserável estado, a se renderem miseravelmente nas mãos de seus inimigos; ouvida pella Rainha Ginga a dita Embaixada, mandou logo tocar de guerra os instrumentos bellicos e sahio ela ao campo a zomgar a guerra e nomeando os Capitaens mais expertos e Soldados daquelle seu Quilombo encarregado tudo ao seu Capitão Geral Ginga Amona com Empacaceiros de Espingardas e Mosquetes os despedio que serião quatro jornadas onde ella rezidia com seu poder aquelles Empurres”.*²⁴⁰

²³⁸ FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola – século XVII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p. 37 (Dissertação de mestrado).

²³⁹ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, capítulo 5.

²⁴⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 276-277.

“Sabendo o tenente da pessoa do Governador tinha sido a cometida por vezes de muita forsa de inimigos a mandou por estar distante a soccorrer pello Capitão mor da gente de a cavallo Luis Gomes Machado com gente volante de bom pé e com o Jaga Caza com seu Quilombo de Jagas que neste tempo acompanhava a nossa guerra servindo elles e os seus como Soldados de fortuna a Coroa de Portugal, e atraz deste soccorro veyo marchando o Capitão mor tenente da pessoa João Mendes de Vasconcellos”.²⁴¹

²⁴¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 57.

Os quilombos amadureceram como um complemento dos reis culembe, ao sul do rio Cuanza e com um comportamento diferente em relação as linhagens. Ou seja, havia, ainda como quer Miller, uma transversalidade, pois a palavra quilombo designava na altura uma associação de varões, aberta a qualquer um, sem levar em conta a pertença linhageira desde que estivessem dispostos a se submeter a rituais de iniciação, que se os afastavam do grupo de onde provinham, os aproximavam dos outros guerreiros.²⁴²

Os imbangalas necessitavam escravos jovens para renovar e ampliar os quilombos. Neles só inseriam meninos que não tivessem sido circuncidados, e que não haviam sido submetidos a nenhuma cerimônia de iniciação nas linhagens, o que os tornaria aptos ao casamento e procriação.²⁴³ Esses jovens eram submetidos a duros rituais que lhes extraíam os incisivos superiores e também os inferiores,²⁴⁴ e não menos duro treinamento militar.

Os escravos meninos circuncidados, juntamente com os adultos, ficavam à disposição para os compradores de peças.²⁴⁵ Foi com processos como esse que, segundo Joseph Miller, as matrilineagens foram perdendo força entre os imbangalas que assimilavam membros pelo caminho das mais diversas etnias, ou seja, a política de parentesco centralizadora não mais servia.²⁴⁶

Há uma passagem narrada pelo padre Cavazzi que explica em detalhes um ritual capaz de trazer imortalidade e forças mágicas ao bando. Tratava-se de matar crianças recém-nascidas e transformá-las em uma pasta que seria passada no corpo dos guerreiros. Esse rito, juntamente com o rapto de jovens ainda não iniciados em outras linhagens compunha, segundo o olhar do religioso, usos que influenciavam os

²⁴² MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 160.

²⁴³ MILLER, Joseph. *The Imbangala and chronology of Early Central African History*. The Journal of African History, v. XVIII, 1972, n. 4, p. 566. Apud SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 422.

²⁴⁴ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 225; MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, v. II p. 240.

²⁴⁵ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 225-7.

²⁴⁶ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 128.

imbangalas na obtenção de confiança para execução dos progressos militares que almejavam.

*“Na presença de todo o povo, fez trazer sua criança e em vez de a acariciar, lançou-a furiosamente num almofariz e, com toda a força do seu cruel instinto, começou a maltratá-la, batendo-lhe com um pau, sem dó e sem compaixão pelos seus gritos. Reduzindo a carne, o sangue e os miolos a uma massa informe, juntou mais umas raízes, uns pós e umas ervas, e pôs aquela mistura sobre o lume, até ferver e se reduzir a consistência desejada. Depois untou com massa todo o corpo e pôs o resto nalguns recipientes. Por essa horrível cerimonia pretendeu que todos a julgassem imortal, invencível e invulnerável”.*²⁴⁷

Os imbangalas descendentes do bando Culaxingo, cujo líder é identificado em alguns documentos do século XVII como o Jaga do Cassange, também exerciam um ritual que consistia no assassinato de crianças.²⁴⁸ Parece que foi Temba Andumba, uma guerreira corajosa e temida por ter introduzido leis e rituais ainda entre os ambundos, em um grupo que percorria o curso superior do rio Cuanza, a primeira a adotar essa prática.²⁴⁹ Remonta Miller, que ela teria mandado buscar sua filha ainda de colo e a lançado em um almofariz, reduzindo a criança a uma massa de carne e sangue. Aos restos humanos adicionou raízes, ervas e pós para obter um unguento que chamou de *maji a samba*, e serviu para passar por todo o seu corpo antes de mais uma campanha de destruição.²⁵⁰

²⁴⁷ MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, v. I, p. 178.

Este excerto também foi citado por MACEDO, José Rivair. *Jagas, canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*. História (São Paulo), v. 32, n. 1, p. 53-78, jan-jun, 2013, p. 68.

²⁴⁸ Havia povos diversos que eram coletivamente descritos como imbangalas, provenientes de regiões periféricas do Império Luba, que num tempo anterior ao século XVII teria promovido uma lenta e devastadora expansão militar através da área Coque e Ovimbundo, também no sudeste da área ambundo pelo sul do rio Cuanza, se dispersando ao norte e ao centro do Dongo, do Congo e Matamba. MACEDO, José Rivair. *Jagas, canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*. História (São Paulo), v. 32, n. 1, p. 53-78, jan-jun, 2013, p. 67.

²⁴⁹ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 156.

²⁵⁰ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 161.

A expectativa deste grupo também era romper com os antigos laços linhageiros dos guerreiros.²⁵¹ As práticas dos imbangalas tinham o propósito de amedrontar os grupos que viviam nas “Angolas” e encorajar as habilidades bélicas. Bravura na guerra, lealdade ao líder militar e desprezo pelas relações de parentescos eram características desse grupo. A morte de escravos antes de uma batalha, o infanticídio e o canibalismo eram práticas que alicerçavam uma vantagem psicológica em relação aos camponeses ambundos.²⁵²

Os vários grupos negociavam acordos bilaterais uns com os outros. Sal, escravos, têxteis, cobre e outras mercadorias mudavam de mãos, com escravos indo tanto para feiras dos imbangalas como para os navios europeus em Luanda e ao longo da costa. Como já inferimos, o sal era uma mercadoria importante, com as principais jazidas localizadas em territórios imbangala. Portando o sal e o grosso da escravaria, promovendo razias e feiras, não fica difícil atribuir aos jagas ou imbangalas êxito no comércio e alguma habilidade política.

Vale lembrar que fontes como os escritos do padre Cavazzi de Montecúcolo ou de António de Cadornega, por exemplo, ressaltam apenas características bélicas e bárbaras dos jagas, ficando estupefatos com comportamentos como o canibalismo.²⁵³ É desse modo que as principais fontes documentais definem os imbangalas. No entanto, se podemos constatar que organizavam feiras e detinham quase que o monopólio do sal, articulando com diferentes líderes, como a rainha Ginga, não seriam eles também importantes estrategistas políticos, para além de guerreiros?

Ainda para Joseph Miller, tratando do mercadejar, a relação entre os portugueses e os imbangalas mostrou-se vantajosa para ambas as partes, pois os

²⁵¹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 46.

MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, 163-261.

²⁵² LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 130.

²⁵³ LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 155.

portugueses conseguiam escravos para serem enviados para as regiões açucareiras de São Tomé e do Brasil, além da facilidade em ocorrer uma expansão territorial.²⁵⁴

Os imbangalas tinham acesso a produtos europeus, mas principalmente se beneficiavam com essa aliança que garantia poder em relação aos pares na região.²⁵⁵ Mesmo quando os imbangalas se retiraram do litoral para o interior próximo ao rio Cuango, um grupo de portugueses foi enviado para a manutenção dessa bem-sucedida relação que se estendeu até o século XVII.²⁵⁶

Não objetivamos com os dados supracitados levantar hipóteses a respeito das “origens” destes grupos, mas sim, entender sua formação heterogênea a partir de adaptações para novos objetivos em uma política que já se fazia presente antes da chegada dos portugueses,²⁵⁷ e que perdurou após a chegada dos mesmos, com alianças sempre flutuantes. Por vezes os imbangalas estavam aliados com os portugueses, por vezes os desejando abater.

Os múltiplos contextos tratados aqui, com múltiplas temporalidades que os atravessam, compõe uma obra avultada, com um autor se movimentando tal como as relações entre europeus e africanos. Ou seja, todos os capítulos desta primeira parte pretendem trazer elementos dos contextos inerentes aos seiscentos na África considerada central, pois todos estão dentro da obra de Oliveira de Cadornega, dentro de seus conteúdos e escrita.

Reiteramos que considerar o contexto de escrita de uma obra é substancial para compreendê-la e, só conseguimos observar os contextos de escrita da *História Geral das Guerras Angolanas* porque partimos de dentro do texto, e somente após utilizamos outras fontes e literaturas pertinentes as temáticas tratadas em cada contexto.

Seguimos com a próxima parte da tese observando outros textos, ou diversas versões dos manuscritos da HGGA. Todos esses manuscritos possuem seguramente contextos riquíssimos que proporcionariam, cada um deles, a escrita

²⁵⁴ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 165.

²⁵⁵ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 174.

²⁵⁶ GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 34 (Dissertação de Mestrado).

²⁵⁷ MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002, p. 267.

de uma tese inteira. O que fizemos aqui foi filtrar os fatos que consideramos mais significativos com o intuito de aproximarmos-nos do traslado definitivo da obra, para somente então, nos debruçarmos em caracteres textuais dos escritos de Oliveira de Cadornega.

Imagem 03: Dongo e Congo no século XVII.

Repare na localização do rio Dande, onde ocorreu a batalha em 1556, que marcou o início do protagonismo Angola. A afirmação dessa soberania/território foi fundamental, visto a proximidade com Luanda, que seria um dos principais portos para escoamento de escravaria nos seiscentos.

Adaptado de GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 16. In. VANSINA. *Jan. Kingdoms of the Savana*. Madison, Milwaukee and London: The University of Wisconsin Press, 1966.



Imagem 06: Mostrando e vendendo pano feito de alguma fibra vegetal (ráfia/palmas?) para um nobre. Soldados com arcos e flechas ao fundo. In.: MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. "Araldi Manuscript", in Un Cappuccino nell'Africa nera del seicento: I disegni dei Manoscritti Araldi del Padre Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo. Ed. Ezio Bassani (Milan: Quaderni Poro, no. 4, 1987), plate 17. Manuscritos acessados através da University of Virginia. Disponível em: <http://hitchcock.itc.virginia.edu/SlaveTrade/collection/large/Bassani-17.JPG> Acesso 20/08/2016



Imagem 07: Em primeiro plano está o “primeiro rei do Dongo”, dominando a arte de fabricar armas e utensílios. No fundo e a esquerda há o uso de foles também para a forja de metais. À direita expectadores oferecem presentes e legitimam a autoridade do Angola. In.: MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. “Araldi Manuscript”, in Un Cappuccino nell’Africa nera del seicento: I disegni dei Manoscritti Araldi del Padre Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo. Ed. Ezio Bassani (Milan: Quaderni Poro, no. 4, 1987), plate 17. Manuscritos acessados através da University of Virginia. Disponível em: <http://hitchcock.itc.virginia.edu/SlaveTrade/collection/large/Bassani-20.JPG> Acesso em 30/09/2016

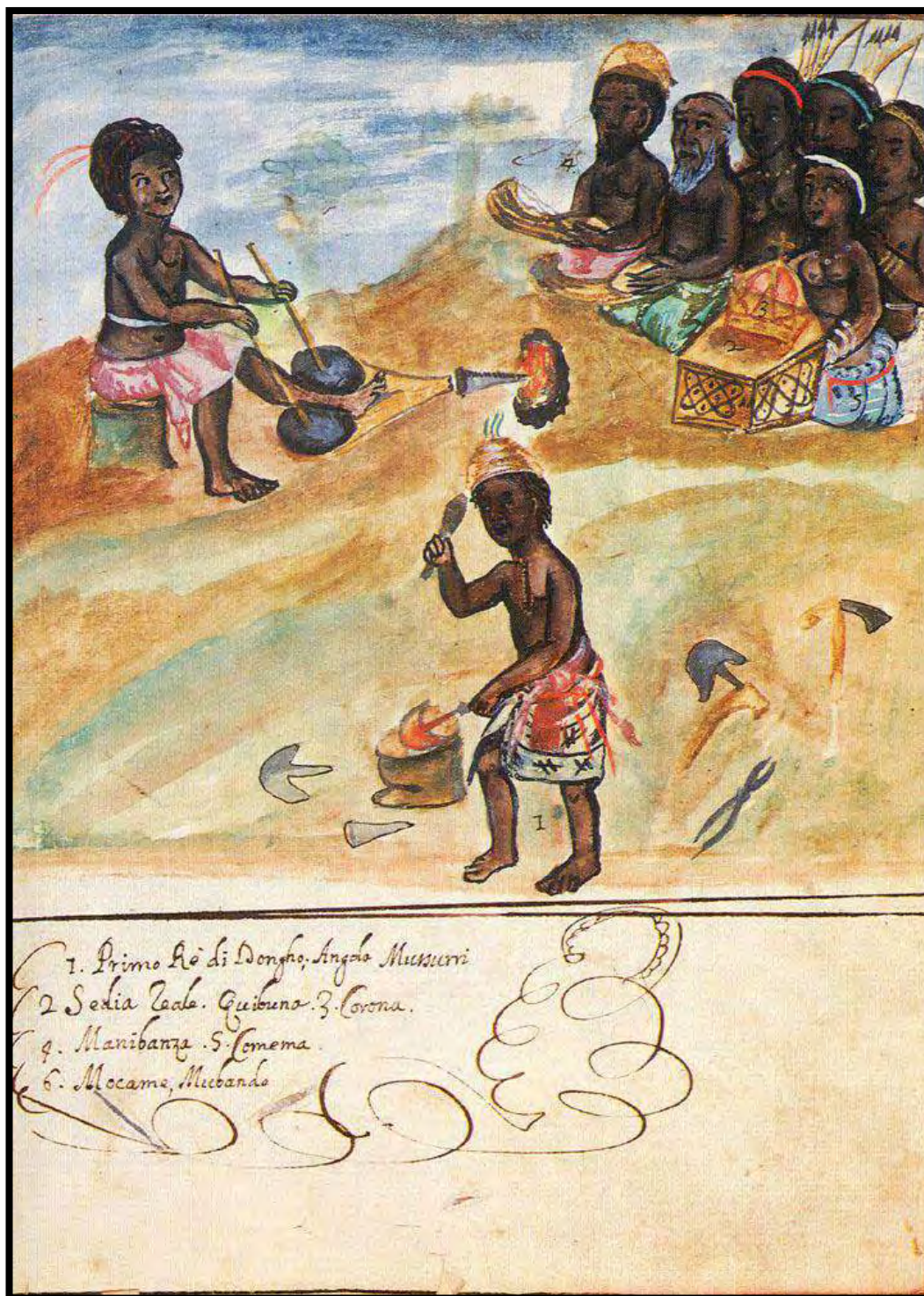
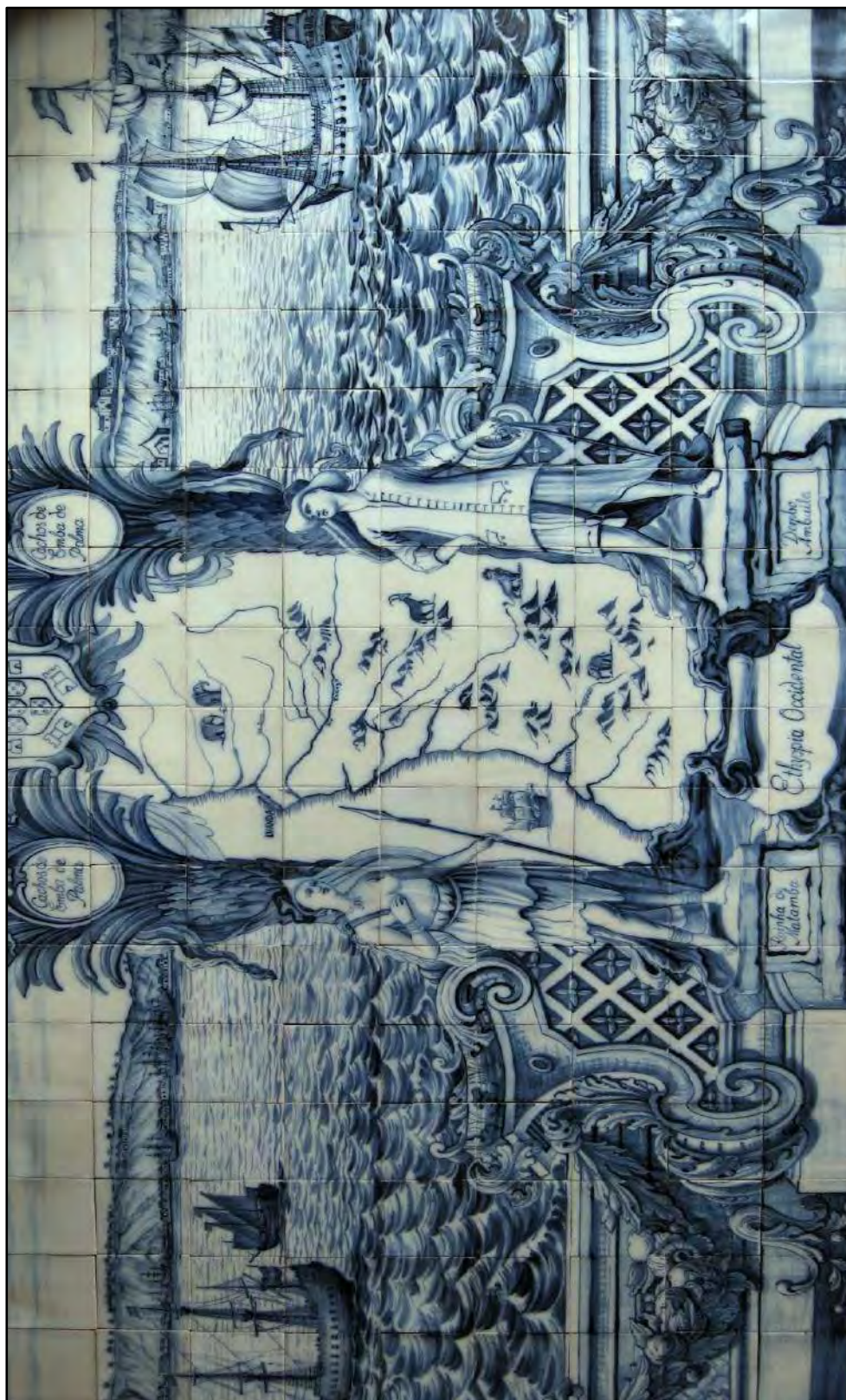


Imagem 08: As várias fases do trabalho com metais. In.: MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.



Imagem 09: Mapa que localiza Luanda. Azulejaria que compõe acervo da Fortaleza de São Miguel em Luanda (1634).

Disponível em <https://sites.google.com/site/azulejosdafortalezadeluanda/> Acesso 30/09/2016



PARTE II
O PLURAL DOS MANUSCRITOS

Capítulo 7

Manuscrits pour le roi de France

Há na Bibliothèque Nationale de France três tomos da obra de António de Oliveira de Cadornega em ótimo estado de conservação. A letra corrente é a mesma em todos os tomos, as gravuras aquareladas também estão em excelente aspecto. Talvez as cópias existentes em Paris sejam as que se encontram melhor preservadas, sem absolutamente nenhuma rasura. Há alguns motivos para isso e os exporemos a partir de agora.

Em 1832 Louis Dubeux, professor de língua turca da École des Langues Orientales e de hebraico no Collège de France, curador da Bibliothèque Nationale entre 1835 e 1848, apresentou a Société de Géographie de France²⁵⁸ um manuscrito que havia na *Bibliothèque Royale* e que se compunha de “*une histoire de l'Angola due à Antonio de Oliveira de Cadornega, écrite vers 1680, avec des extraits en portugais et traduction française*”.²⁵⁹

Pelo que se pode observar, havia na *Bibliothèque Royale* que mais tarde se tornaria a Bibliothèque Nationale de France – Richelieu Louvois, um manuscrito que mesclava as línguas francesa e portuguesa ao longo dos seus conteúdos. Infelizmente não encontramos esse manuscrito e não temos como saber quem realizou sua cópia. Talvez tenha sido o próprio Louis Dubeux, uma vez que nascera em Lisboa em 1798, o que leva-nos supor que poderia ter alguma ascendência ou

²⁵⁸ “*Les Sociétés françaises de géographie, sans être des inconnues, au moins des histoires de l'exploration et de la colonisation, n'ont pas fait l'objet de travaux comparables à ceux concernant les Sociétés savantes du XVme siècle, types de libres associations qui ont été bien étudiés. Au cours de nos recherches, un contraste et une césure se sont rapidement imposés : dans une première période, la Société de géographie est unique et parisienne - c'est même son nom : Société de géographie de Paris, et non de France - alors qu'au temps de la Troisième République les Sociétés sont plurielles et même fort nombreuses, la coupure étant d'ailleurs antérieure à l'Année terrible (1870-1871) et à l'impulsion coloniale donnée par Léon Gambetta. La Société unique des deux premiers tiers du siècle passé est une société de pensée, une société de notables romantiques. Ce n'est qu'au temps de la pluralité de Sociétés de géographie que ces dernières sont, et avec netteté, colonialistes. L'expansion coloniale connaît toutefois des variations de rythme et d'intensité et nous verrons qu'une seconde coupure, moins nette que la première, est discernable vers 1890.*” In.: LEJEUNE Dominique. Les membres des Sociétés de géographie au XIXe siècle. In: *Communications*, 54, 1992. Les débuts des sciences de l'homme, sous la direction de Bernard-Pierre Lécuyer et Benjamin Matalon. pp. 161-174.

²⁵⁹ DUBEUX, Louis. Correspondance de la Société de géographie. 19 octobre 1832. (2104) In.: Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 7.

ligação com a língua portuguesa, ou simplesmente era um estudioso de línguas, já que era professor de turco e hebraico em renomadas instituições.²⁶⁰

Ainda sobre o trabalho de Dubeux podemos inferir que encontramos, dentre outros títulos, um exemplar intitulado “*La Perse*” e que integrava a coleção *L’univers - Histoire e description de tous les peuples*.²⁶¹ Essa coleção foi publicada pela Firmin Didot Frères Éditeurs em 1841. O volume em questão possui 480 páginas e é ricamente ornado com gravuras que expressam principalmente caracteres arquitetônicos e hábitos de diversos extratos das sociedades persas: os detalhes das indumentárias são impecáveis. Na altura, para além de curador ou Conservateur Adjoint a la Bibliothèque Royale, Dubeux era Associé Correspondant de L’académie des Sciences de Turin.²⁶²

As posições citadas seguramente permitiam que Dubeux circulasse por entre as esferas do mundo intelectual francês, algo que também se pode constatar com a publicação de “*La Perse*” pelos irmãos Didot: editores, gráficos e tipógrafos franceses nos séculos XVIII e XIX, que publicaram obras célebres como os *Lusíadas* de Camões em 1817, uma tradução de Tucídides ou *A guerra do Peloponeso* em 1833, e as peças que compõem a *Henriad* de Shakespeare em 1819.²⁶³ Ou ainda,

²⁶⁰ Para mais dados biográficos de Louis Dubeux sugerimos a seguinte obra VAPEREAU, Gaspar. *Dictionnaire universel des contemporains: contenant toutes les personnes notables de la France et des pays étrangers*. Librairie de L. Hachette et cie: Paris, 1858.

²⁶¹ DUBEUX, Louis. *La Perse. L’Univers: histoire et description de tous les peuples*. Paris: Firmin Didot frères, 1841.

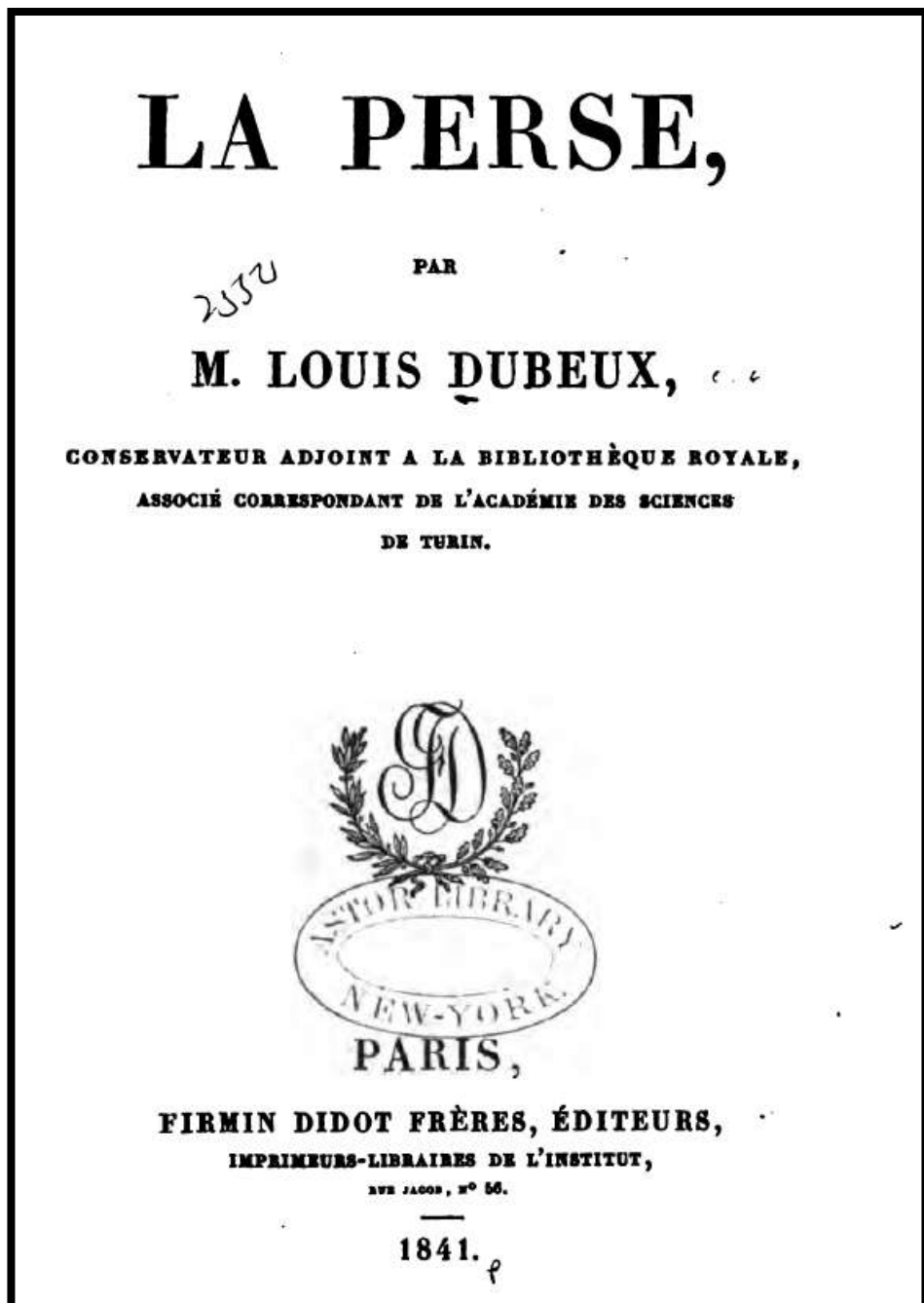
Outras obras de Dubeux: *Elements de la grammaire turque*. Paris: B. Duprat, 1856; *Mémoire sur le sens démonstratif et réfléchi attribué par Gesenius au mot dans les livres hébreux de l’Ancien Testament*. Paris: B. Duprat, 1857.

²⁶² VAPEREAU, Gaspar. *Dictionnaire universel des contemporains: contenant toutes les personnes notables de la France et des pays étrangers*. Paris: Librairie de L. Hachette et cie, 1858, p. 58.

²⁶³ À propos de la famille Didot e cargos alcançados por seus membros que elucidam sua participação de imprimerie no contexto aqui mencionado.: “*Imprimeur-libraire; imprimeur du comte d’Artois; libraire pour l’artillerie et le génie (1790); libraire pour l’art militaire, les mathématiques, les sciences et arts, la Marine et l’architecture hydraulique, l’architecture et les éditions stéréotypes; imprimeur de l’Institut impérial; imprimeur du Roi, de l’Institut et de la Marine - Deuxième fils de l’imprimeur-libraire parisien François-Ambroise Didot. Succède au libraire Claude-Antoine Jombert. Également papetier (achète les papeteries de Mesnil-sur-l’Estrée, près d’Évreux, en nov. 1823), graveur et fondeur de caractères. Prend part à l’invention de la stéréotypie en 1795 (prend un brevet en déc. 1797). Breveté imprimeur le 1er avril 1811 (brevet renouvelé le 15 oct. 1816) et libraire le 1er oct. 1812 (brevet renouvelé le 15 mars 1817). Dirige la fonderie de l’Imprimerie impériale à partir de 1811. En 1827, cède la direction de ses affaires à ses trois fils: Ambroise, Hyacinthe et Frédéric (appelés couramment “Firmin Didot frères”) pour se consacrer aux affaires publiques. Se démet officiellement en mars 1829 en faveur de ses fils; Ambroise Firmin-Didot est breveté imprimeur en sa succession le 17 mars 1829. Député d’Eure-et-Loir à partir de 1827 et jusqu’à sa mort (avril 1836). Également écrivain, poète et dramaturge. A souvent travaillé en association avec ses fils.” In.: Notice de Persona. Catalogue Général Bbliothèque Nationale de France. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb12434445s> Acesso: 20/05/2017*

averiguamos a circularidade do autor de “*La Perse*” pelos seus esforços em publicar os manuscritos de Oliveira de Cadornega junto da Société de Géographie Française, influente instituição política e intelectual nos oitocentos, que fomentava a expansão francesa e a colonização.

DUBEUX, Louis. *La Perse*. L'Univers: histoire et description de tous les peuples. Paris: Firmin Didot frères, 1841. (Contracapa, páginas 1 e 2)



L'UNIVERS,
OU
HISTOIRE ET DESCRIPTION
DE TOUS LES PEUPLES,
DE LEURS RELIGIONS, MOEURS, INDUSTRIE, COSTUMES, ETC.

PERSE,
PAR M. LOUIS DUBEUX,

CONSERVATEUR ADJOINT DE LA BIBLIOTHÈQUE ROYALE, ASSOCIÉ CORRESPONDANT DE
L'ACADÉMIE DE TURIN.

IL est peu de personnes auxquelles le nom de la Perse ne soit connu. La délivrance des Israélites captifs à Babylone, la bataille de Marathon, l'expédition d'Alexandre, la défaite de Crassus, le triomphe de Sapor sur Valérien, les conquêtes de Thamas-kouli-khan, les derniers revers des armées persanes, sont autant de faits que nous avons tous présents à la mémoire. Mais quelles causes ont amené des succès si divers ? que s'est-il passé entre ces grands événements ? pourquoi le même sol a-t-il produit tantôt des générations d'élite, tantôt des hommes faibles et pusillanimes ? Quelle influence la religion des mages et le fatalisme de Mahomet ont-ils eue sur ces changements ? Nous ne prétendons pas résoudre ces questions importantes ; mais nous tâcherons de recueillir et d'exposer avec soin tous les éléments qui peuvent en amener la solution. Tel est le but que nous nous proposons dans cet ouvrage. Avant d'entrer en matière, il faut jeter un coup d'œil sur le pays dont nous voulons faire connaître les institutions et les habitants.

NOMS DE LA PERSE.

Le nom le plus ancien de la Perse
1^o *Livratson* (PERSE.)

est *Élam* ou *Élymats*, qui vient d'Elam fils de Sem. Daniel et Esdras appellent ce pays *Paras*. Il est encore nommé *Achæmenia*, d'après les Achæménides, ses anciens rois. Les écrivains musulmans emploient les dénominations de *Fars*, *Adjem* et *Iran*. Suivant Hérodote, les habitants de la Perse étaient désignés, à une époque très-reculée, sous les noms de *Céphènes* et d'*Artæi*.

LIMITES DE L'EMPIRE PERSE.

Les Mèdes, les Babyloniens et les Lydiens, se partageaient la souveraineté des plus belles contrées de l'Asie, lorsque les Perses, conduits par Cyrus, les attaquèrent successivement et les soumirent à leur puissance. Aux pays que possédaient ces peuples, Cyrus ajouta encore d'autres provinces, et, en peu d'années, il fonda un des empires les plus vastes qui aient jamais existé.

Les bornes de l'empire perse étaient :

A l'est, le fleuve Indus ; au nord, le Jaxartès, la mer Caspienne, la chaîne du Caucase et le Pont-Euxin ; au sud, la mer des Indes, le golfe Persique et l'Arabie ; à l'ouest, les limites n'étaient guère fixes ; les guerres continuelles entre les Perses et les Grecs les faisaient changer fréquem-

ment. On peut cependant indiquer la mer Égée comme servant de bornes à l'empire de ce côté.

DIVISIONS.

L'Euphrate partageait l'empire en deux parties inégales. Le pays qui se trouvait à l'ouest du fleuve comprenait la presqu'île de l'Asie Mineure, la Syrie et la Phénicie; la seconde partie renfermait les contrées situées entre l'Euphrate et l'Indus. Ces différentes provinces formaient vingt-trois satrapies. On ignore l'époque précise de cette division, qui éprouva sans doute plusieurs changements. Avant de commencer la description des satrapies, nous dirons un mot des montagnes et des fleuves les plus importants de la Perse.

La chaîne du Taurus, qui couvre de ses ramifications une partie de l'Asie, commence en Lycie et court de l'ouest à l'est. Ce n'est que dans la Pamphylie que cette chaîne s'élève d'une manière remarquable. Deux branches importantes se détachent ensuite du Taurus; l'une, appelée *Anti-Taurus*, s'avance dans la Cappadoce, et l'autre, nommée *Amanus*, sépare la Cilicie de la Syrie. Le Taurus a encore plusieurs autres branches qui prennent différents noms.

FLEUVES.

Six grands fleuves arrosaient l'empire de Perse; ce sont :

L'Euphrate qui sort du mont Abus, une des branches septentrionales du Taurus, dirige son cours à l'ouest, puis, descendant vers le sud, se joint au Tigre et verse ses eaux dans le golfe Persique. Ce fleuve a un débordement annuel qui fertilise les terres par lesquelles il passe.

Dans les temps reculés, et encore à l'époque de l'expédition d'Alexandre le Grand, l'Euphrate avait son embouchure particulière dans le golfe Persique. Les habitants d'une ville considérable nommée Orchoë changèrent le cours du fleuve en dérivant ses eaux sur leurs terres. Le Tigre, grossi par l'Euphrate, prenait le nom de *Pasitt-*

gre, que l'on donnait encore à une rivière de la Susiane appelée aussi *Oroatès*.

Le Tigre prend sa source, comme l'Euphrate, dans le mont Abus, coule vers le sud et se jette dans le golfe Persique, après avoir reçu les eaux de l'Euphrate.

L'Araxe. Les Grecs ont donné ce nom à plusieurs fleuves; mais l'Araxe, proprement dit, est le fleuve qui sort du mont Abus, arrose l'Arménie et porte ses eaux à la mer Caspienne.

L'Oxus. Ce fleuve qui prend naissance dans les monts Imaüs se dirige vers l'ouest. Il avait autrefois son embouchure dans la mer Caspienne; aujourd'hui, il se jette dans le lac Aral.

Le Phase, dont la source se trouve dans les *Moschici montes*. Ce fleuve arrose la Colchide et finit son cours dans le Pont-Euxin.

L'Indus. Ce fleuve sort des monts Imaüs, coule du nord au midi, et va porter ses eaux à la mer des Indes.

DESCRIPTION DES SATRAPIES.

ASIE MINEURE.

L'Asie Mineure formait dix satrapies, dont trois à l'ouest, deux au centre, deux au sud et trois au nord. C'est par celles de l'ouest que nous commencerons.

LYDIE.

Cette contrée, appelée d'abord Méonie, était bornée au sud par le fleuve Méandre, qui la séparait de la Carie; à l'est, elle confinait avec la Phrygie; au nord, avec la Mysie; à l'ouest, avec l'Ionie, qui fut souvent regardée comme comprise dans ses limites. Les principales montagnes de la Lydie, le Tmolus et le Mesogis, produisaient des vins excellents. C'était dans le Tmolus que le Pactole avait sa source. Cette rivière se jetait, avec l'Hyllus et d'autres petits cours d'eau, dans l'Hermus, qui a son embouchure dans le golfe de Smyrne. Un autre fleuve appelé *Caystre* et auquel les Turcs donnent aujourd'hui le nom de *Coutschouc*

Há um documento datado de 1832 onde a Société de Géographie de France chega a realizar um levantamento contábil com os custos da impressão dos volumes da *“Description du royaume d'Angola qui existe en manuscrit à la Bibliothèque du roi”*.²⁶⁴ A publicação deveria sair junto da edição da *Mémoires de la Société*, contudo, em 1833 ou um ano após esse movimento, Charles François Lebrun, directeur de l'Imprimerie Royale recusa a publicação, talvez pelo custo onerado, ou ainda por crer que se fazia desinteressante.²⁶⁵

Seguramente esse manuscrito citado em meados do segundo quartel dos XIX não é o mesmo que tivemos acesso, visto que as cópias pesquisadas e que ainda existem na Bibliothèque Nationale de France não trazem conteúdos ou qualquer referência em francês como os manuscritos citados por Dubeux traziam. Por algum motivo os tomos citados por Dubeux não estão mais no acervo do Richelieu Louvois e, possivelmente, sua história esteja entrelaçada com a história da Bibliothèque Royale que passou por inúmeras reformas, tanto físicas quanto ideológicas ao longo dos séculos.

Sabemos que foi no século XIV que Charles V instalou sua coleção de 917 livros em uma sala no Palácio do Louvre, originando a Bibliothèque Royale. Dois séculos depois, mais precisamente em 1537, o rei Francisco I introduziu por uma ordenança em 28 de dezembro a obrigatoriedade de impressores e livreiros depositarem junto da livraria do Castelo de Blois qualquer livro que circulasse no reino. Essa obrigação, conhecida como depósito legal, é um passo fundamental para a composição do acervo da Bibliothèque Royale e que se preservou por muitos séculos, sendo uma prática vigente até a atualidade, deixando de ser cumprida apenas por três anos durante a Revolução Francesa.²⁶⁶

Alguns reis como Luís XIV incentivavam o aumento do acervo da Bibliothèque para “a sua glória”. Para além de transferir sua biblioteca particular para o Louvre, outra medida tomada era a compra de coleções privadas. No entanto, foi apenas em

²⁶⁴ Délibérations de la section de comptabilité. Publications diverses de la Société de géographie, articles destinés au Bulletin de la Société de géographie. 1832. Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 33 (3901)

²⁶⁵ LEBRUM, Charles François. Correspondance de la Société de géographie. Publications diverses de la Société de géographie, articles destinés au Bulletin de la Société de géographie. 15 avril 1833. Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 7 (2123)

²⁶⁶ PRIEBE, Paul M. *Da Bibliothèque du Roi à Bibliothèque Nationale: The Creation of a State Library, 1789-1793*. O Journal of Library History, 1982, n. 17, p. 389-408.

1719 que o Abade Bignon, bibliotecário nomeado pelo rei Luís XV organizou a biblioteca em departamentos mantendo a prática de comprar documentos com um diferencial: pela primeira vez o acesso de pessoas curiosas e estudiosos ao acervo da biblioteca não foi negado.

Com a Revolução Francesa e a criação de uma república a Bibliothèque du Roi tornou-se nationale, ou seja, foi considerada de todos os cidadãos franceses. Durante o período da revolução, com os saques e confiscos no exterior, bens do clero, bibliotecas particulares de príncipes, etc., a biblioteca acaba recheando ainda mais as suas coleções. Com a morte de Napoleão I a Bibliothèque Nationale contava com cerca de 650.000 livros impressos e 80.000 manuscritos, ou um total de 730.000 obras. Podemos dizer que em cinco séculos houve um crescimento de quase 80.000%.

Algumas medidas precisaram ser tomadas no decorrer do século XIX, pois a falta de espaço já não estava mais sendo administrada. Foi assim que em 1858 Napoleão III confiou ao arquiteto Henri Labrouste a construção de outro prédio. Com essa reorganização as coleções duplicadas foram dispensadas por Napoleão III com o intuito de reduzir o acervo para conseguir organizá-lo. Cremos que durante esse evento, o manuscrito de Oliveira de Cadornega que não tivemos acesso, ou o que traz seus conteúdos nos idiomas português e francês, tenha sido de algum modo dispensado.

Com o intuito de organizar ainda mais o acervo, em 1874 se inicia a produção de um grande catálogo de livros impressos que só findara em 1981, mas que continua em permanente revisão. Os manuscritos de Oliveira de Cadornega que tivemos acesso foram arrolados, como podemos observar em citação de 1892 de um sub-catálogo, o *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais*, onde a obra de Cadornega é citada na página 25.²⁶⁷

²⁶⁷ *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais*, par Alfred Morel-Fatio. Paris: Imprimerie nationale, 1892, p. 25.

Há alguns catálogos anteriores como o feito por Claude Mallet, valet de chambre do rei que após nomeado como bibliotecário trabalhou no *Inventaire des Livres du Roy nostre Seigneur estans au Chastel du Louvre*. Jean Blanchet fez outra lista em 1380 e Jean de Bégue uma em 1411 e outra em 1424. Por serem temporalmente muito distantes da temática central dessa tese não nos debruçamos em minúcias, apenas arrolamos os catálogos para conhecimento. PRIEBE, Paul M. "Da Bibliothèque du Roi à Bibliothèque Nationale: The Creation of a State Library, 1789-1793". *O Journal of Library History*, 1982, n. 17, p. 389-408.

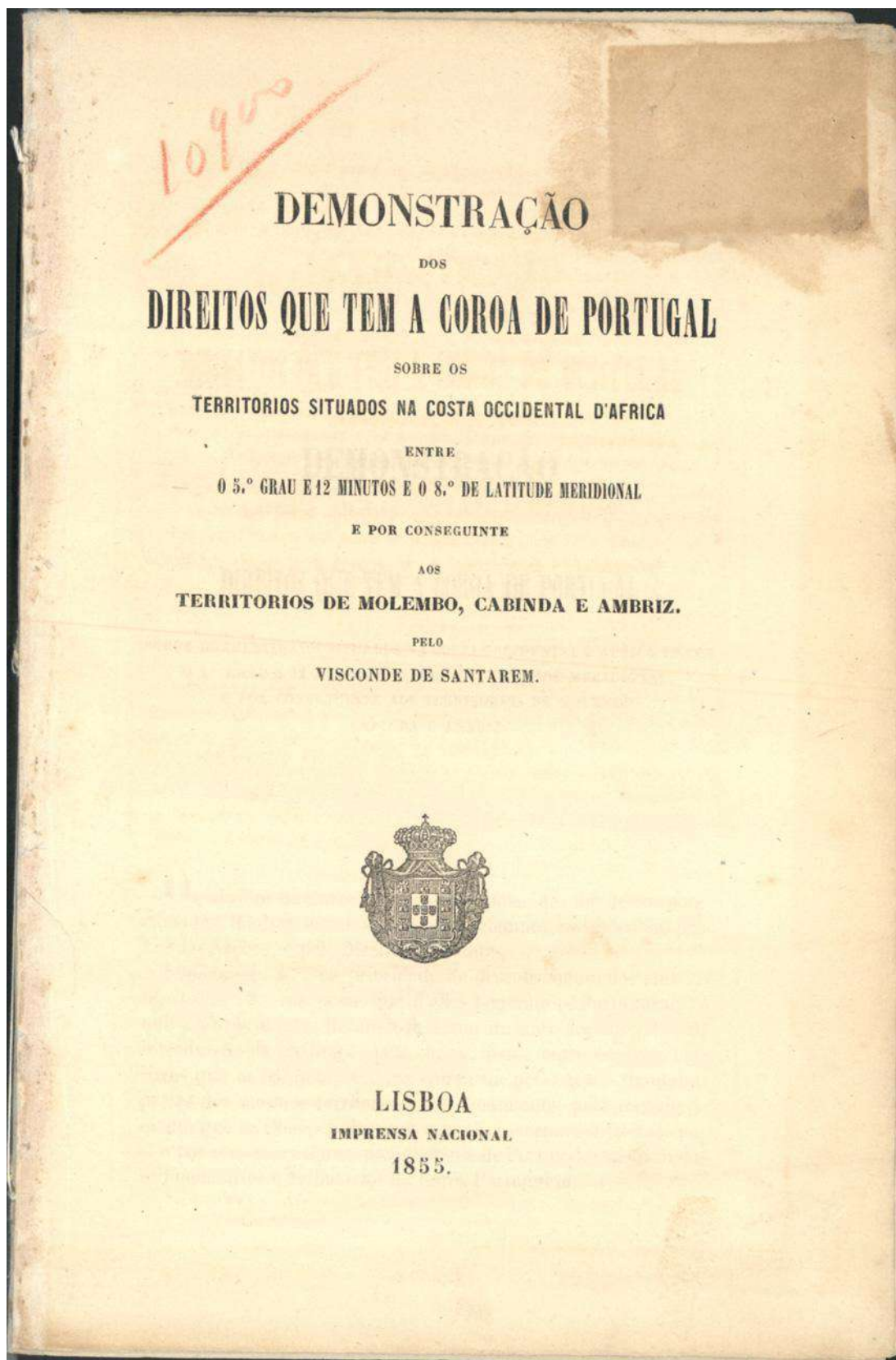
O trabalho mais remoto que encontramos e que cita o acesso a um manuscrito oriundo da Bibliothèque Nationale de modo formal é a obra do Visconde de Santarém, intitulada “*Demonstração dos Direitos que tem a Coroa de Portugal*” e publicada em 1855.²⁶⁸ No entanto, nada podemos dizer sobre qual exemplar de manuscritos Santarém acessa para compor seus escritos. Isso porque o documento não realiza citações diretas com o número do fólio ou página, dificultando sobremaneira qualquer averiguação.

Santarém grafa Cadornega como Cadorneya, além de singularizar o título e o colocar como *História Geral da Guerra de Angola*, e não “Guerras Angolanas”, como está presente nas edições contemporâneas e em todos os outros manuscritos que acessamos. Essa informação, que é a única sólida que temos em relação a utilização de Cadornega por Santarém, permite indagar se o autor não teria tido acesso ao manuscrito “perdido”, ou seja, o que trazia conteúdos em francês e português. Tal elucubração pode ser justificada caso nos atentarmos para as considerações de Dubeux, que singulariza a referenciação para com a obra de Oliveira de Cadornega nomeando-a como “*une histoire de l’Angola*”.²⁶⁹

²⁶⁸ SANTARÉM, Manuel Franciso de Barros e Souza. *Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territorios situados na costa occidental d’Africa: entre o 5° grau e 12 minutos e o 8° de latitude meridional e por conseguinte aos territórios Molembo, Cabinda e Ambriz*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

²⁶⁹ DUBEUX, Louis. Correspondance de la Société de géographie. 19 octobre 1832. (2104) In.: Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 7.

SANTARÉM. Manuel Franciso de Barros e Souza. *Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territorios situados na costa occidental d'Africa: entre o 5° grau e 12 minutos e o 8° de latitude meridional e por conseguinte aos territórios Molembo, Cabinda e Ambriz.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1855. (Contracapa, páginas 32 e 33, grifos nossos)



Vale lembrar que o ano de 1639 é o ano de embarque de Oliveira de Cadornega para Angola, e não o ano de publicação ou escrita da obra conforme traz, de modo equivocado, Santarém.

— 32 —

o Rio Lifune ao Sul, e por conseguinte desde o setimo grau de latitude meridional, tendo-se revoltado e feito roubos consideraveis nas terras do Dande e do Bengo, mandou o Governador de Angola Manoel d'Almeida Vasconcellos, marchar de Loanda um corpo de tropas para o castigar, o qual derrotou os rebeldes em varios combates, e perseguindo-os nas duas margens do Rio Loge, afugentou-os de todo o paiz.

Na proximidade d'este Rio foi construido um forte, que ficou concluido, armado com artilheria e guarnecido sufficientemente, no 1.º de Março de 1791, sendo seu commandante o capitão Francisco Antonio Pitta Bezerra. E logo foi com toda a solemnidade e com salvas de artilheria içada na nova fortaleza a bandeira Portugueza; o que tambem se fez no porto de Ambriz. Como no mesmo dia um navio francezahi arribasse, mandou o commandante das tropas portuguezas expressar ao capitão d'aquella embarcação os seus sentimentos amigaveis, informando-o ao mesmo tempo de que o marquez de Mossulo acabava de ser castigado por se haver rebellado e commettido outros crimes, e de que todas as suas terras e porto de Ambriz ficavam conquistadas pelas armas portuguezas.

Terminada assim a campanha, regressou a Loanda a força expedicionaria, ficando no novo forte a necessaria guarnição, a qual durante todo o tempo que ali esteve em 1791 e 1792, não experimentou ataque de inimigo algum. E neste ultimo anno o Marquez do Mossulo constituiu-se vassallo da Corôa Portugueza, como se vê no Termo que vae transcripto no fim d'esta Memoria (1).

Em 1794, como dissemos acima (§ 4.º), os *Mussões* cujo paiz fica entre o sexto e setimo graus de latitude meridional, foram reduzidos á obediencia de Portugal.

O tributo que os Reis do *Congo* pagavam aos Reis de Portugal, como acto de vassallagem, era um certo numero de peças e uns tantos gatos de Algalia (2).

Quando os mesmos Reis do *Congo* se rebellavam contra os Portuguezes, eram castigados.

(1) Documentos officiaes que se acham no Archivo do Ministerio da Marinha e Ultramar.

(2) *Cadornega* (Antonio d'Oliveira). Historia Geral da Guerra de Angola, obra original e Ms. inedito que se conserva na Bibliotheca Imperial de Paris. Tom. 1, fol. 148, Anno de 1639.

Sendo Governador André Vidal de Negreiros, em Dezembro de 1665, o Rei do *Congo*, faltando á fé e dever de feudatario, veiu com um poderoso exercito contra os Portuguezes, que lhe deram uma grande batalha, em que foi morto e degolado (1). Em 1648 o Rei do mesmo paiz mandou um embaixador ao Governador, Salvador Corrêa de Sá, para pedir perdão do que havia feito colligando-se com os Hollandezes. Concedeu-lhe o general a paz com a condição que pagasse parte dos gastos da armada portugueza, devendo dar de alli em diante novecentos motetes de pannaria corrente, que importava em algumas mil peças, o que o embaixador prometteu (2). Em 1655, o Rei do *Congo* tendo molestado o commercio dos Portuguezes, faltando assim ás suas obrigações, o Governador de Angola mandou ás tropas que passassem o Rio *Lifune*, e quando chegavam ás terras do Marquez de Bamba, vassallo do *Congo*, deram-lhe uma batalha onde foram desbaratados os habitantes d'aquelle Reino, e o Rei mandou logo por seus embaixadores pedir perdão ao Governador, e tendo reparado os damnos, mandou este retirar o Exercito (3).

Os Potentados e principaes Sovas do Reino do *Congo* recorrem por diversas vezes ao poder dos Portuguezes e aos Governadores de Angola para intervirem nas suas disputas e desavenças intestinas. Citaremos apenas uma d'estas intervenções reclamada por um dos principaes senhores do *Congo*, e que julgámos assás característica.

No anno de 1655, sendo Governador de Angola Luiz Martins de Sousa Chichorro, mandou o Marquez de *Pemba*, sujeito ao Rei do *Congo*, pedir favor e soccorro ao dito Governador por se receiar do dito Rei do *Congo* o querer decapitar, por aquelle Marquez ter mais direitos áquelle Reino, do que o Rei que estava de posse, e era da sua parcialidade o Conde de Sonho (4).

Assim, pois, não só os Soberanos do *Congo* e os Senhores ou

(1) O mesmo author, T. II, P. III, de fol. 106 a 115.

(2) Cadorneva T. II, Cap. LXX, acrescenta que valia cada uma d'aquellas peças n'aquelle tempo 25 a 30\$000 réis. Por esta occasião prometteu o Rei do *Congo* dar aos Portuguezes as minas de oiro que havia nos seus Estados.

(3) Obra citada T. II, Cap. III.

(4) Cadorneva, obra citada, T. II, pag. 129.

Sobre as características físicas dos manuscritos que importam para esse trabalho, podemos dizer que possuem três tomos com 261, 241 e 161 fólhos, respectivamente.²⁷⁰ Durante todos os tomos a letra corrente é a mesma, com características inerentes as escrituras setecentistas na Europa, ou seja, com assinaturas e iniciais arabescadas mesmo que discretamente, palavras em um português que duplica consoantes, além de tópicos colocados na margem direita dos fólhos.²⁷¹

Se a configuração paleográfica nas escrituras dos XVII e XVIII não sofre mudanças significativas, não sendo esse um argumento cabal para demonstrar que a escrita dos “*manuscritos franceses*” ocorreu na Europa em meados dos XVIII, o frontispício aquarelado com a assinatura de um artista francês é sim um argumento definitivo para sustentar que os manuscritos em questão foram escritos na Europa e nos setecentos.

Queremos com isso dizer que a gravura que adorna o frontispício foi assinada como “*De Rochefort Fecit*”, ou do latim “*Feito por Rochefort*”.²⁷² A família de artistas franceses Rochefort tinha trabalhos não apenas na França, mas também em Portugal.²⁷³ Sabe-se que há Pierre, filho de Charles Rochefort que também desenhava com periodicidade nos setecentos e que trabalhou em Portugal no reinado de D. João V, como observaremos em estampas que adornam obras portuguesas.²⁷⁴ Todas as gravuras que encontramos são também frontispícios.

Em “*O engenheiro portuguez*” de Manuel Fortes²⁷⁵, os Rochefort assinam como “*De Rochefort Sculp*”. Como a gravura pertence a uma obra impressa, possivelmente a matriz da figura tenha sido esculpida com técnicas como a

²⁷⁰ Vale lembrar que cada fólio é constituído por duas páginas.

²⁷¹ BERWANGER, Ana Regina. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.

²⁷² Fecit: fazer, realização, quer do ponto de vista material, intelectual, físico ou moral. In.: FERREIRA, Antonio Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto, Porto Editora, 1991, p. 460.

²⁷³ Bispo Conde Dom Francisco. *Lista de alguns artistas Portuguezes, colligida de escriptos e documentos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839.

O recreio, jornal das famílias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, v 8. Na seção “Gravadores”, páginas 14, 15 e 20. In: Indiana University Library.

²⁷⁴ FERREIRA, Alexandre. *Memorias e noticias historicas da celebre Ordem militar dos templários. Na Palestina para a Historia da admirável Ordem de nosso senhor Jesus Christo*. Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Silva Impressor da Academia real. Lisboa: MDCCXXXV, 1735. In.: Biblioteca da Universidad Complutense de Madrid.

²⁷⁵ FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728, 1729.

xilogravura, o buril ou à água-forte.²⁷⁶ Já a obra “*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*” de Antonio Caetano de Souza,²⁷⁷ a inscrição que confere autoria a gravura traz: “*Acabado ao buril por P. de Rochefort*”, ou seja, indica a técnica utilizada, quem a fez e ainda sugere a datação.

²⁷⁶ Para informações mais detalhadas sobre os processos de gravação nos XVII e XVIII vale consultar as seguintes obras: TJABBES, Pieter; PICCOLI, Valeria. *Impressões Originais: a gravura desde o século XV*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2005 e TERRA, Fernanda. *Mestres da gravura. Coleção Fundação Biblioteca Nacional*. Centro Cultural Correios, 28 de julho a 18 de setembro de 2011.

²⁷⁷ SOUZA, Antonio Caetano. *Historia Genealogica da Casa real Portuguesa desde a sua origem até o presente*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio de Sylva, 1735-1749.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Tomo I, Cota: Portugais 2-4. (Fólios C, 1, 283 para observação, grifos nossos)

Mostra o Autor a razão que teve
para fazer a dedicatória desta historia
ao Principe Nosso Senhor
que Deus guarde.

C

Dize Seneca no espelho de Beneficentes, que o ser agradecido
a beneficios a todos he agradavel; e que a ingratitude, ate ao
ao mesmo Deus, he aborrecivel; e confirma este dizer, o famoso
Costa, e insigne Escritor Dom Luis de Gomgora, e Dandoval,
quando fallando em seus bizarros, e doutos Versos, diz

El pagar obligaciones
grandes libertades aze,
el recibir beneficios
estrichas cautividades

Presuppostas as razões de tão dignos sujeitos, a teve muchis-
sima o Autor, em dedicar esta limitada obra ao Principe
Nosso Senhor, a primeira por ser seu Autor da muito sempre
real, e real Villa Vizea, Conte dos Serenissimos Duques dos Esta-
dos de Bragança, e Barcellos, Condestables dos Reinos de Por-
tugal; segundariamente por ser Bisneto de Damiao Leres
de Cadornega, Criado da Casa Real, e Neto de Christovão Leres
de Cadornega, Cavalliro fidalgo da Casa de Sua Magestade,
e Executor de propriedade da Commarca de Estremoz, e naquella
nobre Villa morador, em cujo officio recebeu sempre da Real
Casa de Bragança, honrras, e favores, assim de Sua Alteza
a Serenissima Senhora Dona Caterina, Bisavó de Sua
Alteza que Deus guarde, como do Serenissimo Senhor
Duque Dom Theodorio, segundo do nome, seu Avó, a respeito
das tenças que meu Avó pagava, consignadas naquella
Executuria, e Commarca; e tambem pello irmão de meu
Avó o Padre Francisco de Oliveira, haver sido Criado, e
Capellão do Senhor Duque Dom Theodorio, estando com
elle, cativo em Africa na perda del Rey Dom Sebastiao;
e vindo dito Padre daquelle cativo, foi provido por Viga-
rio da Igreja Matris da Villa de Olinda de Pernambuco,
e Mão-posteiro-mór dos Cautivos. E entrando nos Ducados
de Bragança, e Barcellos o Senhor Duque Dom Theodorio,
por

Repare: iniciais discretamente arabescadas e tópicos sempre a direita do texto, característico dos XVIII.

Capitulo primeiro da primeira parte da historia
 general das guerras Angolanas escritas por Dom Antonio
 de Oliveira de Cadornega Capitaõ Reformado
 e Cidadão da Cidade de São Paulo da Sumção
 Natural de Villavieja

Nestes Reinos de Sebaste conquista de Ethiopia, que este
 nome lhe derão os Antigos por haver começado suas conquistas em
 tempo do Senhor Rey Dom Sebastião de Lastimosa memoria, e
 haver sido seu descobrimento por Diego Cam em tempo do Senhor
 Rey Dom João o segundo, chegando ao Rio de Congo chamado o zaire
 porto de pinda assento do Conde de Sonho, Vassallo del Rey de
 Congo como o relatao as nossas Cronicas futa sua recopilacao pello
 Escriitor Pedro de Maris, Damiao de Goes na Cronica do Serenis
 como Rey Dom Manoel, Manoel de Saria e Souza novamente
 no seu Epitome, o porto de pinda dista da Cidade de São Paulo
 da Sumção a seta vento em quatro graos da banda do Sul, onde
 se conserva ainda nestes tempos o nome de padrao porto pello
 dito descobridor Diego Cam.

Alguns Portuguezes que forão por via do porto de pinda e Con-
 cado de Sonho ao Reino de Congo ajudarão aquelles Reis em suas
 Conquistas e a defendelos de alguns exeritos de Jagas que desce-
 rão da Serra Lica a infestar aquelle em cuja defensão se mostra-
 rão e assinalarão aquelles Portuguezes valerozamente defenden-
 do o dito Rey de tamanhas oppresions alcançando muitas victori-
 as dos ditos Jagas, e mais gentio inimigo daquella Coroa, que
 alem de serem mui destros Soldados e exercitados nas armas
 erão mais temidos pello uzo que professavão em comerem carne
 humana que era o seu mais regalado sustento, de que ainda
 tem por costume os que dahi procedem, de que he composto o
 quilombo da Reynha Ginga, e de Cabucu e o quilombo de Casangi,
 potentado grande, que tem dominado pello Sertão dentro muitas
 Provincias e Nacoes de diversas língas com quem fazem os
 Portuguezes resgate de peças que servem de utilidade ao Commer-
 cio, e muito mais ao serviço de Deos, e bem daquellas Almas; -
 porque com estes Regates se evita a não haver tantos açouques
 de carne humana, e instruidos na fe de nosso Senhor Jesus
 Christo hindo bautizados e catequizados se embarcã para as
 partes

Da historia das guerras Angolanas.

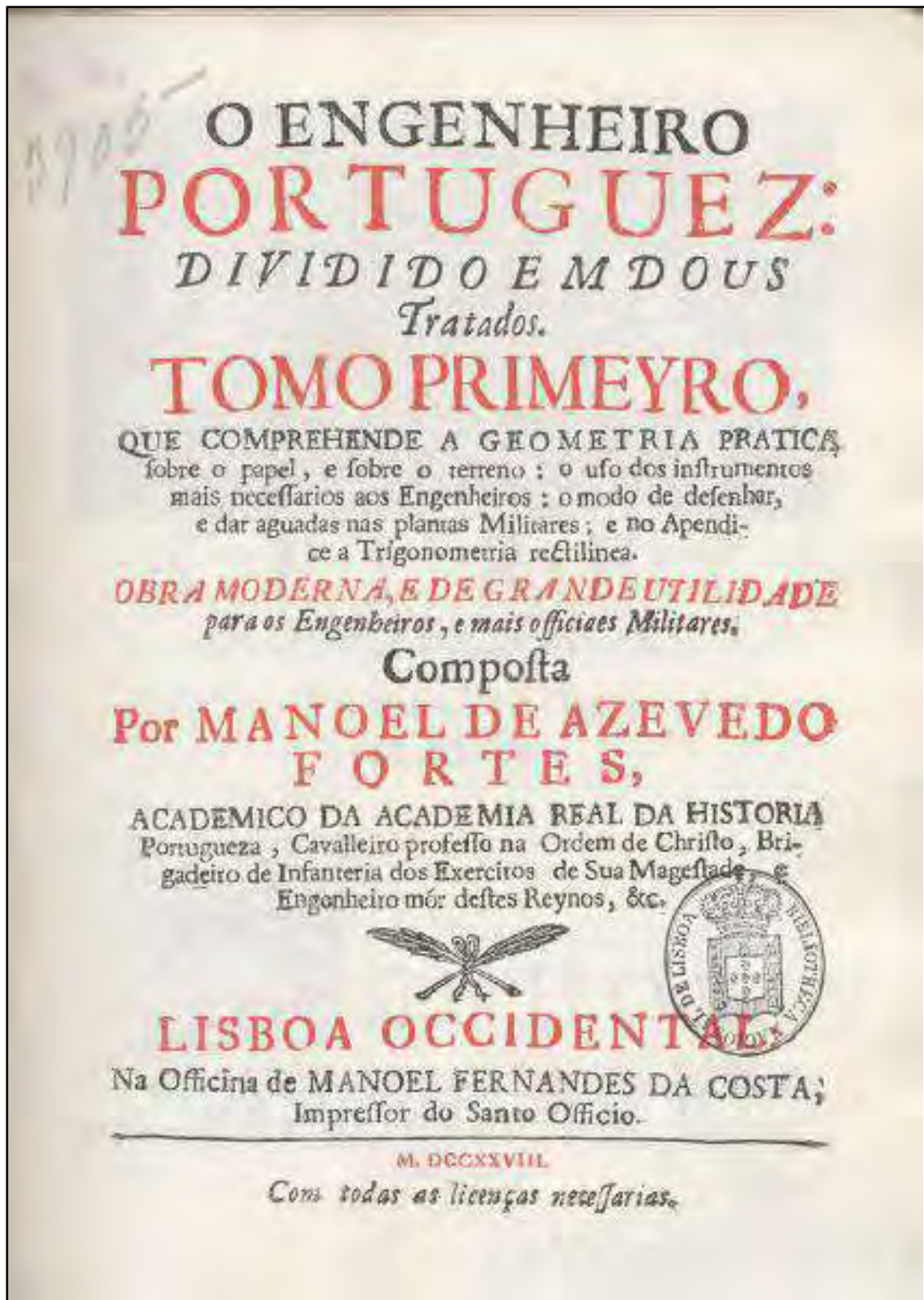
Capitulo setimo da terceira parte,
do primeiro tomo da historia
general das guerras Angolanas
prosequindo seu Governo
Pedro Cezar de Menezes

283.

Como Deus acode com sua Divina Providencia à menor formiga da terra como nolo ensina aquelle Sogito tão douto Fray Luis de Granada em seu Symbolo da Fé que escreveu e compoz com tanta eloquencia e doutrina; vendo a Omnipotencia Divina a afflicção em que estavam os Portuguezes Angolanos, que ainda que peccadores filhos do Gremio da sua Igreja, quando mais desculpados estavam de poderem ser soccorridos da mão Real del Rey nosso Senhor por verem as impossibilidades que para isso havia sem haver porto que nosso fosse, por onde nos podessem entrar soccorro, nas mayores pressas acudio com suas Misericordias, vindo hum homem a Masangano por nome Chelipe Lopes Morador de Benguela e seu Reino, o qual trazia huma carta mettida na sola do Sapato por não ser vista do Flamengo, a qual era do Governador Francisco de Souto Mayor, escrita desta Carta do porto do Quicumbo, em que avizava ser ali chegado com hum soccorro consideravel por mandado del Rey nosso Senhor Dom Joao o quarto a acudir a estes Reinos; e por achar aquelle homem que se offerreceo a metter aquelle avizo nas suas mãos, de quem havia fido as noticias do estado destes Reinos, fazia dito avizo por aquelle mesmo Portador ter repostas, e lhe avizar sua Senhoria o meyo que seria melhor por conseguir o soccorro que

O douto Varão Fray Luis de Granada viveo a Portugal em Companhia da S.^{ta} Maria, D.^o Leonor, bramao de Comendador Carlos Quinto, Fervora Mulher del Rey Dom Manuel, e foy seu Confessor; the padroa Rainha D.^o Leonor hum d'aquele para ser Arcebispo de Braga, e elle the apontou em seu Apostolado dos Martyres Reis de Constantino de sua Domingos de Bem-fiel, o qual se casou, e viveo as acudas por D.^o Joao de Alentejo, e nas cartas de que foy escrito o qual, foi hum Santo Varão como o Com.^o de sua vida.

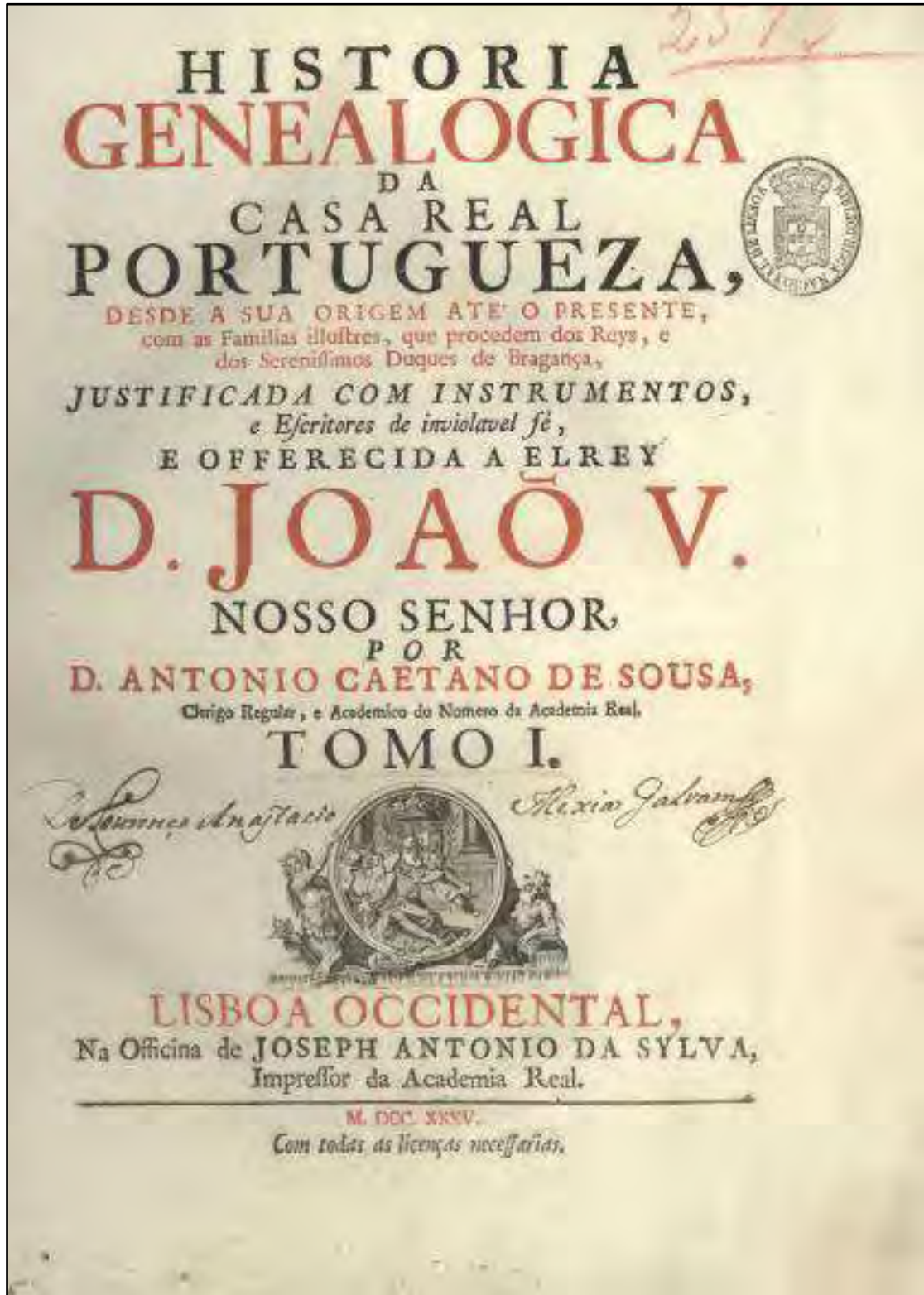
FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728, 1729. (Frontispícios)





De Rochefort. Sculp. 1729.

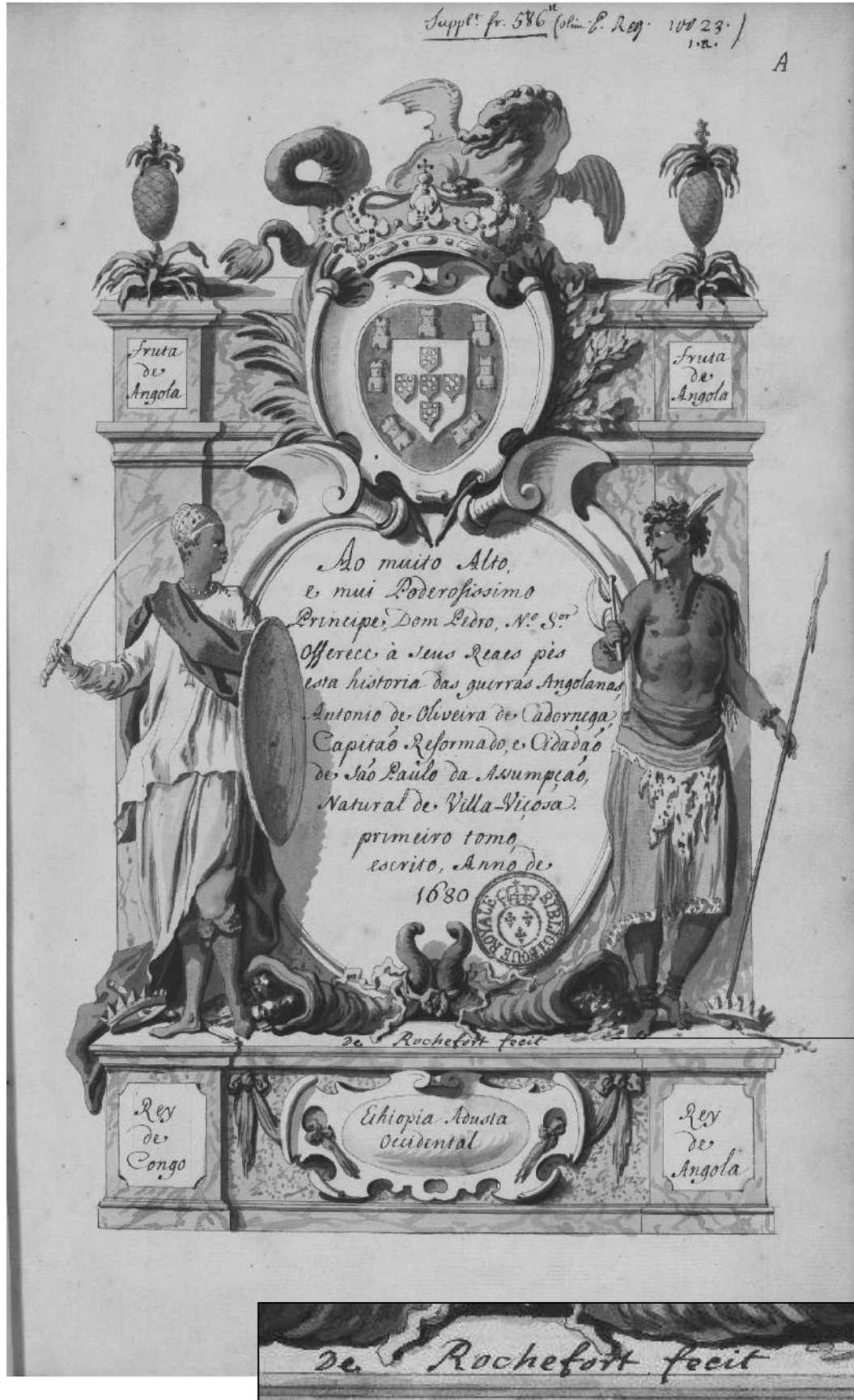
SOUZA, Antonio Caetano. *Historia Genealogica da Casa real Portuguesa desde a sua origem até o presente*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio de Sylva, 1735-1749.





A. de Rochefort fecit
Acabado ao buril por P. de Rochefort. 1735.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Tomo I. Cota: Portugais 2-4. (Frontispício)



Bem ditas as coisas, podemos afirmar que os Rochefort assinaram, para além de outras gravuras em diversas obras, a autoria do frontispício dos tomos de Oliveira de Cadornega em meados dos setecentos e antes da Revolução Francesa, visto que algumas páginas estão carimbadas com a inscrição: “Bibliothèque Royale”. Se a escrita dos manuscritos foi feita em Portugal ou na França, não encontramos indícios capazes de inclinarmos-nos para uma ou outra alternativa.

Pela quantidade de trabalhos que encontramos em Portugal assinados pelos Rochefort, talvez os tomos tenham sido escritos em Portugal, visto que as gravuras se assemelham as que encontramos nos manuscritos da “*História Geral das Guerras Angolanas*” que hoje pertencem a Academia das Ciências de Lisboa. A obra de Cadornega pode ter sido escrita e estampada em Portugal, escrita em França e estampada em Portugal, ou ainda escrita e estampada em França. Não há qualquer indício que propicie a resolução dessa interrogação.

De uma forma ou de outra a assinatura dos Rochefort configura-se como um indício da feitura das cópias na Europa, não sendo estas o traslado dos manuscritos que partiram de Luanda. Sobre os seus conteúdos, basicamente são os mesmos das edições modernas, isso quer dizer que o Padre Maria Antunes esmerou-se em copiar os tomos fidedignamente. Há notas que foram suprimidas, mas não sabemos se foram por Antunes ou por José Matias Delgado: o fato é que não aparecem nas edições contemporâneas do século XX, mais especificamente nas edições das décadas de 40 e 70.

Após as considerações supracitadas concluímos que nos registros da Bibliothèque Nationale de France houve as cópias que foram citadas por Dubeux e que mesclavam passagens em francês e português nos seus conteúdos. Dessas cópias não temos notícia, nem conseguimos especificar sua datação, sabemos que elas existiram ao cruzarmos documentação, pois não estão arroladas no catálogo iniciado em 1892. Há as cópias que acessamos, que estão nos registros e também disponíveis à consulta, e que cremos datarem de meados do século XVIII.

Os mesmos manuscritos que acessamos foram copiados pelo padre Maria Antunes no início do século XX e concedidos a Delgado para que os anotasse, originando as edições de 1940 e 1972. Estas últimas cópias ou edições são as únicas impressas e que possuem circularidade, embasando os trabalhos referentes a História da África e de Angola não apenas junto da Historiografia Brasileira, mas

também junto da historiografia de países europeus, pois que as edições impressas organizadas por Antunes e publicadas em 1902 são edições, em suma, desconhecidas.

Os *Manuscripts pour le roi de France* talvez pelas dificuldades que a leitura de caligrafias de séculos outros carrega, ou ainda por desconhecimento, são pouquíssimos acessados. Logo, apenas nesse movimento investigatório constatamos que há cinco versões de um mesmo documento com datações múltiplas, bem como múltiplos também são os *modus* de acesso dos historiadores em relação a esses documentos. O que também se configura como uma forma de fazer/escrever história.

Isso quer dizer que houve na Bibliothèque de France os manuscritos citados por Louis Dubeux, que mesclava as línguas francesa e portuguesa para a exposição dos seus conteúdos, ainda na mesma biblioteca há os manuscritos que tivemos acesso, intitulados por *História Geral das Guerras Angolanas* e que originaram a cópia feita pelo padre Maria Antunes que serviu de base para as edições de 1902 e para as edições anotadas por José Matias Delgado, publicadas em 1940 e 1972, que trataremos em etapa próxima desse capítulo.

Capítulo 8

Manuscritos anotados para Oliveira de Salazar

Há duas edições impressas que datam do século XX da “*História Geral das Guerras Angolanas*” e derivadas dos manuscritos existentes na Bibliothèque Nationale de France, Richelieu Louvois. Uma delas foi impressa em 1940²⁷⁸ pela Divisão de Publicações da Agência Geral das Colónias e a outra em 1972 pela Imprensa Nacional, Casa da Moeda. A edição de 1972 é um fac-símile da primeira edição. Quer isso dizer que não há nenhuma revisão ou mudança no texto, bem como a estrutura da obra permanece a mesma. Essas duas edições trazem uma introdução ou “*Prólogo do anotador*”, referindo-se as notas confeccionadas por José Mathias Delgado.

Professor de Kimbundo da Escola Superior Colonial²⁷⁹ e colaborador assíduo da *Revista Portugal Colonial*, um periódico de propaganda da expansão colonialista portuguesa,²⁸⁰ Delgado não faz suas anotações diretamente dos tomos parisienses. Ele acessa uma cópia feita pelo padre José Maria Antunes, fundador da missão de Huíla em Angola.²⁸¹ O padre Antunes era um entusiasta dos estudos sobre as então colônias portuguesas. Em 1881 foi professor de Ciências Naturais no Colégio do

²⁷⁸ O tomo de número três da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de Oliveira de Cadornega foi publicado dois anos depois, em 1942. No entanto, para referirmo-nos a ele, bem como aos outros volumes utilizaremos sempre o termo “edições/publicações de 1940”.

²⁷⁹ Sobre a Escola Superior Colonial, foi criada para formar o pessoal da administração dos territórios ultramarinos e do então Ministério da Marinha e Ultramar. “*Recrutados de início para o Quadro Administrativo, que enquadrava os diferentes níveis da administração territorial, os diplomados da Escola passaram a pouco e pouco a assumir funções administrativas e técnicas nos diferentes serviços que foram sendo criados, no decurso do processo de desenvolvimento e transformação da organização política e administrativa dos territórios coloniais*”.

In. Fundação Mário Soares, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00367> Acesso em 01.09.2017.

²⁸⁰ *Portugal Colonial: revista de propaganda e expansão colonial*. Lisboa: Empresa Portugal Colonial, 1895-1970. Nesse trabalho observamos principalmente os números 14 e 15, ambos de 1932.

Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/PortugalColonial.htm>
Acesso: 13.04.2017

²⁸¹ O padre José Maria Antunes nasceu em Santarém em 1856. Entrou para o seminário da mesma cidade em 1867, e mais tarde atuou nos seminários da Congregação do Espírito Santo em Paris, retornando em 1881 a Braga para dar aulas de Ciências Naturais no Colégio Espírito Santo. No mesmo ano funda a missão de Huíla arroteando 2000 hectares de terra para dirigir uma exploração agrícola e influenciar na vida e educação dos habitantes ao sul de Angola. SERRÃO, Joaquim. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1989, p. 248, v. XI.

Espírito Santo em Braga. Museus de História Natural de Paris, Berlim e Coimbra se beneficiaram com amostras enviadas de Angola enquanto ele estava como superior da Missão que havia fundando para influenciar na educação dos “nativos”.

Em 1899 o padre Antunes publica no periódico que coordenava, ou a revista *Portugal em África*, o segundo tomo das transcrições que havia feito e que eram derivadas dos manuscritos da Bibliothèque Nationale de France. Em 1902 ele concluiu em uma separata a publicação dos outros dois tomos. Essas publicações existem na Biblioteca Nacional de Portugal, mas devido ao seu mal estado de conservação não foi permitido que as acessássemos.²⁸²

A relação do padre Antunes com o anotador José Matias Delgado é citada discretamente no “*Prólogo do anotador*” das edições de 1940 e 1972. Ambos eram religiosos a serviço das missões exploratórias em África, e esse era o sustentáculo da proximidade de ambos.²⁸³ A preocupação de Antunes, segundo Delgado, era levantar documentação que comprovasse os “*atos*” arrolados por Cadornega. Foi isso que Delgado fez durante dez anos,²⁸⁴ buscou documentações em arquivos para contrapor as datas expostas por Cadornega, fez notas que considerava complementares aos conteúdos copiados das cópias dos manuscritos da HGGA. Faleceu após acabar as anotações em 1932. Não chegou a vê-las publicadas em livro.

Há importância em compreender o contexto que perpassa as edições impressas de 1940 e 1972. Não apenas porque ambas são obras amplamente acessadas pelos historiadores para estudar a história de Angola nos seiscentos, mas principalmente pelo fato de que o sentido das edições impressas, mais que os

²⁸² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Typographia da Companhia Editora Nacional, 1902. In.: Biblioteca Nacional de Portugal, cota: 1Ka3-26.

²⁸³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, tomo I, p. XVII-XIX.

²⁸⁴ Estimamos que Delgado fez suas anotações entre 1922 e 1932, pois há nas edições impressas de 1940 e 1972 da obra de Oliveira de Cadornega um segundo anotador que não se identifica e faz apenas uma nota comunicando que Delgado falece após recém ter acabado suas anotações. In.: *Prólogo do anotador*, p. XX. CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.

conteúdos introduzidos por Delgado, estão diretamente relacionadas a implantação do Estado Novo e a política ditatorial à África portuguesa.²⁸⁵

Esses movimentos políticos se inauguram entre 1930 e 1931 através do Ato Colonial.²⁸⁶ Não demoraria para que António de Oliveira Salazar assumisse o poder e propusesse reformas constitucionais. O novo texto constitucional refletia um compromisso entre república e monarquia, definia o estado como unitário e corporativo, classificando a soberania em quatro órgãos: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais, além de conceder ao presidente extensas atribuições, comparáveis às que a Carta Constitucional garantia ao rei.²⁸⁷

Definindo diretrizes para a organização corporativa no setor industrial e para os empresários agrícolas, o Estatuto do Trabalho Nacional, datado de 1933 objetivava harmonizar os interesses de patrões e empregados por uma ambição comum, ou seja, a “nação”.²⁸⁸ Dentre as corporações, havia aquelas que reuniam empresas para representar os sindicatos nacionais. As *Casas do povo* englobavam trabalhadores rurais, e as *Casas dos pescadores* os trabalhadores do mar. Além dessas corporações econômicas, havia corporações morais e culturais. As primeiras prestavam assistência a asilos, hospitais, creches, casas pias, dentre outros, as seguintes visavam objetivos científicos, literários, artísticos, ou de educação física. Universidades, associações científicas, literárias, artísticas e desportivas estavam regidas por essa corporação.²⁸⁹

Uma nação indivisível, que deveria ser representada como um corpo único, com uma dimensão multicontinental, que envolvia não só Portugal, mas as ilhas do

²⁸⁵ Repare que o termo Angola aparece, nesse momento, sem aspas. Isso ocorre em virtude desse período, ou a contemporaneidade do século XX, fugir de nossas possibilidades de análises que exploram “Angola” enquanto um conceito na obra de Oliveira de Cadornega.

²⁸⁶ Sobre o Ato Colonial sugerimos ver: ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 188.

“O Ato Colonial tinha antes de mais nada um objetivo político preciso: tratava-se de reafirmar de forma solene a soberania portuguesa no Ultramar, em documento com valor constitucional, dando-lhe um caráter permanente e irrevogável, numa fase em que se agudizavam as tensões com a Sociedade das Nações e com a internacionalização dos territórios coloniais.”

²⁸⁷ OLIVEIRA MARQUES, A.H. de. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. General Eanes*. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 373.

²⁸⁸ A Constituição de 1933 e o Ato Colonial estão disponíveis, respectivamente, nos seguintes sites do governo português: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

<http://dre.pt/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>

²⁸⁹ OLIVEIRA MARQUES, A.H. de. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. General Eanes*. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 419.

Atlântico, as terras da África, Índia, Macau e Timor, alimentava a construção do modelo de pátria angariado por Salazar. Segundo o professor Fernando Catroga, sob o mando de um estado autoritário, nacionalista e corporativo, “*queria-se acreditar que Portugal continuava a ser, na era do aceleração das descolonizações, uma pátria multicontinental enlaçada pela nação una e indivisível*”.²⁹⁰

Para celebrar essas características tomadas como genuínas aos portugueses, no ano de 1940, o regime organizou o oitavo centenário da nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração: cerimônias, congressos e publicações, além de exposições, como a do Mundo Português, foram preparadas por arquitetos, artistas e decoradores. Essas comemorações, conforme Oliveira Marques, constituem uma “*manifestação fascizante no modo de interpretar o passado e de abusar dele para testemunhar o presente e anunciar o futuro*”.²⁹¹ Ainda sobre comemorações desse gênero, Fernando Catroga na obra “*Nação, mito e rito*”, as caracteriza como sacralizantes, em “*campos cada vez mais secularizados*”.²⁹²

A sacralização de uma nação almejada por Salazar encontra em mitificações históricas o trabalho ideológico necessário para colocar efeito na “*causa de sua causa*”, ou seja, serão criados elementos cívicos tanto em Portugal quanto em Angola que demarquem essas desejadas fronteiras.²⁹³ Com isso é plausível que observemos a ênfase do ‘homem de letras’, que não era uma novidade em Portugal, pois surgiu na consolidação de um ideal aristocrático não assente no sangue, mas no mérito, nas virtudes guerreiras.²⁹⁴ O regime salazarista utilizava-se deste artifício para organizar a complexa engenharia institucional que o estado demandava, ou seja, obras de escritores portugueses que descreviam os sucessos bélicos de Portugal tinham suas publicações fomentadas para auxiliar nessa

²⁹⁰ CATROGA, Fernando. *A geografia dos afetos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 392.

²⁹¹ OLIVEIRA MARQUES, A.H. de. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. General Eanes*. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 382.

²⁹² CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito. EUA, França, Portugal*. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005, p. 118.

²⁹³ CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 19.

²⁹⁴ Vale observar a argumentação do professor Fernando Catroga a respeito da apropriação da obra “Os Lusíadas” de Camões. In.: ‘Camões: o “representante man” da “alma portuguesa”’. In.: *Nação, mito e rito. EUA, França, Portugal*. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005, p. 120-126.

manutenção ideológica, como é o caso da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*”.

Um autor como Oliveira de Cadornega que estruturou sua obra a partir de governadores enviados por Portugal no século XVII, e que em inúmeras passagens reifica com descrições laudatórias sucessos bélicos portugueses, bem como cita diversas vezes Camões, inclusive se comparando a ele como ‘soldado e escritor’ é um prato cheio para os interesses propostos por Salazar, ou o justificar da colonização e seus benefícios às colônias africanas. Com as eleições de 1949, apesar do salazarismo entrar em crise, pois a Organização das Nações Unidas²⁹⁵ se opunha a admitir Portugal como um estado-membro, Salazar continuou utilizando pedagogicamente obras de escritores portugueses dos mais variados séculos, no entanto, agora o movimento era justificar a importância fundamental da intervenção portuguesa nas “províncias” africanas.²⁹⁶

Quer isso dizer que em função do artigo de número 73, do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, que sugeria aos seus membros administradores de territórios coloniais transmitirem regularmente ao Secretário Geral, informações sobre a forma como preparavam esses territórios à autodeterminação, tida como “*um direito humano fundamental*”, sendo de obrigação das potências coloniais “*prepararem os territórios sob sua administração para independência*”.²⁹⁷ Com isso, a constituição de 1933 e o Ato Colonial sofrem modificações em seus textos: ao invés de “colônias”, tem-se “províncias” ultramarinas.

Um dos argumentos que justifica esse fato é, em 1910, o ministro dos Estrangeiros e da República, Bernardino Machado, já utilizar o termo “*província*”, declarando que os portugueses consideravam as possessões ultramarinas como um patrimônio tão sagrado quanto o território da “*mãe-pátria*”.²⁹⁸ Vale notar, que a polidez em nomear Angola não como uma colônia, mas como uma província ultramarina, toma os discursos do ministro que almeja participar dos trabalhos da

²⁹⁵ Utilizaremos por vezes a sigla ONU para Organização das Nações Unidas.

²⁹⁶ MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 73.

²⁹⁷ CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998 p. 49.

²⁹⁸ SILVA, Sérgio Vieira da. *Poder e política na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora, 2013, p. 67.

ONU.²⁹⁹ Essa atitude adotada por Salazar constituiu a linha de raciocínio essencial da defesa política, diplomática e jurídica da integridade nacional.³⁰⁰

Para o êxito dessa empreitada era crucial o entendimento que para além de territórios autônomos, Angola e Moçambique “*são mais que isso – são independentes com a independência da nação*”, que salvo por abusivas pressões externas, não haveria porque indagar sobre elementos que dissociassem essas províncias ultramarinas. Ou seja, Portugal não se considerava abrangido pelo artigo, e faz campanha para difundir sua posição, conseguindo em 1955 um lugar junto à ONU. Uma consequência desse fato é a intensificação da política de obras públicas, bem como a industrialização e a elevação dos salários nas colônias. Na metrópole, visitas de vários chefes de estados e ministros estrangeiros eram frequentes.³⁰¹

A natureza das intervenções públicas do ditador, segundo Gil, seguia as mesmas lógicas das “*narrativas de salvação*”.³⁰² Assim sendo, Salazar postulava a “alma nacional” como se fora onipresente, um motor de continuidade, visto que a nação era, para além de “histórica”, um “*halo da vontade divina*”.³⁰³

O último período de estabilização do regime salazarista foi marcado por uma brusca mudança, pois o ditador entrara em coma após cair de uma cadeira. Com a demora da recuperação, aos vinte e sete dias de setembro, o presidente Américo Tomás lança ao poder Marcello Caetano. Assim, findara um período de quarenta anos de governo quase absoluto, o mais longo da história portuguesa desde o reinado de Dom João VI.

A política do sucessor mostrou-se cautelosa, pois o mesmo manteve as coisas como estavam, com ligeiras ou mínimas modificações, pois sabia que o Exército, a Marinha, as Polícias e parte da alta hierarquia eclesiástica o vigiavam. Se por um lado concediam-lhe apoio, por outro precisavam estar seguros que haveria

²⁹⁹ SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas. v.II. Coimbra: Coimbra Editora, 1946, p. 56.*

³⁰⁰ MARQUES, Silvino. *Salazar e a defesa do ultramar*. Revista de Estudos Africanos da Universidade do Porto: Porto, n. 7, 1990, p. 160.

CAETANO, Marcello. *O conselho ultramarino: esboço de sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967, p. 103.

³⁰¹ NOGUEIRA, Franco. *Diálogos interditos: a política externa portuguesa e a guerra de África*. Lisboa: Intervenção, 1979. p. 83.

³⁰² GIL, José. *Salazar. A retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995, p. 23-24.

³⁰³ CATROGA, Fernando. *A geografia dos afetos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 381.

estabilidade na manutenção de seus interesses.³⁰⁴ Fatores externos também foram responsáveis por tolher a mudança. A África com as agitações requerendo a libertação, recebia apoio financeiro e bélico da União Soviética e de Cuba.³⁰⁵ Sem apoio internacional não havia como arquitetar uma saída organizada das colônias, o que movimentou todo o aparato ditatorial utilizado pelo Salazarismo, com a finalidade de manter os ideais corporativos em Portugal.³⁰⁶

Essas considerações sucintas sobre um período específico da história contemporânea de Portugal ajudam-nos a entender os motes que ensejaram a publicação da obra *“História Geral das Guerras Angolanas”* em 1940 e 1972. Entendemos que problematizar com mais cuidado todos os dados supracitados, manuscritos e ainda edições, é algo necessário e comportaria estudos para uma tese inteira e não apenas um capítulo.

Apesar disso, cremos que por auxiliar no desenvolvimento de uma das problemáticas desse trabalho que objetiva analisar as ambiguidades textuais na obra de Oliveira de Cadornega e observar como as plurais “Angolas” descritas pelo autor conjecturam uma ideia de unidade, faz-se necessário entender a produção desses manuscritos/edições, bem como suas particularidades/características, pois somente desse modo nos aproximaremos de um possível traslado definitivo da obra HGGA, ou de um texto escrito a próprio punho por Oliveira de Cadornega.

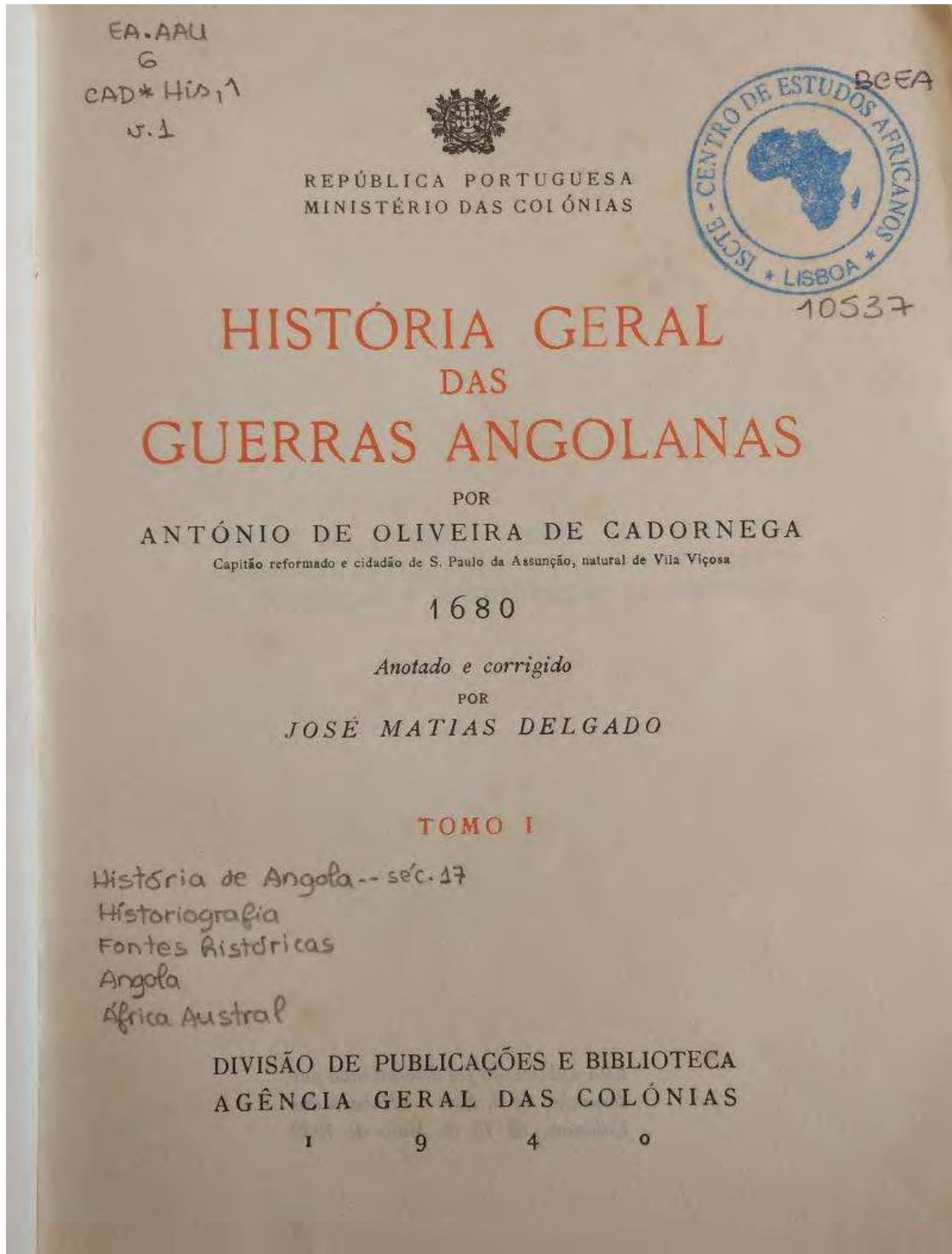
³⁰⁴ SANTANA, Emídio. *História de um atentado. O atentado a Salazar*. Lisboa: Fórum, 1976.

³⁰⁵ Sobre as relações do governo Nixon com o Salazarismo, sugerimos ver as contribuições de MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, cap. 3.

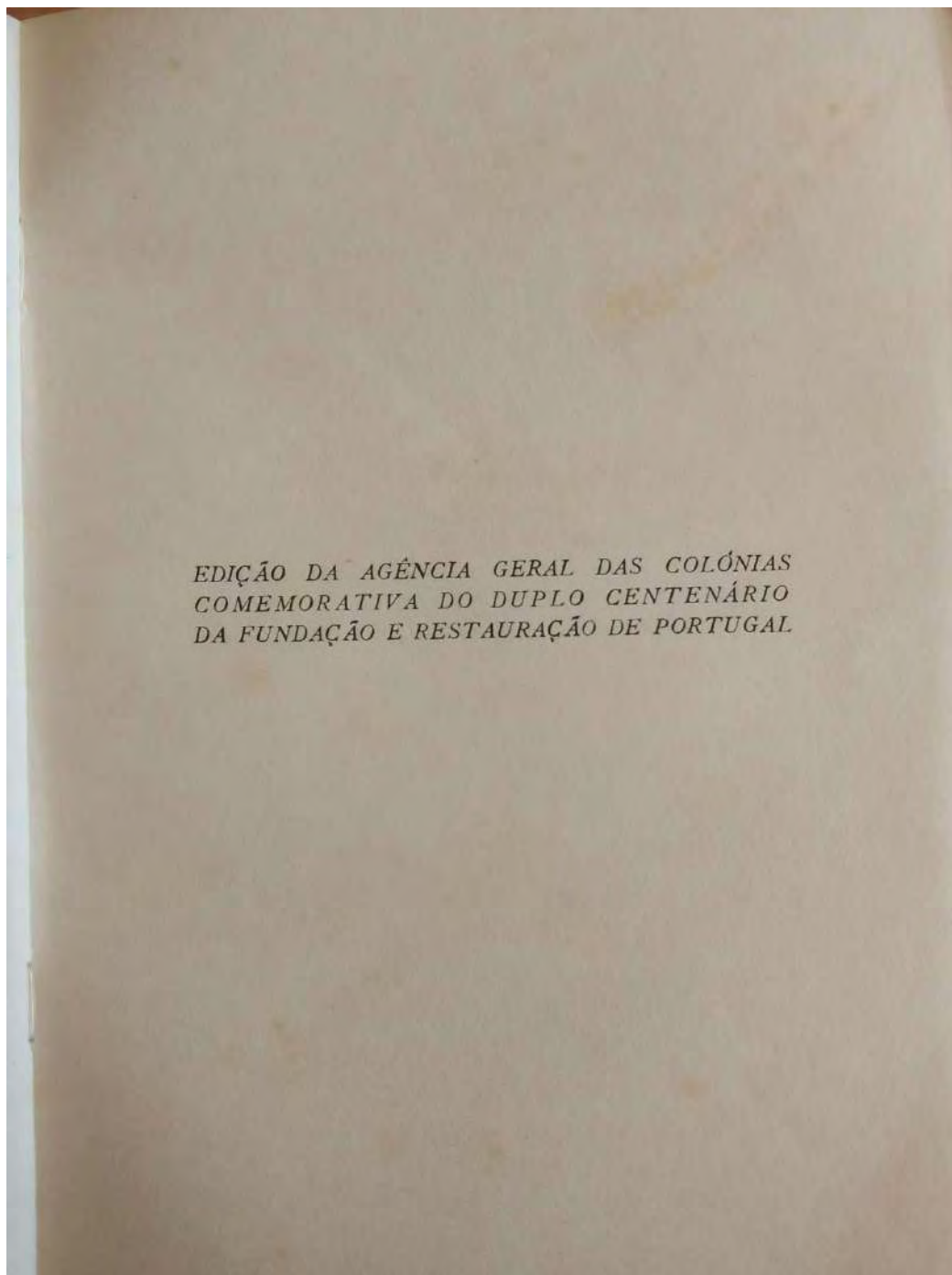
³⁰⁶ FREIRE ANTUNES, José. *O factor africano. 1890-1990*. Lisboa: Bertrand, 1990, p. 46.

Vale observar extratos das edições impressas da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*”. Algumas páginas trarão uma comparação com os *manuscritos da Bibliothèque Nationale de France* para que seja possível a observação de que o texto foi reproduzido nas edições de 1940 e 1972 praticamente *ipsis litteris*. Apesar de possuírem uma letra corrente de meados do século XVIII, os documentos que estão na França são de fácil compreensão e não necessitam de transcrição.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo I.

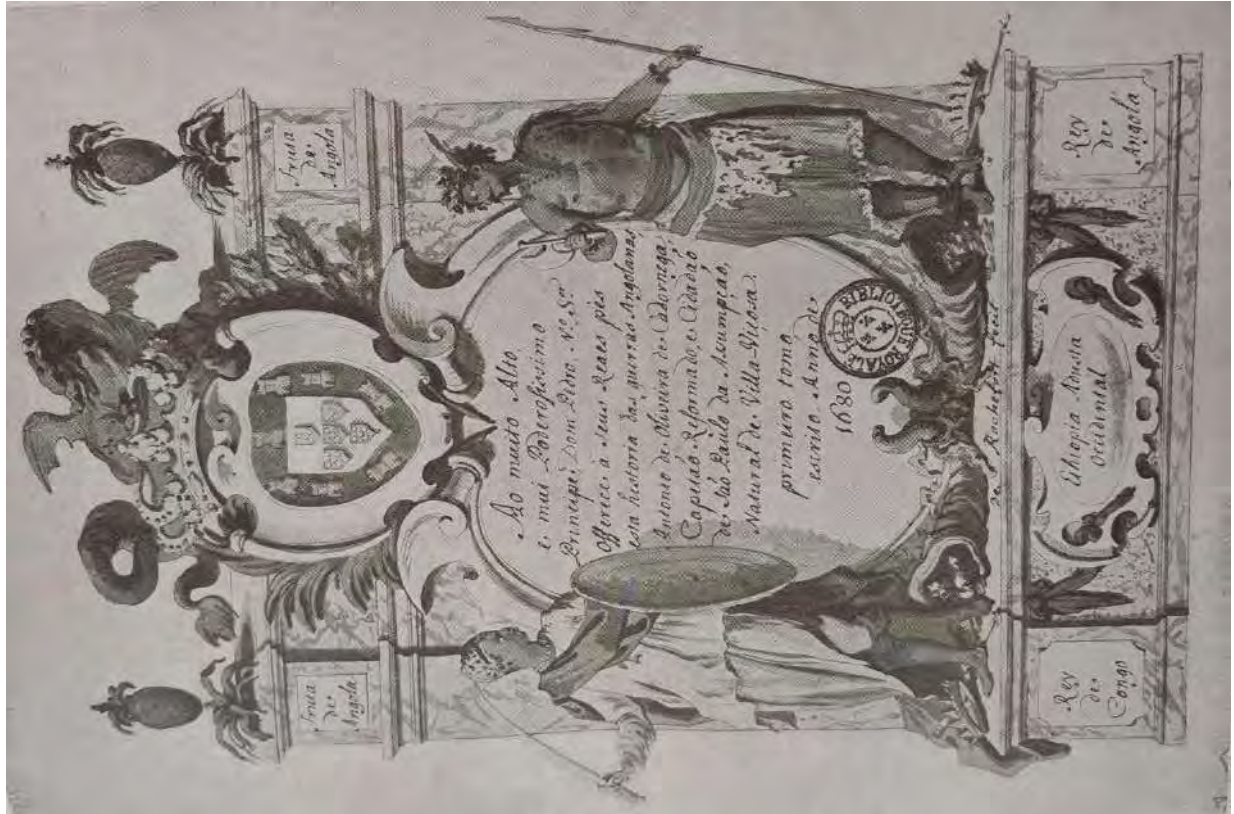


CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo I.



A seguir: Imagens à direita das páginas 159 e 160: Frontispício e fôlio C em CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Tomo I. Cota: Portugais 2-4.

Imagens à esquerda das páginas 159 e 160: Reprodução do frontispício e folio C dos Manuscritos Franceses em CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo I.



Mostra o Autor a razão que teve para fazer a dedicatória desta história ao Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde.

Disse Seneca no espelho de Beneficentes, que o ser agradável a beneficentes a todos he agradável; e que a ingratitude ao mesmo Deus, he aborrecivel, e confirma este dizer, o famoso Poeta, e insigne Escriitor Dom Luiz de Sandoval, quando fallando em seus bizarros, e douts versos, diz.

A pagar obligaciones
grandes libertades aze
el recibir beneficios
estrechas cautividades

Presupostas as razões de tão dignos sugeitos, a teve munchissima o Autor, em dedicar esta limitada obra ao Príncipe Nosso Senhor, a primeira por ser seu Autor da muito sempre leal, e real Villa Viçosa, Corte dos Serenissimos Duques dos Estados de Bragança, e Barcellos, Condestables dos Reinos de Portugal; segundariamente por ser Bisneto de Damão Peres de Cadornega, Criado da Casa Real, e Neto de Christovão Peres de Cadornega, Cavalleiro fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Executor de propriedade da Commarca de Estremôz, e naquella nobre Villa morador, em cujo officio recebeu sempre da Real Casa de Bragança, honras, e favores, assim de Sua Alteza a Serenissima Senhora Dona Catarina, Bisavó de sua Alteza que Deus guarde, como do Serenissimo Senhor Duque Dom Theodorio segundo do nome seu Avó, a respeito das tenças que meu Avó pagava, consignadas naquella Executória, e

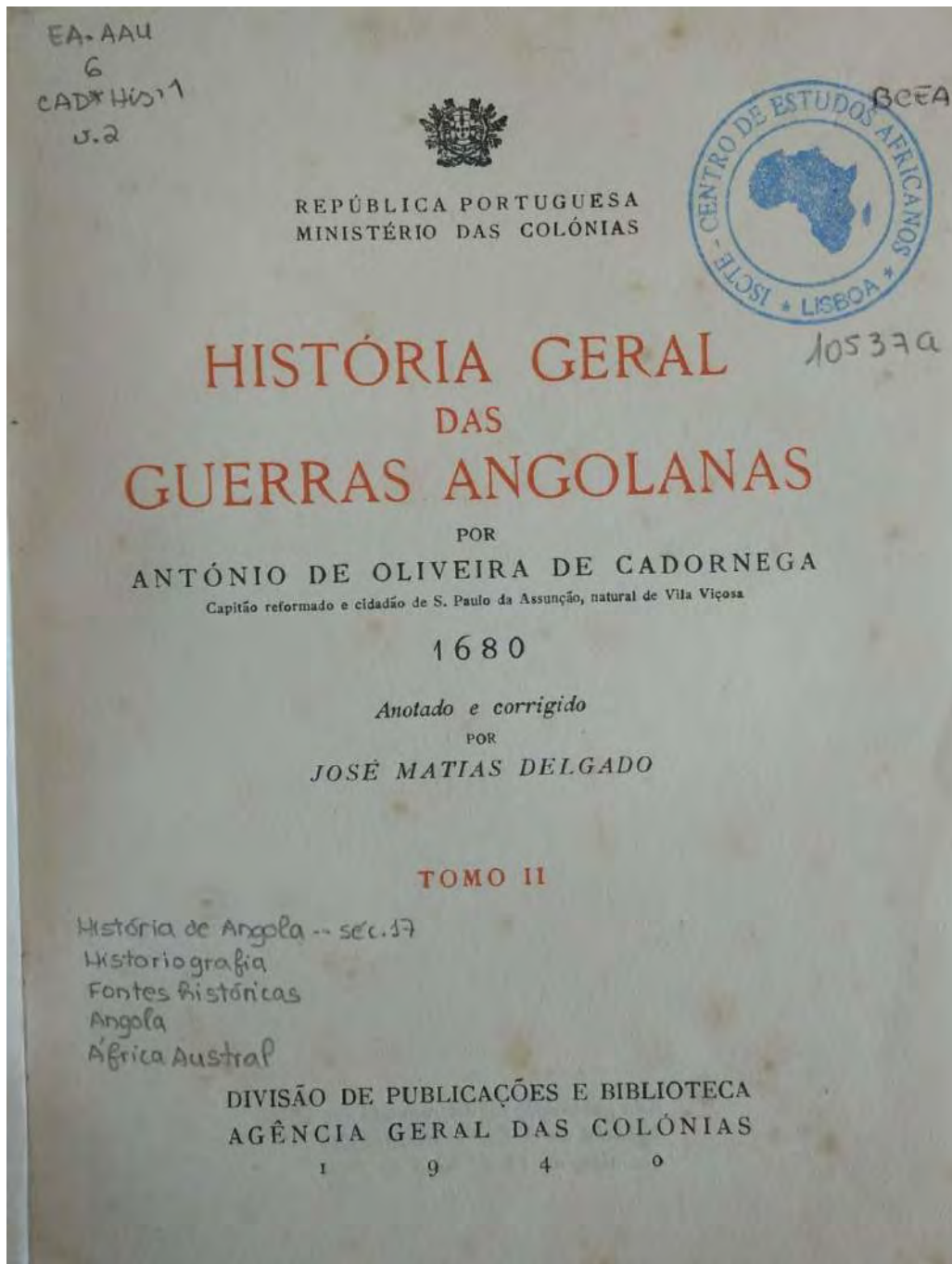
MOSTRA O AUTOR A RASÃO QUE TEVE PARA FAZER A DEDICATÓRIA DESTA HISTÓRIA AO PRÍNCIPE NOSSO SENHOR QUE DEOS GUARDE.

Disse Seneca no espelho de Beneficentes que o ser agradável a beneficentes, a todos he agradável; e que a ingratitude ao mesmo Deus, he, aborrecivel, e confirma este dizer o famoso Poeta, e insigne Escriitor Dom Luiz de Sandoval, quando fallando em seus bizarros, e douts versos, diz.

A pagar obligaciones
grandes libertades aze
el recibir beneficios
estrechas cautividades

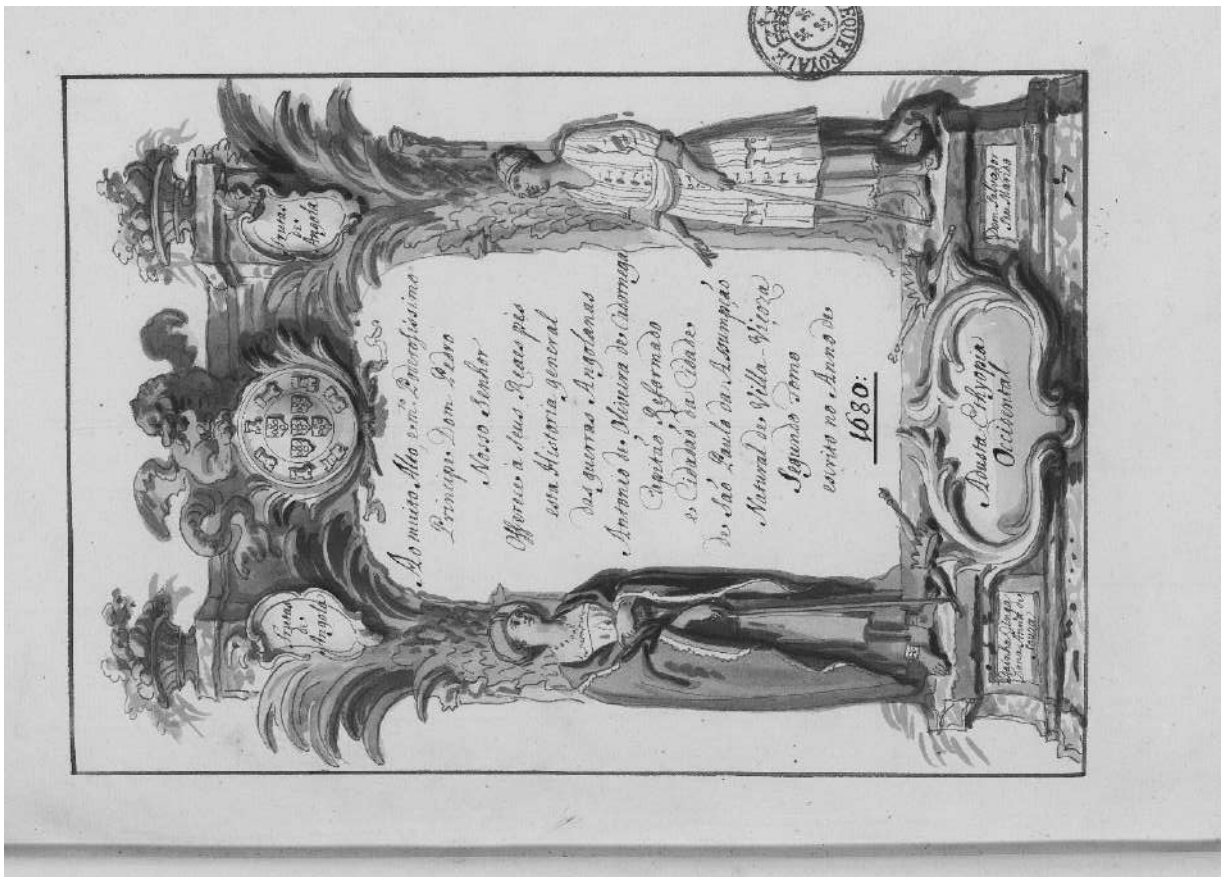
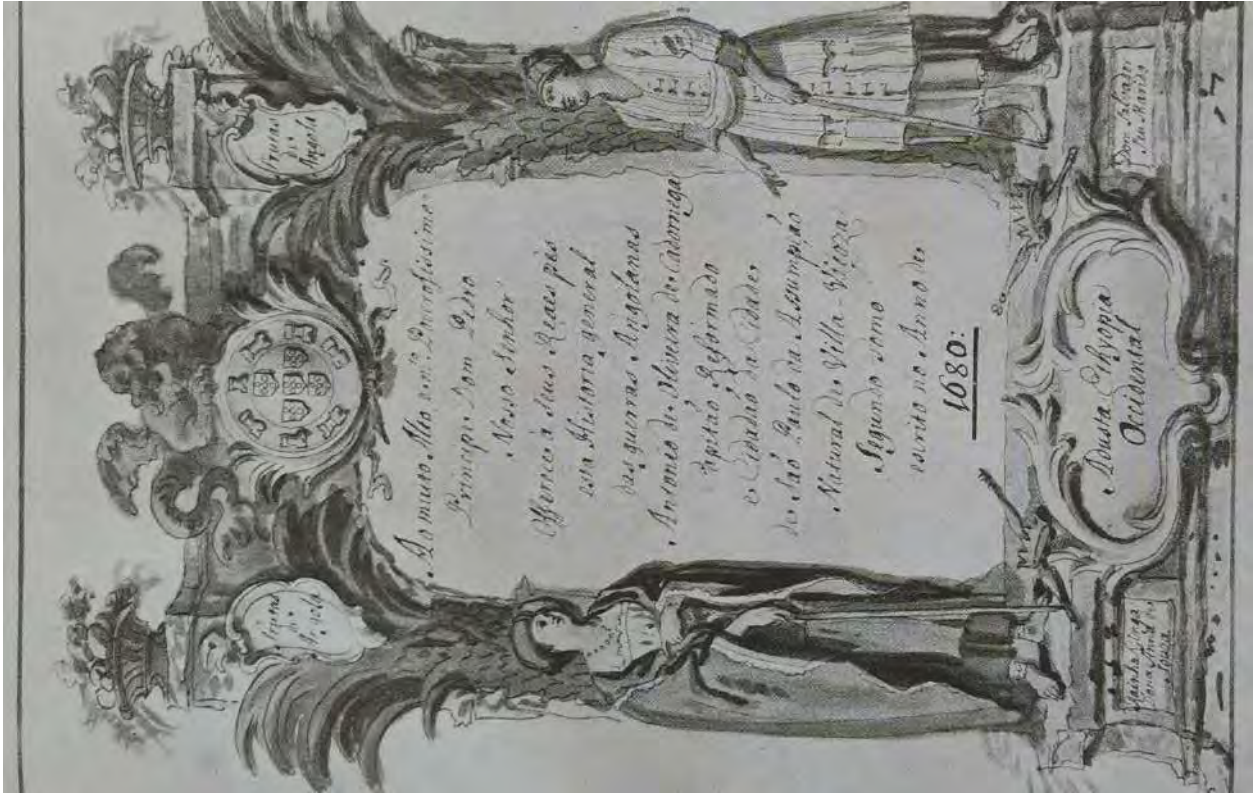
Presupostas as razões de tão dignos sugeitos, a teve munchissima o Autor, em dedicar esta limitada obra ao Príncipe Nosso Senhor, a primeira por ser seu Autor da muito sempre leal, e real Villa Viçosa, Corte dos Serenissimos Duques dos Estados de Bragança, e Barcellos, Condestables dos Reinos de Portugal; segundariamente por ser Bisneto de Damão Peres de Cadornega, Criado da Casa Real, e Neto de Christovão Peres de Cadornega, Cavalleiro fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Executor de propriedade da Commarca de Estremôz, e naquella nobre Villa morador, em cujo officio recebeu sempre da Real Casa de Bragança, honras, e favores, assim de Sua Alteza a Serenissima Senhora Dona Catarina, Bisavó de sua Alteza que Deus guarde, como do Serenissimo Senhor Duque Dom Theodorio segundo do nome seu Avó, a respeito das tenças que meu Avó pagava, consignadas naquella Executória, e

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo II.

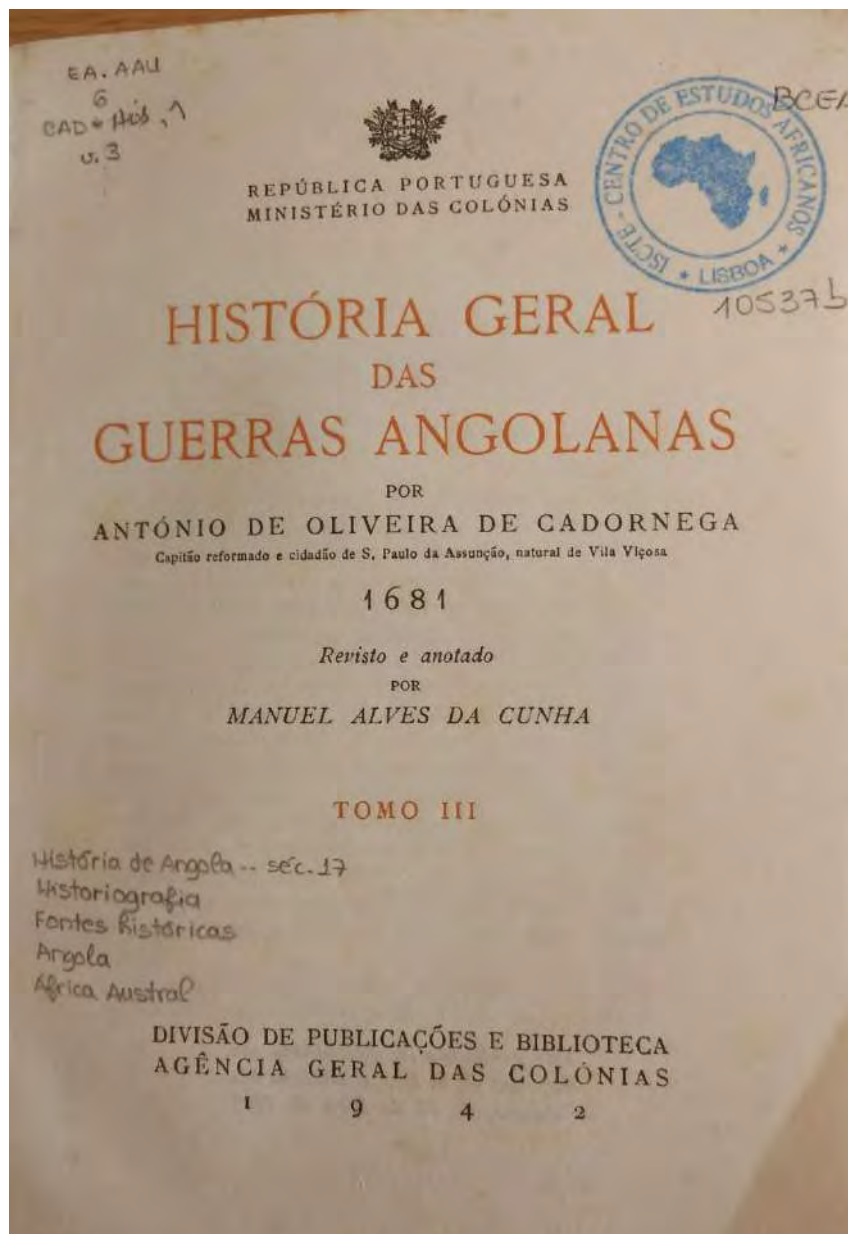


A seguir: Imagens à direita das páginas 162 e 163: Frontispício e fôlio 1 em CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Cota: Portugais 2-4.

Imagens à esquerda das páginas 162 e 163: Reprodução do frontispício e folio 1 dos Manuscritos Franceses em CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo II.



CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, tomo III.



A seguir: Imagens à direita das páginas 165, 166 e 167: Frontispício, fôlio 1 e 100 TER em CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Cota: Portugais 2-4.

Imagens à esquerda das páginas 165, 166 e 167: Reprodução do frontispício, folio 1 e 100 TER dos Manuscritos Franceses em CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, tomo III.



Novas (tomo da historia) general. Angolano)

escrita por Antonio de Oliveira do Cadorniga)

Capitulo Reformado e Cidadão da Cidade.

de São Paulo do Assumpção natural

de Villa-Viçosa?

Capitulo primeiro da primeira parte.

1. Começando esta nossa historia pello grandiozo e seguro Porto da Cidade de São Paulo da Assumpção que em sua bondade pode fazer comparação a todos os que há no descuberto, sito entre a Barra da Coamza e Curimba que estão a barlavento desta acima delle; distando o di Coamza algumas quatorze legoas; ao di Curimba, fazem oito, e tres a Barra do Rio Bengo, e seu sotavento, e do Rio Dande a sua Barra oito a este do Porto.

Entre estes rios e suas Barras está este aprazivel Porto, que por ser tão capaz e seguro dos combates das ondas e furor dos ventos, foi escolhido pellos antigos, e primeiro conquistador Paulo Dias de Novaes para refugio e amparo para de mais navios; e ter em si capaz de estarem dentro delle muitas Armadas; Porto quieto ao furor do mar e vento, por ter huma ilha em frente que lhe serve de trinchera, e repare a todos os seus imperios, tendo huma barra e enxada para elle, tão espessa da ponta da ilha ao meio das legoas, terra firme, da largura de duas legoas, pouco mais ou menos.

Para offensa de qual Porto a Cidade tem na marinha a fortaleza ou torre de Casomdam, sitio mais condeado a alguma invasão inimiga; e qual se viu artilhado com muros e Cuvelles, plaza firme, frente ao mar que nelle bate; e passando algum espaço de si dá em huma praia a mar do Corvello, ou Enxada espessa, a que chamão a Casomdam, de quem a fortaleza temou o appellido; desta praia onde acaba a montanha se acha hum fortissimo Antilharia assim para defença daquelles desembargamentos como para guarda do hum caminho, e outra daquellas Alturas, sendo cercada huma trinchera ou vallo de terra com sua Coara, caminho de tanto alto quasi as trincheiras de Pedra e Cal, a praia da Cidade, ficando em meyo e peca

TERCEIRO TOMO DA HISTORIA GENERAL AN- GOLANA ESCRITA POR ANTONIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA CAPITÃO REFORMADO E CI- DADAO DA CIDADE DE SÃO PAULO DA ASSUM- PÇÃO, NATURAL DE VILLA-VIÇOZA

CAPITULO PRIMEIRO DA PRIMEIRA PARTE (2)

Em começando esta nossa historia pello grandiozo e seguro Porto da Cidade de São Paulo da Assumpção que em sua bondade pode fazer comparação a todos os que há no descuberto, sito entre a barra da Coamza, e Curimba, que estão a barlavento costa acima delle; distando o da Coamza algumas quatorze legoas; ao da Curimba fazem tres, e tres á barra do rio Bengo, a seu sotavento, e do rio Dande e sua barra oito, a este dito Porto.

Entre estes rios e suas barras está este aprazivel Porto, que por ser tão capaz e seguro dos combates das ondas e furor dos ventos, foi escolhido pellos antigos, e primeiro conquistador Paulo Dias de Novaes (1) para refugio e amparo

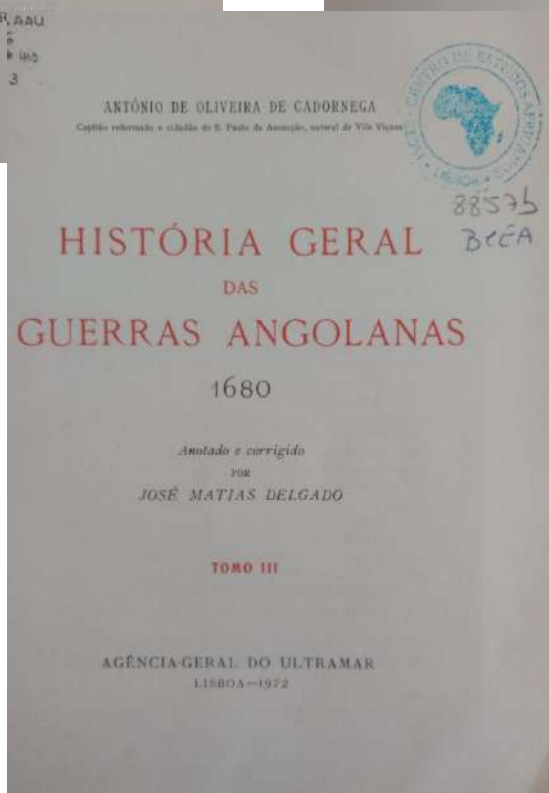
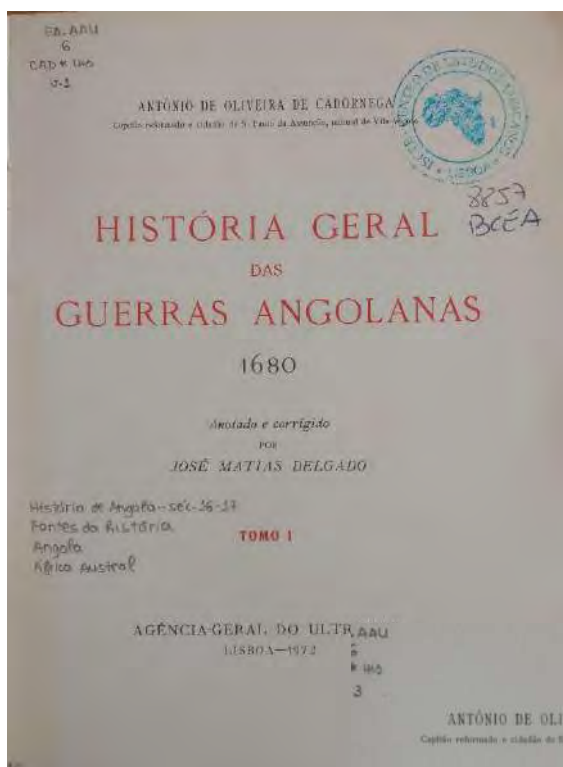
(1) O Autor não dividiu este terceiro tomo da sua história em capítulos, como fez no primeiro e segundo. Apenas se encontra aqui esta referência «capitulo primeiro», mas não tem depois seguimento. A subdivisão da matéria contida nas diferentes partes é feita ou por meio de notas marginaes ou então pelos títulos com que encima as diferentes descrições. A presente edição respeita, como é natural, o que o Autor fez.

(2) O governo de Paulo Dias de Novaes foi de 11 de Fevereiro



CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.

Os tomos impressos em 1972 são um fac-símile da edição de 1940, logo, não há mudanças no texto nem na estrutura da obra. As gravuras inseridas também são as mesmas da edição de 1940. Ou seja, todo o conteúdo advém dos *Manuscritos Franceses* e das notas inseridas por José Matias Delgado. Por esse motivo, e também para não repetirmo-nos, exporemos apenas as imagens de capa.



Capítulo 9

Manuscritos copiados para o Conde de Alegrete

Há na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, dois tomos de manuscritos catalogados como *“Ao m.to alto e mui poderozissimo princepe D. Pedro nosso Sr. Offerece a seos reais pes esta hestoria das guerras angolanas Antonio de Oliveira de Cadornega cap.am reformado e cidadam de S. Paulo da Assumpçam, natural de Villa Viçosa”*.³⁰⁷ O título atribuído junto da catalogação é na verdade a dedicatória do autor, que oferece a obra a D. Pedro II. Já nas primeiras páginas podemos perceber que se trata da obra *“História das Geral das Guerras Angolanas”*, como quer o título atribuído pelo copista e também pelo autor, António de Oliveira de Cadornega.

Esses manuscritos podem ser facilmente localizados nos catálogos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal e possuem as seguintes características físicas: tomo I com 224 fólios e tomo II com 238 fólios. Ambos os tomos possuem uma encadernação com capa dura que possivelmente foi anexada aos fólios posteriormente a sua escrita/cópia. Essa hipótese é baseada tanto pelo seu bom estado de conservação, quanto por haver diversos outros manuscritos com a mesma capa. Em virtude disso presume-se que há uma encadernação padrão de conservação na biblioteca em questão, o que igualmente ocorre em outras bibliotecas.

É já nas primeiras páginas que se observa a informação de que o manuscrito é proveniente da biblioteca particular do Marquês de Alegrete. No *“Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a Condessa de Tarouca”*,³⁰⁸ datado de 1898, tem-se alguma base do que seria a então biblioteca, cuja criação foi entusiasmada pelo conde de Vila Maior, ou Manuel Telles da Silva, I

³⁰⁷ Catálogo disponível em: [http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=Cota A.T./L. 54//1-2](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=Cota%20A.T./L.54//1-2)
Acesso em: 18/07/2017

³⁰⁸ *Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a condessa de Tarouca*. Lisboa: Imprensa de João Romano Torres, 1898. Arquivo Histórico Ultramarino, cota AHU-L14889.

Marquês de Alegrete, título de herdade constituída por Dom Pedro II no ano de 1687.³⁰⁹

Corre ainda no “*Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*”, escrito no ano de 1755, que os Marqueses de Alegrete são oriundos da província do Alentejo, e descendentes dos antigos reis de Leão.³¹⁰ A biblioteca dos Marqueses localizava-se em um palácio de propriedade da família à rua da Mouraria, em Lisboa. Pelo que se tem notícia, no decorrer do século XIX e XX a família foi perdendo propriedades e o palácio foi sendo fracionado. Abrigou diversos estabelecimentos comerciais e após 1946 foi demolido.³¹¹ Talvez por esse motivo, parte do acervo da Biblioteca dos Marqueses de Alegrete constitua hoje fundos da Biblioteca Nacional de Portugal.

Apesar dessas informações não conseguimos datar com precisão a cópia dos mesmos. Isso porque há muitos marqueses homônimos na mesma família e, no “*Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos Marqueses de Alegrete*”, não há especificado a altura da realização das cópias, tampouco quem as introduziu na coleção.³¹² Ao contrário, os manuscritos trazem a datação de 1680 no tomo primeiro e 1684 no tomo segundo. Vale lembrar que em 1683 já havia uma cópia em Lisboa da obra de Cadornega, inclusive a autorização do Santo Ofício para que a mesma fosse reproduzida data desse ano. Isso quer dizer que houve um equívoco na

³⁰⁹ Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólhos 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.

“*A outorga de um ofício estava inserida num ato de liberdade tal qual inúmeros outros atos de ‘graça’ do rei português*”. In.: NASCIMENTO, Denise da Silva. *O poder negociado: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II*. Tese de doutorado PPGH-USP, São Paulo, 2009, p. 79.

“*A chancelaria régia era a repartição responsável pela redacção, validação (mediante a aposição do selo régio) e expedição de todos os actos escritos da autoria do próprio Rei. Os serviços da chancelaria régia podiam também reconhecer e conferir carácter público a documentos particulares que lhe fossem submetidos para validação. Presidia aos serviços da chancelaria o chanceler do Rei (cancellarius ou notarius curiae), ao qual estavam confiados os selos régios e que, desde a formação do Estado Português, é sempre referenciado como um dos mais próximos ministros do Soberano. De início cabia ao chanceler despachar directamente com o Rei, tendo, frequentemente, exercido uma influência política decisiva*”. In. “Chancelaria Régia”. Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (1). MATTOSO, José. Lisboa: ANTT, 1998. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585> Acesso 30/07/2017.

³¹⁰ SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syiviana. MDCCLV, p. 59-61.

³¹¹ GAGO, Maria Alexandra Trindade da Câmara; COELHO, Teresa Campos. *O palácio dos marqueses de Alegrete à Mouraria: do palácio ausente à memória do sítio*. Cadernos do Arquivo Municipal. ISSN 2183-3176. 2ª Série Nº 5 (janeiro - junho 2016), p. 81-121.

³¹² Genealogia dos Marqueses de Alegrete. In.: SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syiviana. MDCCLV, p. 77.

atribuição da datação pelo copista, visto que a mesma não poderia ter sido escrita em 1684, pois os tomos nessa altura já estavam em Lisboa.³¹³

Entre a aristocracia portuguesa de fins dos seiscentos e meados dos setecentos havia dois marqueses considerados eruditos e que participaram ativamente da fundação da Academia de História Portuguesa em 1720.³¹⁴ São eles o I Marquês de Alegrete, Manuel Telles da Silva e o II Marquês de Alegrete, Fernão Telles da Silva. Esse último parece ter desempenhado papel mais ativo junto da Academia, pois a ele foi atribuído a escrita de obras como *“De rebus gestis Joannis II”* ou *“A vida de el rey D. João II”*, datada de 1689. Sobre os escritos e sobre o gosto de Fernão por história, observemos o que diz D. Antonio Caetano de Souza, clérigo e também fundador da Academia de História Portuguesa:

*“(…) Foy hum dos mais excellentes Ministros de Estado que teve este Reyno, com grande talento para os negocios, e admiravel modo na resolução delles; prompto nas execuçoens, e com grande erudição na Historia profana, e muita applicação, e genio ás bellas letras; compoz com grande pureza, e elegancia na língua Latina, como se vê na vida del Rey D. Joaõ II, que temos impressa, a segunda vez na Haya no anno de 1712, e a primeira em Lisboa no de 1689”.*³¹⁵

Para além das atividades na Academia de História, Fernão Telles da Silva foi deputado da Junta dos Três Estados, órgão administrativo criado por Dom João IV em 1643, pós Restauração Portuguesa. Com o Conselho Ultramarino e o Conselho de Guerra compunha um tripé de aconselhamento do monarca. Em 1707 foi quem liderou a comitiva que buscou Ana Maria da Áustria para casar com D. João V. O I Marques de Alegrete, Manuel Telles da Silva também desempenhara enquanto aristocrata funções de grande monta junto a casa Bragantina. Foi ele que negociou o

³¹³ Nas últimas páginas do tomo I da *“História Geral das Guerras Angolanas”* que constitui o acervo da Academia das Ciências de Lisboa é possível observar o autógrafo do qualificador do Santo Ofício. In: CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, Qualificação do Santo Ofício.

³¹⁴ LAMAS, Arthur. Medalha comemorativa da Instituição da Academia Real da História Portuguesa. In.: *O Archeologo português*. Coleção Ilustrada de Materiais e Notícias. Publicada pelo Museu Ethnographico Portugues, v. 12, Lisboa: Imprensa nacional, 1907, p. 52-70.

³¹⁵ SOUZA, António Caetano de. *História genealógica da casa real portugueza: desse a sua origem até o presente*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1735-1749, 338-339.

casamento de Maria Sofia Isabel de Neuburgo com D. Pedro II,³¹⁶ e também o tratado de Methuem.³¹⁷

Todas essas informações importam para conjecturarmos a respeito do interesse dos Marqueses de Alegrete em obter uma cópia da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” e mantê-la em sua biblioteca. Vale considerar que entre o último quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII uma família que por juro e herdade obtém um título nobiliárquico concedido por D. Pedro II³¹⁸ investiria na manutenção de relações estreitas com os Braganças, haja visto o interesse na continuidade dos cargos e competências que a coroa atribuía aos Telles Silva.

Provenientes do Alentejo, local de nascimento de Cadornega e também Passo Ducal que assenhoreou a casa Bragantina durante o período de administração Filipina, podemos inferir que havia por parte dos Marqueses de Alegrete um interesse de cariz diplomático em copiar uma obra dedicada a D. Pedro II não apenas porque ela laudava o “sucesso” da coroa nas terras de África, mas porque seu autor era tomado também como um servo dos Braganças. O que enseja atentarmos para a possibilidade de ainda outras famílias aristocratas terem reproduzido os manuscritos de Oliveira de Cadornega.

Essas relações nobiliárquicas importam caso indaguemos qual o mote para existir na Biblioteca Nacional de Portugal apenas os tomos I e II dos manuscritos de Oliveira de Cadornega? Queremos com isso dizer que não havia interesse em copiar o tomo terceiro, pois os conteúdos descritos são basicamente características etnográficas, bem como suas aquarelagens com os hábitos dos “*gentios*” não importavam aos marqueses, que na altura preocupavam-se sobremaneira em sustentar uma erudição que compreendesse uma história que se pretende, em

³¹⁶ Foi inclusive após esse feito que, em 19 de fevereiro de 1687, é agraciado com o título de Marquês. Apenas para mensurarmos a importância dos arranjos matrimoniais entre a corte, vale a leitura de BORGES, Nelson Correia. *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*. Porto: Paisagem, 1982.

³¹⁷ Tratado de Methuem ou Tratado de Panos e Vinhos, foi um acordo onde os portugueses se comprometiam em consumir os têxteis ingleses e, em contrapartida, a Inglaterra consumira os vinhos de Portugal. In. SERRÃO, Veríssimo. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984, v. V, p. 229.

³¹⁸ A partir da Restauração (1640) que o processo de ascensão à Grandeza dos titulares das casas nobres se cristaliza como uma “elite de corte” fortemente ligada à dinastia Bragantina ou Brigantina. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832. 2ª ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 144.

palavras de Caetano de Souza,³¹⁹ profana, pois edifica os feitos de Portugal através do poderio e pujança bélica.³²⁰ Não havia ninguém melhor para “contar” essa história dos êxitos de Portugal em África do que Cadornega, um súdito que tal como a chancela de Alegrete, respondia aos Braganças.

Os tomos encontrados na Biblioteca Nacional de Portugal apresentam uma caligrafia volumosamente arabescada. Talvez, sejam essas as cópias que mais carregam essas características, ou ornamentos de expressão gráfica, sendo especialmente nas iniciais de cada capítulo que elas são apresentadas. Vale lembrar que o século XVII e XVIII foi um período de intensa movimentação barroca em Portugal,³²¹ com repercussões também na caligrafia que, apesar de ser enquadrada

³¹⁹ SOUZA, António Caetano de. *História genealógica da casa real portuguesa: desse a sua origem até o presente*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1735-1749, p. 338-339.

³²⁰ A história dita profana nos XVI ou XVII, quando olhada aos olhos de hoje pode parecer ambivalente. Se por um lado há acesso documental, por outro o que importa é mais a retórica e estilística. A história profana se ocupava da “*arte de reinar, a ciência da guerra, os princípios do governo, as regras da política e as máximas da sociedade civil e da conduta da vida para todas as idades e todas as condições*”. Todas essas temáticas eram expressas de forma erudita, com conhecimento de línguas e revisitando os “antigos”. Isso quer dizer que “*a história era, antes de mais nada, percebida como provedora de modelos de comportamentos. Ela devia servir à instrução do leitor: era magistra vitae, “mestra da vida”, de acordo com a célebre máxima do De Oratore (de Cícero). A história antiga era então considerada uma reserva de exempla destinada à instrução e à edificação dos leitores.*” Cícero e Tucídides, por exemplo, eram evocados em obras dos seiscentos e setecentos, e ainda mais, o retorno a eles sinalizava uma espécie de legado, como se observa na obra de Charles Rollin, de 1731: “*Com razão, a história foi chamada de testemunha dos tempos, de tocha de verdade, de escola da virtude, de guardiã dos acontecimentos e, se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da antiguidade.*”

In.: PAYEN, Pascal. *A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?* Revista *História da historiografia: Ouro Preto*, 2011, p. 103-122.

ROLLIN, Charles. *Histoire ancienne*. Paris: Raynal, 1831. (Acessamos apenas a edição de 1831)

Para a “*Historia Magistra vitae*” sugere-se: CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

³²¹ O barroco é marcado pela monumentalidade, teatralidade e exuberância de uma estética que carrega uma ideia de excesso. Essa nova linguagem foi fomentada como afirmação e diferenciação em um novo período, ou a Restauração Portuguesa. Se é bem verdade que anteriormente, nos XVI, o barroco já se fazia notável em Portugal, pós restauração e, especialmente com D. João V, ele ganhou nova roupagem e eloquência. Os minérios de ouro e pedras preciosas brasileiras puderam sustentar o gosto de D. João V, que fomentava o estilo fortemente, inclusive incentivando os artistas portugueses, com a criação de escolas e o envio dos mesmos para estudar no exterior, o que promovia ainda mais a hibridização de estéticas e influências.

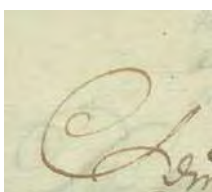
Como exemplo citamos os padrões arabescados, termo que significa “à moda árabe” e que se difundiu primeiro na Itália dos XVII para identificar os desenhos com padronagens geométricas vistos tradicionalmente em tapetes e arquitetura de tradição muçulmana. Esse padrão atribui uma nova roupagem a azulejaria portuguesa, por exemplo, mas também a arquitetura e, porque não, a caligrafia?

SERRÃO, Vítor. *História de Arte em Portugal, o Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003, p 14; PEREIRA, José Fernandes. Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitetura religiosa e

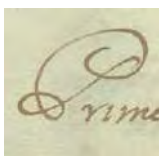
no estilo cursivo humanístico,³²² conforme orientações paleográficas, se insere igualmente no contexto artístico da época, visto que os tomos da *História Geral das Guerras Angolanas* pertencentes a Biblioteca dos Marquês de Alegrete foram copiados na Europa e, por todas as informações supracitadas, suspeitamos que em meados do início dos XVIII.

Iniciais Arabescadas:

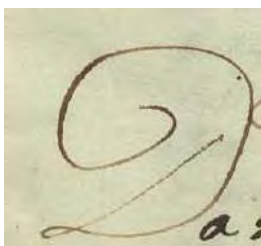
CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Tomo I. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2. Fólios utilizados para exemplificação: 1, 5, 30.



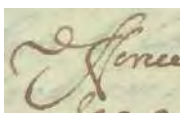
A



P



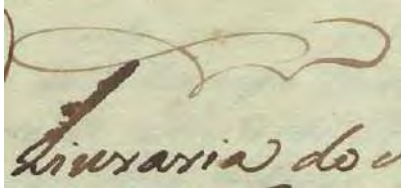
D



O

civil. In. *História da Arte em Portugal*. Volume 8 - O limiar do Barroco. Lisboa: Publicações Alfa, 1993, p.10-15; SMITH, Robert. *Art of Portugal: 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968. p. 15-23.

³²² A Escrita Humanística foi introduzida na Península Ibérica no século XV como uma reação dos intelectuais e artistas à escrita gótica, considerada uma representação que guardava as “trevas” do medievo. Baseada em outra escrita, a carolíngia, que na altura era tomada como clássica romana, mas que na verdade era ainda mais típica do período medieval, a escrita humanística foi amplamente difundida na Europa e também colônias, visto que a maior parte da documentação produzida em ambos os continentes nos XVII e XVIII está registrada com o estilo humanístico. Baseado em BERWANGER, Ana Regina. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2015, p. 47.



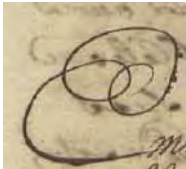
L



N seguido de R



Q



E

Há na obra "*História Geral das Guerras Angolanas*" copiada a pedido dos Telles Silva pelo menos três letras ao longo dos tomos. O tomo de número um é composto por duas letras mais arabescadas que a letra que compõe o tomo de número dois. Essa última letra é ligeira e displicente, no entanto, também é possível enquadrá-la no mesmo estilo de escrita, ou a humanística, vigente e popular na Europa nos setecentos. Notamos que no tomo primeiro há um menor equívoco na transcrição das palavras que foram copiadas, possivelmente, dos tomos que hoje estão na Academia das Ciências de Portugal, ou de alguma outra cópia derivada destes manuscritos. O fato é que mesmo no tomo de número I onde houve um cuidado maior na leitura e transcrições há, mesmo que sutilmente, palavras e frases que são substituídas ou suprimidas.

Outro fato relevante refere-se a estrutura da obra, pois nas cópias dos Telles Silva ela não foi mantida, ou seja, são subtraídas muitas partes, especialmente aquelas onde o autor introduz a obra e expressa os motes que o levaram a escrever, bem como expõe caracteres relativos a sua vida e embarque à África. O que ficou são as descrições dos governos, atividades bélicas e diplomáticas. No entanto, mesmo nas seções remanescentes notamos uma redução de pelo menos 30% no corpo da obra, visto que os manuscritos da Academia das Ciências possuem no primeiro tomo cinco partes com trinta e oito capítulos e os tomos da Biblioteca Nacional de Portugal trazem em torno de 30 capítulos.

Consideramos que a história dos manuscritos que hoje fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal ainda está por ser feita. Por ora, nossas considerações buscam apenas entender um pouco melhor as dinâmicas de como foram copiados os tomos dos manuscritos da "*História Geral das guerras Angolanas*" que atualmente se tem notícia. Logo, reforçamos que a obra cuja autoria é atrelada a António de Oliveira de Cadornega é, por todas as considerações supracitadas, claramente uma cópia. Nas páginas que seguem será possível apreciar parte da principal documentação utilizada, e como exemplificação comparativa apresentamos as letras que compõem os tomos, bem como a transcrição de fólios dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal e da Academia das Ciências de Portugal.

Letra 03:

navegarem toda a guerra que for, passivel ao
 soua quinze annos. Fome do de alguma
 gente, de mandos de suas terras; e a vizinhança
 Rio que mandos de algumas pousadas que
 quando naffora mais ogeito da nossa guerra,
 e passada a quella Provincia a Castiça estes do
 uy souas inimigos dos barraes portuguezes
 que tantas molestias no daviado era em
 gera como for, de muita reputação e honra
 das armas de Rey nosso senhor. e dos barraes des
 tes seus Reynos e senhorios.

Havendo nosso exercito obrado nesta cam
 panha o que dito he, se devesse o capitão mais a seu
 alojamento e fortificação de moenga aquilun
 do por ser tempo de agoas, e na daviem lugar aou
 pãr empieçar tornando pelas mesmas jornadas, a
 dito sitio sem emastoras, daquelle nome de Perem
 Brigo, e aver neluma molestia. vindo a sua
 genã com seu tio a Conjuando nosso exer
 cito até se devesse tendo dali por diante boa com
 respondencia. Como capitão mais emquanto este
 ve naquelle Briga. e com a Coma Candua, seu
 barraes nam entendeo mais com os nossos com
 boios, no esteyros, e a lagoas.

E por haver anno empro pouco mais ou menos
 que a castiça a alguns cidadões emoradores da cidade
 elilla de Alansagans e mais de ditiõs aquella
 genã com Cavallos, e armas, e esbravaria a sua
 custa com grande dependia. e a infantaria que
 do gaste a real fazenda tendo se gastado muitas
 monedas estando exaustas todas as descreitas
 lente que soua a billa de bitoria de Alansaga
 no, e sua fortaleza como a beira de toda a Com
 quita, e sua gasta das armas com os muros da
 coroa que tinha vindo para Comservação da
 quella Briga e regerem aquella Provincia com
 tanto melhor despois de coprimos da Castiça
 Portuguezes. Campeando e aforando todas as

Comparativo entre as cópias dos tomos da Biblioteca Nacional de Portugal e Academia das Ciências. Observe o subtrair ou modificar de algumas palavras nos fólhos dos manuscritos copiados para os Marquesses de Alegrete.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Tomo I e II. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2.

Transcrição fólio 1 conforme numeração do autor. Tomo I.

Capitulo primeiro da primeira parte da historia das guerras angolanas escriptas por Antonio de Oliveira de Cadornega capitão reformado e cidadão da cidade de São Paulo de Sunção natural de villa viçoza.

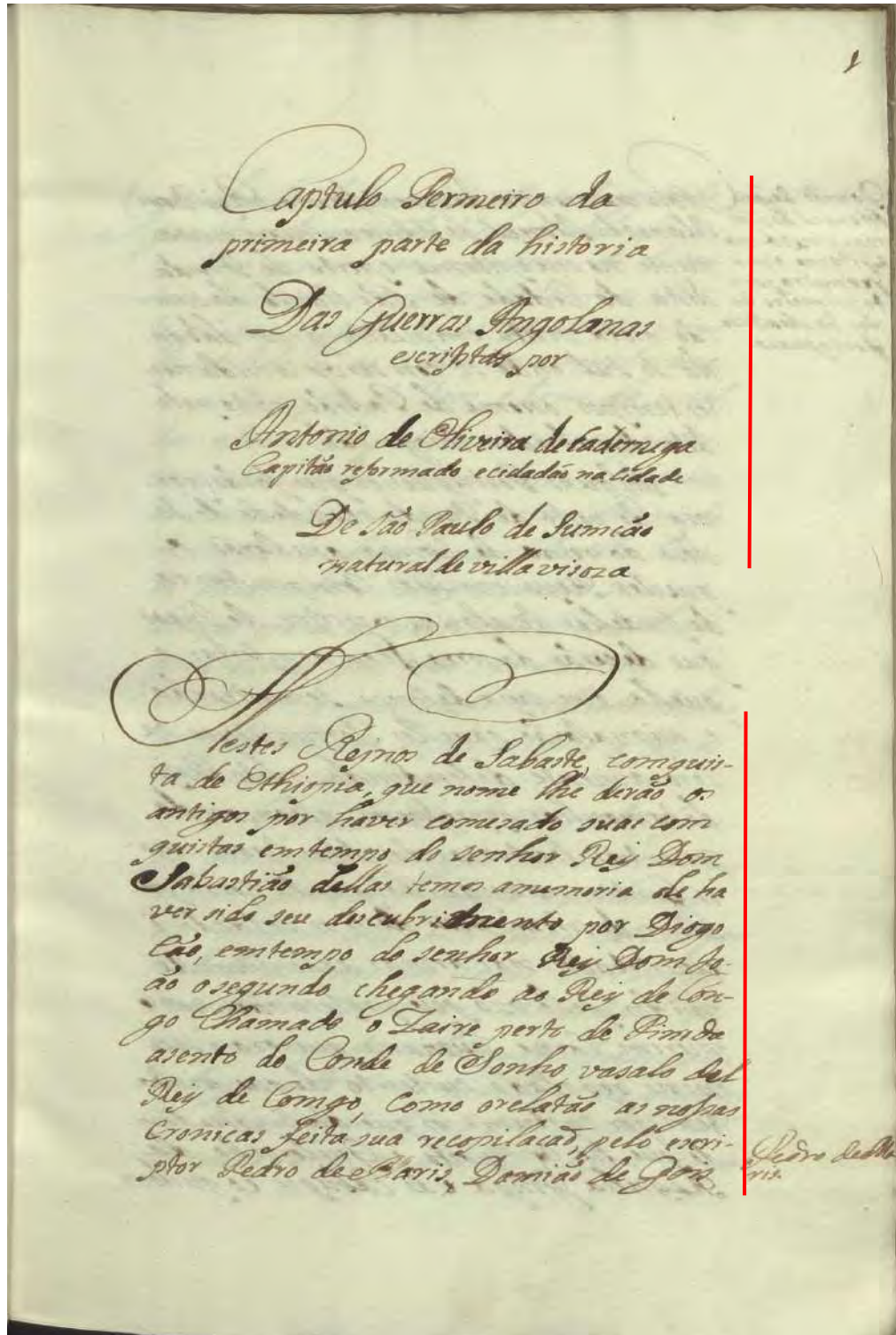
Nestes Reinos de Sebaste Conquista de Ethiopia, que nome lhe derão os Antigos por haver começado suas Conquistas em tempo do Senhor Rey Dom Sebastião delas temos a memória de haver sido seu descobrimento por Diogo Cão em tempo do Senhor Rey Dom João o segundo, chegando ao Rey de Congo chamado o Zaire perto de Pimda assento do Conde de Sonho vasallo del Rey do Congo, como o relatão as nossas crônicas feita sua recopilção pello Escritor Pedro de Maris, Damião de Gois na Crônica do Sereníssimo Rey Dom Manoel Manoel de Faria e Souza novamente no seu Epitome, o porto de Pinda dista da Cidade de São Paulo de sumção a sota vento em quatro graos da banda do Sul onde se conserva ainda nestes tempos o nome de padrão posto pello dito descobridor Diogo Cão.

Alguns Portuguezes que forão por via do porto de Pinda e Condado de Sonho ao Reino de Congo ajudarão aquelles Reys em suas Conquistas e a defendellos de alguns exercitos de Jagas que descerão da Serra Leoa a infestar aquella em cuja defensa se mostrarão e asignalarão aquelles Portuguezes valerozamente defendendo o dito Rey de tamanha oppressão alcançando muitas victorias dos ditos Jagas, o mais gentio inimigo daquella coroa que alem de serem mui destros soldados eizercitados nas armas erão mais timidos pello uzo que profesavam em comerem carne humana que era o seu mais regalado sustento, de que ainda tem por costume os que dahi procedem, de que he composto o quilombo da Raynha Ginga e de Cabucu e o quilombo de Casangi [...].

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Tomo I e II. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2.

Fólio 1 para livre conferência. Tomo I.

A marcação em vermelho sinaliza a transcrição.



Damiaõ de Sevilha
 Manoel de Sa
 rriaca ou de
 Agitama em a
 primeira parte
 do primeiro do
 rio da Bahia
 Portugueza

Foi na chronica do serenissimo Rey Dom
 Manoel Manoel de Faria e Soterra no
 monte no seu epitome e porto de Pinda
 dita da Cidade de São Paulo da sum-
 caõ avta vento em quatro graos da ban-
 da do sul onde se com serua ainda nes-
 tes tempos o nome de Cadrião porto pelo
 dito descobridor Diogo Cão.

Alguns Portuguezes que forão por
 via do porto de Pinda e Condado do So-
 nho ao reino de Congo ajudarão a
 aquellos Reis em suas Conquistas e a
 defendelles de alguns exercitos de Jagas
 que decerão da Serra Seoa a empertar a
 quella em cuja defença se mostrarão
 e aignalarão aquellos Portuguezes va-
 lerosamente defendendo o dito Rey
 de tamanhas opproprias alcançando
 muitas victorias dos ditos Jagas e au-
 ti Gento inimigo da quella e ora que
 além de serem mais destros soldados e
 exercitados nas armas erão mais de-
 midos pelo uso que preferavão em
 muerem carne humana que era o seu
 mais regalado sustento de que ainda
 tem por costume os que dali procedem
 de que he composto o Quilombo da
 Regueta Ginga e de Cabugue o quilom

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo I e III. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78.

Transcrição página 1 e 2 conforme numeração do autor. Tomo I.

Capitulo primeiro da primeira parte da historia general das guerras angolanas escritas por Antonio de Oliveira de Cadornega capitao reformado e cidadão da cidade de São Paulo da Sunção natural de Villa Viçozza.

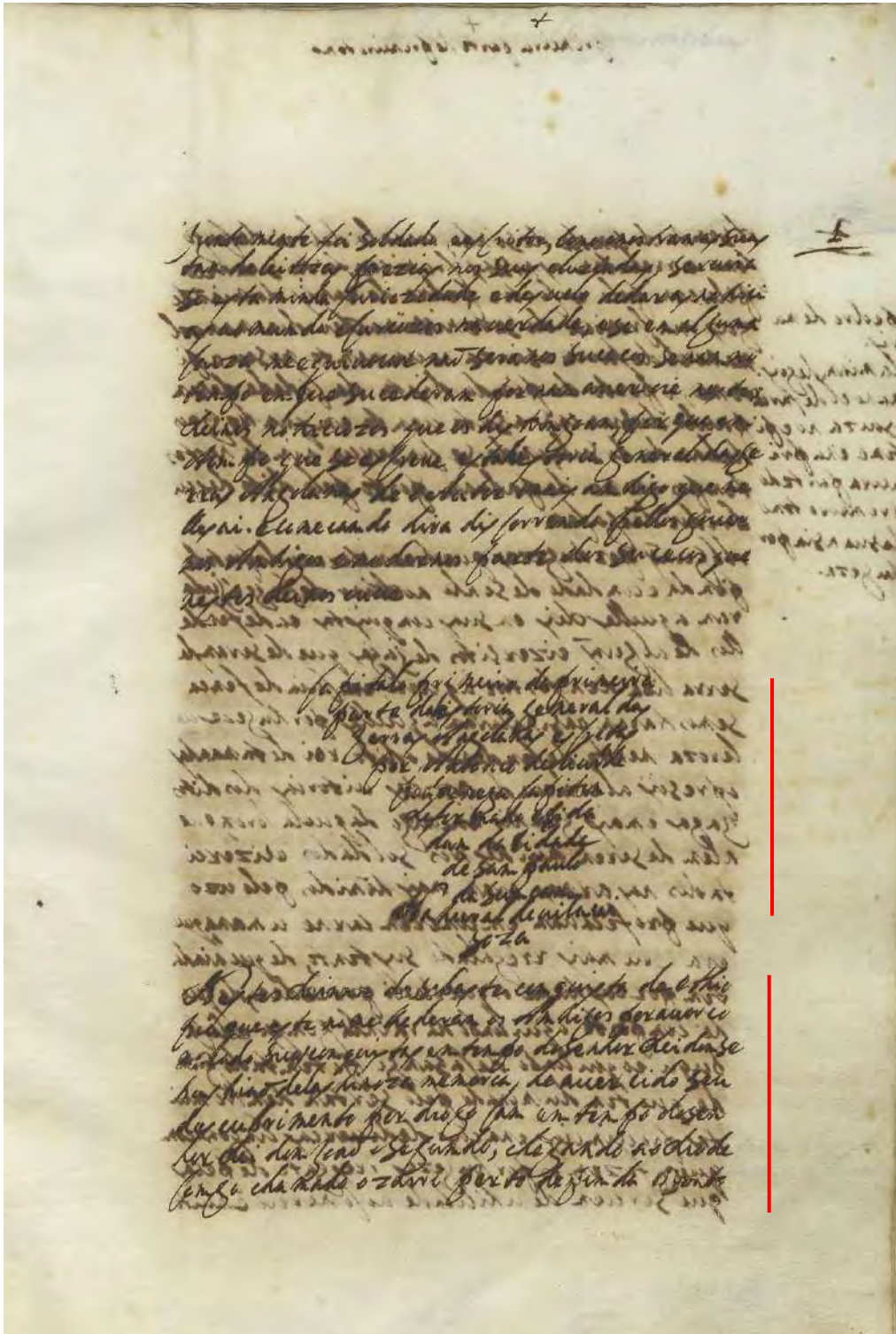
Nestes Reinos de Sebaste Conquista de Ethiopia, que este nome lhe derão os Antigos por haver começado suas Conquistas em tempo do Senhor Rey Dom Sebastião de lastimosa memória, e haver sido seu descobrimento por Diogo Cam em tempo do Senhor Rey Dom João o segundo, chegando ao Rio do Congo chamado o Zaire perto de Pimda assento do Conde de Sonho, Vassallo del Rey do Congo como o relatão as nossas Crônicas feita sua recopilação pello Escriitor Pedro de Maris, Damião de Gois na Crônica do Sereníssimo Rey Dom Manoel, Manoel de Faria e Souza novamente no seu Epitome, o porto de Pinda desta da Cidade de São Paulo d'Assumção a sota vento em quatro graos da banda do Sul onde se conserva ainda nestes tempos o nome de padrão posto pello dito descobridor Diogo Cam.

Alguns Portuguezes que forão por via do porto de Pinda e Condado de Sonho do Reino de Congo ajudarão aquelles Reys em suas Conquistas e a defendelos de alguns exercitos de Jagas que descerão da Serra Leoa a infestar aquelle em cuja defensa se mostrarão e assinalarão aquelles Portuguezes vilerozamente defendendo o dito Rey de tamanhas oppressoens alcançando (muitas?) victorias dos ditos Jagas, e mais gentio inimigo daquella coroa, que alem de serem mais destros soldados e eizercitados nas armas erão mais timidos pello uzo que profeçavam em comerem carne umana que era o seu mais regalado sustento, de que ainda tem por costume os que dahi procedem, de que he composto o quilombo da Raynha Ginga e de Cabucu e o quilombo de Casangi potentado grande, que tem dominado pello Sertão dentro muitas Províncias e Naçoens de diversas linguas com quem fazem os Portuguezes resgate de peças que servem de utilidade ao comercio [...].

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos da Academia das Ciências de Portugal. Tomo I e III. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78.

Páginas 1 e 2 para livre conferência. Tomo I.

A marcação em vermelho sinaliza a transcrição.



Comparativo entre as cópias dos tomos da Biblioteca Nacional de Portugal e Academia das Ciências de Lisboa. Observe o subtrair ou modificar de algumas palavras nos fólhos dos manuscritos copiados para os Marqueses de Alegrete.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Tomo I e II. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2.

Transcrição fólho 30 conforme numeração do autor. Tomo I.

Capitulo quarto perseguindo a conquista do reyno de Angola Luis Serram por falecimento de Paulo Dias Novaes

Em hum Livro antigo que se conserva na Villa da Victoria de Masangano em o Senado da Camara consta que procedeo por fallecimento de Paulo Dias de Novaes, Luiz Serram por ser Governador e Capitão mor no Reyno novo de Sebaste. Conquista da Ethiopia na era de mil quinhentos e noventa e um que hé o que consta do dito Livro de algumas asinaturas suas que no dito livro se achão, que foy de nottas onde continua o Escrivam com esta era, mas sem duvida tanto que falleceo Paulo Dias de Novaes, tomou posse do Governo por ser Capitão mor da gente de guerra e elle o haver deixado nomeado por verba de seu testamento este Governo o qual tendo tomado posse do Governo foi com o melhor modo que poude conservando o que se havia Conquistado do Reino de Angola, castigando alguns Sovas alevantados dos sovas fidalgos Conquistados, que como tinham na cabeça em ser que era o Rey de Angola seu Senhor sempre estavam forjando trayçoens e levantamentos a que o Governador attendia a seu castigo por seus Cabos, e estando de assistência em o alojamento de Masangano Praça de Armas daquella Conquista, vendo que era necessário acudir ao governo político daquelle novo Reino, e ter nelle quem o ajudasse, formou em Masangano

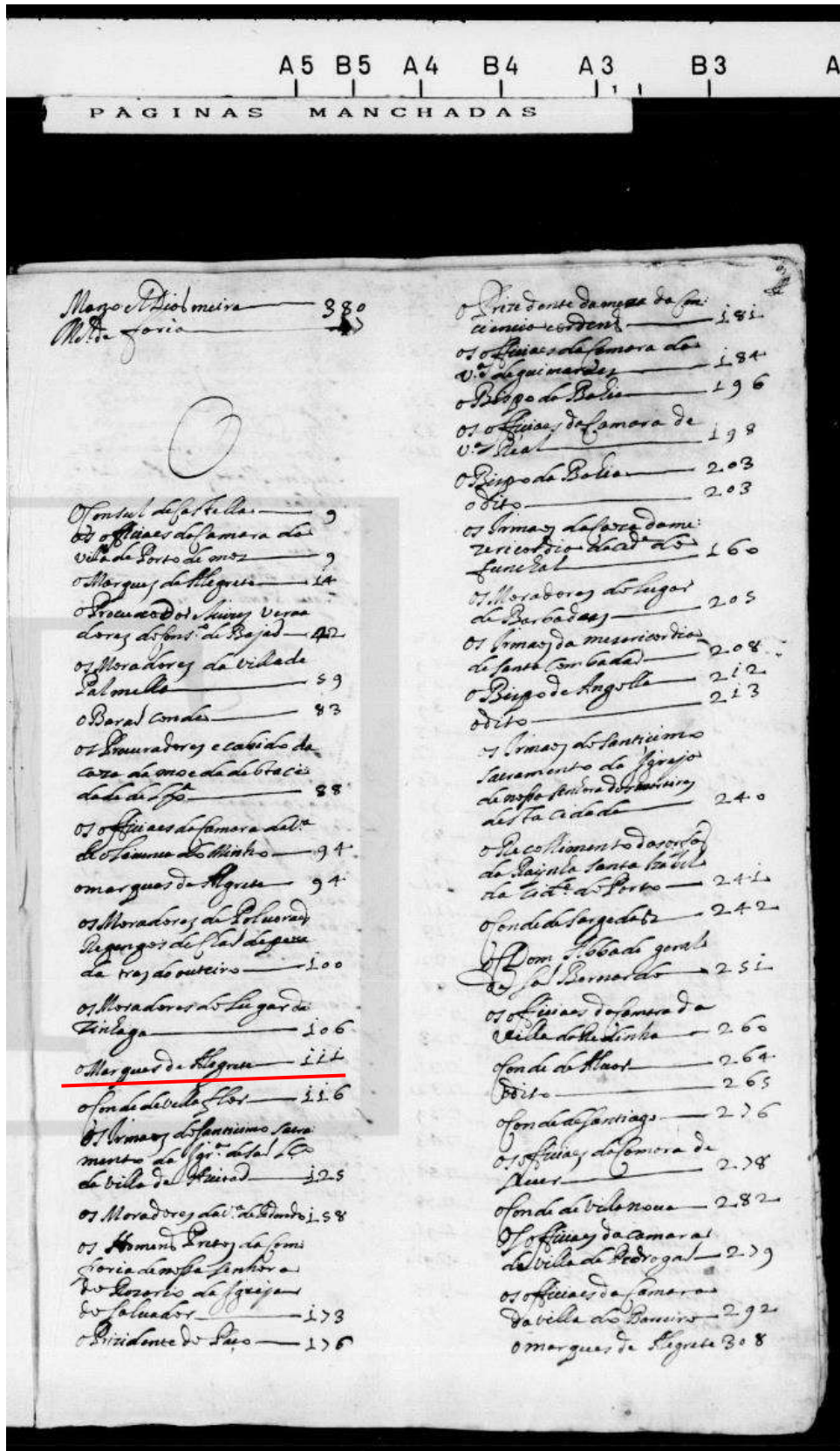
CADORNEGA. António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo I e III. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78.

Transcrição página 27 e 28 conforme numeração do autor. Tomo I.

Em hum Livro antigo que se conserva na Villa da Victoria de Massangano em o Senado da Camara consta que procedeo por fallecimento de Paulo Dias de Novaes Luiz Serão por Governador e Capitão mor no Reino novo de Sebaste. Conquista da Ethiopia na era de mil quinhentos e noventa e hum que hé o que consta do dito Livro nesta era de algumas assinaturas suas que no dito livro se acham, que foi de notas onde continua o Escrivão com esta era, mas sem duvida tanto que falleceo Paulo Dias de Novaes, tomou posse do Governo por ser seu Capitão mor da gente de guerra e elle o haver deixado nomeado por verba de seu testamento do Governo foi com o melhor modo que poude conservando o que se havia Conquistado do Reino de Angola, castigando alguns Sovas alevantados dos Sovas fidalgos Conquistados, que como tinham a cabeça em ser que era o Rey de Angola seu Senhor sempre estavam forjando trayçoens e levantamentos, a que o Governador atendia a seu castigo por seus Cabos, e estando de assistência em o alojamento de Massangano Praça de Armas daquella Conquista, vendo que era muito necessário acudir ao governo político daquelle novo Reino e ter nelle quem o ajudasse, formou em Massangano em nome de Sua Magestade Senado da Camara com Juizes e Vereadores, Escrivão e Procurador como consta de suas eleiçãoes no Livro antigo que naquella Villa de Masangano se econserva como dito hé já desbaratado com o tempo e pouco cuidado que ha nas cou- sas que mais importão, intitulado a Massangano Villa de nossa Senhora da Vitoria de Massangano hindo pondo em ordem o como se havião de haver com os Sovas conquistado fazendo com o Senado da Camara para isso Regimento que consta do mesmo Livro onde foi registrado [...].

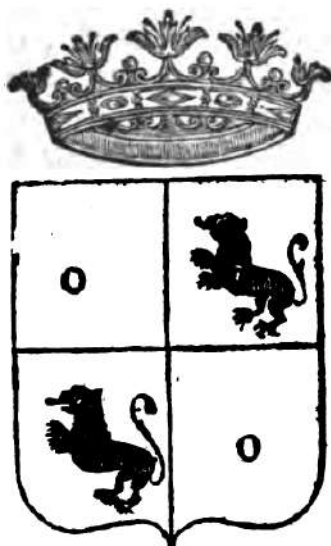
Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólhos 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18

A Marcação em vermelho sinaliza a página da chancela.



SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*.
Lisboa: Regia Officina Syviana. MDCCLV.

59



MARQUEZ

DE

ALEGRETE.

ALEGRETE, Villa na Provincia de Alentejo, della fez ElRey D. Pedro II. (por carta de 19. de Agosto de 1687, que está no liv. 18, fol. 14 da Chancellaria do dito Rey) Marquez a Manoel Telles da Sylva, II. Conde de Villar Mayor.

Esta Casa tem a Varonia de Sylva, huma sem duvida das mais antigas, que se

H ii

co-

60 *Memorias Hist. e Genealogicas*

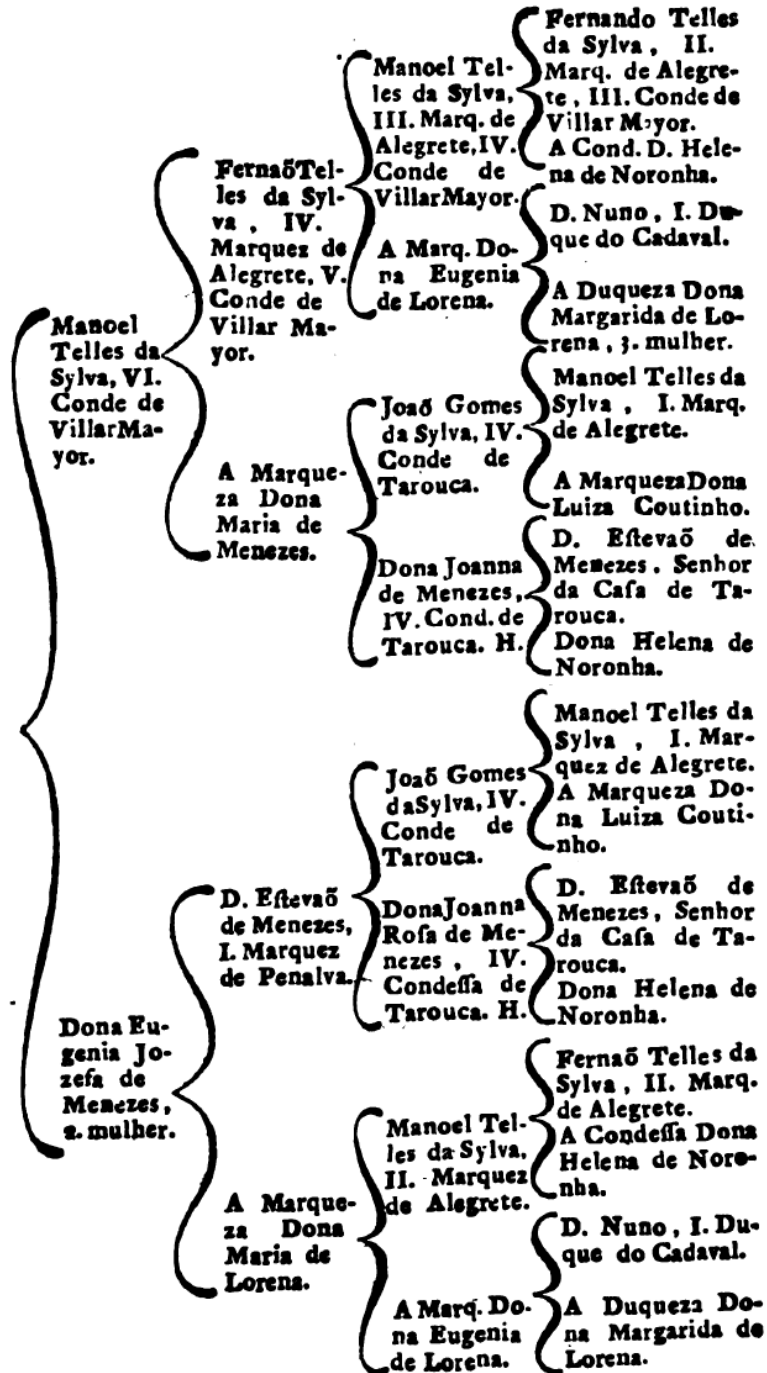
conhecem em Hespanha , por ser derivada dos antigos Reys de Leão ., como se verá na do Conde de Aveiras , como primogenita da Casa de Vagos , de quem sahíraõ todas as outras. O Ramo da Casa de Alegrete se dividio em Braz Telles de Menezes , Alcaide Mór de Moura , Guarda Mór , e Camareiro Mór do Infante D. Luiz , filho IV. de Ruy Telles de Menezes , V. Senhor de Unhaõ , Gestaçó , &c. , e de Dona Guiomar de Noronha , e foraõ segundos avós de Luiz da Sylva , Commendador de Cea na Ordem de Aviz , do Conselho de Estado , e Védor da Fazenda Real , que casou com Dona Marianna de Lencastre , filha de D. Francisco de Faro , Senhor de Vimieiro , e de sua Segunda mulher Dona Guiomar de Castro , filha de Mattheus da Cunha , Senhor de Pombeiro , de quem foy segundo filho.

1. Fernaõ Telles da Sylva , I. Conde de Villar Mayor , Governador da Relaçãõ do Porto , Regedor das Justiças , Governador das Armas da Provincia da Beira , do Conselho de Estado , e Guerra delRey D. Joaõ o IV. , Mordomo Mór da Rainha Dona Luiza.

Casou com Dona Marianna de Mendonça , filha de Simaõ da Cunha , Trinchante delRey , e de Dona Luiza de Almeida , e Neta de Rodrigo Gomes da Cunha , Copeiro Mór delRey D. Joaõ III. , e del-

Genealogia dos Marqueses de Alegrete. In.: SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syviana. MDCCLV, p. 77.

77



Capítulo 10

Manuscritos copiados para o Conde de Ericeira

O *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, ordenado pelo bibliotecário Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional no ano de 1850, traz referenciado na página 240 o manuscrito “*Guerras Angolanas*” de Oliveira de Cadornega com a cota de tratamento arquivístico equivalente a CXV 2-4. Rivara ainda reporta algumas outras informações, como a data e local de escrita dos códices, que teria ocorrido no ano de 1757 em Luanda.³²³ Apesar de conjecturar essa hipótese, o bibliotecário não expõe mais nenhum argumento que a consolide.

Parece que Rivara sabia da existência dos manuscritos que hoje estão no acervo da Academia das Ciências de Lisboa, pois cita que há o volume I e III de manuscritos autografados por Oliveira de Cadornega e que possuem várias “cartas desenhadas”, ou gravuras aquareladas na coleção da referida academia. Isso possibilita que observemos que pelo menos a partir de 1850, data de publicação do referido catálogo, o tomo II dos manuscritos da “*História Geral das Guerras Angolanas*” não mais se encontrava junto da Academia das Ciências.

Os tomos que hoje localizam-se em Évora, na Biblioteca Municipal, estão em bom estado de conservação, sendo protegidos por uma encadernação de capa dura um tanto rústica e que não parece ser a original, visto que há mais códices com capas semelhantes, caracterizando uma padronização da biblioteca. Os *Manuscritos Eborenses* se diferem dos outros manuscritos que encontramos por alguns fatores, sendo um dos principais a estrutura dos tomos que foi totalmente modificada. Queremos com isso dizer que há notas que foram inseridas nas margens dos fólios posteriormente, como se observa pelo traçado da letra e principalmente pela tinta melhor conservada.³²⁴

³²³ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Lisboa: Imprensa nacional, 1850, p. 240.

³²⁴ ANDRADE, Elias Alves de. *Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. Revista Filologia Linguística Portuguesa USP, 2008/2009, n. 10-11, p. 149-172.

Outro elemento que os distingue são os títulos que nomeiam os capítulos. Todos foram suprimidos e os conteúdos amplamente resumidos. Por exemplo, as considerações introdutórias feitas por Cadornega, como a dedicatória a D. Pedro II, bem como onde o autor “*mostra a razão que teve para fazer a dedicatória desta história ao príncipe nosso Senhor que Deus guarde*” foram também excluídos.³²⁵

Apesar de possuir três tomos, o que supostamente seria a coleção completa, os conteúdos do tomo I e II mesmo que resumidos ocupam os três volumes. Cremos que um dos motivos para essa ocorrência é o padrão caligráfico. Com uma letra grande e arabescada, por vezes escrita com desleixo, visto que em alguns trechos a pena não levanta do papel, deformando algumas letras e palavras.³²⁶ Outra circunstância que ocasionou o resumo dos conteúdos está diretamente ligada ao modo como o próprio copista apresenta as informações ao longo do texto. Nos *Manuscritos Eborenses* as citações que Cadornega faz alusivas a poetas e escritores não mais aparecem no texto, e a linguagem utilizada pelo copista conta com palavras simples e diretas.

Também não há nenhuma descrição etnográfica que, vale lembrar, caracterizam o tomo terceiro das Bibliotecas da Academia das Ciências ou da Nationale de France, por exemplo, bem como inexistente a inserção de gravuras, outro distintivo do tomo terceiro. Em resumo, podemos concluir que os conteúdos dos tomos da Biblioteca Municipal de Évora começam com as conquistas, ou a chegada de Diogo Cão e findam com o governo de Aires de Saldanha de Menezes e Souza em 1680; ou seja, são feitos com as informações contidas de modo muito resumido nos tomos I e II dos manuscritos da “*História Geral das Guerras Angolanas*”.

Não temos elementos suficientes para afirmar quem copiou os manuscritos que hoje compõem o acervo da Biblioteca Municipal de Évora. No entanto, Diogo Ramada Curto em “*Bibliografia da História do livro em Portugal, séculos XV a XIX*”, afirmou que Pierre Rochefort em meados do primeiro e segundo quartel dos setecentos estava a trabalhar como gravador na Academia das Ciências de Lisboa, onde foi autor de uma vasta obra. Rochefort serviu de intermediário entre Jean-Paul Bignon, bibliotecário do rei da França e o conde de Ericeira em função da

³²⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 1-11.

³²⁶ BERWANGER, Ana Regina. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2015, p. 48.

Bibliothèque Royale de France interessar-se em obter uma cópia dos manuscritos de Oliveira de Cadornega.³²⁷

Expomos essas relações porque elas não tem um único sentido, visto que o conde de Ericeira pretendia obter de Bignos cópia de uma coleção de estampas com 23 volumes mandada editar por Luís XIV.³²⁸ Cremos que foi com esse movimento que o conde de Ericeira solicitou a cópia da obra de Oliveira de Cadornega para compor sua biblioteca.³²⁹ “A este respeito, o seu exemplo educativo e as tradições de escrita e de colecionismo da sua própria casa afiguram-se como aspectos essenciais”.³³⁰

Logo, a casa dos Ericeiras não dispunha de fama apenas nacional, seus “brios” eram reconhecidos também internacionalmente. Em 1681 o *Journal des Savants*³³¹ se referia não apenas a D. Luís de Meneses, ou ao 3º conde de Ericeira, com sua obra “*História de Portugal Restaurado*” publicada no ano de 1679,³³² mas também a sua esposa que era capaz de escrever “*fort poliment portugais, en Espagnol et en Français, tant en prose qu’em vers*”, e dos seus filhos como prodígios das letras. Associado a esta casa surgem muitos intelectuais, entre os quais D. Raphael Bluteau,³³³ cuja assistência o conde considerava essencial.³³⁴

³²⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da História do livro em Portugal. Séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 42.

³²⁸ CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da História do livro em Portugal. Séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 42.

³²⁹ O catálogo de Rivara expõe essa informação, porém não a detalha ou cita qualquer fonte. RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Lisboa: Imprensa nacional, 1850, p. 240.

³³⁰ CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da História do livro em Portugal. Séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 46.

³³¹ Considerado o mais antigo periódico científico e literário da Europa. In.: VITTU Jean-Pierre. La formation d'une institution scientifique: le *Journal des Savants* de 1665 à 1714. *Journal des savants*, 2002, n°2. p. 349-377.

³³² ERICEIRA, Luiz de Menezes, Conde da. *Historia de Portugal restaurado*, oferecida ao Serenissimo Príncipe Dom Pedro Nosso Senhor. Lisboa: Na Officina de Joaõ Galraõ, 1776. (Frontispício e folha de rosto. A primeira publicação ocorreu em 1679, mas tivemos acesso apenas a essa edição).

³³³ Raphael Bluteau é autor do *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, em 8 volumes e o primeiro dicionário da língua portuguesa. “*Clérigo regular teatino, filho de pais franceses, veio para Portugal em 1668. Estudou Humanidades no célebre Colégio de La Flèche, em Paris e, posteriormente, no Colégio dos jesuítas de Clermont. Ainda muito jovem, frequenta sucessivamente as Universidades de Verona, Roma e Paris. Os traços da sua biografia acreditam-no como um intelectual de curiosidade intensa e de saber enciclopédico, nutrido pelas suas permanentes deslocações aos grandes centros culturais da Europa do seu tempo.*” In.: Instituto Camões. Série Filosofia portuguesa. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu1.html> Acesso: 26.11.2017

ERICEIRA, Luiz de Menezes, Conde da. *Historia de Portugal restaurado, offerecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*. Lisboa: Na Officina de Joaõ Galraõ, 1776. (Frontispício e folha de rosto. A primeira publicação ocorreu em 1679, mas tivemos acesso apenas a essa edição).



³³⁴ CASTRO, Aníbal Pinto. *Correspondentes portugueses de Cosme III de Médicis*. Revista de História Literária de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1967, p. 247-249.

HISTORIA
 DE
 PORTUGAL
 RESTAURADO.
 OFFERECIDA
 AO SERENISSIMO PRINCIPE
 DOM PEDRO
 NOSSO SENHOR.

ESCRITTA
 POR
 DOM LUIS DE MENEZES
 CONDE DA ERICEYRA.

Do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Real Orçãõ Fazenda,
 & Governador das Armas da Provincia de
 Tras os Montes, &c.



TOMO I.



LISBOA.

NA OFFICINA DE JOAÕ GALRAO.

Com todas as licenças necessarias.

ANNO M D C LXXX.

Quem solicitou as cópias dos manuscritos de Oliveira de Cadornega foi D. Francisco Xavier de Meneses, filho de D. Luís de Meneses e 4º conde de Ericeira.³³⁵ Este conde esteve ligado a várias academias, das quais citamos como principais a Academia dos Generosos, a Academia Portuguesa que ele mesmo fundou em 1717, cujos membros vieram participar da Academia Real da História.³³⁶ Patrocinava as Conferências Discretas e Eruditas que celebravam escritores nacionais. O Palácio da Anunciada dos Ericeiras com a sua biblioteca, onde se exibiam antiguidades, medalhas e instrumentos matemáticos, bem como um gabinete e uma espécie de museu de história natural³³⁷ era cenário de muitos encontros da intelectualidade da época.

Apesar da Academia Portuguesa ter, segundo Ofélia Paiva Monteiro, representado alguma ruptura no XVIII com “*um interesse superior ao de qualquer outra (academia) até então aparecida pela ‘filosofia natural’, a matemática, a história e outros campos da cultura moderna*”, segundo a autora a Academia Portuguesa não parece ter tido qualquer cunho revolucionário, mas sem dúvida apresentava algum avanço mesmo que os “*discursos panegíricos, o cultivo da poesia maneirista, a discussão de subtis problemas morais, atividades que davam lugar àquela expressão rebuscadamente cultista e conceituosa*” se mantivessem em suas reuniões.³³⁸

Bem ditas as coisas, talvez as estampas dos manuscritos da “*História Geral das Guerras Angolanas*” não interessavam a D. Francisco Xavier de Meneses ou 4º conde de Ericeira, já que estava imbuído em obter as “estampas de Luís XIV”. Não copiar o terceiro tomo pode ter sido uma opção e, as modificações no texto de Oliveira de Cadornega, da qual já mencionamos suas características, não era prática incomum entre os copistas da época devido questões como, por exemplo, a noção

³³⁵ Ericeira era uma vila na província de Estremadura, ou em latim *Extrema Durii* que quer dizer “*extremo do Douro*”. A casa leva esse nome porque lá “*foy creado*” D. Diogo de Meneses, o 1º conde, em “*carta passada*” por chancelaria régia em março de 1622. In.: SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syiviana. MDCCLV, p. 359.

³³⁶ BRAGA, Teófilo. *Arcádia Lusitana*. Livraria Chardon de Lello e irmão Ltda. Porto, 1899, p. 18.

³³⁷ CARVALHO DA COSTA, Apud BRAGA, Teófilo. *Arcádia Lusitana*. Livraria Chardon de Lello e irmão Ltda. Porto, 1899, p. 55.

³³⁸ MONTEIRO, Ofélia Paiva. *No alvorecer do iluminismo em Portugal: D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde de Ericeira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965, p. 54.

de propriedade intelectual, que é muito posterior a esse período, mas que já começa a ser tratada, mesmo que ainda de forma embrionária, no final do século XVIII.³³⁹

³³⁹ MATTA. Fábio Maria de. *Do privilégio do editor ao aparecimento da propriedade literária e artística em fins do século XVIII*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Biblioteca do Senado, n 63, jul/set 1979, p. 161-182.

A seguir exporemos imagens das primeiras páginas dos manuscritos da Biblioteca Municipal de Évora e da Academia das Ciências de Lisboa. Ambos acompanham transcrições para que seja possível efetuar comparação em relação as modificações textuais pelo copista dos *Manuscritos copiados para o Conde de Ericeira*.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Biblioteca Municipal de Évora. Tomo I. Cota CXV 2-4, transcrição das páginas 1 a 3.

Angola conquistada e seus princípios

Nesta Etiópia reino de Angola chamarão os antigos reino de Sebaste por ser principio da conquista dela em tempo de el Rey Dom Sebastião nosso Rey de Portugal da [?] memória: foy o descobridor dela Diogo Cam el tempo de el Rey Dom João que eleger o nome Zaire de Congo perto de Pinda e assento do Conde de Sonho vassalo de el Rey do Congo como se refere a crônica de el Rey Dom Manuel com a recompilação que fez o Pedro de Mariz e refere a Manuel de Faria e Souza.

O porto de Pinda fica distante destes reinos de Angola cento e vinte quatro grãos da banda do sul onde ainda hoje se confere o nome de padram posto pelo dito descobridor Diogo cam.

Os primeiros portugueses que foram para o reino de Congo por via do porto de Pinda tinham vindo de Condado de Sonho e forão socorrer o Rey do congo Dom Afonço que então reinava o qual estava em grande aperto de alguns exércitos de pagãos que tinham decido de uma serra chamada leoa a destruí e matar a gente daquele reino com defença delle se mostrarão como portugueses valerosos e para soberania das nossas almas dos pagãos alcasaram vitórias que por invencíveis fora tidos pelo dito reino por gentis tão cruel que se não sustenta mais que de carne humana de tam observado que a de hoje servem por ley entre elles e todos que delles defendem os quaes são os do reino do rey da Pinga o de Cabuco o de Casangi que eh um dos mui poderosos qual tem domínio em varias províncias com multidao de gente que se vão pelo certão dentro em que fazem muito desgaste de gente os portugueses que antigamente chamava pesas e hoje cabezas que resgatassem para não serem comidos como essa doutrina e fe catholica e batizados servirem delles no trato catholico para vitalidade dos reinos de Portugal e do Brazil para o servir dos engenhos que em todas essas partez não es falta para o bem de suas almas livrandose da sua tirana nação melhor dos numerosos asougues darem suas carnes como desejarem como he tam notório calandula que bem confia em tutelar vassalo da coroa de Portugal deixa os seus nas guerras de todos que matam comerem aqueles tristes cada vez que tem por manjar mais gostoso.

O quilombo que he o mesmo que reino ou vassalo da rainha Ginga antigamente era chamado de Gola a Quiloangi e também compos de muita parte dos pagao, teve neste reino alguma bondade algum tempo como se vera nestes tratados em Casangi quando tivera missionário capuchos entrando nestes reinos e quilombos.

O quilombo que hoje chegam ate Cabinda. Observasse nos ditos reinos todos costumes dos ditos jagas que comem carne humana.

Dos nossos portugueses que socorreram el Rey do Congo nas suas empresas foi a fama correndo por toda a nação preta desse gentio que era invencíveis no valor por quanto se enganava no valor dos pagao que exedia aos humanos e como se via no mesmo aperto el Rey de Angola que então

governava aquele reino com destresas que os pagao faria o seu reino com suas guerras tendolhe tirado el reino de el rey do Congo por serem destruídos dos esforçados portugueses se valeo de D. Afonso rey do dito Congo para que corresse com aqueles portugueses mandado seus embaixadores que logo mandou mayor parte delles cobrar com valor no reino do Congo com paga deste beneficio por inveja e temor do valor delles e mandou matar e cortar os nevos dos pes dos que ficaram alguns que mandou [X] para alguns sovas vassalos delle aqueles não souberam dos outros por oque coragem para lhe fazer algum dano seu reino. Este galordao dos nossos valerosos portugueses primeiros que descobriram essa cruel angola Reino de Ginga antes que Loanda reino descubriram o pais da crueldade. Angola a ellez em o serviam pusera suas vidas em perigo que não é muito neste semelhante Nero tal o grande fim quando ve muitos outros semelhante.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, transcrição páginas 1 a 3.

Capitulo primeiro da primeira parte da historia general das guerras angolanas escritas por Antonio de Oliveira de Cadornega capitao reformado e cidadão da cidade de São Paulo da Sunção natural de Villa Viçosa.

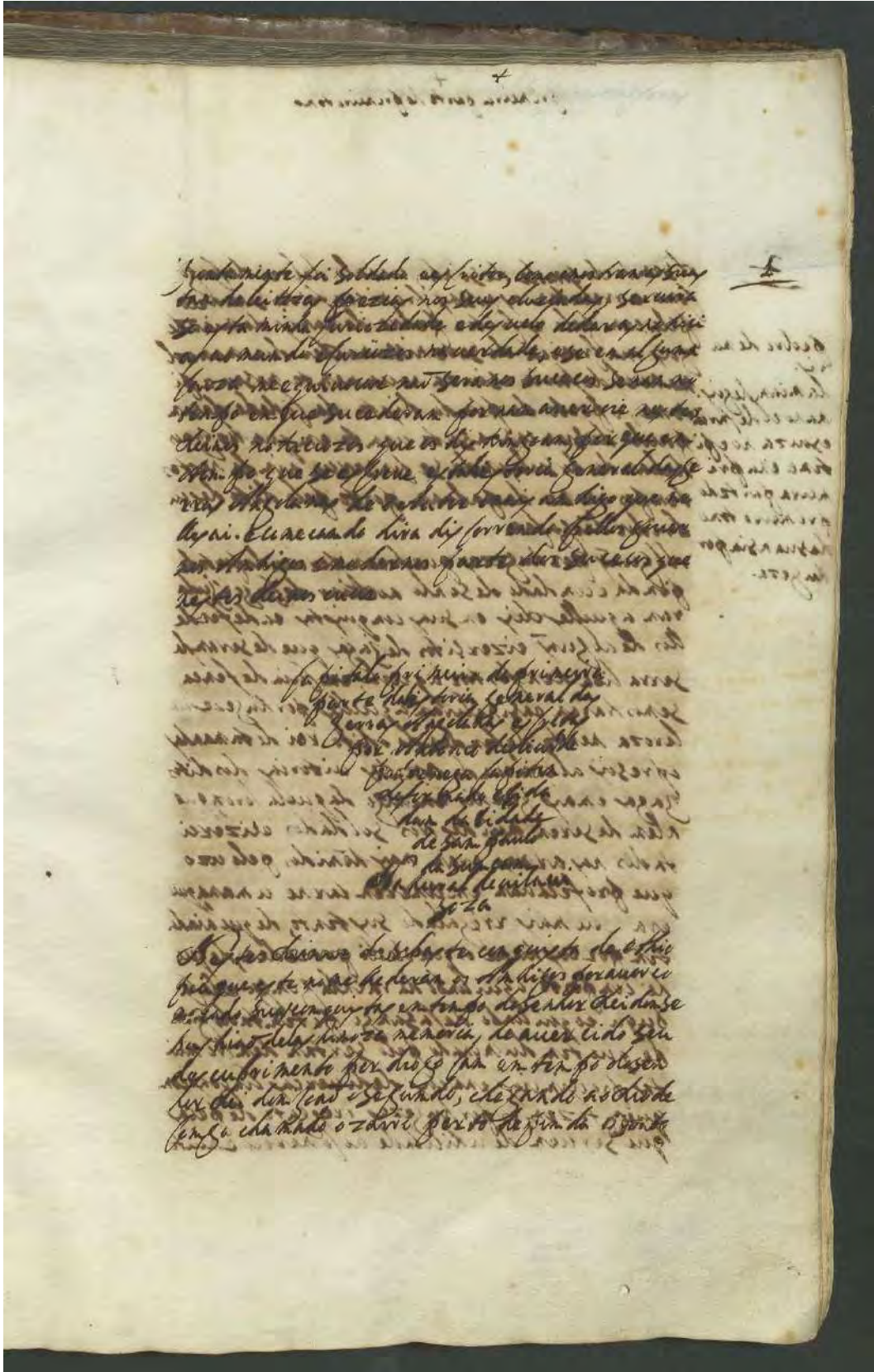
Nestes Reinos de Sebaste Conquista de Ethiopia, que este nome lhe derão os Antigos por haver começado suas Conquistas em tempo do Senhor Rey Dom Sebastião de lastimosa memória, e haver sido seu descobrimento por Diogo Cam em tempo do Senhor Rey Dom João o segundo, chegando ao Rio do Congo chamado o Zaire perto de Pinda assento do Conde de Sonho, Vassallo del Rey do Congo como o relatão as nossas Crônicas feita sua recopilação pello Escritor Pedro de Maris, Damião de Gois na Crônica do Sereníssimo Rey Dom Manoel, Manoel de Faria e Souza novamente no seu Epitome, o porto de Pinda desta da Cidade de São Paulo d'Assumção a sota vento em quatro graos da banda do Sul onde se conserva ainda nestes tempos o nome de padrão posto pello dito descobridor Diogo Cam.

Alguns Portuguezes que forão por via do porto de Pinda e Condado de Sonho do Reino de Congo ajudarão aquelles Reys em suas Conquistas e a defendelos de alguns exercitos de Jagas que descerão da Serra Leoa a infestar aquelle em cuja defensa se mostrarão e assinalarão aquelles Portuguezes vilerozamente defendendo o dito Rey de tamanhas oppressoens alcançando [?] victorias dos ditos Jagas, e mais gentio inimigo daquella coroa, que alem de serem mais destros soldados e eizercitados nas armas erão mais timidos pello uzo que profeçavam em comerem carne umana que era o seu mais regalado sustento, de que ainda tem por costume os que dahi procedem, de que he composto o quilombo da Raynha Ginga e de Cabucu e o quilombo de Casangi potentado grande, que tem dominado pello Sertão dentro muitas Províncias e Naçoens de diversas linguas com quem fazem os Portuguezes resgate de peças que servem de utilidade ao comercio e muito mais ao serviço de Deos, e bem daquellas Almas porque com estes resgates se evitão a não haver tantos açougues de carne umana, e instruidos na fé de nosso Senhor Jesus Christo hindo bautizados e catequizados se embarca para as partes do Brasil ou para outras que tem uzo Catholico tirados da gentilidade e redimindolhes as vidas com que se faz serviço a Deos e bem ao comercio.

O quilombo da Ravnha Ginga, que agora tem esse nome he nos tempos antigos o de Angola a Quiloamqi he tambem composto como dito parte delle dos mesmos jagas em costumes e ritos como os mais desta profissão no tempo de hoje hay nelle alguma gente bautizada como também no quilombo de Casange depois que la entrarão os Missionários Apostolicos Capuchinos Italianos. E tomando ao esforço com que se houverão os Portuguezes na defensa e emparo del Rey de Congo foi sua fama correndo de calidade que vendose el Rey de Angola opprimido e molestado também daquelles cruéis e carniceiros Jagas que descerão tantos de suas terras que a tudo abrangião imitando aos Godos quando descerão de suas terras e fizerão suas entradas tão potentes no Império

Espanha e Italia, e em outras partes sabendo o dito Rey de Angola o esforço e valor com que se tinham mostrado e havido os Portuguezes mandou os seus Embaixadores ao de Congo pedindolhe mandasse os mundeles ou parte delles para ajudarem defender de seus inimigos.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, páginas 1 a 3.



Capítulo 11

O tomo II dos manuscritos de Oliveira de Cadornega é também dos jesuítas

Há publicado em 1961, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pelo então Instituto de Estudos Históricos Doutor António Vasconcelos, uma separata do tomo VIII da Revista Portuguesa de História. Nessa publicação há um texto intitulado como “A ‘História’ de Cadornega no Museu Britânico” com autoria de Charles Boxer.³⁴⁰ Historiador inglês com obras como *O império marítimo português 1415-1825* e *Salvador de Sá e a luta por Brasil e Angola 1602-1686*,³⁴¹ Boxer nesse período era titular da Cátedra Camões do King's College London e deixa registrado na referida separata suas impressões sobre um manuscrito que encontrou na biblioteca do British Museum.³⁴²

O manuscrito em questão é o tomo de número II da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” de Oliveira de Cadornega. Boxer considera a hipótese de que o volume pertencia a Academia das Ciências de Lisboa e por algum motivo compunha o acervo bibliográfico do British Museum. A mesma hipótese é considerada no segundo volume do *Catálogo de Manuscritos - Série Vermelha*, que foi publicado em 1976 devido o segundo centenário da Academia.³⁴³ Nem este documento nem o texto de Boxer explicam como o manuscrito foi parar em Londres.

³⁴⁰ BOXER, Charles. *A “História” de Cadornega no Museu Britânico*. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras Uni. Coimbra, 1961, tomo VIII.

Essa separata se fez importantíssima para conseguirmos localizar o tomo II dos manuscritos da obra *História das Guerras Angolanas* de Oliveira de Cadornega no Museu Britânico. Muitas das informações apresentadas nesse capítulo foram balizadas por Boxer.

³⁴¹ BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002; BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

³⁴² Um pouco sobre Charles Boxer é possível conferir no seguinte trabalho: SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista*. Estudos Históricos, v.26, n.52, Rio de Janeiro July/Dec. 2013.

³⁴³ *Catálogo de Manuscritos - Série vermelha*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1978, p. 31.

Em outro catálogo, dessa vez o *Catálogo dos Manuscritos do Museu Britânico* publicado em 1853 e com de autoria de Frederico Francisco Figanière,³⁴⁴ a obra de Oliveira de Cadornega é arrolada com o número 15.183.³⁴⁵ Com essa informação averiguamos que, possivelmente, foi em meados do século XIX que o segundo tomo da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” deixou de fazer parte do acervo da Academia das Ciências de Lisboa e passou a compor o acervo britânico. Isso também quer dizer que foi após os manuscritos da Bibliothèque Nationale de France e também dos manuscritos da Biblioteca Municipal de Évora serem copiados, explicando o porquê da coleção francesa possuir os três tomos e a coleção eborense possuir parte do segundo tomo.

Para além das edições impressas no século XX, em 1940 e 1972, nomeadas aqui como *Manuscritos anotados para Oliveira de Salazar*, há apenas na Bibliothèque Nationale de France e na Biblioteca Municipal de Évora cópias do segundo tomo da obra de Oliveira de Cadornega. Logo, podemos balizarmo-nos apenas nesses documentos para tecermos qualquer argumentação comparativa. No limite, é quase dizer que não mais existe um segundo tomo da obra de Oliveira de Cadornega. Isso porque apesar de excertos do documento que atualmente está no acervo da British Library apresentar a mesma letra corrente nos tomos pertencentes a Academia das Ciências de Lisboa, ele foi muito alterado, visto que há páginas eliminadas e diversos outros escritos que, acreditamos ser de outros autores e com outras grafias, inseridos.³⁴⁶

Na folha 22 do “*Catálogo dos Manuscritos do Museu Britânico*” há a seguinte descrição: “*História do reino de Angola em duas partes, acha-se imperfeita no fim.*”

³⁴⁴ “Frederico Francisco Stuart de Figanière e Morão, o Visconde de Figanière (1827-1908), nova-iorquino de nascimento, era filho do conselheiro Joaquim César de Figanière e Morão e da segunda mulher deste, Catherine Stuart Gilfillan, de ascendência escocesa, e sobrinho do polígrafo Jorge César de Figanière (1813-1889), que trabalhou com Alexandre Herculano e Inocêncio Francisco da Silva. A sua vida profissional foi preenchida pela carreira diplomática. Foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e sócio efectivo da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, sócio honorário do Instituto de Coimbra e de várias Agremiações científicas e literárias estrangeiras, dentre as quais sócio e professor correspondente da Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid, e membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio de Janeiro, Brasil. Foi Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real Portuguesa, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa e possuiu a Grã-Cruz da Ordem de Santa Ana da Rússia.” In.: “Leituras”. Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/leituras/2-uncategorised/338-bio-figaniere.html> Acesso em: 25.05.2017.

³⁴⁵ FIGANIÈRE, Frederico Francisco. *Catálogo dos Manuscritos Portuguezes no Museu Britânico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

³⁴⁶ A informação mais relevante que conseguimos apurar foi que, por uma questão de organização de acervo, o manuscrito cuja cota é 15183 está na British Library e não mais no British Museum. Os dados catalográficos e cota permanecem inalterados.

Já na folha 231 a descrição é a seguinte: “*Fragments da História Geral das Guerras Angolanas. Todos os precedentes papeis foram escriptos no século passado e são em portuguez*”.³⁴⁷ A descrição da folha 22 atenta, seguramente, para o modo como termina o manuscrito, ou uma interrupção abrupta que finda no curso do “*Capítulo Terceiro da Terceira Parte do Segundo Tomo em o Governo do Senado da Camara*”, com a frase “[...] *o capitão da fortaleza que então era João Pilarte, aos Arrayais do Bengo*”, que corresponde a página 241 ou ao suprimir de mais de duzentas páginas, caso conferirmos através da edição impressa em 1972.³⁴⁸

As páginas 231 a 255 trazem a letra que acreditamos ser de Oliveira de Cadornega.³⁴⁹ São portanto excertos “originais” e se iniciam na *Segunda Parte do Segundo Tomo Hindo Prossequindo o Governo de Luis Martins de Souza Chichorro*”, o que corresponde a página 121 das edições do século XX.³⁵⁰ As folhas 22 a 230 contém uma versão modificada do texto da “*História Geral das Guerras Angolanas*”.³⁵¹ Muitas das referências que Cadornega faz sobre si, principalmente sobre suas experiências nos cargos administrativos que obteve foram também extintas. Uma das poucas referências que encontramos em relação a Cadornega é um trecho que corresponde, apesar de ter sofrido alterações, as páginas 67 e 68 da edição de 1972.³⁵²

“[...] Trazendo em sua companhia muita gente de guerra assim portugueses como espanhóis versados em guerras em África, com outras muitas preparações de guerra, para tratar de ir por diante com as conquistas destes reinos principalmente o de Angola pera o que trouxe hua provisam real em que havia por celeificados os serviços feitos pelos conquistadores do dito reino de Angola como que se foram feitos em Africa, em nas armadas, e nas partes da India, e porque depois da tomada da terra pelo

³⁴⁷ FIGANIÈRE, Frederico Francisco. *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes no Museu Britânico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 22 e 231.

³⁴⁸ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, tomo II, p. 241.

³⁴⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 159-236.

Respeitamos o tratamento arquivístico, por isso aqui usamos *páginas* e não *folhas* ou *fólios*.

³⁵⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, tomo II, p. 121.

³⁵¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 22-230.

³⁵² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, tomo II, p. 67-68.

*Flamengo se achou esta dita provizam em a villa da Victoria de Massangano, e a mandou botar no livro da câmara daquela villa o especulativo de todas estas noticias Antonio Oliveyra de Cadornega sendo nela o juiz como também fez sendo vereador mais velho governando Francisco de Tavora em Loanda de Sam Paulo da Assumpçam sendo o dito senador vereador mais velho em tempo que foi governador o Conde de Alvor como está dito Francisco de Tavora, para que esta mercê real contasse a todo o tempo, de que o treslado desta historia se veja vay conforme o seu teor de que consta”.*³⁵³

Há muitas notas inseridas e, em maioria, elogiosas a obra dos Jesuítas em Angola. Outro conteúdo que foi inserido, dessa vez copiado *ipsis litteris* da obra *Vida do Padre Joam Almeida*, que foi escrita em 1658 em Lisboa, pelo padre jesuíta Simão de Vasconcelos, refere-se a reconquista de Angola em 1648.³⁵⁴ Com isso observamos que pelo menos seis capítulos que estão presentes no segundo tomo das edições dos *Manuscritos anotados para Oliveira de Salazar* e que tratam, por exemplo, das ações de Salvador Correia de Sá e Benevides foram excluídos e substituídos pelas descrições de Vasconcelos.³⁵⁵

Há algumas notas que trazem conteúdos com datações muito posteriores a que o texto da “*História Geral das Guerras Angolanas*” foi escrito e enviado à Lisboa. Por exemplo, na página 24 há uma descrição que possui duas letras na mesma nota e ainda menciona acontecimentos em 1719 e 1745. É como se os autores de tal nota, ou ainda quem ditou ou comentou sobre o ocorrido ao copista tenha mesmo vivenciado esse acontecimento. Segue o excerto:

“Desta ermida pera a parte que chega a ponta tem se aberto muito e fica já a fortaleza no meyo do mar de que vira irse toda no mar abrio no ano de 1719 e vay crescendo outra vez em anno de 1745”.³⁵⁶

³⁵³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 36.

³⁵⁴ VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Padre Joam Almeida*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1658. Sobre a obra do Padre Simão de Vasconcelos sugere-se o seguinte artigo: FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *O jesuíta e o general: uma narrativa em defesa da atuação política da Companhia de Jesus no Brasil (1658)*. Rio de Janeiro: Revista 7 Mares - Universidade Federal Fluminense, dez 2014, n 5, p. 28-42.

³⁵⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, tomo II, p. 22-68.

³⁵⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 24.

Outra nota que se faz interessante está na página 31 e é alusiva a morte de Paulo Dias de Novaes em Massangano no ano de 1589. Todo o conteúdo sobre o governo de Novaes está no tomo I, aliás, em uma revisão comparativa não há nada que se arrole no tomo II sobre esse governador. Essa nota diz que *“no arquivo e cartório da Copanhia de Jesus de Angola se acha e está o testamento do primeyro Conquistador e Governador Paulo Dias de Novaes”*.³⁵⁷ Não encontramos nenhum documento semelhante em arquivos como a Torre do Tombo ou o Ultramarino, ambos em Lisboa.

Os dois excertos próximos que exporemos trazem diferentes momentos também presentes no tomo I, aliás, são temas muito expressivos nesse tomo. O primeiro excerto é uma nota e diz respeito a recepção feita pelo Governador Pedro César de Meneses à embaixada enviada pela rainha Ginga. O trecho está na página 210, linhas 5 a 20 da edição de 1972.³⁵⁸ A segunda citação não é uma nota, mas sim uma descrição incorporada logo após considerações referentes a chegada do Governador com fugitivos de Luanda e fugitivos do Bengo, posterior a tomada da cidade pelos holandeses no ano de 1641.³⁵⁹

“Pera este gentio hê necessário todo o aparato guerreiro e império porque he o que respeitam, e atemorizam, e tanto assim que qualquer morador quando anda pelas conquistas, e se acazo passa por terra de algum Sova e por mais que seja muito nobre portuguez em nam levando consigo muitos escravos negros e negras do serviço da caza a quem chamam mocamas e os que sevem de porta para fora como lavadeiras, cuzinhairas e outra gente pera lehan e agua, com muitos negros carregadores e muitos marimbeiros com todos os instrumentos e chocalhos e pandeiros, e violas da moa dos mesmo gentios e com muitas trombetas, por fidalgo que seja, nam fazem caso dele dizendo que he hum pobertam, que nelas a pobreza he mayor vitupério, e o mais vil com aparato e bem vestido esse he o nobre a que chamam Cota riamundele quem refere isto he o perargrafo com esta admiração já he morto, se vivo estivera neste Reino de Angola dicera como dizem os discretos que nam he Angola pera os honrados porque lhe ficou a mesma tinha do gentio que o luzido de huns galoins e huns pulinhos em

³⁵⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 31.

³⁵⁸ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 210.

³⁵⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 238-240.

cabelos postiços da nobreza ainda que se nam tenha pago a conta da cabilera a metade, e com os séculos que viram estes foram de muito sangue em Angola pelas guerras que se referem, hoje sangradores das veas e bolças fazem guerras para serem fidalgos”.

“[...] e muitos capitães mores os ajudaram, e conquistadores segundo tenho alcançado de huns velhos papeis de quem tinha escripto como tenha referido e este hum mui antigo que foi nestes Reinos, que se achou nesta tomada da terra pelos Olandezes, que curiosamente colheo de alguns papeis antigos, e provisiones que tinham passado os governadores antigos, e de alguns assentos, e com o que se achou nesta trabalhosa retirada da tomada da terra de loanda pelo flamengo se verá nesta segunda parte muitas noticias que se devem ponderam o muito que Deos nosso senhor tem conservado esta terra de loanda pera ter a luz da fé catholica estes pobres pretos e se salvarem algumas almas deles e dos que morrem na infância com o Santo Sacramento do Baptismo”.

Há ainda outros excertos que faltam no tomo II das edições de 1940 e 1972. Um dos trechos que exporemos trata de doenças de Angola e da mortandade de gente em um episódio de 1667. Contudo, o próprio fragmento discorre sobre o ano de 1720, que teria se experimentado em Angola o que parece ser um epidemia.³⁶⁰ O outro extrato trata da segunda conversão da rainha Ginga ao catolicismo no governo de Luís Martins de Souza Chichorro que também não aparece no segundo tomo das edições impressas, mas está nas páginas 213 e 214 dos manuscritos presentes no British Library.³⁶¹

“Cauzam graves doenças nestes reinos e muita mortandade de gente já experiência feita como socedeo no anno de 1667 que continuaram alguns oito mezes que eratanta mortandade que saindo a tumba da Mizericordia as seis horas de manha se recolía de noite as nove e as dez horas davam a doenças de malignas em todos que quem se livrava do quinto dia ficava escapo, e o mesmo se experimentou na era de 1720, em que sendo poucos que havião e esses moradores bem antigos da terra principaes e cidadãos sem serem malignas bastantes delles morreram sem se poder com nenhuns remédios se remedear e em oito dias acabaram os seus dias, em que morreram bastantes sacerdotes e molheres, quase o cabido todo, o que foi

³⁶⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 165-166.

³⁶¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183, p. 213-214.

mais castigo dos grandes pecados que nos habitadores dela indignamos nestes reinos e majestade Divina por que sinaes evidentes nos tem mostrado pera emenda com aparecer cuberto e ceo de gafanhotos, e andar bandos de lioens dentro da cidade de que bastantes escravos comeram de vários moradores, e queria Nosso Senhor que haja emenda dos nossos pecados pera que nam va mais adiante o castigo de Deus que o peor de todos e por mal dos moradores do reino de angola say se enchendo a cidade de tantos ciganos de tanta quantidade que tem vindo, porque todos que se tem mandado por Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, todos vem parar ao Reino de Angola”.

“Devesse advertir que antes de se baptizar esta dita Rainha Ginga, governando o governador destes reinos João Correia de Souza, o qual foi seu padrinho de batismo como se refere no dito seu governo, tinham ido dois padres da Companhia (Companhia de Jesus?) em os reinos de Dongo que são de Ginga em missam ham chamado Padre Machado³⁶², e o outro Padre F. Pacomio³⁶³, o qual compôs a Doutrina Christa na mesma lingoa de Dongo, e o dito Padre compôs hua doutrina que se canta pella lingoa dos ditos pretos para facilmente se entenderem os mistérios da nossa fe catholica que o dito Padre pacomio industriosamente os compôs com hum canto tão suave que enleva aos cantores em os mistérios de hua Paixão de Christo nosso redentor, de que fis muito para colher as toadas, porque algum tempo em cazas de muitos moradores desta cidade faziasse cantar em tempo de quaresma, que facilita este gentio a doutrina christam e fis o mesmo para que entendão todos os mistérios da fe da minha família, e falando com hum morador antigo da villa de Massangano disse-me que ele alcansara em toda a villa o mesmo costume de se mandar cantar na quaresma a mesma doutrina o qual se chamava Paschoal de Motta, e que ele o mesmo fasia em sua caza. Isto suposto que como tinha a dita Rainha estas antecedências antigas nos seus reinos que havia chegado aquelles missionários que começarão aquella seara em doutrinar e baptizar alguns dos seus receberão a verdadeira fé, he o motivo da sua conversão vir a esta

³⁶² Segundo Charles Boxer, o Padre Machado começou a missionar em Angola em 1623 até sua morte em 1624. In.: BOXER, Charles. *A “História” de Cadornega no Museu Britânico*. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras Uni. Coimbra, 1961, tomo VIII, p. 10.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto, Apostolado da Imprensa, 1931, t. III, v. II, p. 248-251.

³⁶³ Suspeitamos que *Pacomio* seja o missionário Francisco Paccone ou Pacconio que publicou um livreto intitulado *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mysterios da nossa sancta Fé*, publicado em 1644, três anos após seu falecimento. PACCONIO, Francisco. *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mysterios de nossa Santa Fé*. Lisboa: Lopes Rosa, 1644.

cidade receber o sacramento do baptismo, que por motivos do demônio fosse herege, magica, e inimiga dos Chistãos e Portuguezes, perseguidos com todo o valor mais diabólico que forças mulheris. Agora pera se converter a fe segundo me contou hum perfeito frei Jozeph de Modena, religioso e curiozo capuchinho de Sancto Antonio³⁶⁴ que se achava num livro dos ditos Padres Capuchinhos das Missiones da Ginga impresso,³⁶⁵ que o mayor motivo da dita Rainha Ginga já estando velha e a fez renunciar todo o pacto que tinha dita com o demônio, foi pelo que aconteceu a hum seo grande capitão a quem tinha mandado fazer guerra a hum sova contrario da dita rainha a quem o dito capitão alcançou victoria, e no resbulho que fez na banza do dito Sova achou um crucifixo que o capitam desprezando por não ter conhecimento dele nem da nossa sancta fe catholica o lançou em hum monturo e não fazendo caso dele, em a oite por sonhos lhe apareceu a sagrada imagem e lhe foi dizendo estas palavras: pena que me botaste fora, não sabes que sou o senhor das victorias e que fiz para que tivesses victoria hide me buscar adonde me dexaste e lançaste que ali me achareis, e levai-me a tua senhora e dizerlhe o que te disse, e vereis que mais há de mais me estimar que toda a bagagem que leves. E tanto que amanheceo logo sem demora foi para o lugar adonde tinha lançado a sagrada imagem de Christo nosso redentor e logo sem dizer a ninguém o que sonhara ou para melhor (oculto júizo de Deos) o revelou a hum gentio, para obrar suas maravilhas chegando que foi o dito capitam Ginga a Mona na Banza da rainha deo conta de toda a empresa e victoria que alcansara e a bagaje e lhe descobrio o santo crucifixo o qual visto por ele se pos de joelhos e chorando soluçando sem mais tracto de bagagem enviou os ditos embaixadores para virem buscar os sobretidos missionarios para a sua conversão e do seu Reino como se verá mais adiante louvado seja deos que san os seus auxílios que a todo o tempo sam eficazes que entre chegou naquela já não esperada conversam de hua inimiga dos Catholicos e magica que chegou abominar o que algum tempo adorava e vivia na verdadeira fe catholica com actos de boa christã recebendo todos os sacramentos em a mão do missionário a quem lhe instruía com grande espirito e virtude na verdadeira fe Catholica”.

³⁶⁴ Para Charles Boxer, Giuseppe Monari de Modena foi prefeito da missão dos capuchinhos no Congo, mas que era sediada em Luanda em 1723. BOXER, Charles. *A “História” de Cadornega no Museu Britânico*. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras Uni. Coimbra, 1961, tomo VIII, 11.

³⁶⁵ Há provavelmente apenas duas obras na qual a citação poderá estar referindo-se. Uma delas é a MONTECUCOLO, Antonio Cavazzi. *Istorica descrizione de'tre'regni Congo, Matamba, et Angola*. Milano: Nelle Stampe dell'Agnelli, 1690 (Publicada pela primeira vez em Bologne, 1680. No entanto, tivemos acesso apenas a edição de 1690). A outra obra é GAETA, A. da; GIOIA, F. M. *La maravigliosa conversione alla santa fede di Cristo dela regina Singa, e del suo regno di Matamba nell'Africa Meridionale*. Napoli: Giacinto Pássaro, 1669.

Há ainda muitos outros trechos e capítulos que seguramente foram inseridos nessa versão manuscrita do tomo II da História das Guerras Angolanas. Como os próprios fragmentos trazem, alguns foram escritos em meados do século XVIII, talvez 40 ou 50 anos após a versão da Academia das Ciências de Lisboa ter sido escrita. Não podemos conjecturar onde as notas e textos inseridos por outro(s) autor(es) foram compostos. Apesar de Boxer mencionar que esses excertos foram escritos em Luanda entre 1720 e 1745, não explica como ou apresenta qualquer argumento de como chegou a essa conclusão. Outra característica do tomo II dos *Manuscritos Britânicos* é que o mesmo não possui nenhuma gravura, aquarela ou frontispício.

Bem ditas as coisas, afirmamos que o tomo de número dois que compõe o acervo bibliográfico da British Library traz muitos conteúdos que fazem parte das descrições de Oliveira de Cadornega mas que pertencem ao tomo de número I, presente não apenas na Academia das Ciências de Lisboa, mas também na Biblioteca Municipal de Évora, Biblioteca Nacional de Portugal e Bibliothèque Nationale de France. Logo, quem efetuou as alterações no volume II acessou também os outros tomos, talvez via Academia das Ciências, o que é o mais provável, mas não podemos descartar as outras possibilidades, ou seja, que esse autor tenha acessado os outros tomos em outras bibliotecas.

O que parece é que havia algum interesse com o inserir de notas e conteúdos não apenas advindos dos outros tomos da obra de Oliveira de Cadornega, mas igualmente com os escritos do Padre Vasconcelos, em complementar o tomo II como se fora uma espécie de compilação que reunisse também o conteúdo presente nos tomos I e III, uma vez que em Londres haveria apenas um volume dos manuscritos de Cadornega. No entanto, não saberíamos explicar por qual motivo foram excluídas todas as citações que fazem referência a Oliveira de Cadornega, por exemplo, ou ainda qual o mote que levou o(s) autor(es) a excluir(em) determinados conteúdos em benefício de outros.

Capítulo 12

Manuscritos escritos por Oliveira de Cadornega

*Nisi utile est quod facimus stulta est gloria.*³⁶⁶

As academias e sociedades científicas europeias constituíram entre o século XVII e XIX um veículo de produção, organização, comunicação/circulação e profissionalização das ciências.³⁶⁷ No contexto português, essas academias podem ser consideradas de fundação tardia, se compararmos a outros congêneres europeus. Isso não quer dizer que as ciências na sua formulação enquanto história natural ou filosofia natural estivessem ausentes em um discurso letrado que mormente era indexado às academias literárias que se constituíram também ao longo dos setecentos. Significa em absoluto que referências às ciências ainda ocupavam um lugar a ser desenvolvido, e que seria trabalhado em Portugal principalmente ao longo dos oitocentos.³⁶⁸

A primeira academia das ciências que possuía um âmbito nacional em Portugal, ou a Academia das Ciências de Lisboa foi fundada em 1779 por um alvará emitido em 24 de dezembro pela rainha Maria I, por aviso régio assinado por Visconde Vila Nova de Cerveira, então secretário de estado. Seu *Plano de Estatutos*³⁶⁹ foi aprovado e em seguida, no ano de 1783, a instituição foi colocada sob proteção real, passando a ser designada até a República como Academia Real das Ciências de Lisboa.³⁷⁰

³⁶⁶ “Se não for útil o que fizermos a glória será vã”. Sentença de Fedro e lema da Academia das Ciências de Lisboa instituído em 1780, quando da sua primeira sessão. In.: *História da Academia*. Disponível em <http://www.acad-ciencias.pt/> Acesso 29.11.2017

³⁶⁷ ROCHE, Daniel. *Le siècle des lumières en province*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978, tomo 1, p. 84.

³⁶⁸ MOTA, Ferreira. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p. 68-75.

³⁶⁹ *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780.

³⁷⁰ *Collecção Systematica das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typografia Academia Real das Sciencias, 1822, p. 68-73.

Criada e mantida por uma elite nobre e letrada, próxima ao poder político e, em algumas ocasiões fazendo parte dele, todo o material e conhecimento produzido pela Academia sofrerá a influência dos seus sócios fundadores, cujos nomes principais são o 2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e o abade José Corrêa da Serra. Logo os textos, atas, reuniões, programas, comissões, correspondências eram balizadas pelo status profissional dos seus sócios, que só eram eleitos caso detivessem uma série de atributos, ou “*pessoas condecoradas com as maiores dignidades e empregos do estado*”. Se fosse um estrangeiro deveria ser “*insigne pelas suas letras e famosos pelas suas obras*”.³⁷¹ José Alberto Rebelo da Silva, em tese de doutoramento pela Universidade de Lisboa, acrescenta:

*As academias científicas, enquanto instituições/organização de produção de conhecimento, caso da Academia das Ciências de Lisboa, constituem configurações estruturadas de acordo com uma certa lógica social cujas componentes se podem provisoriamente recensear como sendo a sua origem, as filiações, normas de conduta, convenções, programas, processo de legitimação e redes e rituais de validação do conhecimento. Neste quadro, uma academia científica funciona como um lugar de circulação do conhecimento materializado no seu corpo acadêmico, nas suas reuniões e assembleias, em diversos objetos simbolicamente investidos de valor científico/cultural como atas, publicações, bibliotecas, instrumentos, laboratórios e museus, e não menos relevante, em iniciativas aparentemente avulsas mas investidas de valor programático.*³⁷²

Entre sua data de fundação e a primeira apresentação pública em 4 de julho de 1780, seus sócios trabalharam para cooptar novos membros, eleger outros, organizar e distribuir as funções, repassando detalhes do *Plano de Estatutos* e aprovando suas primeiras demandas. Ficou definido as diretrizes da Academia, são elas, nessa ordem: “*o Zelo e Amor da Pátria*”, a “*imitação de todas as nações cultas*” e “*a consagração à glória e felicidade pública*”.³⁷³

O *Plano de Estatutos* prossegue sugerindo que a academia formasse classes para instruir jovens nobres que deveriam “*ter mais de 20 anos e os estudos*

³⁷¹ *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1780, p. 4.

³⁷² REBELO DA SILVA, José Alberto. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, 2015, p. 6.

³⁷³ Arquivo Histórico e Científico da Academia das Ciências de Lisboa, Livro 156 B, *Actas das Assembleias particulares e semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, 16 Janeiro de 1780 – 3 de Janeiro de 1781.

feitos".³⁷⁴ Essas classes começaram a ser articuladas em 1790 no gabinete de História Natural e também no gabinete de Física da Academia das Ciências e do Museu Maynense. A partir de 1792 a Academia passou a administrar também o referido museu e o Convento de Nossa Senhora de Jesus.³⁷⁵

O Museu Maynense foi doado à Academia pelo franciscano José Mayne quando da sua morte. Mayne *“era confessor de D. Pedro III e deputado da Real Mesa da Comissão Geral sobre Exame e Censura dos Livros, foi eleito sócio supranumerário da Academia das Ciências de Lisboa a 16 de janeiro de 1780”*.³⁷⁶ Por fazer parte da Congregação da Ordem Terceira de São Francisco, instalada nas dependências do Convento de Jesus, a academia herdava ambas as instituições religiosas. Em seu testamento deixou não apenas a responsabilidade à Academia de administrar esse conjunto de bens, mas também deixava o seu gabinete com pinturas, desenhos, livros e medalhas, e ainda algumas casas edificadas no terreno, dois padrões de juro real e uma quantia em dinheiro.³⁷⁷

Em função dessa herança uma parte das aulas de História Natural começaram a ser ministradas no Convento de Jesus, onde após 42 anos a Academia se instalaria por definitivo. Ainda em relação aos bens herdados pela Academia das Ciências estavam os inúmeros livros e coleções que faziam parte da livraria conventual. Sabe-se que a fundação da Livraria do Convento data de fins dos XVII, e que recebeu muitos donativos advindos principalmente de Manuel Ferreira, o Prior de Oliveira de Azeméis e de D. Frei Manuel do Cenáculo.³⁷⁸

Nascido em 1711 no Porto, Manuel de Oliveira Ferreira foi *“Reitor da Paroquial Igreja de Miguel de Oliveira de Azeméis, Comissário do Santo Ofício, Doutor em Cânones por Coimbra e Cronista Geral da Terceira Ordem”*. A origem que ensejou a sua avultada doação à livraria conventual resulta de uma pleurisia, pois buscando a

³⁷⁴ *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780, p. 8.

³⁷⁵ CARVALHO, Rómulo de. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1991, p. 83.

³⁷⁶ REBELO DA SILVA, José Alberto. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, 2015, p. 46.

³⁷⁷ CARVALHO, Rómulo de. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1991, p. 42.

Os padrões de juros reais são títulos que eram transferidos perpetuamente.

³⁷⁸ VAZ, Francisco António Lourenço. *A biblioteca do Convento de Jesus (1755- 1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo*. As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro, Mafra, 2013, p. 133.

cura fez um voto a Nossa Senhora. Prometeu que professaria a Ordem de São Francisco e doaria toda a sua livraria de sete mil volumes colecionados durante cinquenta anos caso sua doença fosse curada.³⁷⁹

Outro doador foi D. Frei Manuel do Cenáculo. Este não doou só livros mas também quantias de dinheiro para adaptações estruturais para o convento receber os livros. As aquisições de Cenáculo advinham do seu acervo pessoal, com exemplares adquiridos para o seu doutoramento em Teologia pela Universidade de Coimbra, bem como para as aulas que ministrava na mesma Universidade. Dentre as obras estavam muitos manuscritos raros, inclusive bíblias.³⁸⁰ Vale lembrar que muitos bispos, magistrados, diplomatas colecionavam livros e eventualmente faziam doações com o intuito de “*perpetuar a memória para os vindouros*”.³⁸¹ Ou seja, havia sempre nas doações um interesse em ostentar uma bibliofilia que era também status.

Dentre essas doações estava a obra manuscrita de Oliveira da Cadornega. As doações de ambos os sacerdotes são as principais nesse período, ou quando da fundação da biblioteca conventual e, posteriormente, não há registro de entradas significativas de volumes. É verdade que houve doações pela comunidade, mas não há registros de manuscritos ofertados.³⁸² Com isso, conclui-se que basicamente a biblioteca conventual se compunha por esses dois acervos. Quando o Convento de Jesus passou à administração da Academia das Ciências em 1792, os manuscritos de Oliveira de Cadornega já estavam na livraria, o que é mais um indício de que a obra chegou até a academia pela mão de Cenáculo ou Azémeis.³⁸³

Não encontramos documentação suficiente para afirmar com qual religioso estava a obra “*História Geral das Guerras Angolanas*”, nem conseguimos justificar o que levou algum deles a adquiri-la ou herda-la. Sabemos que independente de

³⁷⁹ VAZ, Francisco António Lourenço. *A biblioteca do Convento de Jesus (1755- 1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo*. As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro, Maíra, 2013, p. 134.

³⁸⁰ MORAIS, Rui. Um caso exemplar: cenáculo e o colecionismo no Portugal de setecentos. CADMO – Revista de História Antiga. Centro de História da Universidade de Lisboa. 2009, n 19, p. 209-228.

³⁸¹ VAZ, Francisco António Lourenço. *A biblioteca do Convento de Jesus (1755- 1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo*. As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro, Maíra, 2013, p. 136.

³⁸² VAZ, Francisco António Lourenço. *Instrução e Economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2002, p. 295.

³⁸³ *Catálogo de Manuscritos - Série vermelha*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1978, p. 31.

quem a portava, possivelmente tenha passado por Coimbra, seja nas aulas ministradas pelos religiosos, enquanto residiram e lecionaram na Universidade, ou apenas no transportar para a livraria do Convento de Jesus, como reporta as cartas do prior dirigidas a um Frei, o Antonio Soledade, que também era da Congregação Terceira de São Francisco.³⁸⁴

O manuscrito da obra *História Geral das Guerras Angolanas* com autoria de António de Oliveira de Cadornega está arrolado com a cota 77 no tomo I do “*Catálogo de Manuscritos – Série Vermelha*”, publicado em ocasião do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa em 1978. Possui encadernação considerada de luxo para os seiscentos, com pele de carneira trabalhada em relevos, lombada com quatro nervos com dourados e título. Há no primeiro tomo 474 páginas, sendo que apenas a ilustração do frontispício compõe como gravura, o que acontece de modo contrário no terceiro tomo, visto que há em um universo de 326 páginas e cerca de 14 ilustrações a guache para além do frontispício.

Nas edições do século XX, José Matias Delgado em seu *Prólogo do Anotador* conjecturava a possibilidade do manuscrito que participa do acervo da Academia das Ciências ser o traslado definitivo da obra. Delgado coloca que em 1877 o Visconde de Paiva Manso publicou o título “*História do Congo*”³⁸⁵ onde confronta os tomos da Academia com os tomos da Bibliothèque de France e atesta a “originalidade” dos exemplares que estavam em Lisboa. Embora a afirmação de Delgado e Paiva Manso corrobore com a nossa não há, nem no *Prólogo do Anotador*, tampouco na obra “*História do Congo*”, subsídios que certifiquem as suas afirmações.

Acreditamos que os tomos que hoje pertencem a Academia das Ciências são o traslado definitivo da obra, ou os manuscritos que foram “originalmente” escritos por Cadornega. As aspas na palavra “originalmente” servem aqui para alertar que o autor pode ter feito outras cópias dos mesmos manuscritos e que estas podem não

³⁸⁴ VAZ, Francisco António Lourenço. *A biblioteca do Convento de Jesus (1755- 1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo*. As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro, Mafra, 2013, p. 135.

³⁸⁵ PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão de. *História do Congo*. Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877.

Embora as elogiosas descrições, é possível extrair da obra de Luiz Garrido informações sobre o autor de *História do Congo*, tais como sua formação como advogado e o não exercício da função, bem como sua ligação com a Academia Real das Ciências de Lisboa. In.: GARRIDO, Luiz. *O Visconde de Paiva Manso*. Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877, p. 17.

ter saído de Luanda, ou ainda saído e nunca localizadas. O fato é que observando os manuscritos da *História Geral das Guerras Angolanas* fomos capazes de corroborar com a hipótese de Delgado e Paiva Manso, que aqui será sustentada não apenas com as características dos tomos, mas sobretudo com registros documentais.

O traço caligráfico corrente em todos os tomos é uniforme, bem como as descrições nos frontispícios e gravuras também o carregam. Em todos os frontispícios Cadornega assinala para quem dedicou a obra, o título da mesma e sua pequena biografia, onde consta que é “*Capitão reformado e cidadam de Sam Paulo de Assunçam e natural de Villa Viçosa*”.³⁸⁶ Os frontispícios trazem ainda o tomo correspondente e o ano que concluiu a escrita também está inscrito. As gravuras trazem em lugar escolhido por Cadornega, geralmente não atrapalhando a cena, uma pequena descrição, como que complementando o desenho e rumando os olhares do leitor. As páginas das gravuras não possuem numeração, e há no seu verso uma pequena instrução para o artista que seguramente a inseriu depois da obra já escrita. A impressão que temos é que a página estava em branco com o recado no verso para o desenhista, e isso não era uma prática incomum, no entanto, a característica peculiar é que Cadornega volta ao desenho e coloca suas impressões, como que para orientar ainda mais o leitor.

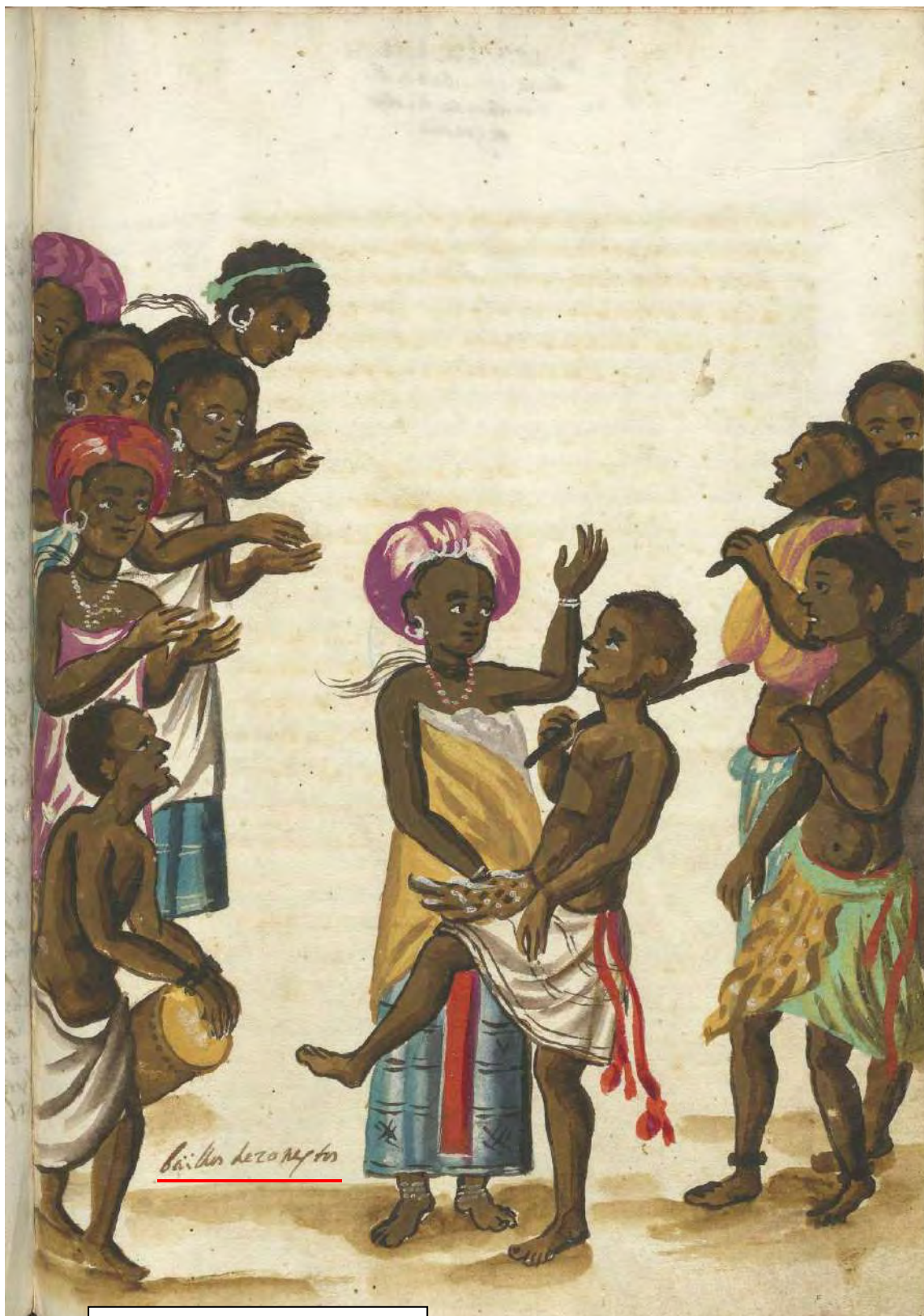
³⁸⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Frontispícios tomo I, II e III.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Frontispícios tomo I e III.

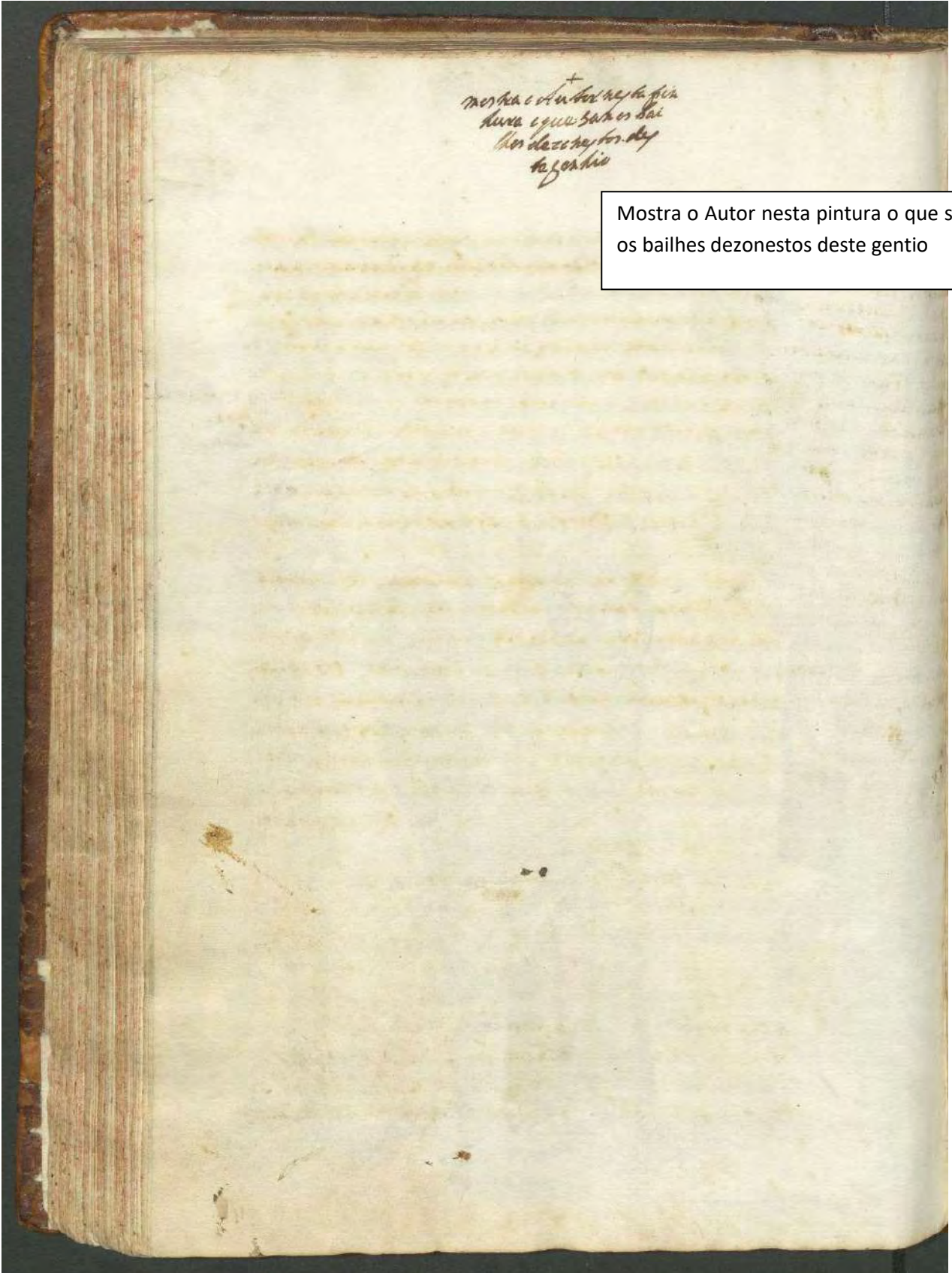




CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Gravura tomo III, páginas 224 e 225.

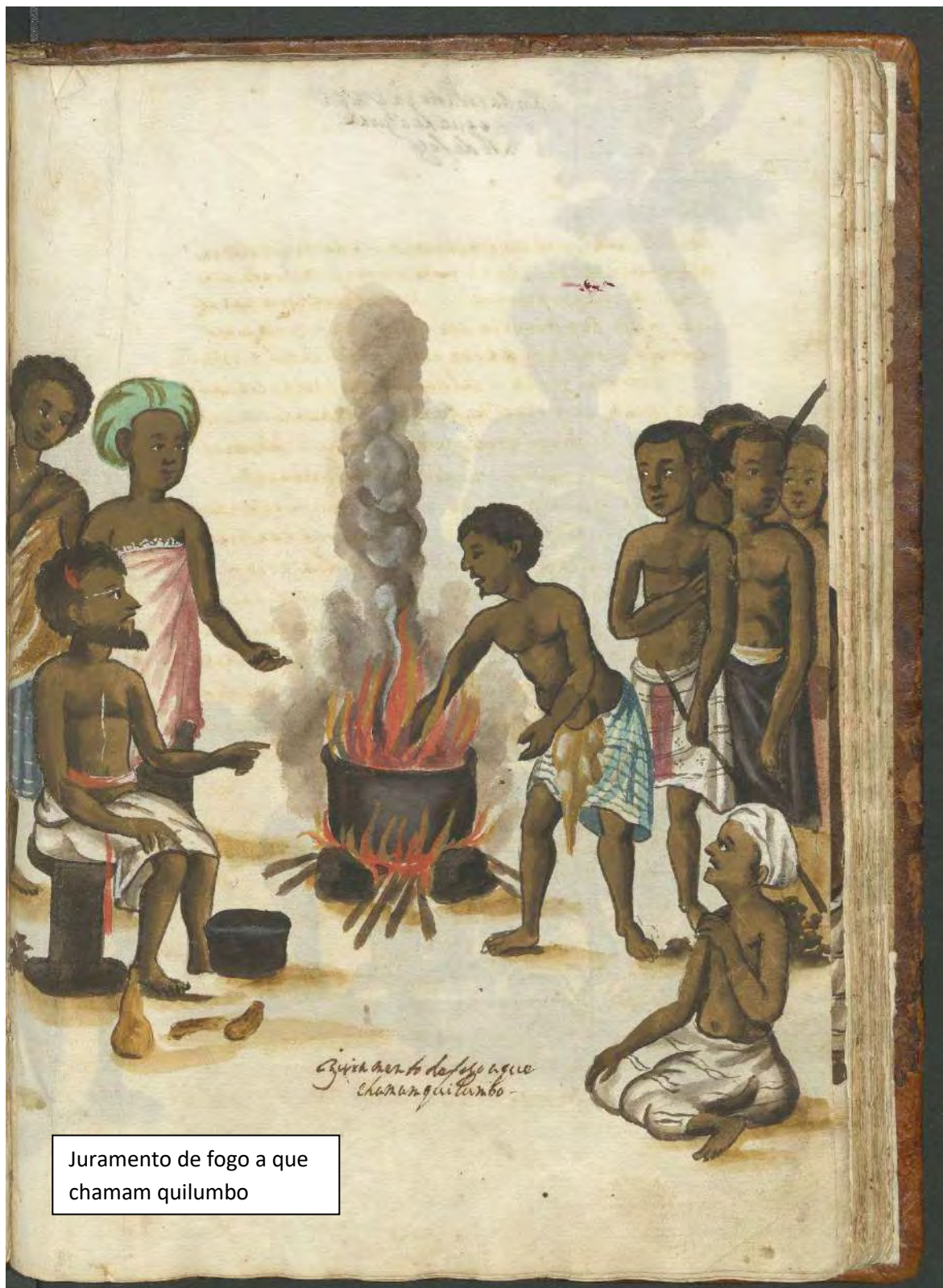


Bailhos dezonestos

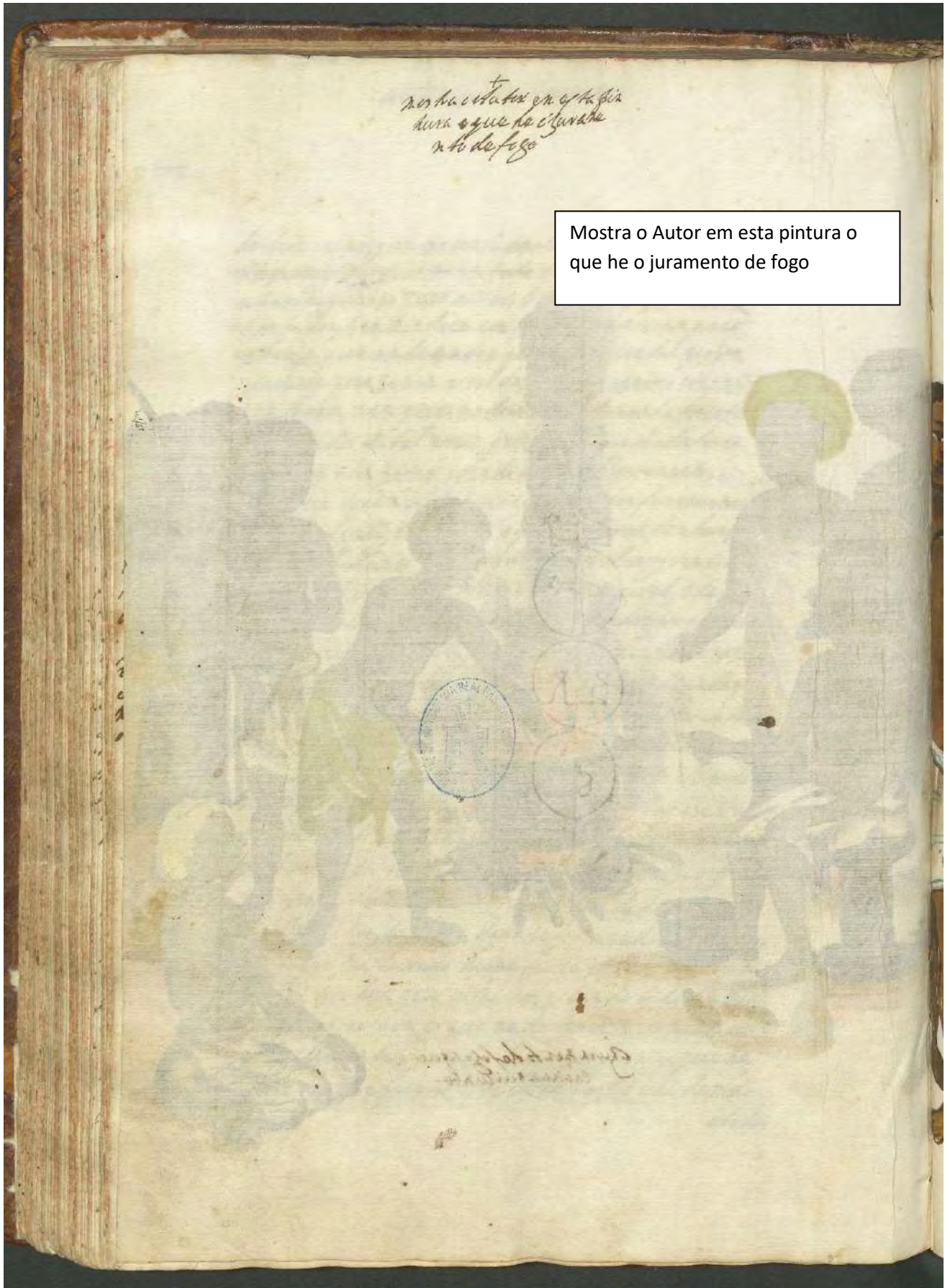


Mostra o Autor nesta pintura o que sam os bailhes dezonestos deste gentio

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Gravura tomo III, páginas 273 e 274.



Juramento de fogo a que chamam quilumbo



Os tomos manuscritos de Oliveira de Cadornega que estão na Academia das Ciências de Lisboa são os únicos que possuem uma página onde o autor realiza a dedicatória ao príncipe D. Pedro II. Esta página está logo após o frontispício do tomo I, não é numerada e mesmo ao pé há o autografo do autor. Em busca de confirmar a letra dos manuscritos como sendo de Oliveira de Cadornega, buscamos em arquivos como a Torre do Tombo e o Histórico Ultramarino algum documento que carregasse assinatura ou grafia que tivesse a autoria de Cadornega. Encontramos duas cartas escritas em Massangano e datadas de 12 de junho e 12 de julho de 1661.³⁸⁷

Essas cartas são representações dos moradores da Vila Vitória de Massangano ao rei D. Afonso VI solicitando autorização para fazarem hospital e casa da Irmandade da Santa Misericórdia para tratar dos enfermos e das viúvas sem amparo. Parece que as cartas se faziam necessárias, pois havia oposição da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo da Assunção. Esta afirmava que os provedores dessa obra, Cadornega era um deles, agiam sem pensar no serviço de “*Deus e da Sua majestade*”, agindo apenas em defesa dos seus interesses.³⁸⁸

Oliveira de Cadornega nessa altura, ou mais de vinte anos de sua chegada em Angola, tinha se inserido em uma elite local adquirindo cargos e títulos, como vereador, juiz e capitão reformado, bem como se tornado tinha um traficante de escravos e, a fundação de uma misericórdia em Massangano para além das bem feitorias que poderia conferir a vila, era também uma estratégia de cunho político que garantiria a manutenção de suas relações e interesses. Logo, ao final de cada carta há a assinatura de Cadornega junto com outros senhores.

³⁸⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Angola, ano 1661, cx. 7, doc. 33 e 37.

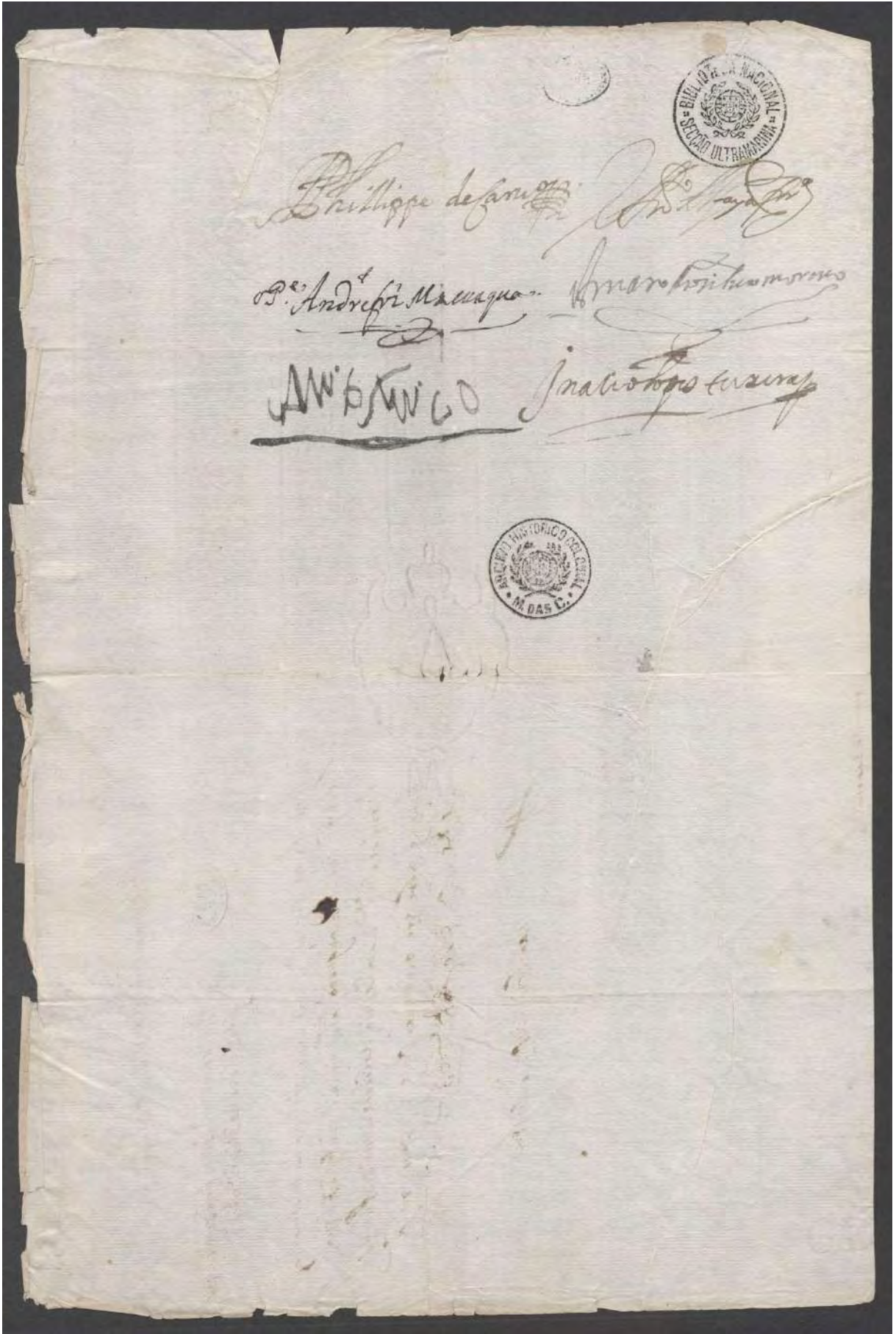
³⁸⁸ VAZ, Francisco António Lourenço. *A biblioteca do Convento de Jesus (1755- 1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo*. As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro, Mafra, 2013, p. 136.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, Dedicatória a D. Pedro II. (Transcrição)

Príncipe e senhor nosso

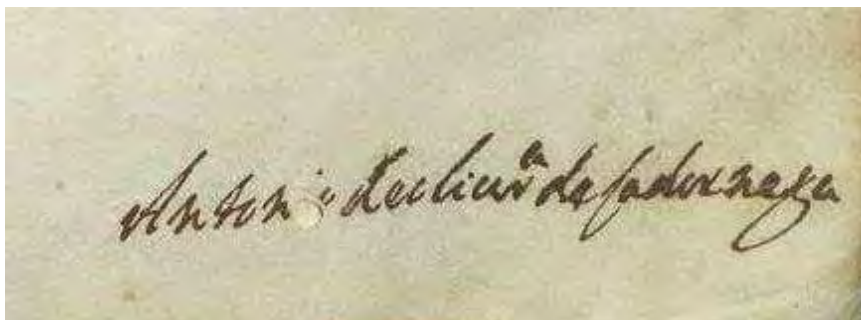
Aos Reaes pés de Vossa Alteza offereço esta história general das guerra Angolanas e alguns sucessos particulares acontecidos em tempo dos governadores e capitaens Geraes que forão destes Reinos de Vossa Alteza que Deos guarde e como a matéria he grave ainda que o sugeito que a escreve lhe falte eloquência, para a collocar como merecia, me não pareceo haver sugeito de Príncipe mais digno de sua dedicatória, porque história de Reinos, não pertence se não a pessoas Régias: e por esta ser a primeira que entendo, se tem escrito destas tão remotas partes, primeiras primicias dos primeiros frutos são dedicados a Deos, e como os Reis e Príncipes representão na terra a mesma potestade; e a sua imitação he de pouco fazerem muito: Confiado o Autor desta história que esta pouquidade de seu desvello, será engrandecida, não pello sugeito indigno de seu Autor, se não pela dedicatória ser feita a hum tão Alto e Poderosíssimo Príncipe nosso Senhor, que muitos annos nos viva, com muitas prosperidades, augmentos e felicidades em toda a Casa Real, como seus humildes vassallos lhe dezejamos.

Antônio de Oliveira de Cadornega



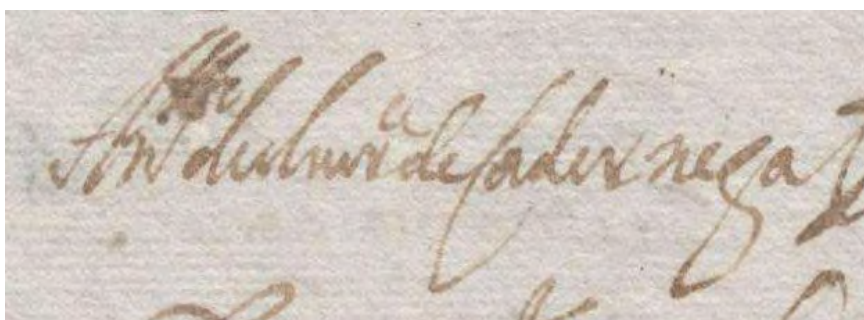
Comparativo das assinaturas de Oliveira de Cadornega.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, Dedicatória a D. Pedro II.



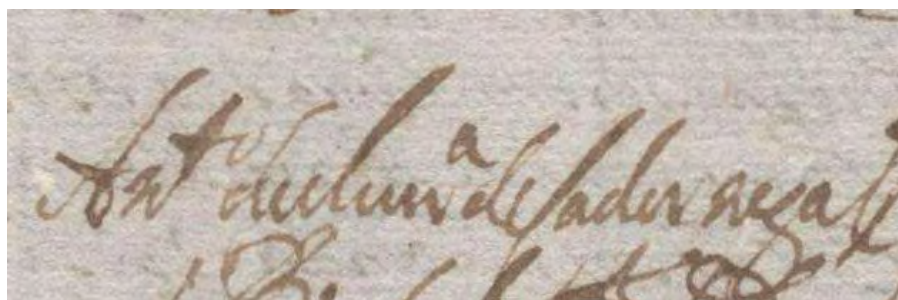
António de Oliveira de Cadornega

Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Angola, 12 de junho 1661, cx. 7, doc. 33.



António de Oliveira de Cadornega

Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Angola, 12 de julho 1661, cx. 7, doc. 37.



António de Oliveira de Cadornega

Ao chegar em Lisboa em meados de 1683 a obra de Oliveira de Cadornega passou, como era de praxe, pelo crivo do Santo Ofício que autorizou a cópia dos manuscritos, o que era o mesmo que permitir a circulação da obra nos domínios da Coroa portuguesa. A autorização está no final do tomo primeiro, em página que não foi numerada, seguida de mais algumas outras páginas em branco. Diz a qualificação que “*Qualquer livreiro pode encadernar este tomo sem escrúpulo. Lisboa, 13 de Dezembro de 1683. Fr. Chistovão de Foyos. Calificador do Santo Officio*”.³⁸⁹

Os Qualificadores deveriam ser clérigos, egressos de universidades e com reconhecidas qualidades intelectuais, além de conduta ilibada, haja vista que sua função era aprovar ou censurar livros, com o intuito de proteger a população de influências capazes de exaurir alguma perturbação ao catolicismo.³⁹⁰ A igreja Católica por sentir-se ameaçada estruturou processos cujo objetivo era tolher qualquer heterodoxia que pusesse em causa seus dogmas. Logo, os qualificadores, eram “*representantes incontestes dos Inquisidores*”.³⁹¹

É válido acrescentar que em absolutamente nenhum outro manuscrito de nenhuma outra biblioteca há essa autorização, ou ainda elemento qualquer que expresse que a obra passou pelas mãos do Santo Ofício, o que acontecia com qualquer volume que entrasse em Portugal naquela altura.³⁹² Um indício dessa envergadura corrobora para atestar que os manuscritos da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega, que hoje fazem parte do acervo da Academia das Ciências de Lisboa, são o traslado definitivo da obra.

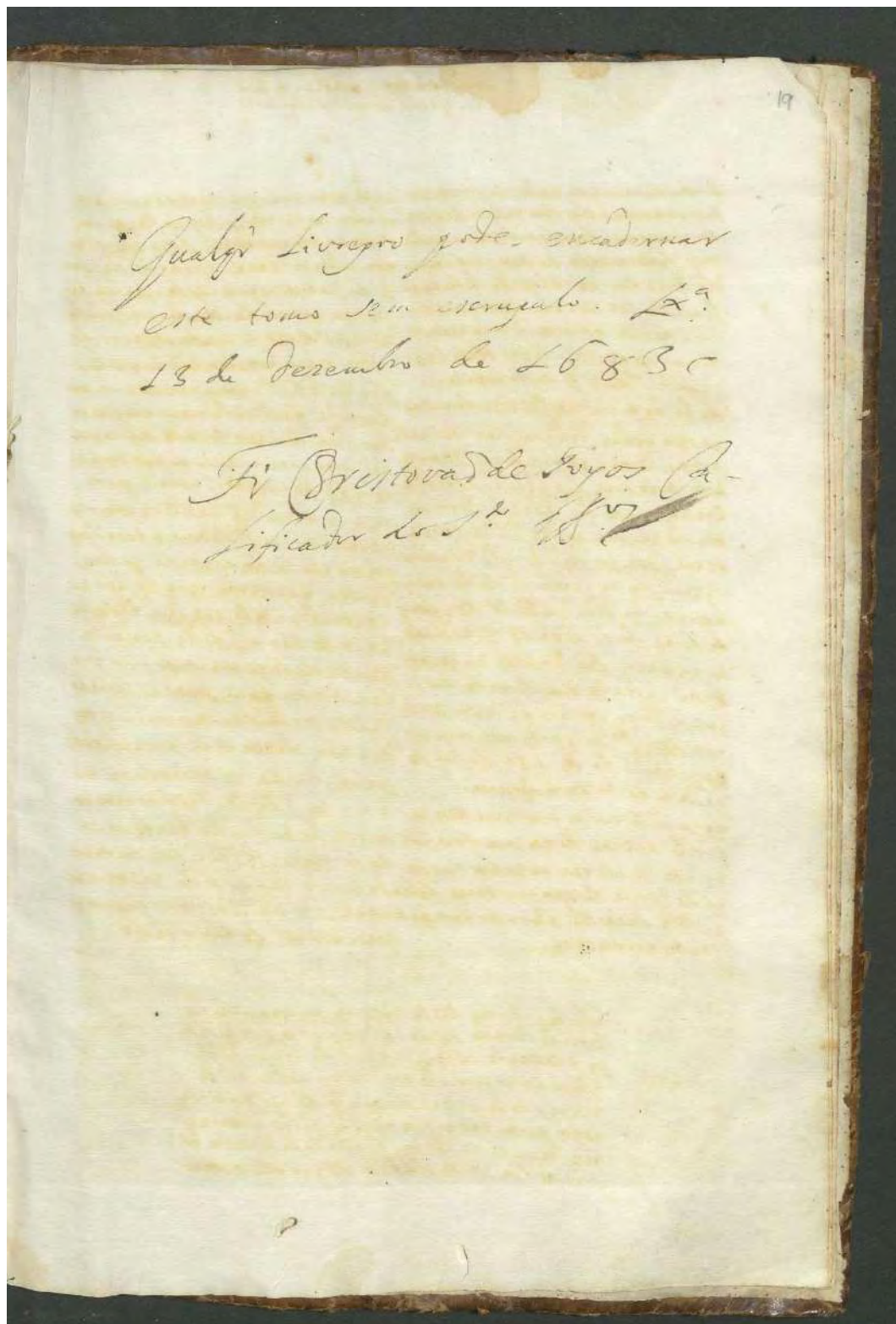
³⁸⁹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, Qualificação do Santo Ofício.

³⁹⁰ BONFIM SOUZA, Grayce. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese de doutorado apresentada ao PPG História Social – UFBA, 2009, p. 82.

³⁹¹ BONFIM SOUZA, Grayce. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese de doutorado apresentada ao PPG História Social – UFBA, 2009, p. 82.

³⁹² PAIVA, José Pedro. *História da inquisição portuguesa, 1536-1821*. Lisboa: A esfera dos livros, 2016, p. 49-77.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, Qualificação do Santo Ofício.



PARTE III
A CONSTITUIÇÃO DE “ANGOLA”

Capítulo 13

Aos Braganças, “Angola”

As constantes modificações advindas das experiências sociais, entre elas as fixações de normas e condutas em uma dada sociedade, bem como o processo de abstração de conceitos que se originam para tentar expressá-las e influir sobre elas, são observações que podem compor os contextos e a constante relação desses com os textos que o exprimem.³⁹³ Por conseguinte, é possível discernir o que é passível de ser pensado, logo, racionalizado e traçado no papel. Entre as múltiplas doutrinas, instituições e experiências, o contexto desvenda uma coerência que, apesar de não explícita, constitui um princípio de organização.³⁹⁴

Essa ordem ou razão é um subsolo que escapa até mesmo aqueles que a utilizam como alicerce de suas ideias e intercâmbios. Há uma dada ordem, mas sob uma fórmula que não se sabe, a partir de um modelo que se difere em relação à consciência. Essa ordem ainda assume a figura de alteridade, ou a heterogeneidade do implícito.³⁹⁵ Não há, com isso, nenhum motivo para crer que a sociedade dispõe de uma única linguagem para comunicar-se, ao contrário, há várias linguagens advindas de contextos múltiplos, com usos diversos e sofrendo distintas modificações.³⁹⁶

Os vocabulários são constantemente utilizados em contextos que não originais. As fontes documentais são legítimas por serem capazes de expressar continuidade, arrojando resultados conferentes às experiências do autor, distintos a cada documento.³⁹⁷ Os escritos de Oliveira de Cadornega trazem mais que batalhas e

³⁹³ POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p. 25.

³⁹⁴ CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 132.

³⁹⁵ CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 133. Nessa ocasião o autor tece comentário sobre a obra “*As palavras e as coisas*” de Michel Foucault. Por considerarmos a reflexão de extrema pertinência, cremos que se faz adequada para os referidos embasamentos.

³⁹⁶ POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p.29.

³⁹⁷ POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p.33.

sucessos de Portugal: posicionam um autor que interage em uma época específica, que conglera experiências que transcendem a linearidade temporal. As ambições do autor corroborarão com a escrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, que é recepcionada inicialmente no século XVII por uma Bragança que ele não mais conhecia ou possuía relações diretas, como observamos com o desbaratar de sua família pelos autos da inquisição.

É como se a escrita da obra composta por exaustivas descrições que pautam os sucessos de Portugal, fosse capaz de promover a absolvição do autor de qualquer jugo inquisitorial. Embora a participação de Cadornega em empreitadas bélicas seja diminuta, ele estava trabalhando efetivamente na administração, e inclusive participando do mercadejo de escravaria, o que era fundamental para alimentar a mão de obra nas demais colônias lusas.³⁹⁸

A ascensão ao oficialato, até chegar ao título de juiz ordinário de Massangano, ocorre porque Cadornega sabia articular tanto com a administração lusa, quanto com os mercadores flamengos: ambos estavam interessados em inflamar o mercadejo de escravos. A ligação com os flamengos, onde muitos comerciantes eram marranos, poderia apregoar sua ancestralidade cristã-nova, por isso não foi explicitada em nenhuma parte da HGGA.³⁹⁹

Apesar de qualificar a descendência de sua família, essa denúncia, no entanto, é útil para a construção do vínculo com os Bragança, forjando um sentimento de fidelidade, pois desde a geração de seu avô, havia prestações de serviços a essa Casa dinástica. Com isso, como já inferimos e aqui ressaltamos, o dedicar da obra HGGA à casa dos Bragança é também uma troca estabelecida dentro de uma

³⁹⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 31 a 33.

³⁹⁹ ROTH, Cecil. *A History of The Marranos*. Meridian Books, Inc., and The Jewish Publication Society of America, October 1959. First printing September 1959.

possibilidade de linguagem, calcada em uma determinada *ordem*⁴⁰⁰ que exprime noções *mercantilistas*.⁴⁰¹

Quaisquer que tenham sido seus desdobramentos econômicos, o mercantilismo interrogado a nível de *episteme*, aparece como esforço para refletir sobre o que era moeda e o que era troca. A moeda, ou no presente caso a obra HGGA, possui a capacidade de apresentar-se a partir de si mesma, com seus elementos próprios, criadores de um sistema de signos que estabelece identificações que sopesam valorações intrínsecas ao objeto que intenciona ser “trocado”. Instaurando uma articulação refletida, o mercantilismo faz da “*moeda*” o instrumento de identificação de riquezas.

As riquezas se desenvolvem como objeto das necessidades e dos desejos; *“dividem-se e substituem umas às outras pelo jogo das espécies monetizadas que as significam; e as relações recíprocas entre moeda e a riqueza se estabelecem sob a forma de circulação e das trocas”*.⁴⁰² Isso quer dizer que a moeda recebe seu valor pela função de signo. *“As riquezas são riquezas porque as estimamos, assim como nossas ideias são o que são porque as representamos”*.⁴⁰³ Se a moeda de Oliveira de Cadornega é a obra HGGA, com descrições que exaustivamente tendem a laudar as atividades militares portuguesas, a troca é o permanecer em Angola e continuar guarnecendo o território, detendo-o de todos os perigos.

⁴⁰⁰ CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 132.

Os pensamentos, entre as múltiplas instituições, experiências e doutrinas, desvenda-se de forma não explícita, mas que constitui um princípio organizador de uma cultura. Há, portanto, uma espécie de ordem. Contudo, ela sempre escapa, porque a linguagem, tradutora primeira do pensamento, fala à revelia das vozes que a enunciam.

⁴⁰¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 238 a 248.

⁴⁰² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 240.

⁴⁰³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p.214.

O súdito que se diz o português mais antigo de Angola, que esteve “*fielmente auxiliando na administração da colônia, conquista lusa, que brada contra as tentativas de apoderamento de africanos ou flamengos*”,⁴⁰⁴ caracteriza as empreitadas militares portuguesas com alarido quando os resultados são favoráveis aos lusos, conforme se observa no decorrer dos tomos da obra HGGA. Não faltam estrondos, raios e ofensivas maciças dos exércitos inimigos, que sempre possuíam maior número de contingentes, mas eram desbaratados com a “*vozeria lusa que atroava a terra*”.

*“Aqui succedeo huma cousa maravilhosa, e foi que com o muito disparar faltou pólvora e cartuxos; com a pressa que acudia a Infantaria a prover os frascos e patronas, hum soldado não teve muita com a Corda, com que saltou fogo dela em hum Barril, e dele no outro, dando hum grande clarão e grandíssimo estrondo, morrendo ali logo dous homens abrazados, e quatro ao depois, que a estavam repartindo, e outros muitos queimados do grande fogo que deo; atiou fogo em um grande palhagal que por ali havia, este sucesso foi causa de atemorizar aqueles inimigos de calidade que afrouxarão em os acometimentos, o que permittio Deos succedesse assim, se não corre muito risco nossa gente em ser ali toda degolada do inimigo, e se tratou de apagar aquelle incêndio por se não abraçar a nossa gente que não havia por onde alargar sendo já noite, e toda mettida em tão arriscado aperto, não havendo sitio onde arranchar: estando o Capitão mor perplexo em que o faria, advertio hum capitão que a gente da retaguarda vinha ainda distante em paragem onde havia mais alguma largueza; que mandasse fazer a retaguarda e que eles fossem marchando com a cara ao inimigo dandolhe suas surriadas até se poderem melhor incorporar, assim o mandou o Capitão mor executar, onde se aquartelarão como poderão e aquele inimigo cessou com suas investidas”.*⁴⁰⁵

O não regressar a Portugal, talvez mote primeiro da obra, serve-se desse tipo de descrições para justificar-se. Para Michel Foucault, em “*Microfísica do Poder*” o “*estado administrativo*”, nascido nos séculos XV a XVII passa a delimitar suas fronteiras priorizando a territorialidade, que é caracterizada pela população que nela povoa.⁴⁰⁶ Assim, a estratégia utilizada por Cadornega evoca um sentimento pátrio,

⁴⁰⁴ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 5.

⁴⁰⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, p. 116.

⁴⁰⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p. 17.

pois “*he o autor o mais antigo que nelles hay*”.⁴⁰⁷ Ou seja, o soldado informa que vivia a quarenta anos na África, sendo o português mais antigo, e a fidelidade aos Bragança, diferentemente de sua família, estava em continuar os trabalhos no alémmar, território que necessitava prosseguir em mãos lusas.

Em Portugal, segundo Sérgio Campos Matos, “*o termo pátria surge no século XV numas coplas populares dedicadas ao condestável Nuno Álvares, comandante militar nas guerras com Castela (1383-85)*”, e adquire larga difusão nos séculos seguintes, por exemplo, com Os Lusíadas de Luís de Camões, especialmente após a restauração em 1640.⁴⁰⁸ Sabe-se que no século XVII, a soberania, isto é, o *imperium* deixou de ser patrimônio da majestade e passou para a posse de um sujeito moral e autônomo chamado por uns Estado, e por outros, nação.⁴⁰⁹ Se por um lado é possível compreender esse movimento, *pari passu* a monarquia ainda permanecia. Cadornega que dedica a obra ao príncipe D. Pedro II, por uma via ciceroneia a Casa real para a leitura de seu texto, e por outra, evoca Camões para elucidar as intempéries vividas por Pedro Dias de Novaes quando da “descoberta” de Angola.

“Vós portuguezes poucos quantos fortes,
Que o franco poder vosso não pezais,
Vós que as custas de vossas várias mortes:
Assi do Ceo deitadas são as sortes,
Que vós por muito pouco que sejais,
Muito façais na Santa Christandade
Que tanto, ó Christo exaltas a humildades”.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 1.

⁴⁰⁸ ALBUQUERQUE, Martin de. *A consciência nacional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa, 1974 e MATOS, Sérgio Campos. *Linguagem do patriotismo em Portugal: da crise do Antigo Regime à Primeira República*. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 36.

⁴⁰⁹ CATROGA, Fernando. *Pátria, nação e nacionalismo*. In: TORGAL, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 26.

⁴¹⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 23, cita Camões da seguinte forma: “Os Lusíadas de Camoens canto sétimo outava terceira”.

O patriotismo pode ser qualificado como a “poética da política” ou como a “ideologia do sentimento”.⁴¹¹ “Ora, já nos poemas homéricos o termo *patris* (e seus derivados) remete para a ‘terra dos pais’, expressão que dizia respeito tanto ao enraizamento como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia”.⁴¹² Para Fernando Catroga, ainda há uma aura recoberta por uma raiz paternal, pressupondo uma ancestralidade que se prolonga e reproduz táticas rituais unificadoras. “Compreende-se, pois, se literalmente, a pátria insinua a presença memorial do pai – a terra dos pais -, a linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a diz, metaforiza-a com um corpo moral, mítica e misticamente feminizado”.⁴¹³

O apelo matricial almeja garantir a propriedade do território. Um dos meios mais utilizados para representar a *polis* como ordem é representá-la como mãe, sugerindo a existência de uma proximidade íntima, identitária e afetiva, entre o habitante e sua terra uterina.⁴¹⁴ Edgar Morin ressalta que há no sentimento pátrio um forte componente psicoafetivo que pode ser definido como “*matripatriótica*”; ou seja, materno-feminina, ou a mãe-pátria, que os seus filhos devem amar e proteger, sentimento primordial de pertença que irrompe antes das nações politicamente organizadas.⁴¹⁵

O sentimento de pertença a Portugal é forjado durante todos os tomos de forma conflitiva. O soldado que se intitula português e que defende os interesses da coroa, atesta que o mais relevante é a sua permanência em Angola, lutando pelo território que tanto interessava à coroa lusa. A textura de ligação na obra HGGA entre a *matris* aparece de forma dicotômica, pois o território que é louvado é o português, terra natal de Oliveira de Cadornega, mas o que deveria ser defendido é

⁴¹¹ CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 10.

⁴¹² HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 53.

⁴¹³ CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p.11.

⁴¹⁴ CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In. TORGAL, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 10.

⁴¹⁵ MORIN, Edgar. *Mito e realtà delle nazione*. Lettera Internazionale, nº 28. *Apud*. CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 21.

o angolano. Sucintamente, a matéria é o território angolano que o acolheu, e não Portugal, que o perseguiu com os jugos inquisitórios.

Com os elementos supracitados abalancamos um entrelaçar na obra HGGA, formando uma malha contextual que expressa relações difíceis de serem observadas. Se as palavras-chave, as repetições e os vícios de linguagem denunciam ao tempo que enriquecem um texto, o contexto não cansa de deixar suas marcas através destes elementos, exigindo cada vez mais daquele que intenta esmiúça-lo.⁴¹⁶ As relações de troca entre Cadornega com a Casa real dos Bragança, configuram um significado de “*moeda*” à obra, conectado à construção de um sentimento de pátria.

A escrita desse capítulo, para além de respostas, transmite uma série de reticências que carecem de aprofundamento, como as condizentes com as relações contextualizadas mercantis, bem como as teorias que refletem sobre a concepção de pátria. Para todas essas lacunas a justificativa é a ânsia em interpretar, que espelha o labirinto que é imergir em uma obra manuscrita. Se ligeiras são essas conceituações e considerações, elas se fazem necessárias para o observar do texto que Oliveira de Cadornega estava inserido e delineava.

⁴¹⁶ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11.

Capítulo 14

Os insucessos portugueses

A rainha *Ginga*, personagem da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, é descrita de forma recorrente nas mais de mil e quinhentas páginas que compõe o texto de Oliveira de Cadornega. Já tão logo o iniciar da obra, Cadornega expõe algumas características dessa rainha, como por exemplo, a resistência ao domínio colonial português por quarenta anos, de 1623 a 1663. Sobre o nascimento de *Ginga*, o autor aponta que teria ocorrido no Dongo, em período concomitante com a chegada dos portugueses em Angola. Filha de *Ginga Mbandi Angola Quiluanji*, rei do Dongo, sua progênie escrava advinha de sua mãe por herança de seu tataravô.⁴¹⁷

Esses dados genealógicos que condizem com sua falta de matrilinearidade foram aproveitados por Cadornega para traçar a altivez e o traquejo político da rainha,⁴¹⁸ visto que a ascensão à liderança é esboçada em torno do assassinato de um sobrinho durante o governo de João Rodrigues Coutinho, o sexto governador a suceder Paulo Dias de Novaes depois do seu falecimento, ou quando instabilidades com as alianças entre portugueses e sobas começavam a efervescer.

Fallecido o Rey de Angola Ambandi logo se oppoz a Irmãa mais velha que tinha e tomou o nome de Ginga, imitando no nome aquelles poderosos do que fallamos que tinham aquelle nome, ao governado do Reino de Angola que era o que tanto dezejava a qual logo seguiu a sua voz o Reino todo, obedecendo-a por Senhora, e evendo que o filho do Irmão lhe podia servir de impedimento ao perpetuarse no Reino de Angola que era todo o seu dezejo, austociozamente se amigou, ou abarregou com o Jaga Caza tutor do Principe seu Sobrinho e estando de dentro com elle houve o pobre

⁴¹⁷ Segundo Birmingham, é por volta do século XVI que parecem ter surgido as formas de parentesco Angola. Sugerimos ver: BIRMINGHAM, David. *Central Africa from Cameroun to the Zambezy*, In. *The Cambridge History of Africa*. Cambridge University Press, 1977, v. III, p. 538.

⁴¹⁸ A matrilinearidade comandava as sucessões de liderança com a descendência a cargo das linhagens femininas. Para Thornton, os reinos africanos dessa região (Centro Ocidental Litorânea) utilizavam para sucessão do trono quem estivesse apto por descendência, ou seja, por linhagens, onde a linha de filiação deveria considerar a descendência pelas mulheres como ancestral comum ou matrilinearidade. Para informações mais precisas: THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power*. *Journal of African History*, 47 (2006), p. 437–60.

*innocente Príncipe a mão e o mandou afogar em o rio Coanza, como huma couza e outra contarão seus mesmos parentes, ficando com esta maldade e tirania livre de cuidado, que o Sobrinho filho de seu irmão legitimo herdeiro daquelle Reino lhe podia vir a dar, e porque desta nova Raynha, se bem cruel a seu Sangue.*⁴¹⁹

⁴¹⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 33 e 34.

Todos os outros governadores que chegaram até 1603, ou quando da tomada de poder por Ginga, foram finando rapidamente, alguns no mesmo ano que chegaram por guerras ou doenças. As conquistas prosseguiram e, nessa altura, Ginga estava revolta com os lusos, animando os sobas já “conquistados” contra os portugueses, o que possibilita observar a fragilidade da coroa lusa frente as instabilidades das alianças que já haviam sido estabelecidas.

*Visitando a nossa fortaleza de Muchima sita na província socorrendo-o do que a necessitava alcançando por a margem daquele espaçoso rio grandes vitórias até chegar a Villa Vitoria de Massangano alojamento da praça das armas de onde mandou por seu capitão mor da dente de guerra Luis Ferreira Arco, fazer guerra contra os Sovas fidalgos da Provincia da Ilamba que sempre nelle havia que fazer por **se rebellarem aquelles Sovas já conquistados a voz da Raynha Ginga sua Senhora, que sempre trabalhava de os contaminar em nosso odio** fazendo movimentos e alteraçoes e contratos quaes alcançou o dito Governador por seu Capitão mor e mais cabos de guerra assinaladas vitórias.⁴²⁰ (grifos nossos)*

A *Ginga* é aquela que está no discurso de Oliveira de Cadornega enquanto uma ação metaforizada, enquanto um ato perlocucionário que impacta para persuadir.⁴²¹ Queremos com isso dizer, que não bastava qualificar a rainha com adjetivações como *altiva, ardilosa, imortal e estadista*: sua ambiguidade tinha de ser esboçada de uma forma compreensível a quem lê. Expressões que elucidassem os feitos de *Ginga* foram cunhadas para aproximá-las de outras rainhas e seres mitológicos, conforme podemos observar a seguir:

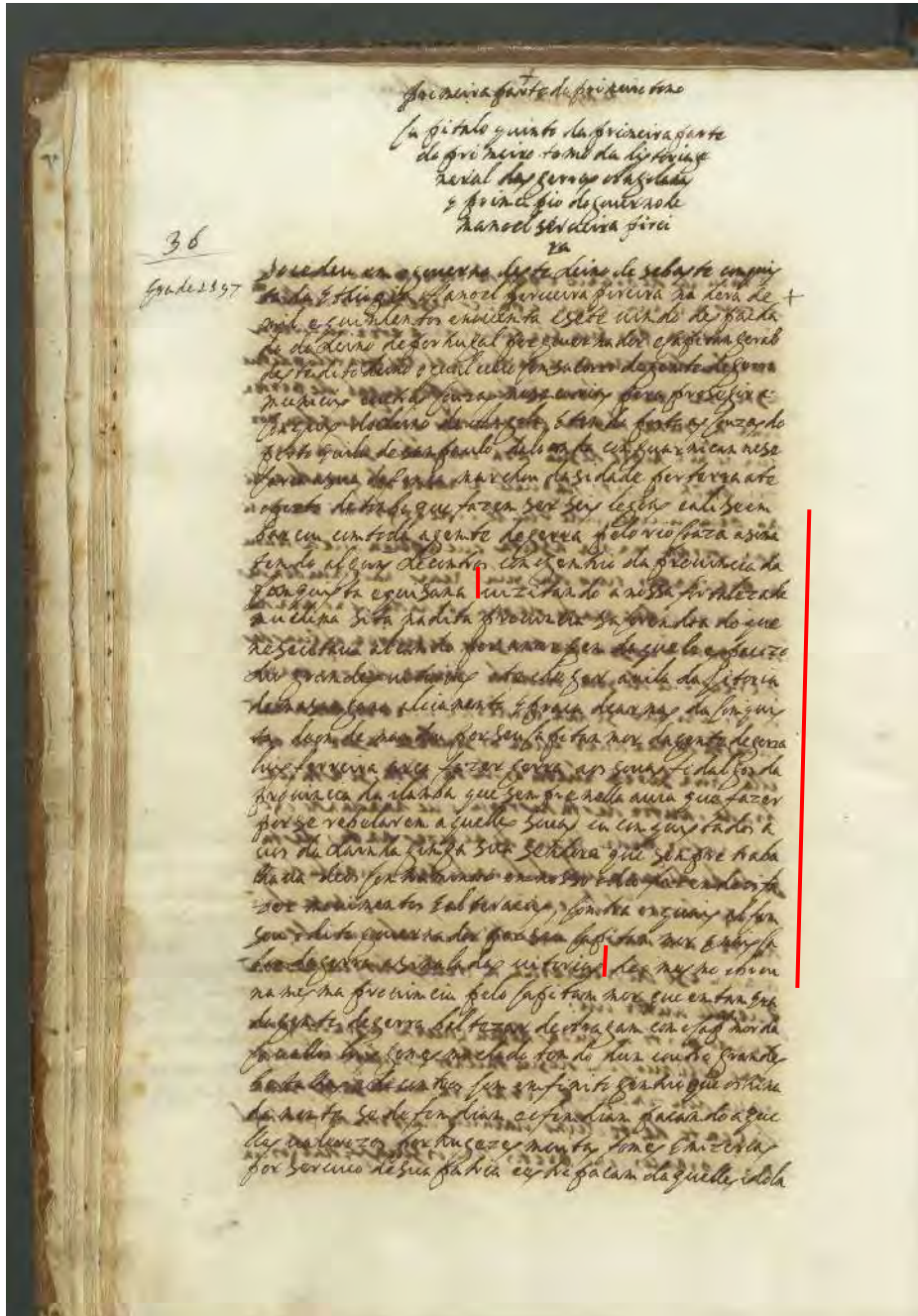
*Se há nesta história tratar della em muitas partes, pela continuada guerra que nos fez no discurso de tanto tempo que reinou que forão muitos annos, **que parecia imortal, que se poderá fazer grande escritura, a qual se podia comparar ou ainda preferir a Semiramis, a Pantasileja, a Cleopatra, e a outras Raynhas de que as historias nos dão noticia,***

⁴²⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 36.

⁴²¹ “Dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produz certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de pessoas. E isso pode ser feitos com propósito, ou objetivo de produzir efeitos.” In. AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 89.

governando a seus Vassallos a nossa opposição com valor e animo varonil.⁴²² (grifos nossos)

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 36.



⁴²² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 34.

A Pantasileja descrita pelo autor é a Penteseleia ou rainha das amazonas na mitologia grega, que mata acidentalmente sua irmã Hipólita com uma lança. Apesar do desastre e ressentida, a rainha segue em batalha, pois esse era seu dever.⁴²³ Já Semíramis, dos tantos mitos que a envolvem, parece que Cadornega opta ou conhece apenas aquele que a descreve como uma rainha que abandonou a morte no deserto, visto que *Ginga* é comparada com a mesma logo após o autor cunhar a adjetivação de imortalidade.⁴²⁴ Cleópatra, não por acaso, antecipa as descrições referentes ao ânimo varonil da rainha, ou seja, não bastaria informar da sua disposição em liderar, era preciso impactar a sua obstinação e capacidade, tal como as atreladas a figura de Cleópatra.⁴²⁵ Nas citações abaixo, Cadornega continua a

⁴²³ Vale a pena ler as considerações de Dayrell a respeito do mito de Penteseleia, “rainha das Amazonas”, ou daquelas que guerreavam para escravizar sexualmente os derrotados. DAYRELL, JOÃO. *A Mãe Natureza e o pater potestas: breves considerações sobre Penteseleia, de Heinrich Von Kleist*. In. *Em tese – PPG Estudos literários UFMG*. V. 18, n. 3, 2012, p. 01-22.

Localizamos a tragédia traduzida para o português, onde se acessa a obra integralmente: KLEIST, Heinrich Von. *Penteseleia*. Trad. Jean Robert Weissaupt e Roberto Machado.

Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/penteseleia_kleist.pdf>. Acesso em: 9. 07. 2013.

⁴²⁴ Encontramos referências sobre Semíramis em excertos bíblicos no qual apontam características semelhantes às elencadas por Oliveira de Cadornega: Gênesis 10:8-12 e Gênesis 11:4. BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982.

⁴²⁵ No romance de Shakespeare intitulado “Cleópatra e Antônio”, encontramos descrições que caracterizam a personagem como varonil. Não temos como mensurar a circulação da referida obra, tampouco o acessar de Oliveira de Cadornega a mesma. Contudo, esse pode ser um indício do senso corrente relacionado à personagem.

SHAKESPEARE, William. *Antônio e Cleópatra*. Porto: Lello, 1948, Cleópatra cena II e Antônio cena X.

CLEÓPATRA — “Desapareça Roma e que apodreçam todas as línguas que de nós falarem. Tenho função nesta campanha, e como cabeça de meu reino hei de mostrar-me soldado de valor. Não me retruques; não ficarei atrás.”

CLEÓPATRA — “Dá-me o manto; coloca-me a coroa. Anseios imortais em mim se agitam. Nunca jamais há de molhar-me os lábios o líquido de nossa vinha egípcia. Vamos, Iras; depressa! Só parece que ouço Antônio chamar-me; levantar-se vejo-o e elogiar meu ato valoroso. Ouço como ele zomba da ventura de César, que aos mortais os deuses cedem para depois justificar sua cólera. Caro esposo, eis-me aqui! Minha coragem irá provar que faço jus ao título. Sou ar e fogo; os outros elementos cedo à vida inferior. Já concluíste? Então vem e recebe de meus lábios o calor derradeiro. Adeus, querida Charmian; Iras querida, um longo adeus. Tenho, acaso, nos lábios a serpente? Como! Caíste! Se te separaste da natureza assim tão gentilmente, é que o golpe da morte é como aperto de namorado, que machuca um pouco mas sempre é desejado. Estás tranqüila? Se assim te foste, é porque ao mundo contas que digno ele não é de despedida.”

ANTÔNIO — “Oh! três vezes mais nobre do que eu mesmo. Meu valente Eros, mostra-me o que eu próprio, não tu, fazer devia. O gesto altivo de Eros e da rainha me fizeram despertar a nobreza.”

Outro exemplo que masculiniza a personagem Cleópatra devido suas articulações políticas são as obras de Plutarco, com as biografias intituladas “*Vida de Júlio César*” e “*Vida de Marco Antônio*”. Apesar de escritas no século II, conforme argumentação de Balthazar, possivelmente foram acessadas por Shakespeare. BALTHAZAR, Gregory da Silva. *A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: As Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas*. Curitiba, UFPR, 2013, p. 17.

caracterizar a rainha como amazona, ou rainha das amazonas, tal como proferiu com Pentesileia. A “varonilidade” da rainha também segue nas descrições.

*[...] Avendo pello Caminho tido muitas occaziones de guerras e recontros, dispostos e ordenados por **aquella valeroza Amazona**, que não socegava em buscar todos os meynos de arruinar e desbaratar o poder Portuguez, e mais sabendo que a nossa fadiga era toda em buscala, e fazer-lhe o mesmo que nos desejava fazer: com o que foi chegando o Capitão mor com seu exercito á vista do seu Quilombo, onde começou a ver huma terrível batalha[...].⁴²⁶ (grifos nossos)*

*“O mesmo traje de guerra exercitava a Raynha Ginga, Dona Anna de Souza, quando guerreava e andava em seus exércitos, entretanto nas batalhas animando os seus **como outra pantasileia Rainha das Amazonas**, pondose em eminência á vista dos seus para com isso os animar, e dali dispunha dando ordem ao que havião de fazer e obrar, **como o pudera fazer hum valente e entendido general**”.⁴²⁷ (grifos nossos)*

A *Ginga* maximizada, sobrepujada ou comparada a outras rainhas e seres mitológicos suprimi os insucessos bélicos portugueses. No Dongo e Matamba do século XVII, mais que batalhas ganhas, como a obra HGGGA expõe em suas descrições, houve perdas, além de acordos entre europeus e africanos. Apesar das ordenações orientarem essas relações, a sobrevivência engendrava arranjos que se compunham como melhor convinha. Um exemplo que elucida essa afirmação são os prováveis acordos comerciais mantidos pelo próprio Cadornega, visto que era mercador de escravos e, partilhas internas pelas peças e comandos territoriais, poderiam advir de pactos com os sobas africanos.⁴²⁸

⁴²⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 103.

⁴²⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, p. 352.

⁴²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 76.

Se Oliveira de Cadornega viveu durante quarenta anos na África, a maior parte desse período, ou trinta anos, foram vividos em Massangano. Situada a 40 léguas de Luanda,⁴²⁹ essa vila era fundamental para escoar os escravos preados, pois servia como um entreposto comercial entre Luanda e o interior. Essas informações embasam a argumentação que atrela ao militar o status de mercador de escravos, e também justifica suas faltas nas guerras pelos sertões angolanos, que se faziam importantes para suprir a mão de obra escrava.

As batalhas descritas na obra *História Geral das Guerras Angolanas* são narrações absorvidas através de relatos, ou ainda do acesso a documentação administrativa, como o próprio militar informa no correr de seu trabalho. Para ocultar a não atividade bélica de Cadornega, ou de tantos governadores e degredados que ao chegar em “Angola” se punham apenas a mercadejar escravaria, sendo a conquista territorial uma consequência que poderia ou não se consolidar, pois o que realmente importava era possuir escravos e embarca-los nos barcos que ali aportavam.

A rainha Ginga de Cadornega é a peça principal a atrapalhar os sucessos lusos na obra HGGA justamente porque estava em Matamba e se aliara aos imbangalas, recebendo grandes contingentes de escravos e contaminando com ódio os aliados de Portugal, além de unir-se com os Flamengos para desbaratar os portugueses. Pode se dizer que as guerras “angolanas” são, acima de tudo, políticas. Exemplificamos com o governo de Paulo Dias de Novaes, que soube fragilizar o rei do Congo para a ascensão do Angola, como observamos na primeira parte desse trabalho.

“A Rainha Ginga Dona Anna de Souza mais acesa que nunca em nosso ódio, assim por antiguidade como agora próximo, a respeito do sucesso daquella sua irmãa, que ella tanto queria e amava, por lhe faltar entre nós quem com tantas veras lhe fizesse os avizos de tudo o que entre os Portuguezes se passava: por estas causas mandava ao Flamengo muitas Embaixadas com grandes ofertas e dadas persuadindoos a que acabassem com o fogo de monturo de Mansangano que quase arruinado permanecia, de que ella tinha grandíssima pena de saber que estava em

⁴²⁹ Aproximadamente 160 quilômetros.

ser, fazendo partidos que viria em pessoa com toda a sua guerra".⁴³⁰ (grifos nossos)

"[...] esta foi a christandade com que a Rainha vinha da Cidade de Loanda de se bautizar e se era gentia antes de ser bautizada depois de o ser obrou muito peor até já perto do fim de sua vida depois de nos fazer cruel guerra como se dirá a seu tempo que sempre trabalhou por tirar o nome da nação portuguesa de Angola".⁴³¹ (grifos nossos)

Essas situações bem acomodadas, inclusive enquanto os flamengos estavam no poder, contrariavam os mandos da Coroa, bem como os da Igreja Católica. Havia sim uma formalidade nas relações entre metrópole e colônia, como se observa na avultada documentação existente em diversos arquivos, como o Ultramarino ou da Torre do Tombo, contudo, havia também os dribles, a realidade (con)textual que compunha as experiências daqueles que estavam em Angola e não em Portugal.

A culpabilidade atrelada a rainha *Ginga* em desbaratar a nação portuguesa provavelmente foi um argumento construído justamente para omitir as relações supracitadas e para reforçar o sentido da escrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, ou seja, o permanecer na África. As relações históricas, ou as diversas experiências apreendidas pelo autor, são o *locus* da produção do sentido, pois são mediadas por culturas, políticas e instituições, umas e outras exercendo coerções sobre o processo de significação.⁴³² Logo, a rainha *Ginga* exibida como *varonil, estadista, imortal, hábil política, cruel e valorosa*, produz uma realidade textual em Oliveira de Cadornega.

O "sentido",⁴³³ inacabado nos objetos ou nas palavras, é produzido a cada ato verbal, na co-presença de sujeitos que são irrestritos a um texto. Vale esmiuçar que

⁴³⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 449.

⁴³¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 76.

⁴³² ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000, p. 121.

⁴³³ O termo sentido é semantizado com os atributos que percebe dos fenômenos sociais: a pluralidade, o dinamismo e a propriedade de se constituir a cada situação de comunicação. Na perspectiva do sentido o que realmente importa é o processo e não a estrutura, contrariando, dessa forma, a lógica Saussuriana, que observa *significados* localizados nas estruturas, isolados e imobilizados pelo analista. ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000, p. 120.

o conceito de sentido ou de produção de sentido é aqui compreendido como algo que pode ser semantizado através da pluralidade que há nas situações de comunicação presentes nos fenômenos históricos.⁴³⁴ Nessa perspectiva, o que realmente importa é o processo em que ocorre a produção desse sentido, ou o modo como o “objeto” expresso apresenta-se.

Esse objeto, no caso a obra HGGA, não significaria aquilo que literalmente é, ou seja, três tomos que arrolam guerras nos seiscentos, pois não haveria uma relação de imanência entre objeto e significado.⁴³⁵ A criação de uma personagem que circunda todos os tomos que compõe a obra importa na escritura não apenas como uma figura alegórica, mas como definidora de recursos semânticos engendrados discursivamente.

As guerras “angolanas” precisam da rainha Ginga para a sua manutenção dentro do texto, caso contrário, a escrita de Cadornega se resumiria a uma sequência de governadores que logo finavam, ou tentavam adentrar aos sertões sem sucesso e com o âmago de prear escravaria sem intermediação e assim obter maior retorno no mercadejo, visto que as conquistas poderiam ser também empreendimentos pessoais, pois muitas vezes a Coroa envolvia-se apenas em parte e não honrava todos os dividendos de uma empreitada.

⁴³⁴ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 26.

⁴³⁵ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 56.

Capítulo 15

Ambiguidades semânticas

Uma análise textual necessita ir além das observações que reduzem o texto apenas as palavras expostas rigidamente pelo autor: há uma dupla operação, o que foi dito e como foi possível dizê-lo.⁴³⁶ A estrutura, os termos-chave,⁴³⁷ ou ainda as migrações dos padrões discursivos em um mesmo texto, suscitam implicações de um contexto anterior para um novo, e são fundamentais para expressar significados diversos atrelados a um mesmo adjetivo.⁴³⁸ Cadornega move-se em meio a esses padrões de polivalência, recombina-os de acordo com sua habilidade e adjetivando a rainha *Ginga* como portadora de uma personalidade forte e ativa, como muito resistente às tropas portuguesas.

Esses dados estão em trânsito no texto e com funções ambíguas. Essa condição afeta o significado de compreensão e significação dos processos históricos, exigindo que se pense, continuamente, a noção de textualidade e as relações dos usos de linguagens.⁴³⁹ Elucidaremos nossas argumentações apresentando alguns excertos da obra de Antônio de Cadornega. Obviamente, não cabe nesse trabalho esgotar as possibilidades de análises referentes a obra *História Geral das Guerras Angolanas*, tampouco concebemos isso como possível. Os trechos adiante são uma espécie de amostragem devido o avultado número de páginas que compõem a obra. Mesmo com isso, a leitura ainda é válida por ser capaz de apresentar os argumentos supracitados.

As alusões a *Ginga*, especialmente quando a caracterizam como “*uma belicosa mulher*”,⁴⁴⁰ oscilam expondo a rainha ora de forma elogiosa, ora pejorativa. Observamos, com isso, que “*há um resto necessariamente não formulado de*

⁴³⁶ PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p.16.

⁴³⁷ POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.28.

⁴³⁸ POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 32.

⁴³⁹ LACAPRA, Dominck. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 241

⁴⁴⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 226.

pensamento que a linguagem deixou na sombra, e também inversamente, pois o formulado traz em seu bojo como adormecido um conteúdo que ainda não foi pensado".⁴⁴¹ Logo, há sempre um resíduo latente no significante, uma tarefa indefinida para o historiador, visto que esses resíduos estão "soterrados" nas inesgotáveis palavras presentes em uma obra.⁴⁴²

As constantes oscilações na política administrativa de Angola, ou seja, quando da chegada de Cadornega, formalmente os Filipes ainda exerciam as funções régias. Em seguida os flamengos se apossam do território dito luso e passam à governança. Findado o período de ocupação holandesa, a restauração envia uma série de novos governadores que também refletem a demora da casa dos Bragança em estabilizar-se.

Em meio a todos esses episódios, apoiando por vezes os flamengos ou lusos, ou ainda lutando contra ambos, esteve a rainha *Ginga*. Apesar das limitações em reconstruir informações no âmago discursivo, consideramos que a oscilação nas descrições do "soldado-escritor" ocorria em virtude da rainha apoiar diferentes interesses e exércitos em períodos distintos. Contudo, para além dessa primeira hipótese, que tem validade, inferiremos posteriormente a respeito de outras possibilidades. Seguem excertos que elucidam nossa argumentação.

*"Há muito que havemos passado um silencio sem fazermos menção daquella **Ardiloza como Valeroza Rainha Ginga Donna Ana de Souza**, a qual depois de se apoderar do Reino de Matamba, como dito temos, com a conquista que nele havia feito, se não **descuidava em fulminar trayçoens com os Sovas Vassalos Del Rey nosso senhor, fazendoos se rebelar contra a Nação Portuguesa [...]**".⁴⁴³ (grifos nossos)*

*"Esta foi a substancia da Embaixada daquella **reduzida Rainha**, e a resposta que pelo governador lhe foi dada. Não lhe pareça ao curioso vai um pouco affectada, **por que esta Rainha Ginga Dona Anna de Souza era muito Estadista, e de muita altiveza**, e de Nação de Angola, que verdadeiramente é de Ambunda, de quem lhe procedia, he o gentio que*

⁴⁴¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 18.

⁴⁴² SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 21.

⁴⁴³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 226-227.

mais se preza de entendido sobre todos quantos há nestes tão bastos e dilatados Reinos, e Provincias com tantas diversidades de Lingoas. E como ella mandava Embaixadores, elem da Carta de Crença, fallarão e derão sua Embaixada na sua própria língoa Ambunda, que por interprete se explicava ao Governador e mais Circunstantes; e assim trazia a oração e o que havia de dizer bem estudado, e he gente esta que estará todo hum dia fallando na sua língoa em cançar e falam as vezes tão oculto, que o mais experto na sua língoa, filho da terra, não entende”.⁴⁴⁴ (grifos nossos)

⁴⁴⁴ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, parte II, capítulo II, p. 130-131.

Na citação seguinte, ao compararmos as expressões utilizadas no tomo I, página 34 dos manuscritos de Oliveira de Cadornega,⁴⁴⁵ já citados nesse trabalho, ou quando autor refere-se a Ginga como “*Semiramis, a Pantasileia, a Cleopatra, a famosa Judith, e a Artemiza*” observamos que embora os excertos sejam diferentes, possuem a mesma significação enquanto a adjetivação empregada, isto é, uma comparação com rainhas e seres mitológicos afamados.

No entanto, o uso destas adjetivações se diferenciam, visto que anteriormente essa comparação convinha para expressar a tamanha impertinência de *Ginga* be, nesse outro momento textual, os termos se invertem simbolizando uma espécie de redenção da rainha que toma o batismo e proíbe os imbamgalas de executarem ritos de sacrifícios em funerais, além de manter amizade com os sobas aliados de Portugal. A inversão das adjetivações é reforçada com outra comparação, desta vez ao personagem bíblico Dimas, o bom ladrão que se arrepende dos seus crimes.⁴⁴⁶

“Succedeo neste tempo morrer a Rainha Ginga Dona Anna de Souza, que parecia immortal; muitos dos antigos Portuguezes dezejarão chegar a este tempo, e verem o fim desta guerreira Varonil Mulher, pelas continuas oppressoens que havia dado a toda parte a gente Portugueza, e vassallos da coroa de Portugal, mas nem todos tem dita de ver quando dezeirão! [...] e se o bom Ladrão soube na ultima hora a sua vida roubar o Céu ao cabo de ter feito tantos Latrocinios, a esta Rainha se poderá chamar a boa ladroa, pois nos fins dos seus dias se preparou também para ser em o furto outro Dimas. Muito se poderá dizer e escrever do que esta valerosa Mulher e Rainha obrou discurso de tão prolongada vida, mas não há quem dê noticia de tudo se não de algumas couzas que nesta nossa historia vão relatadas assim no primeiro como neste segundo, que não teve pouco desvelo o Autor para as poder alcançar, e descrever aquellas que não passarão em seu tempo, que se entende o que em sua vida obrou, sobrepujou a Semiramis, a Pantasileia, a Cleopatra, a famosa Judith, e a Artemiza”.⁴⁴⁷ (grifos nossos)

⁴⁴⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 34.

⁴⁴⁶ Encontramos referências a Dimas como um personagem bíblico. Lucas 23:39. BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982.

⁴⁴⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, capítulo II, parte III, p. 219.

Com isso, podemos inferir que o texto de Oliveira de Cadornega é permeado por contradições semânticas. Isso quer dizer que uma mesma linguagem política, uma mesma significação discursiva permite inúmeras formas de articulações. Seus conteúdos podem ser expostos com inúmeros propósitos, inclusive sendo contraditórios entre si.⁴⁴⁸

Assim, destacamos que ao glorificar os “feitos” de Portugal, as batalhas vencidas, ou ainda na tentativa de neutralizar as deficiências administrativas e bélicas, como a demora na conquista e na “conversão das almas”, Oliveira de Cadornega se utiliza de um mesmo personagem linguístico, a rainha *Ginga*, que permeia os discursos de exaltação a Portugal de forma contraditória, ora sendo enaltecida, ora desqualificada com uma adjetivação semelhante em ambos os casos, porém, com usos diferenciados. Segue excerto em que concomitante com o louvar da astúcia da rainha, essa é expressa como inimiga.

*[...] Acudindo daquelle quartel a todas as occasioens de guerra que continuamente se offerecião com gentio que sempre buscavão modos e maneiras para se descomporem com a gente portugueza, induzidos e mandados por aquella **austucioza Raynha Ginga nossa Capital inimiga**, que nunca cessava de buscar meyo para nossa ruína”.*⁴⁴⁹ (grifos nossos)

Esses elementos contraditórios foram percebidos também com as contribuições de Koselleck que demonstra como os vínculos existentes entre o pensamento social ou político e os sujeitos,⁴⁵⁰ bem como a fusão entre expressões de determinadas consciências históricas expressam não apenas o conhecimento histórico, mas tematizam as condições de possibilidades dessas histórias, ou como quer o autor, da existência humana.⁴⁵¹

Assim, escrever história significa na perspectiva deste trabalho, servir-se dos textos como testemunhos para averiguar uma realidade existente além dos mesmos.

⁴⁴⁸ POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 20.

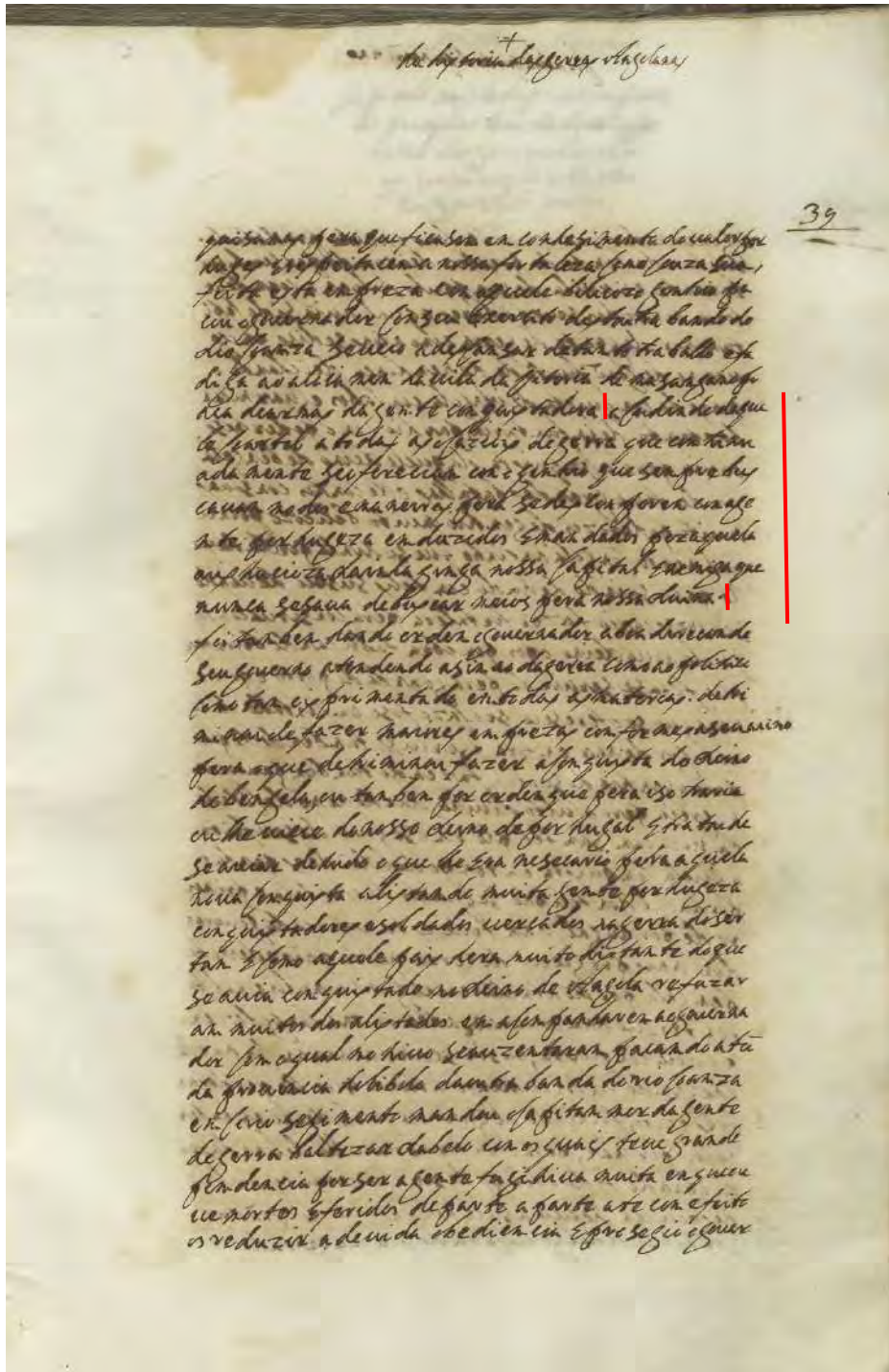
⁴⁴⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 39.

⁴⁵⁰ “Fica evidente que para o historiador alemão *História Conceitual e Teoria da História caminham juntas, fazem parte do esforço hermenêutico dos sujeitos históricos de darem sentido à sua própria existência. Para se apoderarem da realidade, os homens necessitam dos conceitos e, por meio das experiências vividas e transformações sofridas, empreendem ações que se projetam no tempo e no espaço, determinantes para sua autocompreensão.*” In.: BENTIVOGLIO, Julio. *A história conceitual de Reinhart Koselleck*. Dimensões, vol. 24, 2010, p. 118.

⁴⁵¹ KOSELLECK, Reinhart. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 68.

Há um estado de coisas que são, sobretudo, extratextuais, mesmo se constituírem uma realidade apenas com meios linguísticos. “Escrever a História de um período significa fazer enunciados que não puderam ser feitos nunca neste período”.⁴⁵²

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 39.



⁴⁵² KOSELLECK, Reinhart. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 91.

As palavras “valor”, “valeroza”, assim como “pezaroza” aparecem de forma recorrente no texto. Observaremos a utilização desses termos para adjetivar a rainha *Ginga* quanto ao seu “*valor contumaz*”, ou sua tirania e desacato aos portugueses. Em consulta a dicionários que expõe a gramática e ortografia corrente também nos seiscentos, encontramos grafado os seguintes significados para essas palavras: “Valor”: esforço, ânimo, valentia, coragem, estima. “Valoroza(o)”, “valeroza (o)”: que tem forças, esforçado, animoso. Que tem valia, grande apreço. “Pezar”, “pezaroza(o)”: arrependimento, sentimento de desprazer.⁴⁵³

Se a rainha *Ginga* entravava os interesses de Portugal, como uma interpretação literalizada da obra HGGA poderia supor, porque da utilização de termos elogiosos, mesmo quando se intenta desprezá-la? A resposta está nas indeterminações semânticas utilizadas por Oliveira de Cadornega. Estas possibilitam visibilizar as dinâmicas presentes nas relações entre africanos e europeus.

Isso quer dizer que a oscilação dessas adjetivações exprimem uma alternância nessas relações que mantinham e desfaziam acordos por vezes de modo escuso à vontade da coroa portuguesa. A *Ginga* inimiga em um acordo de compra de peças, por exemplo, poderia configurar-se como aliada em outra ocasião. Observemos nas próximas citações a utilização desses termos e suas semantizações.

*“Ficou este valeroso Rey que lhe chamavão e Rainha **por ser Mulher pezaroza** de se lhe haver mal logrado seu intento que entendeo daquella vez acabasse com nosco, e nos tomassem os seus ás mãos vindos mandados daquella Senhora, que elles amavão e respeitava como a seu Deos”.⁴⁵⁴ (grifos nossos)*

*“Chagados que forão ao seu Quilombo, tratou logo, eu distava perto, de entrar nos matos daquelle Sova, a Rainha Ginga, pessoalmente acompanhada de seus amigos Flamengos, **em que na sua invasão se***

⁴⁵³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 6, p. 278, v. 8, p. 328.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontram em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris: A.F. Carneiro Filho, 1859, p. 356, 578.

⁴⁵⁴ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 87.

*defendia quelle Dembo com muito valor, experimentando o flamengo suas armas de fogo, e o rigor de suas agudas frechas, e arremeços e zagayas, em que alguns pagarão com as vidas; mas persistindo aquella belicosa Rainha com valor contumaz, depois de haver perdido em aquelles Matos muito dos seus, e aquella Sova lhe haverem também morto muita gente da sua, assim das Armas Flamengas, como com as muitas que a Rainha tinha em abundancia, veyo a entrar á força de Armas naquelles fortes e espezos Matos [...]”.*⁴⁵⁵ (grifos nossos)

O soldado escritor move-se no texto, utilizando os termos “valor”, “valeroza” e “pezarozza” conforme o sentido que pretende agregar a adjetivação. Um aliado da rainha *Ginga*, *Ginga-Amona*, é também referenciado com os mesmos termos que a rainha.⁴⁵⁶ Por ocasião do falecimento de Dona Barbara, irmã da rainha *Ginga*, alguns cargos nos quilombos foram modificados.⁴⁵⁷ Os Capitães Macotas⁴⁵⁸ elegeram Dom João Guterres Angola Canini, depondo Dom António Ginga Amona por governar tiranicamente. Não podendo suportar a rejeição, Amona separa-se do quilombo com seu séquito, iniciando um ciclo de assaltos e outros acometimentos quando encontrava Canini pelo caminho.

Em outra ocasião, as virtudes de Dom Francisco, parente da rainha *Ginga*, com “*sangue real africano e convertido a Santa fé*”, que busca o auxílio das armas portuguesas por rivalizar com *Ginga-Amona* quanto a disputas de cargos no quilombo da rainha *Ginga*, são adjetivadas com os mesmos termos que informam sobre Amona, exaltam Dom Francisco Canini e desqualificam a rainha.

“Eleito que foi no dito Reinado e Senhorios, vendo Ginga Amona se não podia conservar contra tão grosso numero que seguião o povo eleito, se apartou com toda a gente da sua parcialidade e sequito, e com a de que era Senhor antes de ser Rey, para paragem e sitio apartado de onde começou a haver entre uns e outros, recontros e assaltos, e como era tão valerozo e guerreiro não podia levar em paciência verso desprovido daquelle

⁴⁵⁵ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 227-228.

⁴⁵⁶ O padre António Cavazzi também descreve esse episódio com detalhes. In.: CAVAZZI, João Giovanni António. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965, v. II, p. 90-92.

⁴⁵⁷ António de Oliveira de Cadornega usa a palavra quilombo ora para nomear um exército ora um reino. Tomamos aqui a mesma fórmula.

⁴⁵⁸ Macota ou makota significa o mais velho, homens velhos, conselheiros dos sobas. In.: CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 100.

mando e Reino que havia tido, e governado como seu por eleição dos Macotas e Capitaens principaes daquelle Quilombo".⁴⁵⁹ (grifos nossos)

"Agora vendo já homem e capaz de reinar, lembrando-lhes aquella falla e habilitação da Rainha Ginga que aquelles Vassallos tanto amavão, e attendendo ser Dom Francisco daquelle Sangue Real, e que também dotado de partes que bem demonstravão a descendencia donde vinha, de grande animo e valor; instruido em pequeno nos costumes da nossa santa fé, havendo sido seu Mestre o Padre Frei João Antonio de Monte Caculo, Capuchinho e Missionário Apostolico, ainda que a respeito de seus Vassallos não uzava muito os exercicios de Christão".⁴⁶⁰ (grifos nossos)

O vocábulo "valor" move-se mais uma vez, aparecendo como sinônimo de "força" e corroborando em alguma medida a interpretação literal dos dicionários anteriormente citados. Embora consideremos esses caracteres literalizados como modo de sopesar o significado desses termos em uma linguagem corrente, ao serem empregados por Oliveira de Cadornega são peculiarizados. Concebemos, com isto, que a indeterminação semântica de um termo não está diretamente em seu significado, mas na forma como é semantizado no texto e com os usos que o autor dela faz.

"Com este avizo abalou aquella Rainha Ginga com todo seu poder, e se veyo pôr á vista da nossa gente Portugueza, e mandou aos seus que com todo o valor investissem e lavassem ás mãos aquelles poucos Mundelles, que assim chamão aos Brancos; [...] a Rainha Ginga sempre de seu posto alentando a sua gente e mandando que nos entrassem; os nossos Portuguezes com tão continuas investidas, com sol que fervia, estando muitos mortos e quase todos feridos, não dar o sítio lugar a se verem huns aos outros por a formatura ser como dissemos em meia lua, e ferirão com algumas frechas ao Capitão mor".⁴⁶¹ (grifos nossos)

"[...] O sacco que houve foi de muito valor, houve homem para quem os seus escravos tomarão muito boa prata, em que entravão castiças

⁴⁵⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, p. 255.

⁴⁶⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, p. 355.

⁴⁶¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 278.

deste metal, hum lhe apanharão os seus negros huma frasqueira de prata que a Rainha Ginga havia mandado fazer a Loanda e lhe tinha custado muitas peças de escravos, e tinha muitos marcos de prata de pezo; as armas forão muitas em que encontrarão mui boas espingardas, muita quantide de fazendas e peças de seda inteiras e partidas de toda sorte: os Jagas que forão melhor aquinhoados, como quem tinha melhor conhecimento daquelle Quilombo, andavão vendendo pellos Portuguezes muitos anéis de ouro, alguns de preço, a troco de fazendas, porque elles não uzão destes adornos e Gayatarias".⁴⁶² (grifos nossos)

⁴⁶² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, p. 421.

A *Ginga* que é valorada ou desqualificada subtrai os déficits administrativos, as demoras em ganhar batalhas e adentrar ao interior, as dificuldades de conversão, e ainda os tantos acordos que por vezes eram realizados com escusa da coroa, tanto durante a União Ibérica, quanto após, com a Restauração. A astúcia e altivez da rainha inimiga seriam as causas desses males que afligiam “Angola”, que nem concebida dessa forma era, como dita o soldado em relação às sucessivas incursões de *Ginga* para desbaratar qualquer possibilidade de união fronteiriça.⁴⁶³

Para tais averiguações, foi necessário estar atento para as redes simbólicas e materiais pelas quais se articulam e circulam pública e socialmente os enunciados de um texto, bem como para com os modos como tensões e contradições históricas penetram nesses meios simbólicos, inscrevendo nos discursos as “pegadas” linguísticas de um contexto de enunciação.⁴⁶⁴

A plausibilidade na leitura de tais marcas reside no esforço em compreender *como* elas apontam e *o que* apontam, sendo necessário se despir das noções tradicionais referentes aos contextos de produção textual. Em suma, assim como o simbólico penetra no empírico, passando a ser uma construção sua, o contexto histórico penetra no plano discursivo constituindo uma dimensão inerente, que determina a lógica de sua articulação e também pode deslocar-se.⁴⁶⁵

Os quarenta anos de convivência em Angola, possivelmente não impediram que o soldado se esforçasse em manter um linguajar digno da corte portuguesa na adjetivação de uma rainha. Todos os termos que a ela se referem semanticamente possuem um carácter duplo, de exaltação ou desqualificação, estando sempre atrelados às atividades portuguesas na África, ou as inconstâncias nas alianças e fronteiras. A maximização dessa personagem, que vai ultrapassar oceanos e séculos está na obra de Oliveira Cadornega diretamente ligada aos acontecimentos que envolvem Portugal. Contudo, *Ginga* só existe na obra de Cadornega enquanto um constructo relacional, dependente da glorificação de Portugal por um militar.

⁴⁶³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 73.

⁴⁶⁴ PALTÍ, Elías José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 18.

⁴⁶⁵ PALTÍ, Elías José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p.17.

Capítulo 16

Dialogias na língua quimbundo e portuguesa

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* foi escrita em português por um “militar” que estava a quarenta anos vivendo na África sem regressar a metrópole lusa. Observamos na composição da obra de Cadornega alguns vocábulos que igualmente às adjectivações referidas no segundo e terceiro capítulo desse trabalho, podem ser considerados chaves, visto que sem esses elementos não seria possível apreender a temática central da obra de Cadornega, ou as guerras e os governos lusos em “Angola”. Essas palavras, segundo dicionários⁴⁶⁶ e gramáticas especializadas,⁴⁶⁷ eram alienígenas a grafia portuguesa corrente. Possivelmente estão grafadas em um quimbundo⁴⁶⁸ que para ser incluído junto da HGGA foi aportuguesado para corroborar com o sentido pretendido com a escrita da obra.⁴⁶⁹

⁴⁶⁶ Os dicionários popularizaram-se com o advento da imprensa ainda no século XVI. Os primeiros dicionários eram glossários bilíngues latino-vernáculos. “A interação dos diversos povos europeus motivou a produção de muitos dicionários bilíngues e até multilíngues para servir à comunicação de nações de culturas e línguas diferentes. Pouco a pouco, a hegemonia exercida pelo latim foi sendo substituída pela crescente valorização dos vernáculos, especialmente de origem latina”. BIDERMAN, Maria Tereza. *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. Alfa, São Paulo, 47(1): 53-69, 2003, p. 54.*

Ainda segundo Biderman, no mundo de língua portuguesa, apesar de várias obras lexicográficas de menor alcance nos séculos XVI e XVII, o primeiro dicionário realmente digno do nome é o do Padre Raphael Bluteau. Embora seja um dicionário bilíngue (português-latim), a parte relativa ao português é praticamente uma descrição do léxico daquela época, e também, uma possibilidade de aproximação com a grafia portuguesa de séculos anteriores, como o XVII.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v , 2 supl.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontram em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris: A.F. Carneiro Filho, 1859.

⁴⁶⁷ DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. Edição fac-similada do exemplar com data de 1888 da Biblioteca Digital Camões.

ARAUJO, Domingos de. *Grammatica latina: novamente ordenada, e convertida em portuguez para menos trabalho dos que começã aprender...* Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1627.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues. *Curiosas advertencias da boa Grammatica no compendio, e exposiçam do P. Manoel Alvarez, em lingua Portugueza / composto por Bartholameu Rodriguez Chorro, natural da Villa de Maçaõ*. Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra Impressor da Universidade, 1672.

⁴⁶⁸ Em dicionários de quimbundo essas palavras são grafadas de outro modo e, em gramáticas de língua portuguesa, elas não aparecem, possibilitando supor que esses termos não eram correntes na língua portuguesa. Vale lembrar que tanto os dicionários, como as gramáticas advêm de projetos que intentam salientar os caracteres linguísticos pertinentes ao século XVII.

É provável que as línguas africanas tenham se firmado como preponderantes mesmo com um intenso período de colonização, pois comumente mercadores portugueses e aventureiros, muitas vezes degredados, dedicavam-se ao tráfico de escravos, se africanizando.⁴⁷⁰ Do contrário, os africanos se europeizarem, era mais difícil, pois o mercadejo exigia alguma fluência nas línguas locais para melhor negociação, ou ainda, devido a taxa alta de mortalidade entre os portugueses, os cargos administrativos por vezes ficavam sob responsabilidade de africanos ou afro-portugueses, além da maioria dos escravos que chegavam em Luanda provirem de Matamba, Quissama e Cassange, onde o quimbundo era a língua mais difundida.⁴⁷¹

As linguagens, mesmo quando modificadas pelos usos em contextos específicos, contém o atributo de continuidade e igualmente de retenção. Quando mencionamos linguagens (languages) queremos referir, sobretudo, a respeito de sublinguagens: *“idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre políticas, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, pré-condições, implicações, tom e estilo”*.⁴⁷² No caso específico desta análise, a escrita da obra HGGa articula os contextos que contribuem para modificar suas linguagens, e isso é já um contexto próprio, ou uma maneira de falar que prescreve o que pode ser dito através das coisas, inclusive podendo perdurar mais do que elas.

Ao sopesarmos essas considerações, observamos um ‘entre-lugar’ habitado por Oliveira de Cadornega. Esse local é intersticial, superando categorizações que determinam as subjetividades dentro de ideais dicotômicos. *“O interstício vem como uma passagem, um movimento presente de transformação ou transposição”*, onde algo não é mais o mesmo, mas também não totalmente outro.⁴⁷³ O soldado-escritor,

ASSIS Jr. A. de. *Dicionário kimbundo-português: linguístico, botânico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos e Cia. Ltda., 1967.

MAIA, António da Silva. *Dicionário complementar português-Kimbundo-Kigingo: línguas do centro e norte de Angola*. Cuvujães: Ed. do Autor, 1964.

⁴⁶⁹ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 31.

⁴⁷⁰ BOXER, C. R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963, p. 13.

⁴⁷¹ INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o Português: uma história sociolinguística. In: TORRALBA, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 122.

Esse fato, talvez ajude a explicar, mesmo que em parte, a permanência das línguas locais ainda na atualidade em Angola.

⁴⁷² POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 65.

⁴⁷³ LOSSO, Rhiago. *O sujeito do “Entre-Lugar” na literatura portuguesa: um diálogo entre Bhabha e Lobo Antunes*. II Colóquio da Pós-Graduação em Letras. UNESP – Campus de Assis, 2010, p. 987.

ao viver em Angola não é mais apenas português, mas também não é completamente africano, estando em um interstício que produz um embate entre as diferenças culturais. “*Essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo que acolhe a diferença sem uma hierarquia supostamente imposta*”.⁴⁷⁴

Apesar de ser possível fazer uma análise demorada de cada vocábulo aqui apresentado, ela não se faz pertinente, pois “*desejamos estudar as linguagens em que as enunciações foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas*”.⁴⁷⁵ Propomos visibilizar esses vocábulos para que seja compreendida uma marcação, ou a condição semantizada dos mesmos e, para tanto, identificaremos essas palavras no texto da obra HGGA trazendo o modo como foram ‘aportuguesadas’ e também sua grafia aproximada em quimbundo, bem como seus significados dentro do texto de Oliveira de Cadornega.

Os vocábulos que seguem se fazem pertinentes para compreendermos que Oliveira de Cadornega objetivava ser eficaz no que tange sua articulação em permanecer na África. Precisava se fazer comunicar com um público específico, ou a casa dinástica dos Bragança, representada principalmente através do dedicar da obra à Dom Pedro II de Portugal.⁴⁷⁶ Os vocábulos em um quimbundo aportuguesado servem para deixar inteligível o que Cadornega se propunha expressar. O próprio vocábulo “*Ginga*” aparece aportuguesado na obra HGGA, pois não encontramos em dicionários de quimbundo a grafia que aparece em todas as citações de Oliveira de Cadornega.

Segue alguns vocábulos utilizados no texto da *História Geral das Guerras Angolanas* por Oliveira de Cadornega.

A

ANGOLAMBOLE - Ngola-mbole; Para designar cargo equivalente a capitão de guerra.

ANGA - kanga; galinha da Guiné, pintada.

⁴⁷⁴ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998, p. 22.

⁴⁷⁵ POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.65.

⁴⁷⁶ Alguns desses termos são arrolados, com o mesmo ou ainda outro significado pelo anotador da obra, nas páginas 611 a 621. In.: DELGADO, José Matias. In. CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I.

ARIMAR – kudima; cultivar os campos, hortas.

B

BACULAMENTO – Do verbo kubakula; tributar.

BANGIS – Mbangui (mbangi); testemunha.

BANZA – mbanza; povoação grande (de sovas).

BANZAR –kubanza; calcular ou pensar.

BINDA – mbinda; cabaça.

BONGES – mbongue (mbonge); trincheira, dique.

C

CABUNGA – Diminutivo de kibunga, barrete de soba, feito de rafia ou de outro vegetal. São ordinariamente muito bem feitos e bonitos.

CACUSSO – é kikusso (kikusu); peixe de água doce.

CAMONGUA – mongua; sal; hoje mongua.

CANZAR –kukanza; apanhar, saquear.

CASIBO –kisibu; kixibu; período entre maio e setembro, estação fresca e que não chove.

CASIMA –kassima; poço – hoje: cacimba.

COLA PUPA – Cola é o imperativo do verbo kukola, ser forte de, ser rijo de...; pupa é peito, coração. Forte de coração.

D

DITEMO – ditemo, matemmu; enxada.

DUMBE – ndumbe; casa.

E

EMBACA – Mbaka.

EMBULULO – mbululo; soldados novos.

EMPACASSEIROS – mpakas; caçadores. Homens valentes destemidos e bons atiradores.

EMPALANCA – mpalanka; antílope grande como um burro; é o hippotragus equimos.

EMVALA INENE – mvala; primeira mulher do soba; mvala inene, concubina grande, principal.

ENCASSA – era – ncassa, feijão preto.

ENCUTO – nkutu; espécie de casaco.

ENCOMA – ngoma. Tambor feito de um pedaço de tronco e cavado no interior; na extremidade mais larga há fizado uma pele de animal.

F

FUBA – farinha de milho.

FUMAR –kufuna, negociar.

G

GANGA – nganga; advinho, feiticeiro, medico e curandeiro.

GARIAMA – ngandiana, pobre.

GEGES – nguengue, (ngenge). Cajazeira e seu fruto.

GINGA – GINGO – *Nzinga, njinga, njingu. herdeiros ou sucessores dos sobas.*

GOLAMBOLE – ngolambole;

GONGES –ngongue (ngonge) dois chocalhos unidos por um arco utilizados pelos sobas em rituais.

H

HANGA – o autor escreve anga; pintada, galinha da Guiné.

I

INBILA – mbila, sepultura.

ITA – kita; guerra.

L

LIBAMBOS – lubambu, malubambu, corrente de ferro.

LOENHE – luenhe; alpendre.

LUCUCA – lukuka; espécie de capa feita de tecido de palha.

LUMBU – cercado, sebe, feita ordinariamente do (ngenge), geges, como o autor descreve.

M

MAÇANZA – masanza; instrumento musical.

MACOTAS –makota, plural de dikota; o mais velho, conselheiro de soba. Homens velhos.

MALUNGAS – malunga, plural de dilunga, argola, pulseira. Segundo o autor eram argolas nos pulsos ou artelhos para serem segurados ou presos com correntes.

MANI – muene; senhor, rei.

MARIMBAS – madimba. instrumento musical.

MASA – massa; milho.

MATEBA – diteba, uma espécie de palmeira.

MINDELE – mundele; os brancos.

MUCAMA – mukama, escrava do serviço interno da casa.

MUCAMBO – mukambu, forquilha que a cumeeira da casa.

P

PEÇA – pesa, rapaz; jipesa, rapazes (utilizada para tratamento de escravos, peças).

Q

QUICOCA – Kikoca, estrada.

QUICUMBA – Kikumba; bagagem (munições, comida, roupas).

QUILAMBAS – Kilamba, ilamba; capitães da guerra preta que ganhavam soldo.

QUILOMBO – arrayal. Kilombu; reino ou exército.

QUIMBUARI – Kimbuadi, imbuadi; bailes.

QUINA – Kina; cova grande.

QUINDONGA – Kindonga, indonga; ilhas no Kuanza, acima de Masangano.

QUITANDA – Kitanda, itanda; mercado, feira.

S

SACALAMENTO – kusakala; invocar o demônio.

SAMBA – ENZILA –sambanjila. A segunda mulher do soba.

SAMBATANDALA – Era a segunda pessoa do governo ou comando da guerra preta.

SANGAR – kusanga; saltar com alegria, dançar.

T

TABUCAR –kutabuka; atravessar um rio.

TUCUTAR –kutukuta; amaciar uma pele com as mãos.

TUNGAR –kutunga; construir, morar, viver em.

U

UNDASSE –kuunda; prestar vassalagem.

V

VUNGAS –mvunga; cobertor.

X

XAQUETAR – kuxaketa, invocar o demônio. Ver: sacramento.

XINGA – nkinga; fio, cordel, corda.

XINGALE – kuxingila; hipnotizar, magnetizar.

Z

ZENZA –nzenza; juramento para guardar um segredo.

ZOMBI – nzumbi; defunto.

ZUNGAIS – nzunque; capim que o gado come.

O historiador alemão Reinhart Koselleck fundamenta a argumentação referente às transformações dos usos de conceitos. Segundo o autor, estas não se inscrevem apenas na linguagem formal e corrente de uma época, mas se articulam com elementos que se encontram fora dela.⁴⁷⁷ Koselleck ainda ressalta que as alterações políticas, como processo de criação ou ressignificação de elementos, ocorrem dos mais distintos modos e temporalidades, havendo sempre um hiato entre os fatos sociais e o seu uso na linguagem.⁴⁷⁸ Com isso, podemos inferir que as palavras podem ser distinguidas por sua polissemia, visto que sua aplicação está para além de uma generalização específica sobre algo.⁴⁷⁹

Segundo Koselleck, *“a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”*.⁴⁸⁰ O processo de ressignificação dos vocábulos cria neologismos e podem assumir dinâmicas funções. O sentido da obra de Oliveira de Cadornega objetivava transformar uma realidade política, ou seja, a reconfiguração dos cargos nas colônias africanas que, após o processo de restauração e estabilização da Casa dinástica dos Braganças, estavam passando por mudanças.

⁴⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 106.

⁴⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 111.

⁴⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 98.

⁴⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, p. 77.

A função desses vocábulos em um quimbundo aportuguesado desloca a apreensão da linguagem e das experiências vividas para propor, igualmente através da linguagem, situações de realidades a serem conquistadas, tão almejadas pelo autor. Um dos meios que o autor encontrou para essa empreitada foi o orquestrar dos vocábulos/conceitos em um quimbundo aportuguesado, e também o esforço em caracterizar uma rainha *Ginga* odiosa à Portugal. As já esboçadas particularidades contextuais que reverberam na escrita do autor, como por exemplo as ambiguidades semânticas, revelam que havia um *mundo circundante*, como quer Gadamer.⁴⁸¹

Isso quer dizer que se por um lado Cadornega necessitava representar uma “Angola” lusa aos Braganças, unificada através dos seus governadores que são os representantes primeiros da Coroa em “Angola”, ou ainda pelas empreitadas bélicas com as inesgotáveis tentativas de conquista, por outro lado está assolado pelo que constitui a sua comunicação primeira com o mundo, ou a linguagem. Esta acontece nas páginas da HGGa exatamente por essa troca entre autor e *mundo*, entre texto e contexto.⁴⁸²

Ter *mundo* para Gadamer é viver em alguma sociedade, no entanto, mesmo que se tenha uma experiência estrangeira nunca chegamos a esquecer nossa própria concepção de mundo que é calcada em noções de linguagem.⁴⁸³ O entendimento da linguagem se manifesta através do *mundo*.⁴⁸⁴ Essas noções, autor/mundo, texto/contexto fazem parte de qualquer escrita e produzem uma liberdade possível dentro de uma obra, bem como corroboram o sentido dela. Logo,

⁴⁸¹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 571.

“A linguagem não é somente um dentre muitos dotes atribuídos ao homem que está no mundo, mas que serve de base absoluta para que os homens tenham mundo, nela se representa mundo. Para o homem, o mundo está aí como mundo numa forma como não está para qualquer outro ser vivo que esteja no mundo. Mas esse estar-aí do mundo é constituído pela linguagem. Esse é o verdadeiro coração de uma frase que Humbolt exprime com uma intenção bem diferente, a saber, que as línguas são concepções de mundo. Com isso, Humbolt quer dizer que, frente ao indivíduo que pertence a uma comunidade de linguagem, a linguagem instaura uma espécie de existência autônoma, e quando este se desenvolve em seu âmbito, ela o introduz numa determinada relação e num determinado comportamento para com o mundo. Mas mais importante que isso é o que está em sua base, a saber, que, frente ao mundo que vem à fala nela, a linguagem não instaura, ela mesma, nenhuma existência autônoma. Não só o mundo é mundo apenas quando vem a linguagem, como a própria linguagem só tem sua verdadeira existência no fato de que nela se representa o mundo. A originária humanidade da linguagem significa, portanto, ao mesmo tempo, o originário caráter da linguagem do estar-no-mundo do homem.”

⁴⁸² GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 573.

⁴⁸³ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 446.

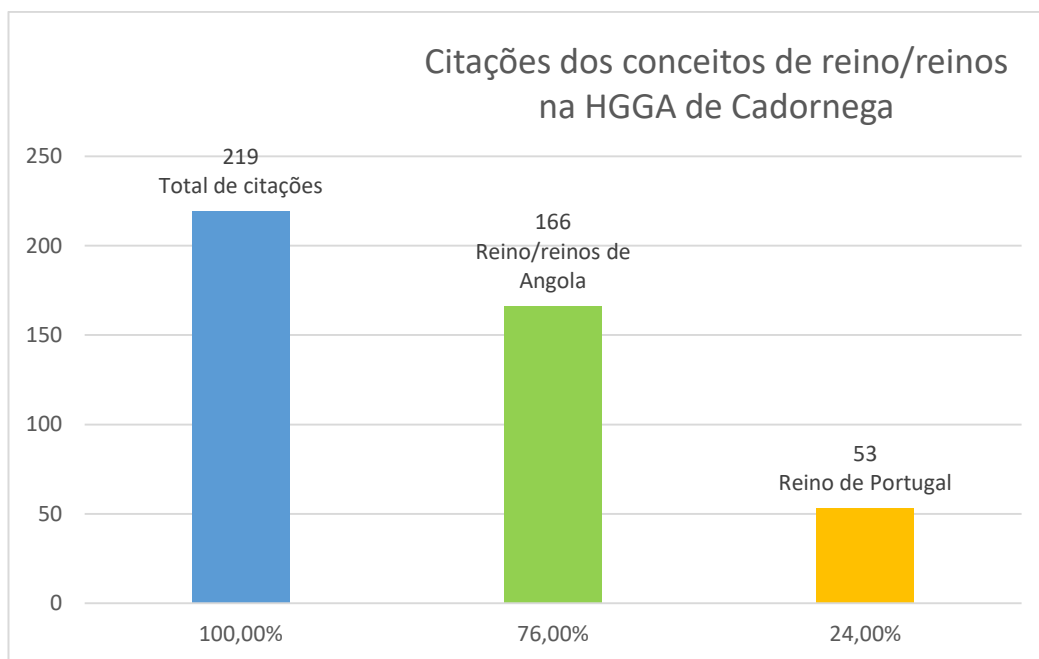
⁴⁸⁴ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 576.

é na obra de Cadornega que começa a ser criada uma ideia de “Angola”, que é lusa para ser uma, mas que por ser também africana, é múltipla.

Ou seja, o que se fazia importante para uma casa dinástica, ou o delimitar e expandir de territórios, convivia com o modo de sustento daqueles que não tinham título e que estavam no além mar, ou o tráfico de escravos que dependia fortemente das instabilidades fronteiriças, das guerras e disputas para prear escravos. É como se António de Oliveira de Cadornega vivesse entre dois mundos: aquele que precisou deixar, que era português e cristão, que possuía disputas políticas entre casas dinásticas e desejava anexar territórios conquistados, inflando as receitas dos reinos com algum proveito, e mundo que Cadornega na altura habitava, que se o circundava, também conflitava com o outro *mundo* ou o Portugal.

A escrita de uma obra em português com termos quimbundizados talvez tenha sido uma forma de unir esses dois *mundos*. Através de conceitos que podem ser historicizados, as ambiguidades na obra de Oliveira de Cadornega aparecem em diferentes aspectos. É corrente, por exemplo, nas 473 páginas que compõe o tomo primeiro da obra HGGA, citações referentes ao reino de Angola, Benguela ou Matamba de modo descolado do reino de Portugal. É como se fossem territórios autônomos, sem vínculo nenhum com a Coroa, com lideranças e administrações próprias.

Das 219 vezes que os termos reino/reinos são citados, essas características aparecem em 166 ocasiões, ou em 76%. O reino de Portugal, que é citado em apenas 53 das ocasiões, ou em 24%, é relacionado quando o autor precisa expressar o território português na Europa, mas não seus domínios em África. “Angola” como pertencente ao reino de Portugal aparece dentro da última porcentagem apresentada.



Como já tratamos, muitas relações se davam mesmo à revelia da Coroa. Os governadores enviados por Portugal, os degredados com algum ofício ou ainda os religiosos faziam o que podiam para sobreviver, às vezes com escassas remunerações, ou na ausência delas, o mercadejar de escravaria afastava a fome e permitia sonhar em enriquecer numa terra considerada inóspita.

Queremos com isso dizer que os termos reino ou reinos de “Angola” na obra de Oliveira de Cadornega aparecem de modo independente, como se a administração principal fosse liderada em absoluto por quem lá habitava. Há um sem número de documentos, como cartas compiladas por Antóno Brásio no Monumenta Missionaria Africana, documentação administrativa onde Angola aparece como uma colônia de Portugal. A documentação compilada por Beatrix Heintze, ou as cartas de Fernão de Souza, no mesmo sentido das organizadas por Brásio, também trazem uma “Angola” colonial.⁴⁸⁵

⁴⁸⁵ HEINTZE, Beatrix. *Fontes para História de Angola do século XVII. Cartas e documentos oficiais da colectania documental de Fernão de Souza (1624-1635)*. Stuttgart: Steiner-Vert. Wiesbaden, 1988.

Ver, por exemplo, “255.b, Sumário de uma petição de Fernão de Souza a el-Rei (s/d., cerca de meados de 1627). AGSSP, livro, 1553, ff. 558”; “77 – Carta de Fernão de Souza ao Governo (9 de julho de 1626) BAL, cód. 51-IX-20. ff. 334v. p. 166”; “44- Carta de Fernão de Souza ao Governo (10 de dezembro de 1624) BAL, cód. 51-IX-20. ff. 306-13, p. 99”.

BRÁSIO, Antóno. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. IX.

Ver, por exemplo, “AHU - Cód. 41: Consulta do Conselho da Fazenda. Lisboa, 12 de Março de 1636, p. 350”; “AHU - Angola, cx. 3: Requerimento de Antóno Abreu de Lima ao Conselho Ultramarino. 21

Não questionamos a possibilidade de relevância dessas informações, ao contrário, conjecturamos principalmente baseado em Alberto da Costa e Silva que Angola era, já nos XVII, colonial, como cita na *Manilha e o Libambo* passagens em que o termo colônia é referido para caracterizar a administração de “Angola”.⁴⁸⁶ Mesmo possuindo territórios que em nada se parecem com as fronteiras que hoje são atribuídas à “Angola”. Ou seja, possuindo um território muito menor, desde a conquista por Paulo Dias de Novaes há intervenção portuguesa que modificou profundamente as relações, bem como há exploração dos territórios e ganhos por parte não só da Coroa, mas dos que lá estavam, sejam portugueses ou afro-lusos.

Mesmo que a comunicação entre metrópole e colônia se demorasse, ou que as ações fossem estabelecidas à revelia dos mandos da coroa, havia um embrião de uma colonialidade que seria talvez a gênese da colonização portuguesa na África do século XX. Esse embrião não deixava de carregar alguma *tensão*, pois “Angola” era africana, mas também era lusa. Esse fato/tensão/ambiguidade aparece na obra de Cadornega através das pegadas textuais deixadas pelo autor e que poderemos conferir nas citações que seguem, onde os grifos são todos nossos.

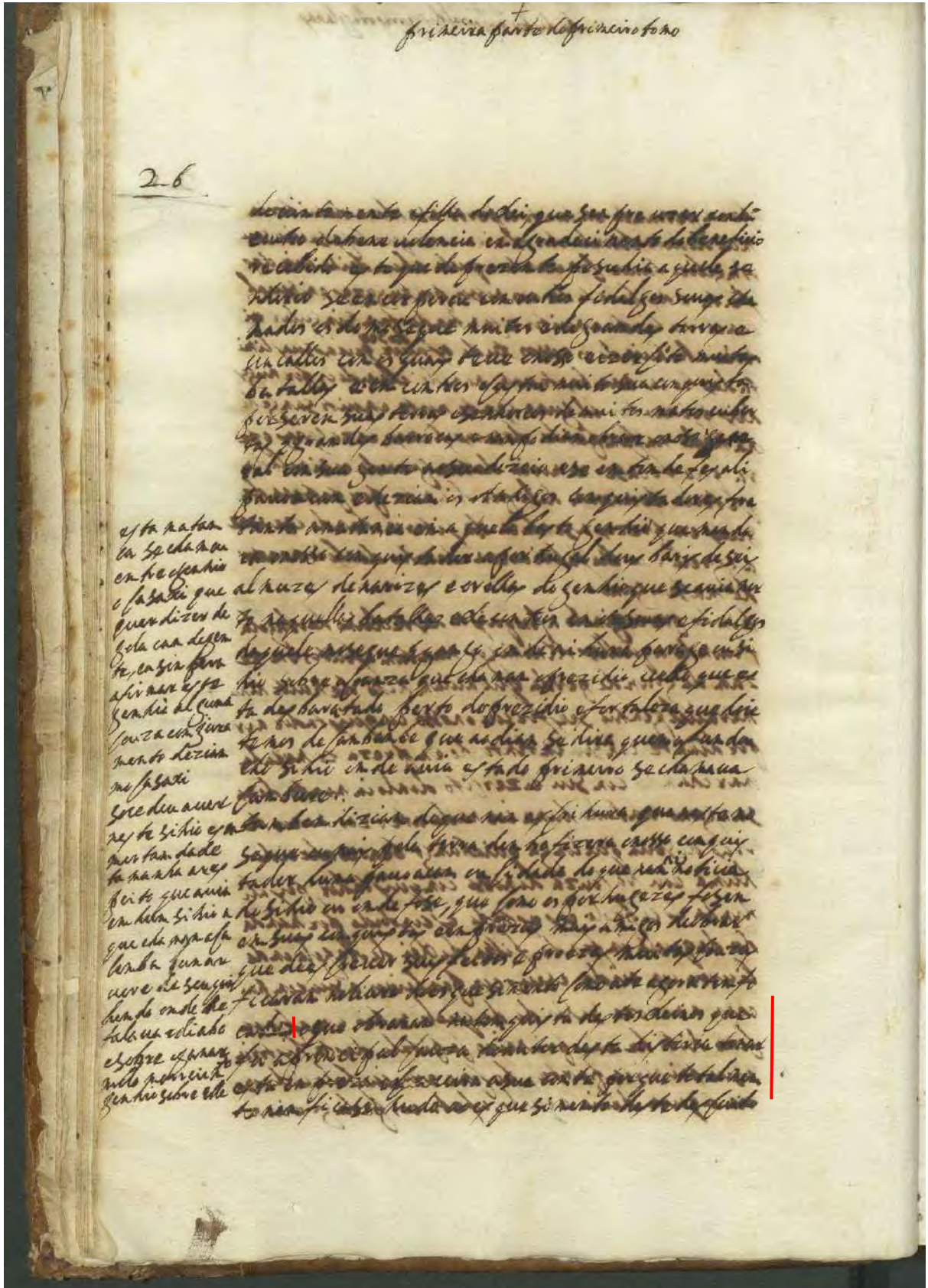
de Abril de 164, p. 499”; “BNL-Ms. 6818: Relação da Conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas. (1641), p. 518”.

⁴⁸⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 407-450, ou o capítulo “Angola”.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 26 e 27.

“O que obrão na Conquista destes **Reinos** que foi a principal causa do Autor desta historia tomar esta empresa e canceira a sua conta porque totalmente não ficasse tudo no esquecimento deste descuido se queixão os nossos historiadores principalmente Manuel de Faria e Souza sendo elle o que mais esquadrinhou e fallou ao certo sobre a nossa Lusitayna e principios do nosso **Reino de Portugal** e seus Serenissimos Reis ainda que não fosse em tudo em parte do que lhe veyo a noticia. Havendo chegado o nosso primeiro Conquistador Paulo Dias de Novaes a paragem do moseque e seus Sovas como dito hé tendo avassallados muitos daquelies Sovas e fidalgos a Real Coroa de Portugal, fatigado de trabalhos, e do muito que havia obrado nesta Conquista do **Reino de Angola** pagou o tributo a parca, a que está condenado todo o vivente; venturoso daquelle que vive bem e acaba melhor o que não podia faltar ao nosso primeiro Conquistador, pois sacrificou sua vida pello serviço do seu Rey, e exaltação da Santa fé Catholica”.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 26 e 27.



CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 468.

“Tudo foi nesta occasião hum contento huma alegria, dando todos muitos vivas ao nosso invicto Rey Dom João o restaurador dos **Reinos de Portugal** e também dos de **Angola**, de saudosa memória que acudio com seu General de Armada a tirar este inimigo de sua Cidade Cabeça de seus **Reinos de Angola** que injustamente havião occupado: libertando a sua Nação Portugueza do Cativoiro que os oprimia, estando com sua fé e lealdade nos últimos bocejos de serem dominados de gente tão contraria a nossa lei não querendo Deos que esta planta da nossa Santa fé nestas partes tão remotas da Ethiopia Occidental, se acabasse de huma vez; pois havia custado tanto desvelo a Coroa de Portugal a sua propagação e conquista.”

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 94.

“Vendo o Capitão môr aquella nossa inimiga (*Ginga*) tão alongada destituída de quase todo seu Reino e porque não entendesse esta Ambundainha que movia só aos Portuguezes a ambição de dominar aquella Reino de Angola, de que toda a gente Ambunda são naturaes”.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 243.

“Lembrava-lhe huma como Profecia predita por hum Religioso da Companhia de Jesus, pessoa de grande virtude por nome o Padre João de Payva, que havia agora sido aprisionado com os mais Religiozos da sua ordem em a rota presente, o qual tinha prognosticado, fundado dizião em huma Profecia de Esdras, em que sete annos havia de durar o castigo de Deos em os **Reinos de Angola**, e que nenhum Morador dos Antigos viria ã terra restaurada nem tomarião á Cidade, seus filhos sim; o que elles hião já vendo e experimentando pellos muitos que já faltavão, uns mortos na calamidade do Sertão, outros pello rigor das Armas inimigas, assim dos Belgas Hollandezes, como do gentio, ou aprisionados. Este dito Religiozo no tempo que se escreve esta historia está vivo já muito velho, cada vez mais virtuozo, em o Collegio da Cidade da Bahia”.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 226 e 227.

“Há muito que havemos passado um silencio sem fazermos menção daquella Ardiloza como Valeroza Rainha Ginga Dona Anna de Souza, a qual despois de se apoderar do **Reino de Matamba**, como dito temos, com a conquista que nelle havia feito, se não descuidava em fulminar trayçoens com os Sovas Vassallos del Rey nosso Senhor fazendoos rebellar contra a Nação Portugueza, mandando seus Embaixadores ao Flamengo a Cidade da Loanda com suas dadivas, fazendo com elles Confederação, e para ficar mais ã mão e não tão distante, mudou seu Quilombo para entre os Sovas Dembos”.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 238.

Estando o Governador em Masangano já convalescente da grande doença que teve, chegou hum Negro por terra do **Reino de Benguela** atraveçando aquellas Provindas dos Sumbis e Libolo, e foi o primeiro que semelhante caminho fez; era Negro intelligente, de hum Morador daquelle Reino autorizado, que havia occupado postos mayores, por nome Antonio Gomes de Govea, o qual vinha por poder aturar tão dilatado caminho com alparcas de Couro Cru nos pés, como outros Gabaonitas que as trazião de tão perto para enganar, e este de tão longe não para isso; o qual veyo a sahir a nossa fortaleza de Cambambe; trouxe huma Carta ao Governador em que avizava o Capitão mor e Governador, que então era, por morte de Niculao de Lemos Lamdim, Manoel Pereira; e a substancia, que continha era em como o Flamengo se havia apoderado da Cidade de São Phelipe, Cabeça daquelle Reino, e de sua fortaleza, que como está situada na Marinha, a borda do Mar.

Capítulo 17

António de Oliveira de Cadornega como historiador

*“Fiz aqui esta declaração pello não ter feito em as occazioens de guerra que se hão relatado que se não pode fallar em tudo junto, e mais sendo o Escritor historiador moderno em estas matérias de escrituras”.*⁴⁸⁷

*“Por não cauzar enfado ao curiozo Leitor que o quero ter benevolo, para que releve minhas faltas, pois he a primeira vez que me fiz escritor, e sayo á Luz com meus escritos, por não haver quem até agora tomasse esta empreza a sua conta, como tenho dito em principio desta historia”.*⁴⁸⁸

António de Oliveira de Cadornega foi, durante todo esse trabalho, considerado como um historiador. Sua obra manuscrita *História Geral das Guerras Angolanas*, aprovada pelo Santo Ofício em 1683 ou quando chegou em Portugal, e que atualmente faz parte do acervo da Academia das Ciências de Lisboa, é uma obra de História. É importante ressaltar que o autor desenvolveu operações distintas em cada tomo e, pelo menos no que tange aos conteúdos do primeiro tomo, há sim uma *operação historiográfica*.⁴⁸⁹

Quer isso dizer que no primeiro tomo o autor não apenas narra o que vê, mas também utiliza uma série de bibliografias que por ele são consideradas documentos e que auxiliaram em sua escrita. Há, inclusive, arrolado no final do primeiro tomo

⁴⁸⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Gerdas Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 115.

⁴⁸⁸ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 221.

⁴⁸⁹ Dentre os conteúdos e complexidades apresentadas pelo autor Michel de Certeau na obra *A escrita da História*, podemos tomar a seguinte passagem como elucidativa sobre o que norteia, nesse momento, a compreensão de “*operação historiográfica*” e o modo como ela caracteriza uma face da escrita do autor aqui estudado, António de Oliveira de Cadornega. Ou seja, a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “*controlar*” operações destinadas a “*produção*” de objetos determinados. Seguimos com mais um excerto de Certeau, onde dessa vez sugere alguns percursos presentes no discurso historiográfico: “*O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita*”. In.: CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 21, 65-106.

boa parte dos documentos utilizados por Cadornega. Estes possuem, em linhas gerais, a autoria de outros conquistadores que descreveram suas estadas nas colônias, ou ainda autores que contavam sobre o reino de Portugal.

Segue listagem com os documentos que Cadornega cita no decorrer da HGGA e que foram arrolados pelo autor no final do primeiro tomo:

“Tomara ter a correnteza afeite, e saber essa audacia de tão insignes Escritores e Historiadores assim Portuguezes como de outras Naçoens, como forão os nossos Chronistas Frey Bernardo de Brito, e Frey Antonio Brandão que escreverão a Monarchia Lusitana e Chronica de Cister onde dão noticias de muitas Antiquidades da nossa Antiga Lusitânia.

Hum Duarte Nunes de Leão que escreveo as Chronicas dos nossos Reys de Portugal até el Rey Dom Fernando Hum Doutor Pedro de Maris que recopilou todas as Chronicas dos Reys de Portugal.

Hum Antonio Paes Viegas que escreveo os princípios de Portugal e apparecimento de Deos nosso Senhor em o Campo de Ourique ao nosso primeiro Rey Dom Afonço Henriques.

Os Insignes Historiadores João de Bairros e Diogo de Couto com as suas celebradas décadas daquelle emperio da Índia.

Hum Fernão Mendes Pinto com as Grandezas da China e successos vários que lhe acontecerão, naufrágios que teve.

Manoel de Faria e Sousa que escreveo com tanta erudição e Correnteza de palavras abreviadas a sua Asia Portugueza em tres Tomos mostrando mais evidente as cousas da Índia, fazendo algumas [?] ao que escreveo João de Bairros em suas Décadas. O seu Epitome onde descreve todas as antiguidades de Portugal e Chronicas de seus Reys.

Francisco de Sa de Miranda que escreveo em tempo del Rey Dom João o terceiro o seu Livro tão Poético como entendido em que deu noticia ao Mundo de tanta Fidalguia Portugueza.

Francisco Rodrigues Lobo com a vida do heroe condestavel, Pedra fundamental da sempre Real Casa de Bragança e Barcellos com o seu Pastor peregrino, e o seu desenganado as Eglogas a Primavera os Romances, as Elegias, a Corte na aldea e Noites de Inverno onde traz tão discretas Cartas breves e compendiosas, dando noticia das Armas e empresas dos nossos Príncipes e Infantes de Portugal e de muitas Cidades de seu Reino.

Hum Antonio de Herrera com a sua Historia Geral do tempo del Rey Dom Phelipe prudente.

Mariana e Garivay Chronistas de Espanha que escreverão sua recuperação, desde o tempo daquelle famoso Godo Dom Pelaio se bem pouco afeiçãoados em suas historias a Nação Portugueza refutadas pello nosso Chronista Duarte Nunes Deleam.

O Historiador das Ligas e empresas de Italia do tempo del Rey Dom Fernando o Catholico e da Rainha Dona Izabel com a Valerosa Conquista do Reino de Nápoles feita por Gonçalo Fernandes de Cordova Duque de Seça e soma a opposição do Christianissimo Carlos Rey de França e de el Rey Luis onde lhe foi dado pellas naçoens estrangeiras o nome de Gram Capitão.

O insigne Frey Luis de Granada com o seu douto Livro do Symbolo da Fé, em que descreve a destruição de Jerusalem por Tito Vespasiano. Dom Antonio de Gevara Bispo de Mondonuelo com suas Epístolas em que relata o que obrarão os malcontentes em tempo do Emperador Carlos quinto com o seu Curioso Marco Aurélio e tão doudas Cartas.

Hum Lopes da Veiga com o seu Izidro de Madrid e venturoso Lavrador em que da noticia de muitas cousas de Espanha e daquelle graceran Ramires que vendose apertado do Mouro, cuidando fosse naquela praça entrado pellos Infiéis degolou em huma Ermida de Nossa Senhora fora dos Muros sem de ninguém ser sabido sua Mulher e Filhas e despois do combate e defensa valerosa pezaroso do que havia feito as achou milagrosamente vivas com o vinco da degolação pella garganta.

O mesmo conta o nosso Chronista Frey Bernardo de Brito succedeo em a nossa Villa de Monte-mór o Velho. A Arcadia de Lopes o peregrino en sua patria a sua filomena dedicada a Dona Leonor Pimentel filha do Conde de Benavente em que descreve o insigne Monte cercado da Tapada recreação dos Sereníssimos Duques de Bragança e sua Real Ascendência, muitos Volumes de Comédias afeitadas conficçoens poéticas se bem muitas dellas historias verdadeiras com que condizem as Chronicas de Espanha.

Gustavo Adolfo Rey de Suécia escrito por aquelle Religioso Catalão em que relata as empresas daquelle valeroso Rey vencedor e vencido em Alemanha.

Os Commentarios do grande Afonço de Albuquerque os feitos e empresas valerosas que naquelle Mappa da Índia obrou o seu valor como também aquelle famoso Duarte Pacheco na defensa del Rey Cochim contra el Rey de Calicut o Cerco de Goa defendido por Dom Luis de Atayde o de Diu por Antonio da Silveira e secundariamente por Dom João Mascarenhas.

O insigne Poeta Luis de Camoens nas oitavas Rimas dos seus Lusíadas cousa de tanto deleite que juntamente foi Soldado e Escritor.

Dom Luis de Gongara com suas tão elegantes Poesias, Dom Francisco de Quevedo e Vilhegas Senhor de João Abad, com seus Sonhos tão misteriosos.

Dom Francisco Manoel de Mello com seus insignes escritos o Serafim abrasado São Francisco. A Aguia de África com sua Conversão. A Guia de bem Casados. As Guerras de Catalunha com suas apanagoras escritas com tanto juizo e concerto.

Antonio de Sousa de Macedo com as suas flores de Espanha e excellencias de Portugal em que deo noticia de muitos valerosos feitos em Armas da Nação Portugueza e da virtude e Santidade de muitos Santos e Santas que deo de sy a nossa Lusitania trazendo a antiguidade de muitas nobres Famílias Portuguezas.

O Padre Provincial da Companhia de Jesus Simão de Vasconcellos Chronista do Brasil descrevendo a vida e maravilhosas virtudes daquelle Varão da Companhia de Jesus o Padre João de Almeida assitente que foi do Collegio do Rio de Janeiro Cidade de São Sebastião dando noticia também dos Ritos e costumes daquelle Gentilidade, Animaes, e Plantas daquelle sertão.

E agora novamente escritas as Guerras Brasilicas por Francisco de Brito Freire Governador de Pernambuco e General das Frotas do Brasil escritas com tanta verdade e erudição. O Marques Virgílio Malvezi pesando em huma balança as perdas e ganancias de Castella escrevendo as guerras de Flandres e de Italia em tempo dos Reys daquelle Coroa Dom Phelipe terceiro, e Dom Phelipe quarto.

Jeronimo de Santa Cruz em o seu tão bem escrito Manifesto em defesa de Portugal contra as calunias Castelhanas dando a conhecer a verdade a todas as Naçoens da Europa. Aquelle douto tratado da Vida e singulares virtudes da Princeza Dona Joanna fundadora do Convento de Aveiro e nelle Religiosa, filha del Rey Dom Afonço quinto o Africano, Irmão del Rey Dom João o segundo escrito tão elegante e doutamente pello digníssimo Bispo do Porto Femão Corrêa de la Cerda.

A vida e morte da Rainha de Portugal Santa Isabel filha del Rey de Aragão Mulher del Rey Dom Diniz escrita por Vasco de Quevedo de Castelbranco, em que escreve a rara Santidade e Singulares Virtudes desta Gloriosa Santa descrevendo desde o primeiro Rey de Portugal até el Rey Dom Diniz, e as affliçoens em que a Rainha Santa se vio para compor o Pay com o filho estando ambos de Campo a Campo para se darem batalha, sendo tudo Portuguez e huma mesma Nação.

Dom Antonio Alvarez da Cunha Senhor de Taboa com aquella também escrita e verdadeira Relação da Batalha do Cano e ameixal tomada de

Évora Cidade e de sua recuperação, governando as Armas de Portugal Dom Sancho Manoel Conde de Villa-Flor e as de Castella Dom João de Áustria; dando este insigne escritor noticia ao Mundo desta tão famosa Victoria e Batalha e de todas as que alcançarão as Armas Portuguezas contra Castella no discuso de tantos annos que constão de vinte e huma e os tempos em que forão alcançadas.

A famosa Relação da Batalha de Montes-Claros alcançada pellas Armas Portuguezas e pello Capitão General Dom Antonio Luiz de Menezes Conde de Castanhede Marquês de Marialva onde os Portuguezes fizerão tão assinaladas proezas governando as Armas de Castella o Marquês de Caracena com a admiravel defesa de Villa Viçosa sendo Governador daquella Praça Cristovão de Brito Pereira fidalgo da Real Casa de Bragança e natural da mesma Villa".⁴⁹⁰

⁴⁹⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academiadas Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 468-473.

Vale ressaltar que durante o século XVII, como quer Koselleck, o caminho se abria para um moderno conceito de História. Nesse período percebemos algumas mudanças no cenário filosófico e no modo como o homem compreendia o mundo. Havia um contraste com o pensamento filosófico medieval, onde a influência teocrática se fazia preponderante. A razão teológica foi sendo substituída por outra, cujo eixo desloca-se de Deus para os homens.⁴⁹¹

A valorização de uma autonomia no pensar leva alguns contemporâneos ao XVII a um frenesi onde o racionalismo deveria ser preponderante, matematizando toda a forma de ciência. No entanto, Baumer sugere que definir o pensamento do século XVII é algo fadado a ser mal sucedido, pois esse século foi um período de grandes contrastes e mesmo polaridades.⁴⁹² Koselleck, por exemplo, citando Pascal e Leibniz, mas também Bayle e Vico, remonta o início da modernidade com esses intelectuais e seus diferentes trabalhos.

Se Pascal⁴⁹³ concebia um único “*Homme universel*” que vive e aprende continuamente, Leibniz⁴⁹⁴ via o mundo como um processo global, dinâmico e em constante evolução. A história para Bayle⁴⁹⁵ era não mais que “*le portrait de la misère de l’homme*”, e para Vico⁴⁹⁶ a história ideal era a “*di tutte le nazioni*”, do “*mondo civile*”. Koselleck apresenta esses diferentes escritores para dizer que nos seiscentos o homem compreende a si mesmo e precisa narrá-lo para si mesmo, criando um sentido para a história de acordo com suas próprias leis. O homem está, nessa altura, preocupado com coisas gerais ou regularidades.

Ao passo que o método cartesiano, por exemplo, excluía o incerto e o duvidoso, recusava a imaginação como parte constituinte do processo de conhecimento, pois a considerava como fonte de ilusões e inverdades, o filósofo italiano Giambattista Vico chamava a atenção para a verdade nas ideias poéticas e, ao mesmo tempo, transformava a *Historie* numa ciência filosófica.⁴⁹⁷ Isso porque

⁴⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 107.

⁴⁹² BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno. Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: edições 70, 1977, p. 43.

⁴⁹³ PASCAL, Blaise. *Ouvres completes*. Saint Julien en Genevois: Arvensa Editions, 2017.

⁴⁹⁴ LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Princípios de Filosofia ou Monadologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

⁴⁹⁵ BAYLE, Pierre. *Dictionnaire historique et critique*. Rotterdam: Leers, 1740. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50432q.r=Dictionnaire+historique+et+critique.langFR>

Acesso: 19/02/2017.

⁴⁹⁶ VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova*. São Paulo: Abril, 1974.

⁴⁹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 108.

não valorizava o rigor ou exatidão que pretendiam as explicações sobre os fenômenos naturais, por exemplo. Vico percebe que há um conhecimento de natureza dedutiva e por isso demonstrável, peculiar as matemáticas. A verdade para Vico é verossímil ou dela se aproxima, o que contribui para fundar o pensamento histórico moderno.⁴⁹⁸

A obra de Oliveira de Cadornega é um retrato do século XVII. É verdade que a historiografia e teoria da história está muito atenta a pensadores e intelectuais europeus, mas há necessidade de refletirmos sobre escritores que estavam para além da Europa, como Cadornega. A obra HGGA é uma constatação de que havia circularidade não só de coisas e gentes, tomadas como escravaria, mas também de ideias, e isso não apenas pelo avultado números de obras citadas pelo autor, mas principalmente pelo método que utiliza em sua obra.

Quer isso dizer que se por um lado há a preocupação em arrolar documentos e comprovar fatos, em construir uma verdade, Cadornega também se utiliza de recursos poéticos como Camões, por exemplo, para tornar inteligível seus argumentos. A citação que segue expõe perfeitamente o sotaque metodológico da obra HGGA, bem como o modo como o autor incorpora as ambiguidades teórico-científicas presentes no século XVII, e como elas transparecem e compõem seus escritos:

*“Relata o Autor desta historia em como veyo discorrendo com ella desde a primeira conquista, até este tempo presente: Àlega com muitos Autores, e Historiadores, que allegou os mais delles nesta sua historia fazendo pauta de muitos valerosos Portuguezes que á sua noticia vierão, que não forão nomeados nesta prolongada historia com que dá fim a este Alphabeto, do que ella contem”.*⁴⁹⁹

“O ser com pouca elegancia nasce de meu fraco talento, servirá para avivar a que haja quem com melhor estilo o pondere, lime e escreva, as quaes noticias darei por haver quarenta annos que assisto neste reino de Angola vindo a elle por Soldado servindo ao Príncipe Nosso Senhor na Era de seis

⁴⁹⁸ NUNES, Antonio Sérgio da Costa. A arqueologia da linguagem em Giambattista Vico. 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 19-25.

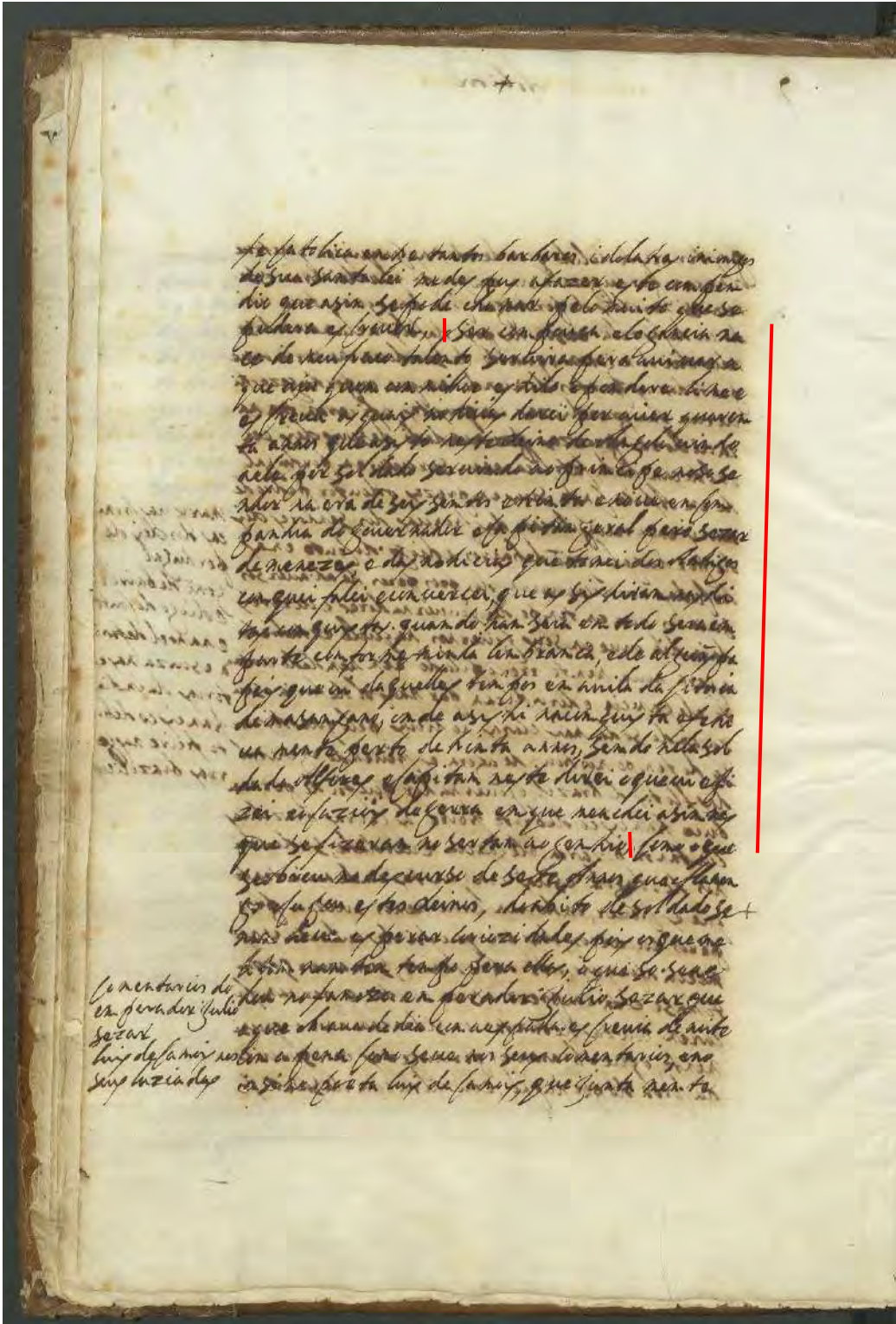
LOPES, Marcos Antônio. *Ideias de História. Tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: EDUEL, 2007, p. 109-148.

⁴⁹⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. s/n.

centos e trinta e nove em companhia do Governador e Capitão Geral Pedro Cezar de Menezes, e das notícias que tomei dos antigos com quem falei e conversei que assistirão nas ditas Conquistas quando não seja em todo será em parte conforme minha Lembrança e de alguns papéis que vi daquelles tempos em a Villa da Vitoria de Masangano, onde assisti na Conquista effectivamente perto de trinta annos, sendo nella soldado Alferes e Capitão neste derei o que vi e fiz e occazioens de guerra em que me achei assim nas que se fizerão no Sertão ao Gentio".⁵⁰⁰ (grifos nossos)

⁵⁰⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. s/n.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página s/n.



A obra repetidamente mais citada na HGGA é *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Talvez Cadornega exercesse alguma admiração pelo escritor, não apenas pelas avultadas citações, mas sobretudo por referir-se a ele de forma elogiosa, ou que Camões “*obrava de dia com a espada escrevia de noite com a penna, como se vê nos seus commentarios, e no insigne Poeta Luiz de Camoens que juntamente foi Soldado e Escritor*”.⁵⁰¹

Quando Camões faleceu, em 1579 ou 1580, já havia sido publicada pelo menos uma edição de *Os Lusíadas*. Impressa por António Golçalvez em 1572, essa primeira edição foi base para tantas outras que vieram em séculos posteriores, e circulavam inclusive como “cancioneiros-de-mão”, cujo número e autenticidade das edições fogem a dados quantificados.⁵⁰² Isso quer dizer que já nos seiscentos era popular a escrita de Camões em Portugal, e parece que também no além-mar português. Nas citações que seguem, observe alguns versos de Camões escolhidos por Cadornega:

*“E assim forão continuando muitos dias sustentando sua fome milagrosamente de que davão muitas graças a Deos e a sua Mãy Santíssima por tão assinaladas mercês, e vendo o valeroso Paulo Dias de Novaes os seus animosos e afligidos Pórtuguezes trabalhados com tantas misérias lhe diria o que Canta o Principe dos Poetas Luiz de Camoens em o sétimo dos Lusíadas na terceira Rima: “Vós Pórtuguezes poucos quanto fortes, que o fraco poder vosso não pezais, vós que a custa de vossas varias mortes: Assim do ceo deitadas são as sortes, que vós por muito poucos que sejais, muito façais na Santa Christandade que tanto, ó Christo exaltas a humildade”.*⁵⁰³

*“Em as pelejas e sofrimentos de mizerias e fomes que padecião por aquelle asperozo sertão tudo em serviço de seu Príncipe e augmento da Santa fé Catholica. Podemos aqui aludir huns versos do nosso insigne poeta Luis de Camoens fallando com o Catual de Calicu. “Cres-tu que se este nosso ajuntamento de Soldados não fora Lusitano que durára elle tanto obediente por ventura a seu Rey e a seu Regente”.*⁵⁰⁴

⁵⁰¹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. s/n.

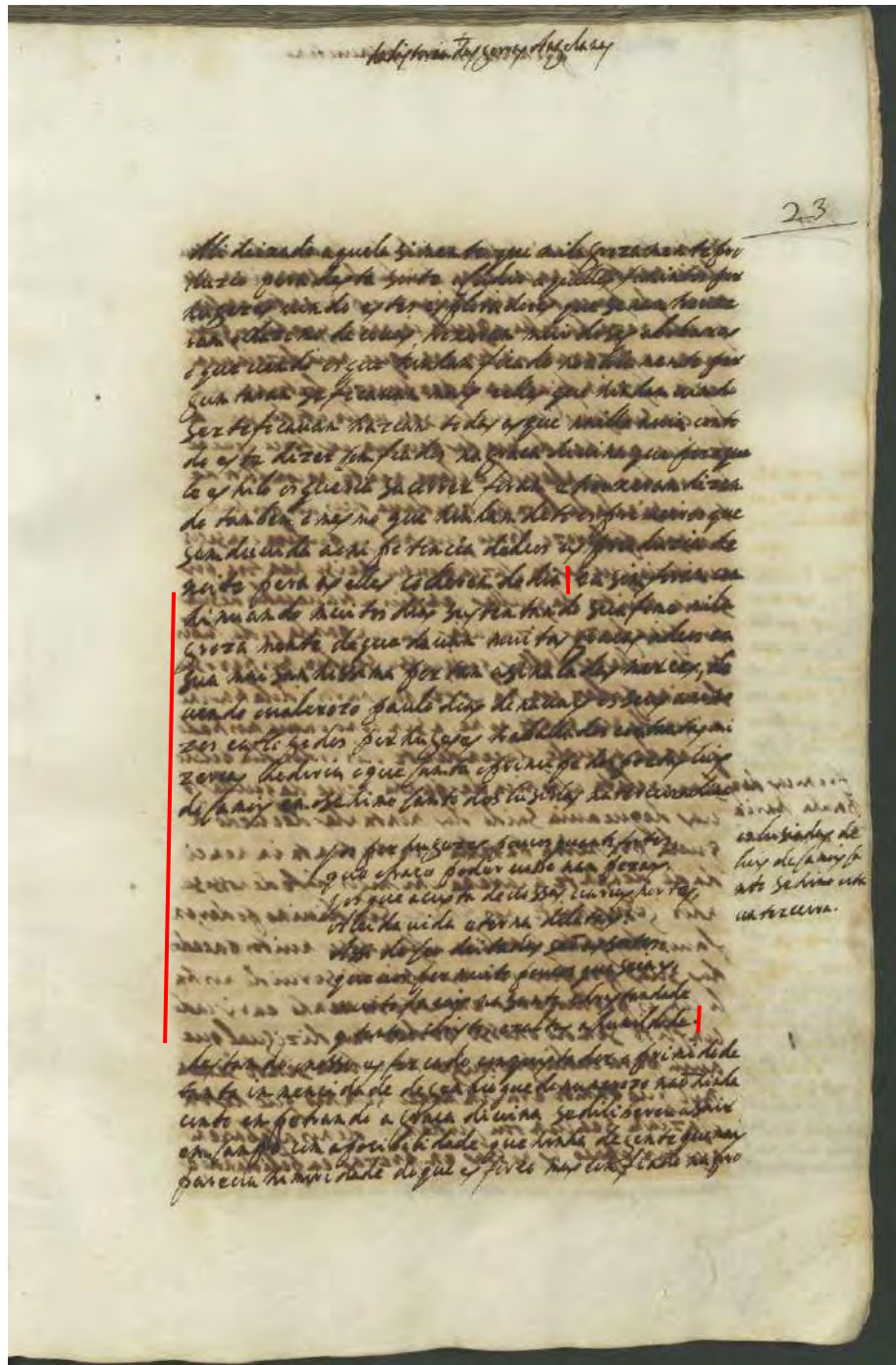
⁵⁰² ANSELMO, Artur. *Livros e Mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002, p. 99.

⁵⁰³ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 23.

⁵⁰⁴ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 60.

“Que o coração presagio nunca mente: como diz o nosso Príncipe dos Poetas Luiz de Camões”.⁵⁰⁵

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 23.



⁵⁰⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 374.

As datações de muitos acontecimentos descritos na obra *História Geral das guerras Angolanas* trazem algumas inexatidões temporais. O autor cita, já no início do primeiro tomo que teve acesso a muitos papéis, mas seus escritos no “tempo” poderiam conter alguns equívocos, mas não nos fatos, esses Cadornega frisa que são “verdadeiros”, conforme se observa na seguinte passagem:

*“Servirá só esta minha curiosidade e desvelo de dar a noticia ao Mundo e Curiosos na verdade, e se em alguma cousa me equivocar não será nos successos se não no tempo em que succederão por não haver hoje nestes Reinos noticias que os distingão porque em o tempo que sé escreve esta historia general das guerras Angolanas, he o Autor o mais antigo que nelles hay e começando hirá discorrendo pellos Governos antigos e modernos parte dos successos que nestes Reinos houve”.*⁵⁰⁶

Parece que Cadornega poderia ter alguma noção dessas deficiências, já que menciona que durante a saída de Luanda, quando da tomada pelos Holandeses, parte significativa da documentação produzida pela administração lusa se perdeu quando navegavam pelo Cuanza para se refugiarem em Massangano.⁵⁰⁷ Talvez por esse motivo utiliza bem menos documentos nos capítulos que abrangem a chegada de Paulo Dias de Novaes e se estendem até o fim da estada dos Flamengos em “Angola”.

Conjecturamos, observando as datações de saída de “Angola” de cartas que compõem a compilação de António Brásio ou do Monumenta Missionária Africana, que a documentação produzida quando de relativa maior estabilidade recorrentemente era despachada para Portugal, já que era endereçada a Coroa e tratava de eventos comuns a conquista, não compondo um acervo documental que estivesse disponível para consulta permanentemente, o que também pode ter gerado alguma dificuldade à escrita da HGGA.⁵⁰⁸

Em nenhum momento intencionamos estabelecer uma crítica à obra de Oliveira de Cadornega como fez o anotador das edições contemporâneas ao século XX da

⁵⁰⁶ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 1.

⁵⁰⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 48.

⁵⁰⁸ BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. IX. Ver, por exemplo, AHU - *Angola*, cx. 3: Carta de Frei Serafim de Cortona a el-Rei D. João IV. S. Paulo da Assunção, 26 de Dezembro de 1649, p. 460; AHU - *Angola*, cx. 3: Carta do Rei do Congo D. Garcia- Afonso II ao Padre António do Couto. Cidade de S. Salvador, 28 de Julho de 1649, p. 371; AHU-*Angola*, cx. 3: Ofício de Salvador Correia de Sá a el-Rei D. João IV. Dezembro de 1649, p. 444.

HGGA, José Matias Delgado, ao sublinhar que Cadornega cometia sucessivos equívocos.⁵⁰⁹ Delgado dedicou-se por aproximadamente dez anos a procurar uma avultada documentação e a corrigir através das notas que atribuiu a obra de Cadornega todas as possíveis incertezas temporais.

É no tomo primeiro, quando o autor se debruça sobre acontecimentos anteriores a sua chegada, que ocorrem as maiores e exaustivas anotações de Delgado, com inserções de documentos como, por exemplo, uma carta de um religioso, o padre Balthazar Afonso. Escrita em Luanda em 1583, e publicada em boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa, o teor dessa carta basicamente noticiava sobre uma emboscada sem sucesso ao Angola.⁵¹⁰

Em outro documento, que Delgado diz compor a Chancelaria de Filipe III, livro 9, folha 280, e que está atualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Balthazar de Aragão é identificado para contrariar a descrição que o mesmo teria combatido contra a rainha Ginga.⁵¹¹

Vale observar as reflexões de Elias Palti sobre a investigação histórica, que segundo o autor deveria revisar a interação entre história, acontecimentos, experiências e a relação destas com os processos de inquirição do historiador. Nesse sentido, o arquivo é um suplemento, um artifício para a experiência e para a memória, atentando para todas essas peculiaridades que, por mais complexas que sejam, são as construtoras de documentações.⁵¹²

Dizer que o historiador sabe o que ocorreu no passado porque acessou documentos em arquivos é uma ideia fictícia, e para citar mais uma vez Palti, o historiador corre o risco de inalar os restos dos mortos e provocar uma enfermidade figurada, ou seja, uma espécie de febre de arquivo, um sinônimo de proteção inequívoca àquilo que a memória não é eficaz em recordar da forma “*original*”.⁵¹³ Isso quer dizer que importa menos a exatidão temporal, pois o historiador está para além disso. O historiador interpreta regras, códigos e sistemas implícitos nas

⁵⁰⁹ DELGADO, José Matias. *Prólogo do anotador*. In.: CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. XII.

⁵¹⁰ DELGADO, José Matias. *Notas*. In.: CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 16.

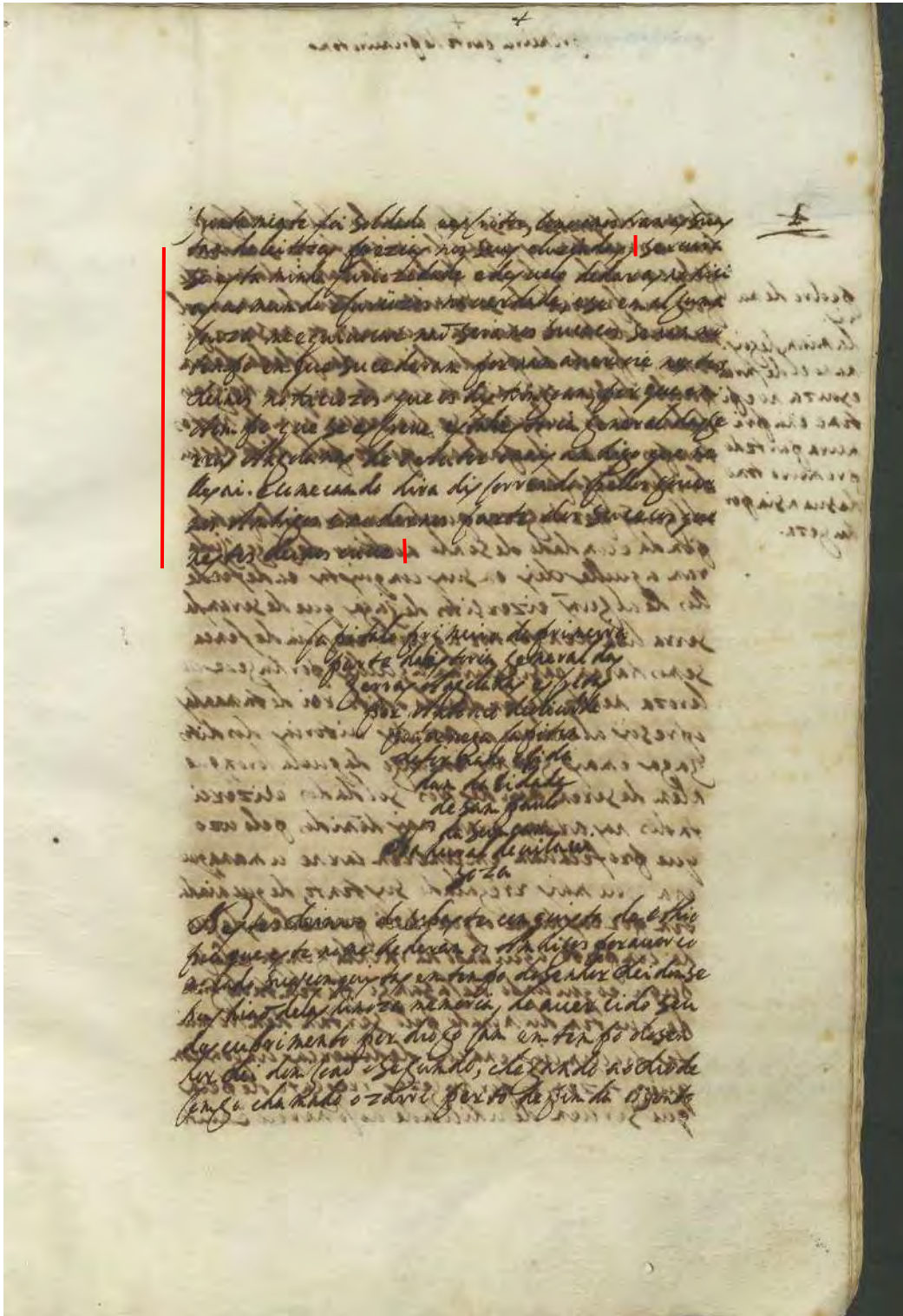
⁵¹¹ DELGADO, José Matias. *Notas*. In.: CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 58.

⁵¹² PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 14-15.

⁵¹³ PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 14-15.

escritas, e também na eleição do que é lembrado e colocado em palavras, e isso Cadornega faz com maestria.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 1.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de buscar nas fontes não indícios de palavras rígidas, literais, cristalizadas, mas o movimento destas, as maneiras inovadoras que foram utilizadas, resultantes ou não de experiências novas, originando problemas e possibilidades discursivas, auxiliam o historiador a vislumbrar os contextos (configurações sociais, valores constituídos, modos de pensar, acontecimentos, etc.) e a romper visões que utilizam as fontes apenas de formas descritivas.⁵¹⁴

Eles (os contextos) foram analisados nesse trabalho através dos meios produzidos pelos usos da linguagem que, como foi formada em períodos específicos, apresenta dimensões históricas. Assim, a linguagem determina o que nela pode ser dito, mas também pode ser modificada pelo que nela é dito.⁵¹⁵ Isso quer dizer que uma obra é capaz de complementar a realidade empírica através de suas interpretações e imaginações.

Partindo desses pressupostos, valoramos as contradições narrativas presentes na obra de Oliveira de Cadornega, que descreve múltiplas “Angolas” repletas de elementos à revelia da administração lusa, que se movimentam com suas disputas de fronteiras, de poder e de gente. Concomitantemente, o soldado-escritor introjeta elementos que remetem a uma “Angola” lusa e unificada, pois tece na HGGGA com os escassos sucessos bélicos, que não teriam ocorrido sem o apoio principalmente dos sobas, uma administração efetiva, que funda vilas, controla o comércio e os inimigos, como a rainha Ginga.

Com isso, podemos observar que uma obra é crítica e transformadora, desconstruindo e reconstruindo, trazendo ao mundo variações, modificações significativas, algo que anteriormente não existia. A concepção puramente documental da historiografia é uma ficção heurística, de modo que nenhuma descrição é pura: no momento em que foi concebida, ela serviu para corroborar algum propósito.

⁵¹⁴ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 37.

⁵¹⁵ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 64.

No entanto, quando há em um trabalho a falta de um *corpus* documental, o mesmo aboli o arcabouço advindo de linguagens proporcionadas pelo documento, ou seja, idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis como vocabulários, regras, precondições, implicações e estilos, itens complexos e chaves para o historiador dissecar o contexto pretendido como estudo.⁵¹⁶

Segundo Marçal de Menezes Paredes “*é próprio do olhar histórico chamar atenção para as historicidades dos significados, para fazer aparecer as diferentes maneiras como a experiência, em distintos momentos, foi apreendida*”.⁵¹⁷ Exemplificamos essa argumentação com a própria escrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, que foi dedicada a Dom Pedro II em um período de substituição do oficialato.

É como se a obra fosse uma espécie de moeda de troca, onde o autor tenta laudar os anos de serviços prestados a casa dos Braganças, bem como os “trunfos” das administrações lusas em “Angola”, justificando sua permanência, e o livrando dos jugos inquisitorias. Vale lembrar que a mãe e irmãs de Cadornega já haviam sido condenadas pela inquisição, logo, permanecer em “Angola” para o autor era sinônimo de sobrevivência.

Analisar essas historicidades através da condição de transitoriedade de significados é uma condição fundamental da própria história como disciplina, sendo um antídoto para a imobilidade teórico-conceitual,⁵¹⁸ por isso há importância em entender “Angola” como um conceito em determinada época, nesse caso nos seiscentos e na obra de Cadornega. Para tanto, foi preciso aproximar-mo-nos do texto de Cadornega e averiguar os manuscritos que tivemos notícia, para somente então buscar o traslado definitivo da obra.

Somente após essa etapa da pesquisa fomos capazes de interpretar, com seus vocabulários e sintaxes, os sons de suas línguas mais que as palavras pronunciadas, dando tom aos discursos e aos contextos que os tornaram

⁵¹⁶ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 35.

⁵¹⁷ PAREDES, Marçal de Menezes (org). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Oikos, 2012, p. 149.

⁵¹⁸ LACAPRA, Dominck. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 241.

possíveis,⁵¹⁹ desmitificando uma obra escrita enquanto fonte de proposições descritivas: o constante desafio do historiador, nesse caso, reside em interpretar os códigos, regras, sistemas implícitos nas práticas de escrever, na seleção do que é lembrado e posto em palavras.

Caso contrário, ou sem a preocupação de averiguar os contextos de produção de uma obra, bem como importar-se com a versão do texto que se pretende trabalhar, ou seja, se um manuscrito ou edição impressa, o fazer história vira algo como uma “história de cola e tesoura” como quer Collingwood, uma história apenas descritiva, sem preocupação nenhuma em reconstruir o passado de modo reflexivo.⁵²⁰

Sem desconsiderar em nenhum momento a importância das edições contemporâneas ao século XX da HGGA e como elas servem aos historiadores, visto que parte significativa da historiografia a utiliza para escrever sobre África e “Angola”, precisamos alertar que foi só através da leitura dos manuscritos que podemos observar que a quarta parte das edições de 1940 e 1972 se diferem na sua totalidade dos manuscritos em todas as suas versões e acervos, inclusive dos que estão na Academia das Ciências de Lisboa e que consideramos o traslado definitivo.

É nessa parte que o anotador insere os mais laudatórios sucessos bélicos portugueses. São setenta páginas com os conteúdos que circunscrevem o período do governador Francisco de Souto Mayor, e da junta dos “Três eleitos”, ou Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, Antonio Teixeira de Mendonça e João Zuzarte de Andrada, todos esses governos foram relacionados com a guerra contra os holandeses e carregam um estilo que claramente se difere da escrita de Cadornega. Podemos elucidar nossa argumentação com as descrições sobre a rainha Ginga, que nessa altura do texto difere do modo como Cadornega a descreve, sem nenhuma adjetivação, por exemplo.

Nas edições modernas também são suprimidas as notas que Cadornega traz no texto. Estas são substituídas pelas notas de José Matias Delgado, onde ele arrola documentos para comprovar o que chama de “equivocos” que Cadornega teria

⁵¹⁹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 121.

⁵²⁰ COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 320-325.

cometido em datações. As notas de Delgado estão em 305 páginas das 629 que compõem o tomo I, e em 214 das 509 páginas que compõe o tomo III. Ou seja, as notas de Delgado estão em 38% do número de páginas que compõem a HGGA editada em 1940 e 1972, sendo que em muitas páginas elas ocupam quase que a totalidade dos escritos.⁵²¹

Vale ressaltar que todas essas características só foram possíveis de problematização em virtude do empenho em debruçarmo-nos no texto de Cadornega e entender suas peculiaridades. Desse movimento também surgiu a observação de que Cadornega emprega inúmeras vezes a palavra colônia. Ela também aparece em outras documentações, na maior parte das vezes cartas administrativas.⁵²² Com base nessa informação, e também em literaturas, como Alberto da Costa e Silva ou Beatrix Heintze que utilizam amplamente o termo “colônia” para designar “Angola” nos seiscentos, podemos dizer que há na unidade de uma “Angola” forjada pelo autor Oliveira de Cadornega o embrião de uma colonialidade.⁵²³

⁵²¹ Como por exemplo nas páginas 12, 13 e 14 do Tomo I. In.: CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, tomo I, p. 11-14.

⁵²² SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002, p. 407-450, ou o capítulo “Angola”.

HEINTZE, Beatrix. *Fontes para História de Angola do século XVII. Cartas e documentos oficiais da colectania documental de Fernão de Souza (1624-1635)*. Stuttgart: Steiner-Vert. Wiesbaden, 1988.

Ver, por exemplo, “255.b, Sumário de uma petição de Fernão de Souza a el-Rei (s/d., cerca de meados de 1627). AGSSP, livro, 1553, ff. 558”; “77 – Carta de Fernão de Souza ao Governo (9 de julho de 1626) BAL, cód. 51-IX-20. ff. 334v. p. 166”; “44- Carta de Fernão de Souza ao Governo (10 de dezembro de 1624) BAL, cód. 51-IX-20. ff. 306-13, p. 99”.

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. IX.

Ver, por exemplo, “AHU - Cód. 41: Consulta do Conselho da Fazenda. Lisboa, 12 de Março de 1636, p. 350”; “AHU - Angola, cx. 3: Requerimento de António Abreu de Lima ao Conselho Ultramarino. 21 de Abril de 164, p. 499”; “BNL-Ms. 6818: Relação da Conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas. (1641), p. 518”.

⁵²³ “Derivados da mesma matriz latina, os termos colono (*colonus, cultivador, membro de uma colônia, povoador*) e colônia (*colonia, lugar onde vivem os colonos, agrupamento de indivíduos/trabalhadores que deixam a sua terra para se instalar e trabalhar noutra, no mesmo país*), aparecem nas línguas latinas europeias, como o francês e o português, no século XIV. Os seus conteúdos/significados vão evoluindo de acordo com as conjunturas dos séculos seguintes, que exigem uma adaptação semântica capaz de “dizer” as novas realidades. Colônia, por exemplo, adquire a partir de meados do século XVII uma outra dimensão, estruturante e classificatória, que lhe confere uma densidade teórica e histórica, que anuncia o colonialismo do século XX. Colônia define-se como um estabelecimento fundado por uma nação num território estrangeiro, mais longínquo que próximo, quase sempre habitado por populações culturalmente diferentes, “menos evoluídas”, que fica na dependência do país ocupante, mais tarde designado de metrópole. Os termos colonização (o fato de povoar com colonos, de transformar em colônia, de explorar as colônias), colonizar (estabelecer colônia, habitar como colono), e colonial (adjetivo relativo às colônias — expansão colonial, regime colonial, produtos coloniais, chapéu colonial) banalizam-se na segunda metade do

Logo, as demarcações pré-colonial e colonial fazem parte de uma dualidade da qual decididamente não acreditamos. O pré-colonial e o colonial se entrelaçam de diferentes modos, havendo caracteres do colonial no pré-colonial, bem como o inverso. Características ressignificadas das estruturas sociais, de parentesco, costumes ou políticas que se mantiveram no “período colonial” possivelmente são advindas de um período que se quer anterior, pois os tempos são como texturas, se fundem e se entrelaçam.

O tempo histórico para Koselleck não é mensurável ou natural, astronômico ou biológico. A história tem um tempo próprio, e esse tempo depende das experiências dos homens. Mais especificamente, depende da maneira pela qual os homens articulam em cada presente a dimensão do passado, sua *experiência* acumulada e a dimensão do futuro, suas *expectativas*, esperanças e prognósticos.⁵²⁴

Em relação ao tempo, um mesmo período pode abranger diferentes percursos históricos. “*Nessa fissura temporal podem estar contidas diferentes camadas de tempo*”,⁵²⁵ e dependendo do agente histórico e das situações investigadas, são carregadas de diversos períodos de duração e podem ser medidas umas em relação às outras. O novo, o autêntico, ou pertencente a determinado período não se dá em termos de sucessividade, mas sim de concomitâncias, deslocamentos e vizinhanças inesperadas.

Segundo Mudimbe devido à estrutura colonizadora um sistema dicotômico emergiu com um grande número de oposições paradigmáticas. Ou seja, tradicional versus moderno; oral versus escrito; comunidades agrárias versus civilização urbana, etc. Há, assim, um lugar epistemológico que funda discursos sobre uma história da África, sendo as oposições supracitadas um meio capaz de reduzir as complexidades das particularidades sociais africanas.⁵²⁶ “*Simplificando, pretendo com isto dizer que a antropologia e a filologia e todas as ciências sociais podem ser*

século XVIII, dando conta sobretudo das situações coloniais americanas.” In.: HENRIQUES, Isabel de Castro. Colônia, colonização, colonial e colonialismo. In. SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 45-6.

⁵²⁴ BENTIVOGLIO, Julio. *A história conceitual de Reinhart Koselleck*. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 114-134.

⁵²⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 121.

⁵²⁶ MUDIMBE, Valentin. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 16.

efetivamente compreendidas apenas no contexto da alternativa epistemológica".⁵²⁷ As teorias da expansão colonial e os discursos sobre o primitivismo africano enfatizam uma historicidade promovendo um modelo específico da história.

Valentin Mudimbe emprega o termo *gnose* para entender a formação de um conhecimento sobre a África, ou a perspectiva historicista dos pensamentos interligados numa ordem de conceitos e discursos. *Gnose* significa, parafraseando o autor, procurar saber, questionar métodos de conhecimento e investigação.⁵²⁸ Mudimbe traça uma arqueologia dessa *gnose*, trazendo à discussão elementos que estruturam muito do que temos como conhecimento sobre África e foi desenvolvido por pesquisadores europeus que desconsideravam as especificidades das sociedades africanas.

O período que abrange de forma intensa a colonização é contestado e controverso, pois significou uma nova configuração histórica e a possibilidade de múltiplos discursos completamente novos a respeito das tradições e culturas africanas. Para além de demarcações e oposições, cremos que a ideia de colonização traduz uma ilusão de desenvolvimento e, deste modo, uma historiografia colonizadora balizou o conhecimento sobre África, inclusive em relação às noções sobre a percepção do tempo.⁵²⁹

O historiador Elikia M'bokolo questiona as demarcações temporais que resumem a África como pré-colonial ou ainda tradicional. Para o historiador, deriva de um senso comum concentrar esses longos séculos sob o epíteto cômodo, anacrônico e errado de definições pré-coloniais. É um preconceito com implicações intelectuais, mas também políticas, reduzir os avanços e complexidades da história africana apenas a um período, ou ao colonial, como faz, principalmente a historiografia advinda do colonizador.⁵³⁰

⁵²⁷ MUDIMBE, Valentin. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 36.

⁵²⁸ Estamos longe de caracterizar esse termo com toda a complexidade expressada pelo autor. Queremos aqui apenas exemplificar ao leitor como rumamos nossas análises, não deixando de recomendar a leitura da obra de Mudimbe para uma maior compreensão sobre as nuances do termo *gnose*. MUDIMBE, Valentin. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 11.

⁵²⁹ MUDIMBE, Valentin. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 37.

⁵³⁰ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008, p.11.

Para José Rivair Macedo, pela diversidade da África, um continente imenso e que há milênios abriga múltiplos povos e culturas, periodizar a sua história como se costuma fazer, pré-colonial (até o século XIX), colonial (até meados do século XX) e independente (até o presente) é, em palavras do autor, “*sumariamente injusto*”. Considerar essa periodização é o mesmo que olhar para o passado africano com os olhos dos colonizadores, considerando a colonização e o imperialismo europeu como elemento central dos processos históricos ali desenvolvidos.⁵³¹

Em suma, não basta superar a superfície textual dos discursos, é preciso reconstruí-los através dos seus contextos em discussão. Logo, o que importa não é observar como as ideias ou as palavras mudam, mas como o sistema de suas posições relativas é reconfigurado.⁵³² O estudo do texto da HGGa possibilitou que observemos nessas múltiplas “Angolas” a tentativa de forjar uma unidade territorial e política. Há nesse plural um singular que é buscado a todo o momento através do vínculo com a Coroa Portuguesa, expresso na manutenção de um território pelos seus “*leais e fiéis vassalos*”, ou ainda nas listagens que quantificam o avultado fluxo de governadores e oficiais que supostamente garantiriam a posse dessa “Angola”.

No entanto, os que permanecem nas “Angolas” de Cadornega são, em grande medida, degredados que se descrevem como “*leais a coroa e a fé cristã*”, mas a povoam com luso-africanos, contraem matrimônios e mantêm relações comerciais com outros cristãos-novos e também holandeses judaizantes. Ao negociarem com os sobas, muitas vezes precisam ceder aos interesses locais para manter o comércio das gentes e garantir o seu sustento.

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega são todas essas múltiplas, plurais e ambíguas “Angolas” que aqui trabalhamos e que nascem no texto da HGGa em função da glorificação de Portugal por um cristão-novo e degredado que necessitava apartar-se das malhas inquisitoriais e por isso não poderia regressar a Portugal. Um pouco de cada uma dessas “Angolas” morre quando não consideramos as (con)textualidades, e toda a complexidade que reside no texto de um autor.

⁵³¹ MACEDO, José Rivair. *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 13.

⁵³² PALTÍ, Elías. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. p. 73. In.: JASMIN, Marcelo. FERES JUNIOR, João. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS MANUSCRITAS

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I e III.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183.

CADORNEGA, António de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Biblioteca Municipal de Évora. Cota CXV 2-4.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Cota: Portugais 2-4.

DOCUMENTOS AVULSOS

Bulas papais

Bula “*Cum ad nil magis*” do papa Paulo III dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta pela qual os constitui seus comissários e inquisidores do reino de Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: pt/tt/bul/0009/15 Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3908041> Acesso 09/03/2013

Bula “*Meditatio Cordis nostri*” publicada em *The apostolic see and the jews: History*. Pontifical Institute of Mediaeval Studies, v.6, 1991, doc. 2687.

The Bull *Romanus Pontifex* (Nicholas V), January 8, 1455. Disponível em Papal Encyclicals Disponível em: <http://www.nativeweb.org/pages/legal/indig-romanus-pontifex.html> Acesso 30/06/2015

Chancelarias

Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólhos 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.

"Chancelaria Régia". Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (1). MATTOSO, José. Lisboa: ANTT, 1998. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585> Acesso 30/07/2017.

Regimento de 19 de janeiro de 1671. Forma de expediente dos requerimentos de mercês em satisfação ao serviço. Coleção cronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1657-1674, Lisboa, p. 186-189, 1856. Disponível em: Fontes Históricas de Direito Português. <http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/consulta.php> Acesso 23.09.14

Correspondências

Carta de Fernão de Souza para Felipe III, 29 de março de 1629, In.: DELGADO, Ralph. *História de Angola – Continuação do segundo período 1607 a 1648*. V. 2. Lisboa: Edição do Banco de Angola, s/d.

Correspondência da Princesa de Parma. Archivo General de Simancas, Secretarías Provinciales. Leg. 1469. Fols. 311 y 622.

DUBEUX, Louis. Correspondance de la Société de géographie. 19 octobre 1832. (2104) In.: Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 7.

LEBRUM, Charles François. Correspondance de la Société de géographie. Publications diverses de la Société de géographie, articles destinés au Bulletin de la Société de géographie. 15 avril 1833. Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 7 (2123)

Representações dos moradores da Vila Vitória de Massangano ao rei D. Afonso VI solicitando hospital e casa da Irmandade da Santa Misericórdia - Ultramarino, fundo Angola, 12 de junho 1661, cx. 7, doc. 33

Representações dos moradores da Vila Vitória de Massangano ao rei D. Afonso VI solicitando hospital e casa da Irmandade da Santa Misericórdia - Arquivo Histórico Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Angola, 12 de julho 1661, cx. 7, doc. 37

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Coordenadas e anotadas por João Lucio de Azevedo, vol. II. Lisboa: Imprensa nacional, 1971.

Processos

Certidão de baptismo de António de Oliveira de Cadornega. Livro de assentos de baptismo, n 3, da freguesia matriz de Vila Viçosa, fol. 52-v. Arquivo Distrital de Évora.

Processo inquisitorial de Antónia Simões Correia. Disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nº 9.939, imagens 66 e 67 de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301963> Acesso 06.10.2012

Outros

Bispo Conde Dom Francisco. Lista de alguns artistas Portuguezes, colligida de escriptos e documentos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839.

Délibérations de la section de comptabilité. Publications diverses de la Société de géographie, articles destinés au Bulletin de la Société de géographie. 1832. Bibliothèque Nationale de France – Tolbiac. Cote: SG COLIS 33 (3901)

Firmin-Didot. In. : Notice de Persona. Catalogue Général Bbliothèque Nationale de France. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb12434445s> Acesso: 20/05/2017

O recreio, jornal das famílias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, v 8. Na seção “Gravadores”, páginas 14, 15 e 20. In: Indiana University Library.

Portugal Colonial: revista de propaganda e expansão colonial. Lisboa: Empresa Portugal Colonial, 1895-1970. Nesse trabalho observamos principalmente os números 14 e 15, ambos de 1932. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/PortugalColonial.htm> Acesso: 13.04.2017

OBRAS IMPRESSAS

Catálogos e estatutos

Arquivo Histórico e Científico da Academia das Ciências de Lisboa, Livro 156 B, *Actas das Assembleias particulares e semipúblicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, 16 Janeiro de 1780 – 3 de Janeiro de 1781.

Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais, par Alfred Morel-Fatio. Paris: Imprimerie nationale, 1892.

Catálogo de Manuscritos - Série vermelha. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1978.

Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a condessa de Tarouca. Lisboa: Imprensa de João Romano Torres, 1898. Arquivo Histórico Ultramarino, cota AHU-L14889.

Collecção Systematica das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Na Typografia Academia Real das Sciencias, 1822.

Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Lisboa: Imprensa nacional, 1850.

Dicionários e gramáticas

ARAUJO, Domingos de. *Grammatica latina: novamente ordenada, e convertida em portuguez pera menos trabalho dos que começã aprender...* Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1627.

BAYLE, Pierre. *Dictionnaire historique et critique*. Rotterdam: Leers, 1740. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50432q.r=Dictionnaire+historique+et+critique.langFR> Acesso: 19/02/2016.

BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v , 2 supl.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues. *Curiosas advertencias da boa Grammatica no compendio, e exposiçam do P. Manoel Alvarez, em lingua Portuguesa / composto por Bartholameu Rodriguez Chorro, natural da Villa de Maçaõ*. Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra Impressor da Universidade, 1672.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontrão em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris: A.F. Carneiro Filho, 1859.

VAPEREAU, Gaspar. *Dictionnaire universel des contemporains: contenant toutes les personnes notables de la France et des pays étrangers*. Librairie de L. Hachette et cie: Paris, 1858.

Obras literárias e históricas

ANDRADA, Francisco. *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de portugal Dom João o III deste nome, dirigida a C.R.M. del rey Dom Filippe o III composta por Francisco de Andrada do seu confelho e do seu chronifita mór*. Coimbra, na Real Officina da Univerfidade, 1613. Disponível em: <http://purl.pt/13803> Acesso 18/09/2016

AZEVEDO, J. Lúcio. *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas. 1608-1697*. Coimbra: Imprensa Univ. Coimbra, 1925, tomo I.

Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982, Lucas 23:39, Gênesis 10:8-12 e Gênesis 11:4.

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, v. IV, V, VI, VII, IX, X e XI.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo I, II e III.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, Tomo I, II e III.

CADORNEGA, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Typographia da Companhia Editora Nacional, 1902. In.: Biblioteca Nacional de Portugal, cota: 1Ka3-26.

DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. Edição fac-similada do exemplar com data de 1888 da Biblioteca Digital Camões.

DUBEUX, Louis. *La Perse*. L'Univers: histoire et description de tous les peuples. Paris: Firmin Didot frères, 1841.

ERICEIRA, Luiz de Menezes, Conde da. *Historia de Portugal restaurado, offerecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*. Lisboa: Na Officina de João Galraão, 1776

ERICEIRA, Luiz de Menezes, Conde da *História de Portugal restaurado*. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1751, v. IV.

FERREIRA, Alexandre. Memorias e noticias historicas da celebre Ordem militar dos templários. Na Paleftina para a Historia da admirável Ordem de nosso senhor Jesus Christo. Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Silva Impressor da Academia real. Lisboa: MDCCXXXV, 1735. In.: Biblioteca da Universidad Complutense de Madrid.

FIGANIÈRE, Frederico Francisco. *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes no Museu Britânico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728, 1729.

GAETA, A. da; GIOIA, F. M. *La maravigliosa conversione alla santa fede di Cristo dela regina Singa, e del suo regno di Matamba nell’Africa Meridionale*. Napoli: Giacinto Pássaro, 1669.

GARRIDO, Luiz. *O Visconde de Paiva Manso*. Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877

HEINTZE, Beatrix. *Fontes para História de Angola do século XVII. Cartas e documentos oficiais da colectania documental de Fernão de Souza (1624-1635)*. Stuttgart: Steiner-Vert. Wiesbaden, 1988.

MENDES, Luis Antonio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d’África e o Brazil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793.

MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi. *Descrição dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, v. I e II.

Ordenações Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

PACCONIO, Francisco. *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mystérios de nossa Santa Fé*. Lisboa: Lopes Rosa, 1644.

PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão de. *História do Congo*. Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877.

PARADA, António Carvalho de. *Ivstificação dos portvgueses sobre a aççam de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella*. Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1643, vol. II.

RIBEIRO, João Pinto. *Usvrpação, retenção, restavração de Portugal*, Lisboa, na Off. de Louenço de Anveres, 1642.

SANTARÉM. Manuel Franciso de Barros e Souza. *Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territorios situados na costa occidental*

d'Africa: *entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios Molembo, Cabinda e Ambriz*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

SOAREZ, Vicente de Guzmam. *Lvsitania Restavrada dirigida a sev Restavrador El Rey Dom João o Quarto Nosso Senhor*, Lisboa, 1641, canto 1º, estrofes 11 e 12.

SOUZA, António Caetano de. *História genealógica da casa real portugueza: desse a sua origem até o presente*. Lisboa Occidental: Oficina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1735-1749.

SOUZA, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syviana. MDCCLV.

SOUZA, Antonio Caetano. *Historia Genealogica da Casa real Portuguesa desde a sua origem até o presente*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio de Sylva, 1735-1749.

VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Padre Joam Almeida*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1658.

VIEGAS, António Pais. *Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, e o modo que teve para eximirse da obediência del Rey de Castella, e tomar a voz do sereníssimo Dom João IV, e XVIII entre os reys verdadeyros deste reyno*. Lisboa, 1641.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Martin de. *A consciência nacional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa: 1974.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

AMARAL, Ilídio. *Subsídios para o estudo da evolução da população em Luanda*. Lisboa: 1959.

ANDRADE, Elias Alves de. *Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. Revista Filologia Linguística Portuguesa USP, 2008/2009, n. 10-11, p. 149-172.

ANSELMO, Artur. *Livros e Mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2000.

- ASSIS Jr. A. de. *Dicionário kimbundo-português: linguístico, botânico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos e Cia. Ltda., 1967.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALTHAZAR, Gregory da Silva. *A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: As Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas*. Curitiba, UFPR, 2013.
- BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno. Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: edições 70, 1977.
- BENTIVOGLIO, Julio. *A história conceitual de Reinhart Koselleck. Dimensões*, vol. 24, 2010.
- BERWANGER, Ana Regina. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- BETHENCOURT, Francisco. *A África e a inquisição portuguesa: novas perspectivas*. Revista lusófona de Ciência das religiões. Ano III, 2004, n. 5/6.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BIDERMAN, Maria Tereza. *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade*. Alfa, São Paulo, 47(1): 53-69, 2003.
- BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1790)*, Luanda: Arquivo Histórico de Angola/Ministério da cultura, 1998.
- BIRMINGHAM, David. *Central Africa from Cameroun to the Zambezy*, In. The Cambridge History of Africa. Cambridge University Press, 1977, v. III.
- BIRGMINGAN, David. *The portuguese conquest of Angola*. London: Oxford Univ. Press., 1965
- BRÁSIO, António. *“As misericórdias de Angola”*. In. Studia, n 4, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1959.
- BIRMINGHAM, David. *Portugal e a África*. Nova Veja: Lisboa, 2010.
- BOLZANI, Mariana; BOLZANI, Venderian. *Do Peru à Java. A trajetória do quinino ao longo dos séculos*. Instituto de Química UNESP, São Paulo, Projeto I-flora, s/d. Disponível em: http://www.i-flora.iq.ufrj.br/hist_interessantes/quinina.pdf Acesso 03/04/2016
- BONFIM SOUZA, Grayce. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese de doutorado apresentada ao PPG História Social – UFBA, 2009.
- BORGES, Nelson Correia. *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*. Porto: Paisagem, 1982.
- BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles. *A "História" de Cadornega no Museu Britânico*. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras Uni. Coimbra, 1961, tomo VIII.

BOXER, C. R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Claredon Press, 1963.

CAETANO, Marcello. *O conselho ultramarino: esboço de sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e Traficantes no Império Português. O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: A esfera livros, 2016.

CALDEIRA, Arlindo M. *Luanda in the 17th Century: Diversity and Cultural Interaction in the Process of Forming an Afro-Atlantic City*, *Nordic Journal of African Studies*, nº 22, 1-2, p. 72-104. 2013.

CALDEIRA, Arlindo Manoel. *Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII*. *Revista tempo, espaço e linguagem*, v.5, n. 3, set-dez 2014.

CALDEIRA, Arlindo Manoel. *Dimensão Sociopolítica do Município de Luanda durante o século XVII*. Cadernos de Estudos Africanos. Instituto Universitário de Lisboa. julho-dezembro de 2015.

CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 13-57, jul. 2002.

CARVALHO, Flávia Maria. *Os homens do rei em Angola. Sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Maceió: EDUFAL - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2015.

CARVALHO, Flávia Maria. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental, In. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV - Nº 07, Julho/2011.

CARVALHO, Rómulo de. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1991.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

CASTILLO. Francisco de Andújar. Venalidade de ofícios y honores. Metodologia de Investigacion. In. STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini. (orgs.) *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.

CASTRO, Aníbal Pinto. *Correspondentes portugueses de Cosme III de Médicis*. Revista de História Literária de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1967.

CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CATROGA, Fernando. *A geografia dos afetos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2011.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito. EUA, França, Portugal. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.*
- CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In. TORRAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África.* Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção.* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668.* Lisboa, Caminho, 1987.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História.* Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola.* Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E. Vol. 1, 1937.
- CRUZ, Maria Leonor García da. *A governação de D. João III : a fazenda real e os seus vedores.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.
- CUNHA, Mafalda Soares. *Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII.* Revista Monumentos 32: Lisboa, dez 2011.
- CUNHA, Mafalda Soares da. “O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII”. In STUMPF, R.; CHATURVEDULA, N. (org.) *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII).* Lisboa, CHAM, 2012.
- CURTO, Diogo Ramada. *Do reino à África: Formas dos projetos coloniais para Angola em Inícios do século XVII.* In.: FURTADO, Junia, *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica –Europa, Américas e África.* São Paulo: Annablume, 2008.
- CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da História do livro em Portugal. Séculos XV a XIX.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- CUVELIER, J.; JADIN L. *L'ancien royaume de Congo.* Bruges e Paris, 1946.
- DAYRELL, JOÃO. *A Mãe Natureza e o pater potestas: breves considerações sobre Pentesileia, de Heinrich Von Kleist.* In. *Em tese – PPG Estudos literários UFMG. V. 18, n. 3, 2012.*
- DELGADO, Ralph. *História de Angola - Continuação do segundo período 1607 a 1648. V. 2.* Lisboa: Edição do Banco de Angola, s/d.
- DEMARET, Mathieu Mogo. *Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas.* In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI.* Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.
- DIOGO JUNIOR. Alfredo. *Angola perante a escravatura.* Luanda: Editorial Quissange, 1965.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. In: *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, Ventas y exenciones de lugares durante el reinado de Felipe IV, *Anuario de Historia del Derecho Español*, XXXIV, 1964.

FERREIRA, Antonio Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto, Porto Editora, 1991.

FERRON, António Luis. *Angola – A revolta de Luanda em 1667 e a expulsão do governador geral Tristão da Cunha*. In.: *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, sec. XVII e XVIII*. In.: *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Nova Vega, 2006.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREIRE ANTUNES, José. *O factor africano. 1890-1990*. Lisboa: Bertrand, 1990.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *O jesuíta e o general: uma narrativa em defesa da atuação política da Companhia de Jesus no Brasil (1658)*. Rio de Janeiro: Revista 7 Mares - Universidade Federal Fluminense, dez 2014, n 5.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes, 2007.

GAGO, Maria Alexandra Trindade da Câmara; COELHO, Teresa Campos. *O palácio dos marqueses de Alegrete à Mouraria: do palácio ausente à memória do sítio*. Cadernos do Arquivo Municipal. ISSN 2183-3176. 2ª Série Nº 5 (janeiro - junho 2016).

GARCIA, Carlos Alberto. *Paulo Dias de Novais e sua época*. Agência Geral do Ultramar, 1964.

GIL, José. *Salazar: A retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008 (Dissertação de Mestrado).

- HEINTZE, Beatrix. *A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade*, Cadernos de Estudos Africanos, 7/8 2005.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- HEINTZE, Beatrix. *Fontes para História de Angola do século XVII. Cartas e documentos oficiais da colectania documental de Fernão de Souza (1624-1635)*. Stuttgart: Steiner-Vert. Wiesbaden, 1988.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *A rota dos escravos – Angola e a rede do comércio negreiro*. Lisboa: CEGIA; Luanda: Ministério da Cultura – Angola, 1996.
- HENRIQUES, Isabel Castro. Colónia, colonização, colonial e colonialismo. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro de mel – Estudos de História Africana*. Lisboa: Colibri, 2003.
- HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. *Central africans, atlantic creoles, and the foundation of the Americas. 1586-1660 Cambridge University press, 2007*.
- INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português, uma história sociolinguística. In.: TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- JASMIN, Marcelo; JÚNIOR FERES, João. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUCRio, Ed. Loyola, 2006.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Mem Martins: Europa-América, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1985.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LACAPRA, Dominick. *História em trânsito. Experiencia, identidade, teoría crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Princípios de Filosofia Ou Monadologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

- LEJEUNE Dominique. Les membres des Sociétés de géographie au XIXe siècle. In: *Communications*, 54. Les débuts des sciences de l'homme, sous la direction de Bernard-Pierre Lécuyer et Benjamin Matalon. 1992.
- LIMA, J. A. Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Civilização, 1940.
- LOPES, Marcos Antônio. *Ideias de História. Tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: EDUEL, 2007.
- LÓPEZ, José Luis Cortés. *Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del reino del Congo (1580-1640)*. In. *Studia histórica. Historia moderna*, IX (1991).
- LOSSO, Rhiago. *O sujeito do "Entre-Lugar" na literatura portuguesa: um diálogo entre Bhabha e Lobo Antunes*. II Colóquio da Pós-Graduação em Letras. UNESP – Campus de Assis, 2010
- LOVEJOY, Paul. *The ideology of slavery in Africa*. Beverly Hills, Sage, 1981.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACEDO, José Rivair. *Jagas, canibalismo e "Guerra Preta": os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*. História (São Paulo), v. 32, n. 1, p. 53-78, jan-jun, 2013.
- MACEDO, José Rivair. *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- MAESTRI, Mário. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1978
- MAIA, António da Silva. *Dicionário complementar português-Kimbundo-Kikingo: línguas do centro e norte de Angola*. Cuvujães: Ed. do Autor, 1964.
- MARCUSI, Alexandre. *O dever catequético. A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Revista 7 mares. Universidade Federal Fluminense. n. 2 abril de 2013.
- MARQUES, Silvino. *Salazar e a defesa do ultramar*. Revista de Estudos Africanos da Universidade do Porto: Porto, n. 7, 1990.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007.
- MATOS, Sérgio Campos. Linguagem do patriotismo em Portugal: da crise do Antigo Regime à Primeira República. In. CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- MATTA. Fábio Maria de. *Do privilégio do editor ao aparecimento da propriedade literária e artística em fins do século XVIII*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Biblioteca do Senado, n 63, jul/set 1979.
- MATTOS, Hebe. *Henrique Dias e a Guerra Preta: algumas considerações sobre a polissemia das categorias de cor no mundo Atlântico português dos seiscentos*. In.: RIBEIRO, Fernando Rosa. *África – brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.
- MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e civilizações*. Tomo I, EDUFBA/ casa das Áfricas, 2008.
- MENDES dos REMÉDIOS. *Os judeus portugueses em Amsterdão*, Coimbra: França Amado Editor, 1911.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil – Portugal, os países baixos e o nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.
- MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002.
- MILLER, Joseph. *Requiem for the "Jaga"*. In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 13, nº49, 1973
- MILLER, Joseph. *The Imbangala and chronology of Early Central African History*. *The Journal of African History*, v. XVIII, 1972, n. 4.
- MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. *Journal of African History*, 16, n 2, 1975.
- MORAIS, Rui. *Um caso exemplar: cenáculo e o coleccionismo no Portugal de setecentos*. CADMO – Revista de História Antiga. Centro de História da Universidade de Lisboa. 2009, n 19.
- MOTA, Ferreira. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*. 2ª ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *No alvorecer do iluminismo em Portugal: D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde de Ericeira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.
- MOURÃO, José Augusto. *Inquisição Portuguesa: tempo, razão e circunstância*. Lisboa – São Paulo: Prefácio, 2007.
- MUDIMBE, Valentin. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *L'odeur du Père. Essai sur des limites de la Science et de la vie em Afrique Noire*. Paris: Présence Africaine, 1982.
- NASCIMENTO, Denise da Silva. *O poder negociado: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II*. Tese de doutorado PPGH-USP, São Paulo, 2009.
- NOGUEIRA, Franco. *Diálogos interditos: a política externa portuguesa e a guerra de África*. Lisboa: Intervenção, 1979.
- NUNES, Antonio Sérgio da Costa. *A arqueologia da linguagem em Giambattista Vico*. 2009. Tese de Doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- ODA, Ana Maria. *O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes*. Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, ano X, n. 2.
- OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003.
- OLIVEIRA, Ingrid. *Misericórdias africanas no século XVII: a misericórdia de Massangano*. Revista África e Africanidades, ano 2, n. 7, novembro 2009.
- OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. de. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. General Eanes*. Lisboa: Palas Editores, 1986.
- PAIVA, José Pedro. *História da inquisição portuguesa, 1536-1821*. Lisboa: A esfera dos livros, 2016, p. 49-77.
- PALTI, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PALTI, Elías. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. p. 73. In.: JASMIN, Marcelo. FERES JUNIOR, João. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2007.
- PANTOJA, Selma. *Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII*. Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 117-136.
- PANTOJA, Selma. *Encontro nas terras de Além-Mar: os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração*. Tese doutoramento, USP, São Paulo, 1994, p. 163; THORNTON, John. *The Kingdom of Kongo. Civil war and transition 1641-1718*. Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1983.
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PAREDES, Marçal de Menezes (org). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Oikos, 2012.
- PASCAL, Blaise. *Ouvres completes*. Saint Julien en Genevois: Arvensa Editions, 2017.
- PAYEN, Pascal. *A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?* Revista História da historiografia: Ouro Preto, 2011.
- PEREIRA, José Fernandes. Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil. In. *História da Arte em Portugal. Volume 8 - O limiar do Barroco*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993
- PANTOJA, Selma. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. História Unisinos. Set/Dez 2010.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POCOCK, John Greville Agard. *Virtue, commerce, and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

- POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoría y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- PRIEBE, Paul M. "Da Bibliothèque du Roi à Bibliothèque Nationale: The Creation of a State Library, 1789-1793". *O Journal of Library History*, 1982, n. 17.
- RAMOS, Fábio. *No tempo das especiarias. O império da pimenta e do açúcar*. São Paulo, Contexto, 2013.
- REBELO DA SILVA, José Alberto. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, 2015.
- RICHTER, Melvin. *The meaning of historical terms and concepts new studies on begriffsgeschichte*. Washington: German Historical Institute, 1996, p. 5.
- RICHTER, M. *Begriffsgeschichte and the history of ideas*. *Journal of the History of ideas*, n. 48, 1986.
- ROCHE, Daniel. *Le siècle des lumières en province*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978, tomo I.
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto, Apostolado da Imprensa, 1931, t. III, v. II.
- ROTH, Cecil A History of The Marranos. Meridian Books, Inc., and The Jewish Publication Society of America, October 1959. First printing September 1959.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa, CNCDP, 1997.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas. v.II*. Coimbra: Coimbra Editora, 1946.
- SANTANA, Emídio. *História de um atentado. O atentado a Salazar*. Lisboa: Fórum, 1976.
- SANTOS, Tahinan. *Inquisição portuguesa na África: denúncias do Reino do Congo e Angola no séc. XVII*. Cadernos de Clio, Curitiba, n.2, 2011.
- SARAIVA, António José. "Inquisição". In. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984-2000, v. II.
- SARAIVA, António José. *A inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1969.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SCHLESINGER, Hugo. *Dicionário Enciclopédico das religiões*. V. I, Petrópolis, Vozes, 1995.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista*. Estudos Históricos, v.26, n.52, Rio de Janeiro July/Dec. 2013.
- SERRÃO, Joaquim. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1989.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Figueirinhas, 1984.
- SERRÃO, Vítor. *História de Arte em Portugal, o Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

- SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a Lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SILVA, Sérgio Vieira da. *Poder e política a África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora, 2013.
- SIQUEIRA, Sonia. *Inquisição portuguesa e sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- SMITH, Robert. *Art of Portugal: 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII*. Anos 90: Revista do PPGH/UFRGS, v. 21, n 40, Porto Alegre: dez 2014
- SOUZA, Marina de Mello e. *Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, 2011.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- TERRA, Fernanda. *Mestres da gravura. Coleção Fundação Biblioteca Nacional*. Centro Cultural Correios, 28 de julho a 18 de setembro de 2011.
- TJABBES, Pieter; PICCOLI, Valeria. *Impressões Originais: a gravura desde o século XV*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2005.
- THORNTON, John. The art of war in Angola, 1575-1680. In.: *Comparative studies in society and history*, v. 30, n. 2, april 1998, Cambridge University Press.
- THORNTON. John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsivier, 2004.
- THORNTON, John. *A Resurrection for the Jaga*. In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 18, n°69-70, 1978.
- THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of Kongo: historical perspectives on women's political power*. *Journal of African History*, 47 (2006), p. 437–60.
- TORGAL, L. R. *Restauração e razão de estado*. In. *Penélope: fazer e desfazer da história*. Lisboa: Cosmos, 1993.
- VANCINA, Jan. *Long distance trade-routes in central Africa*. *The Journal of African History*. vol. III, n.3.
- VANCINA, Jan. *O reino do Congo e seus vizinhos*. In.: OGOT, Bethwell Allan. *A África no século XVI ao XVIII*. História Geral da África, Brasília, UNESCO, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira. Coleção perfis brasileiros*. São Paulo, Cia das letras, 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida*. In *Revista Tempo*, n. 27, dez 2009.

VAINFAS, Ronaldo. Tipologia do desengano: cristãos-novos portugueses entre Amsterdão e o Brasil holandês. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 7, 2007.

VAZ, Francisco António Lourenço. *A biblioteca do Convento de Jesus (1755- 1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo*. As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro, Mafra, 2013.

VAZ, Francisco António Lourenço *Instrução e Economia As ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2002.

VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova*. São Paulo: Abril, 1974.

VIEIRA, Padre Antônio - *Obras escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. VI.

VIEIRA, Antônio, "Sermão décimo-quarto" (1633) Sermões, Porto: Lello & Irmão, 1959, vol XI.

VITTOU Jean-Pierre. La formation d'une institution scientifique: *le Journal des Savants* de 1665 à 1714. *Journal des savants*, 2002, n°2. p. 349-377.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.